UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS DO INGLÊS

REYNALDO JOSÉ PAGURA

A Interpretação de conferências no Brasil: história de sua prática profissional e a formação de intérpretes brasileiros

São Paulo
2010

REYNALDO JOSÉ PAGURA

A Interpretação de conferências no Brasil: história de sua prática profissional e a formação de intérpretes brasileiros

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários do Inglês, do Departamento de Letras Modernas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Área de Concentração: Estudos da Tradução

Orientador: Prof. Dr. John Milton

São Paulo

2010

Folha de Aprovação

Reynaldo José Pagura

A Interpretação de conferências no Brasil: história de sua prática profissional e a formação de intérpretes brasileiros

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários do Inglês, do Departamento de Letras Modernas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Ao Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPE) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pela concessão de Bolsa de Capacitação Docente, possibilitando a redução das horas docentes na Universidade, pelo período de dois semestres letivos.

Ao Prof. Dr. John Milton, por acreditar no projeto, pelas inúmeras sugestões, trocas de ideias , observações e conversas inteligentes, algo não muito facilmente encontrado nos dias de hoje. E por me apresentar Koskinen, a pesquisadora que não é neutra.

A todos os intérpretes, mencionados nominalmente e anônimos, que coloboraram com suas memórias e opiniões — sem eles esta tese não existiria.

Aos colegas da PUC-SP que, ao longo dos anos, incentivaram, motivaram e acompanharam este trabalho.

Às Professoras-Doutoras Lenita Rimoli Esteves e Leila Cristina de Mello Darin, pelas sugestões dadas no exame de qualificação.

À grande amiga e colega Profª Drª Glória Regina Loreto Sampaio, pelas incontáveis discussões sobre o assunto e por sua cuidadosa — e carinhosa — leitura de todo o trabalho.

Resumo

PAGURA, R. J. **A Interpretação de conferências no Brasil: história de sua prática profissional e a formação de intérpretes brasileiros**. 2010. 231 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

Embora o ato de traduzir a interação oral entre duas ou mais pessoas seja algo infinitamente antigo, a interpretação de conferências, como profissão, remonta ao início do Século XX, com as Conferências de Paz realizadas em Paris, ao final da Primeira Guerra Mundial. A profissão se consolida com a criação da Liga das Nações e, posteriomente, da Organização das Nações Unidas e com o aumento do número de congressos e reuniões científicas internacionais, além da criação de diversos organismos internacionais após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, a interpretação desponta como profissão na segunda metade da década de 40 do século passado e vai-se consolidando aos poucos, ao longo das décadas seguintes. O presente trabalho tem como objetivo narrar e analisar criticamente a história da profissão no Brasil, a partir de depoimentos de seus diversos participantes, a saber intérpretes de conferência e formadores de intérpretes. O arsenal teórico que subsidia a coleta e análise das entrevistas parte de pressupostos da História Oral, sem, contudo, se limitar a tal abordagem teórica, inserindo-se na grade área de Estudos da Tradução, utilizando a visão do pesquisador "insider" proposta por Koskinen (2008). O ecletismo da metodologia abrange, ainda, a análise crítica de elementos da mídia, de correspondências por correio eletrônico e de informações de websites de alguns cursos de formação. A pesquisa inclui os primeiros eventos importantes e a criação da Associação Profissional de Intérpretes de Conferência (APIC), em 1971, em relato de sua idealizadora e primeira presidente, Ulla Schneider e das demais fundadoras vivas. O trabalho, tentando suprir uma lacuna nos Estudos da Interpretação no Brasil e em língua portuguesa como um todo, inclui ainda outras questões contemporâneas pertinentes à profissão, tais como o relacionamento entre intérpretes e desses com agenciadores e organizadores de eventos, além de apresentar uma visão de como a mídia brasileira vê os intérpretes. Inclui também uma panorâmica de grandes eventos internacionais realizados no Brasil, na voz de uma das principais coordenadoras de intérpretes, Simone Troula. Todo um capítulo é dedicado à formação de intérpretes no Brasil, não só em seu aspecto histórico, mas também no que tange à formação hoje em dia, comparando e contrastando os programas existentes no Brasil a seus congêneres internacionais. O trabalho finaliza com uma breve visão de possíveis cenários da profissão, a partir de novos elementos como a interpretação remota, a realização de eventos monolíngues, sobretudo em inglês, e a atuação cada vez maior de agenciadores de intérpretes. Conclui-se o estudo com algumas sugestões para pesquisas futuras em relação à área de estudo abordada.

Palavras-chave: Historiografia. Interpretação de conferências no Brasil. Formação de intérpretes. Relações profissionais. Cenários atuais e futuros.

Abstract

PAGURA, R.J. **Conference interpreting in Brazil: a history of its professional practice and the training of Brazilian interpreters**. 2010. 231p. PhD Dissertation. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

Although oral translation between people interacting in different languages has existed since times immemorial, conference interpreting as a profession appears in the beginning of the 20th century, with the Paris Peace Conferences, at the end of the First World War. The profession develops at the League of Nations and, later, at the United Nation Organization. It is also fostered by the multiplication of international conferences and technical meetings, as well as the creation of a myriad international organizations, after the Second World War. In Brazil, conference interpreting appears as a profession in the 1940s and slowly grows in the following decades. This research aims at critically narrating the history of this profession in Brazil, from interviews given by its participants, namely conference interpreters and interpreter trainers. Interviews were carried out and analyzed under the light of Oral History methods. This work, however, does not confine itself to the Oral History methodology but rather fits into the field of Translation Studies, relying also on Koskinen's (2008) view of the "insider researcher". The several sources of data for this study also include samples from the press, e-mail correspondence and information gathered from websites of training institutions. This dissertation deals with the first interpreted events in Brazil and the creation of the Professional Association of Conference Interpreters (APIC), in 1971, from interviews by its main creator and first president, Ulla Schneider, and the other living founders. Trying to bridge a gap in Interpreting Studies in Brazil and in the Portuguese language in general, this work includes other present issues relating to the profession, such as relationships between interpreters and between them and translation agencies and event organizers, as well as a brief analysis of how the Brazilian press sees interpreters. It also includes an overview of some important international conferences held in Brazil through the voice of one of the most important chief interpreters in these events, Simone Troula. A whole chapter is dedicated to interpreter training in Brazil, covering not only its history but other issues pertaining interpreting training these days, comparing and contrasting Brazilian programs with their international counterparts. The work concludes with a brief view of possible future scenarios for the profession, focusing on new elements such as remote interpreting, monolingual conferences, held mostly in English, and the ever-growing role played by translation agencies and professional conference organizers. It closes with some suggestions for further research in interpreting as a field of study.

Keywords: History. Conference interpreting in Brazil. Interpreter training. Professional relationships. Present and future scenarios.

Lista de Ilustrações

Figura 1 - Paul Mantoux..... 34
Figura 2 - Jean Herbert..... 34
Figura 3 - Palácio das Nações, em Genebra, Suíça, sede da Liga das Nações...36
Figura 4 - Georges e André Kaminker..... 40
Figura 5 - Edward Filene.....42
Figura 6 - Edouard Roditi.....44
Figura 7 - Leon Dostert..... 48
Figura 8 - Réus e, ao lado, os intérpretes em Nuremberg.....49
Figura 9 - Intérpretes em Nuremberg. À esquerda na foto, LeonDostert monitora..... 50
Figura 10 - IMTFE em Tóquio. Ao fundo, cabines de interpretação.....53
Figura 11- Intérprete simultânea nos primeiros anos da ONU.....57
Figura 12 - Pierre Lambert, intérprete da ONU, 1947.....59
Figura 13 - Cabine moderna na ONU..... 61
Figura 14 - Danica Seleskovitch, pouco antes de seu falecimento.....62
Figura 15 - Vernon Walters interpreta o Presidente americano, Harry Truman, no Rio de Janeiro.....71
Figura 16 - Ângela Levy, em foto recente..... 78
Figura 17 - Parte inicial de contrato de interpretação sugerida pela APIC.....95
Figura 18 - Restante do contrato de interpretação sugerido pela APIC.....96
Figura 19 - Rosalynn Carter, Ulla Schneider e Presidente Ernesto Geisel.....114
Figura 20 - Cúpula da Terra, Riocentro, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. As cabines de interpretação aparecem ao fundo..... 118
Figura 21 - Presidente Obama e Presidente Lula, tendo ao fundo o intérprete Sérgio Xavier Ferreira.....143
Figura 22 - Facsímile da folha de rosto da edição em inglês do livro pioneiro de Herbert..... 155
Figura 23 - Facsímile de uma página do livro de Hendrickx.....159
Figura 24 - Facsímile da capa da 2ª edição do livro de Seleskovitch e Lederer, mencionado ao lado.....160

Sumário

1 Introdução 10
1.1 Preâmbulo e Justificativa 10
1.2 Objetivos 14
1.3 Visão Geral do Projeto 15

2 Pressupostos teórico-metodológicos 17
2.1 Questões metodológicas no campo da tradução e da interpretação 17
2.2 Alguns princípios dos estudos em História Oral 19
2.3 O Papel do Pesquisador 25
2.4 Metodologia de Pesquisa 28

3. A Interpretação de Conferências no Mundo 33
3.1 Os Primórdios: o Armistício e a Conferência da Paz de Paris 33
3.2 A Liga das Nações: A Época de Ouro da Consecutiva 36
3.3 A Interpretação em Outras Organizações e as Primeiras Experiências com a Simultânea 41
3.4 A Simultânea Atinge a Maioridade: os Julgamentos de Nuremberg 45
3.5 O IMTFE em Tóquio: A Interpretação no Julgamento dos Criminosos de Guerra do Japão 51
3.6 A Interpretação na Organização das Nações Unidas: A Consolidação da Profissão 54
3.7 Da "CECA" à União Europeia: O maior empregador de intérpretes do mundo 61
3.8 Os intérpretes independentes ou *freelance* 64

4. Interpretação de Conferências no Brasil: O Início 66
4.1 Algumas implicações do mercado *freelance* 66
4.2 A Interpretação de Conferências Chega ao Brasil 70
4.3 O "grupo" de Edith van de Beuque 71
4.4 Outros pioneiros da interpretação no Brasil 76

5. A Interpretação se Consolida como Profissão no Brasil 83
5.1 A Criação da Associação Paulista de Intérpretes de Conferência (APIC) 83

5.2 O relacionamento entre os intérpretes 99
5.3 Os Intérpretes Brasileiros e o Governo Federal 112
5.4 Os Grandes Eventos no Brasil 116
5.4.1 O “imbroglio” do Fórum Social Mundial de 2005 em Porto Alegre 120
5.5 A comoditização da profissão 126
5.6 O Intérprete Visto pela Mídia 136
5.7 Intérpretes fora do eixo Rio-São Paulo 145

6. A Formação de Intérpretes no Brasil 152
6.1 O panorama internacional 152
6.2 A questão da bibliografia para o ensino de interpretação 154
6.3 Cursos de formação de intérpretes no Brasil 161
6.3.1 Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) 161
6.3.2 Associação Alumni (São Paulo) 165
6.3.3 Faculdade Ibero-Americana (atual Anhanguera) 168
6.3.4 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) 170
6.3.5 Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre [PUC-RS] 174
6.3.6 Universidade Federal do Rio Grande do Sul 174
6.4 Iniciativas não institucionais para a formação de intérpretes 177
6.5 Cursos superiores que oferecem a formação tradutor-intérprete 180
6.6 Consenso internacional a respeito da formação de intérpretes 184
6.6.1 O acesso aos cursos de formação 186
6.6.2 A duração dos cursos 189
6.6.3 As questões metodológicas: a interpretação consecutiva precede a simultânea, o uso de laboratórios e o papel do professor 189
6.6.4 O papel da tradução escrita na formação de intérpretes 195
6.6.5 Os professores de interpretação devem ser intérpretes 197
6.7 As relações entre os profissionais de interpretação e os cursos de formação 199
6.8 Comentários finais sobre a questão da formação de intérpretes 202

7. Conclusão 205
7.1 Alguns Possíveis Cenários Futuros da Profissão no Brasil 205
7.2 As relações entre intérpretes profissionais e futuros intérpretes 205

7.3 Os intermediários 205
7.4 Eventos realizados todos em inglês — sem interpretação — ou com interpretação só em inglês 208
7.5 As novas tecnologias: interpretação a distância — ou interpretação remota —, a vídeoconferência e as “conference calls” 212
7.6 Considerações Finais 215
7.6.1 Sugestões para Estudos Futuros 217

Referências 219

Capítulo 1
Introdução

1.1 Preâmbulo e Justificativa:

A interpretação, enquanto intermediação linguística oral entre falantes de idiomas diferentes, existe há milhares de anos, sendo, certamente, anterior à tradução escrita, uma vez que a escrita é muito posterior à linguagem oral. Gross (2000) afirma que "interpreting was relatively common during prehistory and (...) interpreters had a fairly important role to play during that long and necessarily undocumented era"[1]. Conforme mencionado por Bowen et al. (1998, p. 246), os egípcios tinham, já no ano 3.000 a.C., um hieróglifo com o significado de "interpretação". Segundo a mesma fonte, os romanos utilizavam intérpretes nos territórios conquistados, assim como também os utilizavam as expedições de natureza colonizadora, militar, religiosa ou comercial. Há também a menção da presença de intérpretes nas literaturas grega e latina antigas, bem como em registros da Idade Média, do Renascimento e posteriores. A função era habitualmente desempenhada por "híbridos culturais", como escravos ou membros de "subcastas" como cristãos, armênios e judeus, conforme a fonte supramencionada. Os registros históricos de todas essas ocorrências são vagos e imprecisos, além de dispersos.

No entanto, a profissão de intérprete de conferências, como a conhecemos nos dias de hoje, é bem mais recente, tendo surgido no início do século XX. Até o final da Primeira Guerra Mundial, as conferências internacionais eram muito menos frequentes e, normalmente, realizadas em francês, idioma comumente falado por diplomatas e pela aristocracia de todo o mundo. Quando necessária, a interpretação acabava sendo realizada pelos próprios diplomatas ou, em outras situações, por militares que falassem mais de um idioma. Com a entrada dos Estados Unidos da América nas importantes negociações internacionais que se seguiram à Primeira Guerra Mundial e uma vez que o Presidente Wilson, dos Estados Unidos, exigia que o inglês fosse língua oficial dessas

---

1 A interpretação era relativamente comum na pré-história e (...) os intérpretes exerciam papel bastante importante nesse longo período, necessariamente indocumentado. (Esta e todas as demais traduções são do próprio autor desta tese.)

discussões, em pé de igualdade com o francês, passou a ser necessária a intermediação de intérpretes. É assim que nas sessões preparatórias da Conferência da Paz de Paris, a ser realizada em 1919, o inglês é utilizado, ao lado do francês, como idioma oficial, exigindo a atuação de um grupo de intérpretes, em sua grande maioria militares, chefiados por Paul Mantoux. (Cf. BAIGORRI, 2000). A profissão só iria chegar ao Brasil no final da década de 40, como se verá posteriormente.

Como já mencionado acima, embora a interpretação, ou tradução oral, em suas diversas modalidades (conferência, comunitária, jurídica, médica, comercial, religiosa, etc) seja uma das mais antigas atividades humanas, ela só passa a ser considerada profissão na primeira metade do século XX, com a criação da Liga das Nações, e ganha impulso e reconhecimento após a II Guerra Mundial, com a criação de organizações internacionais, como a ONU, a OTAN e a CECA, embrião da atual União Europeia. Com o advento do transporte aéreo e a melhora das comunicações, como um todo, o número de conferências internacionais cresceu vertiginosamente após a Segunda Guerra Mundial e, hoje em dia, não se imagina uma reunião ou conferência internacional sem a atuação de intérpretes. As cabines de interpretação simultânea passam a ser parte integrante do cenário das reuniões internacionais. Com a política do pan-americanismo, promovida pelos Estados Unidos devido à Segunda Guerra, as reuniões e conferências internacionais chegam ao Brasil, e com elas a interpretação de conferências.

O interesse acadêmico, em âmbito internacional, aparece, ainda que de maneira pontual, nas décadas de 50 e 60, com as primeiras dissertações de mestrado e teses de doutorado na Europa, surgidas esparsamente, a partir do interesse de psicólogos e linguistas, entre outros. Foi só com a criação do doutoramento em “Traductologie”, em 1975, na École Superieure d’Interprètes et des Traducteurs (ESIT), da Universidade Paris 3 (Sorbonne Nouvelle), sob a direção de Danica Seleskovitch, que as pesquisas na área começam a aparecer de modo mais sistemático, na forma de teses de doutorado, apresentações em eventos e artigos em periódicos da área de tradução. O primeiro congresso específico da área só vem a ocorrer em 1977, sob o patrocínio da OTAN, que gera também a primeira coletânea de artigos da área. Mais dois eventos específicos acontecem em Trieste, Itália, em 1986 e em Turku, na Finlândia, em 1994,

que também geram publicações. Ainda que as pesquisas da área apareçam ocasionalmente em periódicos relacionados aos Estudos da Tradução, o primeiro (e, praticamente, único) periódico específico, com alcance internacional, da área de Estudos da Interpretação (*Interpreting: International Journal of Research and Pratice in Interpreting*) foi lançado em 1996.

Os Estudos da Interpretação (a partir da expressão "Interpreting Studies", expressão utilizada pela primeira vez na primeira metade da década de 90 do século passado) ganham força como disciplina acadêmica ao apagar das luzes do século XX, ainda prioritariamente na Europa. As pesquisas da área fazem interface com diversas "subáreas" dos Estudos da Tradução, a saber, a historiografia, os estudos de corpus, as questões relacionadas ao ensino e avaliação, entre outras (Cf. PÖCHHACKER; SHLESINGER, 2002). No Brasil, a área é ainda incipiente, tendo sido pouquíssimas as pesquisas divulgadas. Não há nenhum programa de pós-graduação voltado à área, nem qualquer periódico.[2]

No que tange aos estudos historiográficos mais especificamente, Jean-François Joly, Presidente da Federação Internacional de Tradutores à época da publicação da obra *Os Tradutores na História*, de Delisle e Woodsworth (1998, p. 11), menciona no prefácio da mencionada obra, como uma espécie de justificativa para esse tipo de estudo dentro dos Estudos da Tradução:

> O estudo dos antecedentes da nossa profissão nos ajudará a legitimar a tradução como uma disciplina independente, capaz de se definir, de sustentar um discurso *sui generis*. (...) Essa nova disciplina não terá futuro se não for construída com base na experiência do passado, se não buscar ideias frescas em modelos anteriores.

Apesar da importância do registro histórico, da busca de "modelos anteriores", Wyler (2003, p. 24), em sua obra pioneira sobre a história da tradução no Brasil, testifica a respeito da situação brasileira:

> Quando me dispus a estudar a história da tradução no Brasil, impressionou-me de imediato a escassa bibliografia existente sobre o assunto nos bancos de dados do CNPq e nos fichários das bibliotecas. Encontrei páginas e páginas

---

[1] Este parágrafo e o anterior foram ligeiramente adaptados de texto escrito pelo autor deste trabalho para o site de divulgação do X Encontro Nacional de Tradutores, realizado em setembro de 2009, na Universidade Federal de Ouro Preto (http://www.nastrilhasdatraducao.ufop.br).

> sobre o desenvolvimento da tradução na Europa, (...) mas praticamente nenhuma informação sobre o que ocorreu ou ocorre em nosso país.

Ao contrário do que menciona Wyler acima sobre a tradução, muito pouco foi escrito sobre a história da interpretação de conferências em âmbito internacional, ainda que sobre a situação na Europa, e não há nenhuma obra dedicada ao assunto no que se refere à situação brasileira. Delisle e Woodsworth (1998) dedicam um capítulo de sua obra aos "intérpretes que fizeram história". Gaiba (1998) conta com detalhes a utilização da interpretação simultânea no Julgamento de Nuremberg. Baigorri (2000, 2004) explica detalhadamente a interpretação de conferências na Liga das Nações (na primeira obra, de 2000) e na Organização das Nações Unidas (na segunda obra, de 2004), recorrendo a detalhados arquivos da Liga das Nações e da ONU. Além dessas obras, há uns poucos artigos dispersos sobre o assunto, sendo sua maior coletânea um número temático, publicado em 1999, do periódico *Interpreting*, dedicado totalmente à história da interpretação de conferências e de seu ensino.

No que tange ao Brasil, a existência de informações é muito mais escassa. Uma das poucas obras dedicadas à história da tradução no Brasil (WYLER: 2003), apesar de apresentar um capítulo cujo título é **A Tradução Oral no Brasil** inclui, de fato, apenas duas páginas e meia (páginas 45-47) sobre a interpretação de conferências no País; o resto do capítulo trata do "língua", uma espécie de tradutor e intérprete juramentado, existente desde a época do Brasil-colônia. Paes (1990) traça uma breve história da tradução no Brasil em seu livro, mas concentra-se na tradução literária e no mercado editorial, sem nunca mencionar a interpretação. O número especial do periódico CROP (2001) intitulado *Emerging Views of Translation History in Brazil*, que publica os trabalhos sobre historiografia da tradução e outros trabalhos apresentados no 7º Encontro Brasileiro de Tradutores, mas não inclui nenhum texto sobre história da interpretação. O histórico apresentado no website da Associação Profissional de Intérpretes de Conferências (APIC)[3] resume-se, praticamente, a dois parágrafos, que contam, de modo bastante sucinto, a criação da associação de classe em São Paulo. Como se pode observar, a história da interpretação de conferências no Brasil ainda não foi escrita. É preciso que isso aconteça antes que ela se perca, pois parece estar

[3]www.apic.org.br; acessado em 15 de julho de 2009.

somente na memória daqueles que dela participaram. É interessante mencionar que dos oito intérpretes fundadores da APIC, quatro já faleceram e sua primeira presidente (e impulsionadora da fundação) não mais reside no Brasil. Por essas razões, a presente investigação se mostra relevante e pioneira para a profissão como um todo e, especialmente, para o contexto brasileiro. Cumpre salientar ainda que Woodsworth (2001), no verbete **History of Translation** na *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* — note-se que não há um verbete sobre a história da interpretação — sugere, citando José Lambert e Lieven D'hulst, que a elaboração da história nasce da necessidade de legitimar uma disciplina, além de levar a uma maior unidade nessa disciplina. Espera-se, pois, que o presente trabalho possa ajudar a contribuir para a legitimação dos Estudos da Interpretação.

Tendo em vista que são pouquíssimas as pesquisas realizadas no Brasil[4] — e em língua portuguesa, de modo geral — na área dos Estudos da Interpretação, este trabalho pretende cobrir a história em seu sentido mais amplo, numa perspectiva diacrônica e, ao mesmo tempo, tratando de diferentes questões relacionadas à interpretação de conferências no Brasil nos dias atuais, incluindo-se aí a importante questão da formação de intérpretes. Ainda assim, dada a variedade de fatores relacionados à interpretação de conferências em um ambiente tão diverso como o brasileiro, não é obviamente possível cobrir a questão em todos os seus aspectos e sob todas as perspectivas possíveis.

1.2 Objetivos:

O objetivo precípuo deste estudo é sistematizar a história da interpretação de conferências no País, traçando uma panorâmica da profissão no País, dos primórdios ao início do Século XXI, incluindo aí o maior número possível de questões relativas ao exercício da profissão. A história do início da interpretação no Brasil corre sério risco de simplesmente desaparecer com o falecimento já ocorrido de alguns dos intérpretes

4 Que se saiba, foram duas as teses de doutoramento defendidas no Brasil até o momento, com foco na interpretação de conferências: a de Edson José Martins Lopes, intitulada *Estratégias Discursivas dos Intérpretes de Conferência*, defendida na UFMG em 1997 e a de Lúcia Helena de Sena França, intitulada *Um curso de interpretação glocal: com foco na realidade brasileira e sintonizado com as tendências mundiais*, defendida na USP em 2003.

pioneiros, e por alguns outros já terem mais de oitenta anos. A investigação dessa história será orientada pelas seguintes perguntas de pesquisa: Como foi o do início da atividade profissional dos intérpretes de conferências no Brasil? Quem foram os primeiros intérpretes e qual era sua formação? Como era o mercado de trabalho desses primeiros intérpretes? Como a profissão evoluiu no Brasil ao longo dessas décadas, até chegarmos ao século XXI? Como funciona o mercado atualmente? Quais as perspectivas futuras para a interpretação de conferências no Brasil?

Outro objetivo não menos importante é o de analisar o ensino da interpretação no Brasil, a partir do histórico dos cursos existentes, num paralelo com cursos existentes no exterior, incluindo discussões metodológicas relativas à formação específica dos intérpretes de conferência.

1.3 Visão geral do projeto:

Após esta Introdução, o trabalho se divide da seguinte maneira:

O Capítulo 2 discute pressupostos teóricos e metodológicos que orientam o desenvolvimento deste trabalho.

O Capítulo 3 apresenta uma panorâmica da interpretação de conferências no contexto internacional, partindo da Conferência da Paz de Paris, em 1919, como já mencionado anteriormente e chegando até os dias atuais. A panorâmica da interpretação se faz relevante a fim de se estabelecer o contexto mundial em que a profissão tem início no Brasil. Esse capítulo não parte de depoimentos e da metodologia da História Oral, tomando por base a pesquisa bibliográfica.

O Capítulo 4 apresenta o início da atuação de intérpretes de conferência no Brasil, a partir de uma conferência da Organização Pan-Americana da Saúde (conhecida como OPAS, em português, ou PAHO, em inglês), realizada no Rio de Janeiro em 1948 e dos eventos do IV Centenário de São Paulo, em 1954, entre outros.

O Capítulo 5, o mais extenso deste trabalho, apresenta a consolidação da profissão, a partir do marco no Brasil, que foi a criação da Associação Paulista de Intérpretes de Conferência (APIC), em 1971, cujo nome foi posteriormente alterado para Associação Profissional de Intérpretes de Conferência, por passar a incluir profissionais de todo o Brasil. São discutidas, entre outras coisas, as implicações da fundação dessa associação para a quebra do monopólio até então exercido pelo grupo de intérpretes do Rio de Janeiro e a consolidação da profissão a partir da década de 70 e o desenvolvimento e consolidação da profissão, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo, no último quartel do século XX e nos primeiros anos do século XXI. Apresentam-se, também, referências à profissão em outras regiões do Brasil. Discutem-se diferentes questões a respeito da profissão de intérprete de conferêncas, com opiniões de intérpretes atuantes no mercado brasileiro e da mídia em geral.

O Capítulo 6 discute a criação dos principais cursos de formação de intérpretes do Brasil, na mesma época da criação da APIC, a saber, os programas de formação oferecidos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e pela Associação Alumni, em São Paulo e os procedimentos pedagógicos utilizados nessas instituições. Discute-se também a participação do curso oferecido pela (então) Faculdade Ibero-Americana, ainda na década de 70, e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, criado em 1999, bem como o processo de formação proposto por essas instituições. Além desses, fazem-se comentários sobre outras propostas e iniciativas que se propõem a formar ou treinar intérpretes.

O Capítulo 7 conclui o projeto com as perspectivas futuras da profissão no Brasil e no mundo, a partir da opinião dos intérpretes atuantes no mercado atualmente e um resumo das questões apresentadas e possíveis sugestões para pesquisas futuras na área.

Capítulo 2

Pressupostos teórico-metodológicos

2.1 Questões metodológicas no campo da tradução e da interpretação

Como já mencionado na Introdução, existe pouca tradição em historiografia da tradução e da interpretação, havendo poucos pressupostos teóricos a se tomar como base. Em seu artigo basilar dos Estudos da Tradução, Holmes (1972, 2004) situa os estudos historiográficos da tradução na categoria DTS (estudos descritivos), feitos a partir da análise do "produto", ou em outras palavras, das traduções existentes. Sugere, ainda, desdobramentos dos estudos historiográficos além dos estudos descritivos, quando menciona a possibilidade de um estudo da história do ensino da tradução e também da formação de tradutores, levantando a possibilidade dos estudos historiográficos da tradução abrangerem outras dimensões das categorizações por ele propostas, a saber, uma história que se situaria nos estudos aplicados da tradução (Applied Translation Studies), e não nos estudos descritivos da tradução, voltados ao produto. No entanto, tal sugestão é feita no parágrafo conclusivo do artigo, sem maiores elaborações.

Em artigo recente, Vandepitte (2008) expande o artigo fundamental de Holmes, entre outros, e propõe remapear dos estudos da tradução. No que nos interessa para esta pesquisa, a autora sugere duas possibilidades nas quais esta pesquisa se insere: a primeira delas, sem mencionar o aspecto histórico, é a pesquisa da profissão (Translation Profession Research), em que menciona, inclusive, o estudo do papel desempenhado pelas organizações de classe, algo que será mencionado diversas vezes neste estudo, ao se falar da Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (AIIC), a organização internacional que congrega intérpretes de todo o mundo, e da Associação Profissional de Intérpretes de Conferência (APIC), sua correlata brasileira, inspirada no modelo dessa organização internacional. A segunda possibilidade mencionada por Vandepitte, na categoria por ela denominada "Umbrella Studies", os estudos historiográficos da tradução a partir de um determinado espaço ou tempo: "More traditional perspectives for translation study are space and time,

embracing 'history of translation' studies or investigations of 'translation in' a particular geographical area."[5] Woodsworth (2001) no já citado verbete da *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, menciona a mesma possibilidade de se enfocar os eventos passados a partir de um ponto de vista temporal e/ou espacial, citando a possibilidade de uma história da tradução em uma determinada área geográfica, como a Europa, por exemplo. Nenhuma das duas autoras menciona, especificamente, a possibilidade de estudos historiográficos da interpretação, mas a analogia parece perfeitamente cabível aqui. O presente estudo se debruça, especificamente, sobre a interpretação de conferências no Brasil e a questão temporal é implícita, uma vez que tal histórico só existe no século XX, continuando neste início do século XXI.

Uma vez situado o presente estudo no âmbito maior dos Estudos da Tradução, chega-se à questão metodológica. Se pouco existe a respeito de uma metodologia para o estudo da tradução escrita, a situação é ainda mais crítica para a tradução oral, ou interpretação. Tratando-se de uma forma exclusivamente oral de trabalho, a interpretação não deixa textos a serem examinados, aos quais se possa recorrer, como sugere Pym (1998) para o estudo da história da tradução escrita, em toda a extensão de sua obra *Method in Translation History*, sobretudo no capítulo 7, intitulado **Norms and Systems**. A proposta de Pym é, claramente, calcada na de Holmes, cujo foco está na descrição do produto. No caso da interpretação, salvas raras excessões, o produto é evanescente. Não é possível fazer um estudo da profissão e suas tendências a partir do produto, como sugere Pym para a tradução escrita.

Além disso, por se tratar de uma profissão exercida, no Brasil, exclusivamente por profissionais independentes e autônomos, não existem registros escritos formais a respeito de sua atuação, com exceção de alguns documentos esparsos guardados por alguns intérpretes, como os que embasaram os estudos supramencionados sobre a história da interpretação na Liga das Nações e na ONU (BAIGORRI, 2000, 2004) e os dos Julgamentos de Nuremberg (GAIBA, 1998), numa metodologia historiográfica mais tradicional, cuja pesquisa se dá a partir de registros escritos, arquivados nas

5 Perspectivas mais tradicionais para os estudos da tradução são o espaço e o tempo, incluindo estudos da 'história da tradução' ou investigações da 'tradução em' uma determinada área geográfica.

organizações mencionadas e em bibliotecas, como é o caso dos Julgamentos de Nuremberg, do qual há grande documentação, inclusive sonora, nos National Archives, dos Estado Unidos, em Washington.

2.2 Alguns princípios dos estudos em História Oral

Na busca por uma base metodológica para a pesquisa, decidiu-se recorrer, para a maior parte deste trabalho, a algumas das técnicas e metodologia propostas pela História Oral, "um instrumento pós-moderno para se entender a realidade contemporânea", como diz Camargo (1994, p. 75), numa tentativa de definição. A definição do que é História Oral está longe de um consenso pleno entre os oralistas. Segundo Lang (1996, p. 34),

> Há, segundo me parece, um consenso em que a História Oral é um trabalho de pesquisa, que tem por base um projeto e que se baseia em fontes orais, coletadas em uma situação de entrevista. Quanto aos demais aspectos que efetivamente configurariam um trabalho de História Oral, as posições divergem, a utilização de dados obtidos tem sido feita de modos variados.

A História Oral moderna — pois a técnica de entrevistas vem da Grécia antiga, segundo Meihy (1996) — tem suas origens em 1948, no *Oral History Program* da Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos. Chega ao Brasil em 1973, por intermédio do patrocínio da Fundação Ford e passa a ser desenvolvida pelo Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, onde é implantado com características semelhantes ao programa da Universidade de Columbia, a saber, dedicando-se a coleta de depoimentos das elites políticas (FERREIRA, 1996). Mais tarde, a hegemonia do modelo americano, em que se dava voz às elites políticas, começa a ser questionado e começam surgir trabalhos nas linhas da História Oral da Inglaterra e da França, com depoimentos de outros grupos que não as elites políticas, tais como imigrantes e sindicalistas, entre outros. Joutard (1996/2006, p. 44) identifica as duas "correntes" da História Oral, uma tendência mundial que se instalou também no Brasil: "uma próxima das ciências políticas, voltada para as elites e os notáveis, outra interessada nas 'populações sem história', situada na fronteira da antropologia".

Pereira de Queiroz[6] (1991 apud LANG, 1996, p. 34) menciona duas características da História Oral, bastante pertinentes ao presente estudo: é um "termo amplo, que recobre tipos variados de relatos obtidos através de fontes orais, a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentos" e, mais adiante em seu artigo, acrescenta que a história oral "registra a experiência vivida ou o depoimento de um indivíduo ou de vários indivíduos de uma mesma coletividade". A autora menciona ainda, com muita pertinência para este estudo, três "formas" que podem assumir as fontes orais: *histórias orais de vida*, *relatos orais de vida* ou *depoimentos orais.* Destaca-se, a seguir, o que diz a autora (LANG, 1996, p. 35) a respeito dos "depoimentos orais", que descreve com propriedade o que se faz neste estudo:

> Uma modalidade bastante diversa das anteriores é a constituída pelos depoimentos orais, quando se busca obter dados informativos e factuais, assim como o testemunho do entrevistado sobre sua vivência em determinadas situações, ou a participação em determinadas instituições que se quer estudar. No depoimento, busca o pesquisador referências mais diretas aos acontecimentos em estudo.

Meihy (1996, p. 49) aponta, numa classificação um pouco diferente da mencionada acima, a saber, três "gêneros" da história oral: História Oral de Vida, História Oral Temática e Tradição Oral. Nessa classificação, o presente estudo se encaixa na chamada História Oral Temática. Como define Freitas (2006, 21), "com a História Oral temática, a entrevista tem caráter temático e é realizada (...) sobre um assunto específico. Essa entrevista (...) — não abrange necessariamente a totalidade da existência do informante". Em outro momento, Meihy (2000, p. 67) explica que na "hipótese de trabalho nesse ramo da história oral (...) o recorte do tema deve ficar de tal maneira explícito que conste das perguntas a serem feitas ao colaborador". E de acordo com Camargo, (op. cit., p. 80), ao rebater possíveis críticas de que a história oral possa não ser objetiva o suficiente para a pesquisa acadêmica,

> a história oral [...] envolveria necessariamente um conjunto de entrevistas [...] submetido a uma amostragem expressiva, selecionada, através da qual os suportes essenciais daquele universo de análise estariam presentes.

Cabem aqui algumas considerações sobre os depoimentos, que constituem o cerne de qualquer estudo dessa natureza. Segundo Corrêa (1996, p. 65), eles devem compor "um conjunto sobre um mesmo tema, e não entrevistas propriamente ditas, com

---

6 PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *Variações sobre o técnica do gravador no registro de informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

perguntas e respostas devidamente arranjadas como geralmente apresentam os jornalistas". Meihy (1996, p. 52) insiste no conceito de "colaborador" para o depoente, em vez das tradicionais denominações "objeto", "ator" ou "informante", chamando atenção para "uma nova relação entre quem faz a entrevista e quem presta a narrativa". O pesquisador é visto por ele como "mediador de uma experiência social". Em outras palavras, há uma parceria entre o pesquisador e o depoente, que juntos constroem um documento a ser posteriormente estudado. Essa parceria deve propiciar, de acordo com Von Simson (1996, p. 85), que o "pesquisador seja capaz de construir uma parceria que permita a ele elaborar, em conjunto com seus entrevistados, documentos significativos para o estudo da problemática que ele se propôs investigar". Ainda segundo essa autora (Von Simson, 1996, p. 83), as técnicas de coleta de informações

> vão desde uma forma muito rígida, que deixa poucas possibilidades de liberdade para o informante, seja na criação ou no direcionamento do seu relato (entrevista dirigida) passando por formas intermediárias em que o documento é elaborado numa perfeita e frutífera parceria entre pesquisador e pesquisado, até aquelas em que este fica completamente livre para construir sua fala, cabendo ao entrevistador somente o papel de ouvinte interessado e atento (histórias de vida).

Ainda no tocante aos depoimentos em si, Meihy (1996, p. 53), introduz o conceito de "colônia" de entrevistados, que constitui um grupo de depoentes que "dentro do mesmo padrão de afinidades históricas, tenham experiências que possam ser diferenciadas, dando vida à análise que foge ao biográfico". No presente estudo, fica evidente que a "colônia" é constituída de intérpretes de conferência brasileiros e outros profissionais relacionados à profissão, a saber, formadores de intérpretes.

Quanto à apresentação dos resultados, a saber, a citação dos depoimentos, as opiniões entre os oralistas divergem bastante. Segundo Lang (1996, p. 36),

> há duas concepções bastantes diversas: a que vê o documento como um todo indivisível e a que propõe recortes e comparações entre documentos vários, para chegar a nova síntese. Aceitando a segunda posição, vejo como importante e necessária a análise de entrevistas, pois é ela que possibilita a interpretação e as inferências, influenciadas pela metodologia adotada.

Meihy, por outro lado, assume posição bastante diversa da expressa por Lang acima. Em seus livros, construídos a partir das técnicas por ele propostas, apresenta os depoimentos por inteiro. Em sua obra "A Colônia Brasilianista: História Oral de Vida Acadêmica" (MEIHY, 1990), por exemplo, há uma parte introdutória em que explica a

metodologia da pesquisa e tece comentários sobre a colônia a ser estudada. A seguir, da página 63 à página 495, apresenta os depoimentos de 32 brasilianistas por ele entrevistados, reunidos em três grupos cronológicos, a saber “Os Pioneiros”, “Os Filhos de Castro” e “Os Especialistas”, transcritos em sua íntegra. Há, ainda, uma última parte, de três páginas, denominada “Pós”, que apresenta, exclusivamente, citações sobre a oralidade e sobre o “brasilianismo”. Como se vê, a maior parte do livro é constituída dos depoimentos em si. A mesma filosofia permeia a elaboração de seu livro “Canto de Morte Kaiowá: História Oral de Vida”. Os depoimentos não fornecem informações para diferentes tópicos, mas são vistos como um todo, uma narração de um ponto em comum. No caso da primeira obra, o ponto em comum é o fenômeno do “brasilianismo”, a pesquisa sobre o Brasil feita em universidades americanas. Na segunda, o ponto em comum é a questão do suicídio entre os índios em Dourados, no Mato Grosso do Sul.

Para Meihy, o papel principal do pesquisador está na “fabricação da versão final” do texto (MEIHY, 1991, p. 32). Para ele, o processo de produção do texto final dos depoimentos é constituído de três partes. A primeira delas é a *transcrição* em si. A segunda é a etapa de *textualização*, em que se anula a voz do entrevistador, com a incorporação das perguntas no discurso do depoente. É nesta fase que o texto perde as características da fala e assume as da língua escrita, para “fazê-la compreensível, literariamente agradável” (MEIHY, 1991, p. 30). A terceira e última fase é a *transcriação*. Segundo o autor (MEIHY, 1991, p. 31), o “processo se compromete com a transformação completa da entrevista em escrito a ser lido em outro contexto” [que o do momento do depoimento]. Advoga ainda a “complementação de palavras e frases que não foram mais que insinuadas”, tornando-se, por isso, absolutamente necessária “a legitimação das entrevistas por parte dos depoentes [...] [que podem] alterar, mudar, subtrair ou adicionar qualquer coisa no texto que lhe será apresentado”.

Diametralmente oposta é a opinião de Corrêa (1996, p. 66), ao defender a ideia de que o documento escrito [...] deve ser “transcrito literalmente para não descaracterizá-lo psicologicamente e não desvincular a linguagem falada da escrita”. Barnett (1998, p.980), pesquisadora da UCLA, se por um lado concorda com o que faz Meihy no

tocante à extensão das citações, por outro discorda totalmente da "transcriação" por ele proposta, e deixa isso bem claro sem, contudo, citá-lo:

> So what does all this mean to the oral historian who is trying to coax the meanings of the tape onto the mere black and white of the printed page? Most simply and most obviously it means that the oral history cannot be written without quotation—elaborate, lengthy, immerse-our-hands-in-the-raw-material-of-the spoken-word quotation, quotation that exists for that in it which cannot be paraphrased, that may preserve hesitations, repetitions, circlings, second thoughts, and of course the interventions of the interviewer.[7]

A mesma visão é defendida por Ritchie (2003) e por Yow (2005). Segundo Ritchie, é possível cortar "material tangencial", mas não se devem colocar palavras na boca do entrevistado. Ainda segundo o autor, as perguntas devem ser mantidas, quando se publicam trechos longos ou depoimentos completos. A opinião de Yow (2005), semelhante, aparecerá mais abaixo, quando se explica a metodologia de pesquisa deste projeto.

Como se vê claramente, não há consenso entre os oralistas sobre como reproduzir o conteúdo dos depoimentos no trabalho escrito. Parece que a decisão fica para cada pesquisador, individualmente, que fará o que considere mais adequado ao seu trabalho. Tal ideia é defendida por Weber (1996), que aponta diferenças entre as abordagens de cientistas e instituições de diferentes áreas do conhecimento que utilizam a história oral. Segundo a autora, o CPDoc, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, advoga a técnica do "copisdeque", tentando respeitar as "especificidades da linguagem falada" (p. 176), mas fazendo ajustes para a uniformização de acordo com as normas da instituição. Ainda segundo a autora em pauta, os antropólogos adotam procedimento distinto, "para captar o discurso próprio do narrador e de seu grupo". Os cientistas sociais e os historiadores, cujo interesse é mais próximo do adotado no presente trabalho, preferem "as soluções intermediárias", ainda segundo Weber (op. cit., p. 176).

Para encerrar este breve resumo sobre questões metodológicas em História Oral, é bastante pertinente apresentar as quatro possibilidades apontadas por Thompson

---

7 O que isso significa para o oralista que está tentando extrair os sentidos da fita, transferindo-o para a mera folha escrita? De modo muito simples e muitíssimo óbvio, significa que a história oral não pode ser escrita sem citações — citações elaboradas, extensas, com todas as características da língua oral, que existe e que não pode ser parafraseada, que pode preservar as hesitações, repetições, circunlóquios, segundas intenções e, é claro, as intervenções do entrevistador.

(2000) para a interpretação da história oral, que servem para melhor explicitar a metodologia de pesquisa descrita a seguir. A primeira possibilidade é a chamada *narrativa única de história de vida* ("single life-story narrative") Segundo o autor, há casos em que uma única entrevista é capaz de abranger toda a história de uma comunidade, uma vez que a entrevista, nesses casos, vai muito além da vida do próprio depoente. A segunda possibilidade é a *coleção de histórias* ("collection of stories"). Nesses casos, bastante comuns, uma única narrativa não é suficientemente rica para permitir a reconstrução mais ampla de uma história. Normalmente, as narrativas são agrupadas em torno de um determinado tema. É o que faz Meihy, por exemplo, em "A Colônia Brasilianista: História Oral de Vida Acadêmica" (MEIHY, 1990), mencionada anteriormente. A terceira possibilidade apontada por Thompson é a *análise da narrativa* ("narrative analysis"). Normalmente, é feita a partir de uma única entrevista, mas pode abranger mais de uma. Nesses casos, interessa o texto da narrativa em si, enquanto texto oral, e estuda-se o que se pode depreender de características do discurso em estudo, tais como o linguajar utilizado, as pausas, as repetições, os temas escolhidos, etc. e o que isso tudo pode representar na sociedade em estudo, mais do que uma representação do depoente em si. A última possibilidade é a *análise-cruzada reconstrutora* (reconstructive cross-analysis). Os depoimentos servem de fonte a partir da qual se constrói o argumento a respeito de padrões de comportamento ou acontecimentos passados. Segundo Thompson (2000, p. 271)

> [...] whenever the prime aim becomes analysis, the overall shape can no longer be governed by the life-story form of the evidence, but must emerge from the inner logic of the argument. This will normally require much briefer quotations, with evidence from one interview compared with that from another [...] On the other hand, the loss in this form of presentation is equally clear. Because of this, these basic forms are not so much exclusive alternatives as complementary, and in many cases the same project needs to be brought out in more than one of them.[8]

Como se vê, a proposta de Thompson deixa claro que não existe uma maneira única de se construir um trabalho a partir de depoimentos orais. O bom senso indica sempre a melhor estratégia e um modo complementa o outro. Assim, tomando por base os

---

8 [...]sempre que o objetivo precípuo for a análise, o formato global não pode ser referenciado pela história de vida, mas deve advir da lógica interna do argumento. Tal estratégia exigirá citações mais breves, com as informações apresentadas por uma entrevista comparadas com as de outra [...] Por outro lado, as perdas dessa forma de apresentação ficam bem claras. Por causa disso, essas formas básicas [de interpretação da história oral] não são alternativas excludentes, mas sim complementares, e em muitos casos o mesmo projeto precisa ser construído tomando por base mais de uma delas.

princípios gerais e a metodologia da História Oral mencionados acima, define-se, pois, a metodologia de pesquisa a ser empregada neste projeto.

É preciso acrescentar, porém, que o presente trabalho não pretende se caracterizar como um projeto no âmbito da História Oral, mas sim na esfera dos Estudos da Tradução. Um projeto "clássico" de História Oral pressuporia, por exemplo, que as gravações viessem a ser disponibilizadas em arquivo público para a utilização posterior por outros pesquisadores, em outros possíveis projetos, sendo para isso devidamente autorizadas pelos depoentes. As gravações realizadas para este projeto, no entanto, foram feitas com outro objetivo e num clima de confiabilidade entre o pesquisador e os depoentes, como colegas da profissão sendo investigada, com a solicitação de alguns depoentes e o compromisso por parte do pesquisador de que certos trechos não seriam divulgados ou utilizados textualmente nesta tese. Feita essa ressalva, o fato de terem consentido na gravação de seus depoimentos funciona como aceitação tácita de que fossem incluídos nesta pesquisa.

Além disso, as informações prestadas nos depoimentos orais não constituem a única fonte de pesquisa — embora essa característica *per se* não invalidasse o projeto como História Oral, uma vez que se admite a chamada **história oral híbrida**. (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 128-130). Alguns intérpretes deram seus depoimentos por e-mail, por não disporem de tempo para entrevistas ou porque o encontro para gravação exigiria viagem de uma das partes, nem sempre possível. A informação da fonte fica, obviamente, sempre clara no corpo deste trabalho. Na seção que trata da imagem no intérprete na mídia, as informações são, é claro, coletadas na própria mídia. E no que tange ao capítulo referente ao ensino da interpretação no Brasil, utilizam-se, além de inúmeras entrevistas, informações disponíveis em meios de divulgação das instituições, em grande parte na Internet. Sempre que possível, essas informações foram complementadas por comunicações por intermédio de correio eletrônico, como indicado no capítulo em questão.

2.3 O Papel do Pesquisador

Não há estudo em que o pesquisador possa ser totalmente neutro. Sua interferência se faz presente, pelo menos, na escolha do objeto da pesquisa, dos depoentes e das próprias perguntas feitas a eles. Faz-se presente também, sem dúvida alguma, na redação do trabalho em si, resultante das pesquisas realizadas. Neste estudo, porém, a presença do pesquisador se faz de mais uma forma, além dessas tradicionais, explicada a seguir.

Como menciona Koskinen (2008, 55) em seu estudo etnográfico a respeito da Tradução na União Europeia, "[in] translation studies it is quite common for researchers to have previous or simultaneous experience as translators or interpreters"[9]. Essa é exatamente a situação neste estudo. Sendo ainda mais específica em relação à interpretação, diz a autora (Koskinen, op. cit, 39):

> The tradition of 'practisearchers' in interpreting studies (a concept coined by Daniel Gile to describe practitioners interested in theorizing) may also have contributed to the growing emphasis in practice orientedness in interpreting studies, whereas translation studies may have been more prone to 'armchair theorizing' (Holmes)[10]

É fácil constatar que tal afirmativa é um fato inegável, bastando para isso mencionar o nome dos principais pesquisadores nos Estudos da Interpretação: Danica Seleskovitch, Marianne Lederer, Barbara Moser-Mercer, Daniel Gile, Miriam Shlesinger e Franz Pöchhacker, para citar apenas os mais conhecidos e com maior volume de publicações, são (ou foram) todos intérpretes de conferência e seu interesse em relação à pesquisa acadêmica nasceu a partir da prática e da docência. O fato é, também, ressaltado por Daniel Gile (1995b, 20-21), quando diz:

> Il convient de distinguer en premier lieu les chercheurs interprètes des cherceurs "exterieurs'. En effet, contrairement à la situations dans la plupart des autres disciplines, à de rares exceptions près, la recherche sur l'interprétation est menée par des interprètes practiciens, et non pas par des "chercheus professionnels". [...][11]

---

9 nos estudos da tradução, é bastante comum que os pesquisadores tenham experiência prévia ou simultânea como tradutores ou intérpretes.

10 A tradição dos 'practicesearchers' nos estudos da interpretação (conceito criado por Daniel Gile para descrever praticantes (da interpretação) interessados em teorização) pode também ter contribuído para a ênfase crescente na orientação para a prática nos estudos da interpretação, ao passo que os estudos da tradução são mais propensos à "teorização de poltrona' (Holmes).

11 Convém distinguir, em primeiro lugar, os pesquisadores intérpretes de outros pesquisadores "exteriores". De fato, em oposição ao que acontece na maioria das disciplinas, com poucas exceções, a pesquisa a respeito da interpretação é realizada por intérpretes praticantes, e não

Como em qualquer circunstância, há vantagens e desvantagens decorrentes dessa situação. Koskinen (op. cit, 52) aponta para o fato de que tal situação "often facilitates entry and helps in gaining acceptance, but it also propels the researcher into roles and processes that are not always comfortable".[12] E continuando na mesma linha, completa ela: "Personal experience is an asset in research, but it also poses risks and difficulties. These risks can involve split loyalties towards colleagues in the work place on the one hand and academic objectivity on the other. In addition, a conflict of roles may arise."[13] (Koskinen, op. cit, 154). Para os oralistas, a situação é vista como positiva: "A afinidade, a preferência de pessoas envolvidas no mesmo processo da *colônia* analisada é elemento básico para o bom resultado destes projetos (...)" (MEIHY, 1994, p. 7, grifo do autor). Koskinen aponta, ainda, uma grande vantagem, ao se referir a seu papel de facilitadora nos "focus groups" de seu estudo, situação bastante semelhante à encontrada em entrevistas individuais, como as realizadas para este projeto de pesquisa: "A peer facilitator may find it easier to establish rapport, gain acceptability and credibility, and may also speak the same language (including the same subculture slang or professional jargon) as the participants"[14] (Koskinen, op. cit, 86).

O autor deste trabalho identifica-se com todas as questões levantadas por Koskinen e Gile, aqui citadas. Sua experiência como intérprete de conferências é anterior ao interesse pela pesquisa acadêmica. A reflexão sobre as questões surgiu da prática, como no caso de tantos pesquisadores da área. Sem dúvida alguma também, essa experiência abriu muitas portas e facilitou muita a aceitação durante as entrevistas, inclusive com a revelação de assuntos confidenciais, ocasionalmente, com o depoente

---

12 pelos "pesquisadores profissionais".

13 frequentemente facilita o acesso e ajuda a conseguir aceitação, mas também coloca o pesquisador em papeis e processos nem sempre confortáveis.

14 A experiência pessoal é um ponto positivo para pesquisa, mas também provoca riscos e dificuldades.Os riscos podem envolver lealdade dividida entre os colegas que estão no mercado de trabalho, por um lado, e a objetiva acadêmica, por outro. Além disso, pode surgir um conflito nos papeis desempenhados.

o facilitador dentre os pares deve encontrar mais facilidade em estabelecer empatia, ganhar aceitabilidade e credibilidade, e fala também a mesma língua (incluindo as mesmas gírias da subcultua ou jargão profissional) que os participantes.

autorizando que o assunto fosse mencionado, sem revelar seu nome, ou, em alguns casos, que o assunto não fosse mencionado de modo algum. Mas como aponta Koskinen, a confusão de papeis entre praticante e pesquisador dificulta a menção de certas questões supostamente “delicadas” da profissão. Algumas vezes ao longo do texto do trabalho o autor também cita suas experiências práticas, que corroboram o que é mencionado pelos depoentes. Desse modo, além do inevitável recorte dado a qualquer projeto por parte do pesquisador/autor, como mencionado acima, serão encontradas aqui também ocorrências em que o autor acaba por atuar, ainda que em pequeno grau, como mais um depoente.

2.4 Metodologia de Pesquisa

Este trabalho utiliza fundamentalmente fontes primárias, a saber, depoimentos de intérpretes de conferência brasileiros. Além dos depoimentos, que formam o cerne desta pesquisa, recorreu-se a alguma documentação guardada por esses intérpretes e a raras menções à profissão na mídia. A escolha dos depoentes foi feita, primeiramente, a partir das listas de membros da AIIC e da APIC. A partir daí cresceu com a indicação de outros intérpretes por parte dos próprios depoentes, o que a História Oral chama de “efeito bola-de-neve” (CAMARGO, 1984, p. 10), em que um depoente menciona e indica outro que também pode ter algo relevante a falar sobre o tema.

Foram colhidos depoimentos dos intérpretes brasileiros que começaram a profissão no Brasil no final da década de 40 e nos anos 50, continuando a partir daí, chegando a intérpretes cuja carreira começou mais recentemente, que possivelmente têm uma perspectiva um pouco diferente a respeito da profissão. Essa amostragem acabou chegando ao que Camargo (op. cit, p. 80) chama de “ponto de saturação”, termo que a autora toma emprestado a Daniel Bertaud. Diz ela: “Nós começamos a fazer entrevistas e, em determinado momento, esgotamos aquele universo. Quando começamos a repetir a informação, é o sinal de que aquele circuito de informações se esgotou (...)”.

O fato de o autor deste projeto fazer parte, de certa maneira, da “comunidade” dos entrevistados é fato visto como positivo por estudiosos da História Oral, como mencionado acima. Isso foi comprovado pelo autor deste trabalho pela solicitude, disposição em informar e cooperação ilimitada dos depoentes, que foram contatados inicialmente pelo próprio pesquisador ou por amigos e/ou colegas em comum.

Embora sem a intenção de fazer com que os depoentes respondam a um questionário fechado, foi preciso manter os depoimentos de cada um dentro dos pontos fundamentais da investigação pretendida por este projeto, as chamadas “core questions” (RITCHIE, 2003, p. 102). Segundo o autor, o entrevistador “[should] provide a conductive environment for a conversation that addresses relevant issues”[15]. Os depoimentos foram, pois, norteados pelos seguintes pontos: (1) Interesse em línguas estrangeiras e seu aprendizado; (2) Surgimento do interesse em interpretação; (3) Formação; (4) Início da atividade profissional; (5) Informações sobre o grupo coordenado por Edith van de Beuque (para os intérpretes mais antigos do Rio de Janeiro) ou Informações sobre a criação da APIC (para os intérpretes mais antigos de São Paulo); (6) Opiniões sobre o mercado atual; (7) Eventos mais marcantes da carreira; (8) Opinião sobre o futuro da profissão de intérprete de conferências no Brasil e novas tendências percebidas (9) Outras informações que o depoente considere importantes. Houve, obviamente, espaço e mesmo estímulo para digressões e extensões dos temas propostos, com base nas experiências individuais. Essas experiências individuais foram sempre levadas em conta em cada uma das entrevistas, que foram sendo adaptadas à medida que o processo de coleta das informações progredia. Lang (1998, p. 752) explicita tal procedimento da História Oral:

> Queremos aqui enfatizar a necessidade da análise acompanhar o processo da pesquisa e não se fazer apenas ao término das entrevistas, procedimento que permite levantar novas questões que serão observadas nos relatos subsequentes, face a novas indagações que se colocam no decorrer do processo.

As entrevistas foram conduzidas, em sua maioria, na residência de cada um dos depoentes, procedimento corroborado por Thompson (op. cit., p. 234) e por Tourtier-

---

15 [o entrevistador deve] propiciar um ambiente que estimule uma conversa que trate de questões relevantes.

Bonazzi (1990/2006, p. 236), entre outros. Esses autores também corroboram a coleta do depoimento de maneira individual, em oposição a grupos. Como diz Tourtier-Bonazzi: “Não se falam as mesmas coisas numa conversa a dois ou a três” (op. cit., p. 234) .Thompson afirma a mesma coisa com mais detalhes (op. cit., p. 234), quando diz:

> nearly always, it is best to be alone with the informant. Complete privacy will encourage an atmosphere of full trust in which candour becomes much more possible. [...] The presence of another person at the interview not only inhibits candour, but subtly pressurizes towards a socially acceptable testimony.[16]

O registro dos depoimentos aconteceu sempre em dois suportes de mídia diferentes: com um gravador convencional, registraram-se os depoimentos em fita cassete; com um gravador digital, obtiveram-se registros a partir dos quais os depoimentos foram convertidos para o formato “wave” e registrados em CDs, podendo ser ouvidos em qualquer tocador de CD ou DVD e ainda em computadores. Desse modo, houve sempre a garantia de haver mais de um registro sonoro disponível, o que em alguns casos impediu a perda ou inutilização de um depoimento.

Chega-se, pois, à situação do tratamento e uso dos depoimentos. Como se mencionou na seção anterior, não há concordância entre os oralistas se o documento, de fato, é o depoimento em sua versão sonora ou a sua transcrição. Tourtier-Binazzi (op. cit., p. 239) aponta razões de ordem prática para que não se faça uma transcrição completa: “Estima-se que a transcrição requer pelo menos cinco vezes mais tempo do que a gravação, o que obriga a mobilizar muita gente e seria portanto extremamente oneroso”. E, mais à frente em seu texto, afirma o que, segunda ela, é a “posição francesa”: “a fita constitui o original; a gravação é, pois, o documento original que se deve consultar” (op. cit., p. 240). Mas principalmente, além dessas razões de ordem prática, como este trabalho não pretende criar uma “história de vida” dos intérpretes, nem fazer uma análise da sua narrativa ou de seu discurso, mas sim utilizar informações cruzadas dos depoimentos para redigir um histórico da profissão no Brasil, não pareceu necessário transcrever todos os depoimentos na íntegra. Transcrevem-se, obviamente, os trechos citados no corpo do presente trabalho.

---

16 quase sempre, é melhor estar sozinho com o informante. A privacidade total estimula uma atmosfera de plena confiança, na qual a sinceridade se torna muito mais possível. [...] A presença de outra pessoa na entrevista não somente inibe a sinceridade, mas sutilmente pressiona para que o testemunho tenha um formato socialmente aceitável.

Mas como ocorre essa transcrição? Mais uma vez, como já mencionado, há discordância entre os oralistas de que procedimentos adotar em uma etapa do projeto, neste caso a transcrição. Tenta-se, aqui, um meio-termo: nem a "transcriação" supracitada, advogada por Meihy, nem a transcrição minuciosa, com todas as hesitações, pausas, marcas de entoação e outras características, como seria necessário para uma análise do discurso, que não é o foco desta pesquisa. Faz-se, portanto, na medida do possível, uma "textualização" para facilitar a leitura, mas mantendo-se a escolha lexical do depoente e seu estilo na medida do possível. Segue-se o conselho da pesquisadora americana Yow (2005, p. 327-328, grifo da autora):

> In the published version of an oral history transcript, when you are making decisions about what to present to the reader, stay as close to the narrator's words as you can while still having a readable text. The least possible tampering with the primary source—*according the most respect for the narrator's unique way of speaking*—is the best way. [...] I acknowledge that in publication, the necessity of arranging segments of the taped memoir may sometimes occur because you want the narrative to progress along a straight line; a change in someone's actual wording is much less acceptable.[17]

Na redação final do texto deste trabalho, busca-se a visão de análise, como defendida por Queiroz[18] (1992, p. 25, apud Lang, 1998, p. 752), que a vê como uma técnica

> destinada a produzir determinados resultados considerados úteis: sua função não é diretamente explicativa; busca operar reuniões de dados segundo esquemas específicos, com a finalidade de analisá-los, isto é, de, por meio da decomposição do todo em seus elementos, chegar a um arranjo dos dados que não existia anteriormente; acredita-se que a nova disposição dos mesmos levará a um conhecimento de significados implícitos ou latentes.

Portanto, a partir do registro dos depoimentos de diversos intérpretes de conferência e formadores de intérpretes brasileiros, em sua maioria colhidos a partir de entrevistas individuais, escreve-se a história da interpretação de conferências no Brasil, a partir do final da década de 40 até este início do século XXI, momento esse que vivemos,

---

17 Na versão publicada de uma transcrição de história oral, quando se estão tomando decisões sobre o que apresentar ao leitor, fique o mais próximo possível das palavras do narrador e, ao mesmo tempo, apresente um texto legível. Quanto menos se alterar a fonte primária — *respeitando o máximo possível a maneira única em que o narrador se expressa* — tanto melhor. [...] Reconheço que na publicação possa existir a necessidade de reordenar segmentos de uma memória gravada, porque se deseja que a narrativa se desenvolva seguindo uma linha coerente; a alteração das palavras reais de alguém é muito menos aceitável.

18 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG, A.B.S.G. (org.). *Reflexões sobre a pesquisa sociológica.* Coleção TEXTOS, n. 3, série 2, 1992.

utilizando-se os recortes explicitados na próxima seção (Visão Geral do Projeto) ”para chegar a um arranjo dos dados”, nas palavras de Queiroz supracitadas, e registrar a história da interpretação de conferências no Brasil. Analisam-se, também, a partir dos mesmos depoimentos, as perspectivas de mudanças na profissão num futuro próximo. Como já mencionado, analisam-se, ainda, comentários da mídia sobre a profissão e, no capítulo referente à formação de intérpretes, analisam-se, também, dados de divulgação institucional.

Cumpre ressaltar, embora tal fato fique evidente a partir de tudo que foi dito até o momento, que este trabalho não pretende ter qualquer foco quantitativo ou de natureza empírica.

Capítulo 3

A Interpretação de Conferências no Mundo

Como mencionado na Introdução a este trabalho, a tradução oral entre dois idiomas sempre existiu. Era essencial para a divulgação das religiões, para o comércio, para a colonização e, ocasionalmente, para as negociações intergovernamentais que, fora da Europa ou mesmo na Europa, ao se tratar de negociações bilaterais, nem sempre se realizavam em francês, a chamada "língua da diplomacia". No entanto, era sempre realizada por indivíduos que não consideravam a interpretação como profissão, pois eram missionários religiosos, diplomatas, militares ou mesmo administradores (Cf. BOWEN e BOWEN, 1984; KURZ e BOWEN, 1999). As poucas reuniões internacionais importantes realizadas até a Primeira Guerra Mundial aconteciam em francês, língua falada por todos os diplomatas. O famoso Congresso de Viena, realizado entre 1814 e 1815, é um exemplo disso. Os representantes dos diversos países na União Postal Internacional eram escolhidos, usualmente, por falarem francês (Cf. HERBERT, 1978).

3.1 Os Primórdios: o Armistício e a Conferência da Paz de Paris

Os primeiros intérpretes de conferências profissionais surgiram ao final da Primeira Guerra Mundial, com as negociações para o Armistício e a elaboração do Tratado de Versalhes, que criou a Liga das Nações e outras organizações correlatas. Nem o Primeiro-Ministro do Reino Unido, Lloyd George, nem o Presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, eram fluentes em francês, e ambos exigiram que o inglês fosse utilizado nas discussões em pé de igualdade com o francês. Desse modo, a hegemonia do francês foi vencida e tornou-se necessário providenciar intérpretes para as reuniões, realizadas em Paris. Obviamente, nenhum dos intérpretes tinha qualquer formação específica para o exercício da profissão e vários deles eram professores. Uma vez que nem eles nem os organizadores das sessões tinham muita clareza de suas funções, improvisaram bastante e aprenderam a interpretar, interpretando.

Figura 1: Paul Mantoux (www.aiic.net, 1998, não mais disponível)

O primeiro, que se tornou o intérprete-chefe do evento, foi o Professor Paul Mantoux, que já atuava como intérprete de Lloyd George havia alguns anos, em suas negociações com o governo francês. Mantoux não abraçou a interpretação como profissão, fazendo carreira como funcionário permanente da Liga das Nações, como Diretor de Assuntos Políticos. Era historiador e veio a ser um dos fundadores do *Institut de Hautes Études Internationales*, em Genebra, na Suíça. Quando Mantoux foi nomeado funcionário permanente da Liga das Nações, foi substituído como intérprete por Gustave Camerlynck, também proveniente do mundo acadêmico. Camerlynck foi intérprete e tradutor-chefe de toda a série de Conferências da Paz, vindo depois a atuar como intérprete temporária na Liga das Nações, tanto na Assembleia quanto no Conselho da Liga, chegando a recusar convite para se tornar permanente. Sempre teve grande destaque e, até mesmo, honorários diferenciados. Stephen Bonsal foi outro dos intérpretes importantes das Conferências da Paz e, diferentemente dos dois mencionados anteriormente, era jornalista. Bonsal também não seguiu carreira como intérprete, sendo mais conhecido como escritor e jornalista, tendo sido agraciado com o Prêmio Pulitzer em 1945.

Figura 2; Jean Herbert (www.aiic.net, 1998, não mais disponível)

Um dos intérpretes das mesmas conferências foi Jean Herbert. Jovem militar francês, Herbert começou sua carreira de intérprete em 1917, substituindo o Professor Paul Mantoux em uma conferência do Ministro das Finanças da França com o Primeiro-Ministro inglês, Lloyd George, em Londres. Herbert viria a atuar no que chama de “Conferências Preliminares da Paz”, esteve presente na assinatura do Tratado de Versalhes e atuou como intérprete na Liga das Nações, além de atuar nas reuniões preparatórias para a criação de diversas organizações internacionais como a UNESCO e a Organização Mundial da Saúde. Foi, posteriormente, o primeiro intérprete-chefe da ONU, quando de sua criação em 1945, tendo atuado na assembleia inaugural quando da criação da organização, realizada em São Francisco, Califórnia. (Cf. HERBERT, 1978 e BAIGORRI, 2000). Foi,

ainda, autor do primeiro livro destinado à formação de intérpretes, em 1952, que dedica a "Paul Mantoux, o primeiro Intérprete de Conferências"[19]. O livro é produto de um curso dado por ele aos primeiros intérpretes da ONU, em Lake Success, primeira sede da Organização, em 1946.

Baigorri (2000) menciona ainda outros intérpretes, como Meyer, Georges Demolon, Walter Peirce, Arthur Frazier e Georges Michaelis, que atuaram em um número menor de sessões que os demais. Cumpre destacar que Michaelis foi o único intérprete alemão. Uma vez que a Alemanha não fez parte das discussões, não houve necessidade de interpretação desse idioma até o momento em que se apresentou o Tratado de Versalhes às autoridades alemãs.

Segundo ainda Baigorri (1999 e 2000), os intérpretes atuaram em diversas modalidades: consecutiva "longa", em que o intérprete ouve atentamente um discurso completo, sem interrupções, toma notas e, a seguir, interpreta-o para outro idioma; a consecutiva "curta", em que o intérprete traduz pequenos trechos, sem tomar notas; a tradução à vista do texto, quando os intérpretes traduzem oralmente a partir de um texto escrito, modalidade usada normalmente para a tradução de documentos. Além dessas modalidades, houve diversas situações em que se utilizou a interpretação sussurrada (conhecida no jargão profissional como "chuchotage", a partir da terminologia francesa), que nada mais é do que uma interpretação simultânea sem qualquer tipo de equipamento, uma vez que o principal não interrompe seu discurso para a tradução, que ocorre enquanto o orador principal continua a falar.

Conforme relata Baigorri (2000), os intérpretes reclamavam dessa modalidade por ser extremamente cansativa. Bonsal confessou fingir estar afônico, algumas vezes, para evitar fazer a interpretação sussurrada. Os intérpretes reclamavam ainda das condições de trabalho, que incluíam longas horas sem descanso e dificuldades para ouvir o que se dizia, devido a muitas conversas paralelas na sala e à falta de equipamentos de amplificação de som, como posteriormente passariam a ser utilizados. Além disso,

---

[19]HERBERT, Jean. *Manuel de l'interprète* ou *The interpreter's handbook: how to become a conference interpreter*, Genebra: George, 1952, 115p.

tendo em vista que suas funções não eram ainda muito claras, acabavam atuando também como tradutores e redatores e revisores de atas.

3.2 A Liga das Nações: A Época de Ouro da Consecutiva

A Liga das Nações (também chamada de "Sociedade das Nações"), com sede em Genebra, na Suíça, foi criada para ser uma "associação permanente de Estados, de escopo universal, destinada a preservar a paz e a assegurar o cumprimento das normas de direito internacional" (GARCIA, 2000, p. 21). Possuía organizações correlatas, de natureza especializada, como a Organização Internacional do Trabalho, conhecida pela sigla OIT, com sede também em Genebra, e o Tribunal Internacional de Justiça, com sede em Haia, na Holanda. Essas duas organizações ainda existem atualmente, como organizações da família da Organização das Nações Unidas, mantendo suas respectivas sedes nas mesmas cidades desde a fundação. A Liga das Nações era composta por uma Assembleia, que se reunia anualmente, pelo Conselho de membros permanentes e não-permanentes, que se reunia algumas vezes por ano, e pela Secretaria, órgão permanente, à qual estavam ligados os intérpretes (Cf. BAIGORRI, 2000, p.66).

Figura 3: Palácio das Nações em Genebra, Suíça, sede da Liga das Nações (disponível em www.unog.ch)

Essa nova forma de cooperação internacional verá surgir nos anos do entre guerras, as décadas de 20 e 30 do século XX, a figura do "intérprete-funcionário internacional", ligado às organizações internacionais e do "intérprete *freelance*", que prestava serviços a essas organizações e que também atuava nas inúmeras conferências internacionais que começam a surgir, nas mais diversas áreas do conhecimento humano. A Liga das Nações e suas organizações associadas mantiveram o francês e o inglês como línguas oficiais, seguindo a tradição iniciada nas Conferências da Paz. No entanto, os delegados de países com outras línguas maternas, tais como o espanhol, o italiano e o alemão, poderiam apresentar discursos em sua língua desde que providenciassem intérpretes, às suas custas, para uma das

duas línguas oficiais. Começam, assim, a surgir também intérpretes funcionários de Ministérios de Relações Exteriores de diversos países. Baigorri (2000) apresenta estatísticas da Liga das Nações demonstrando que, em suas duas décadas de existência, o inglês começa a perder seu lugar para o francês, como segunda língua dos delegados dos países membros. A maioria dos países da Europa e da América Latina, por exemplo, apresentam seus discursos em francês e não em inglês. Com isso, há muito mais trabalho para os intérpretes de língua materna inglesa, que traduzem do francês, do que para os intérpretes de língua francesa, que não têm tanto a fazer. Tal situação se deve, possivelmente, não só à tradição do uso do francês como língua diplomática, mas também pelo fato de os Estados Unidos não serem membros da Liga das Nações, o que é um certo paradoxo, uma vez que a Liga foi criada, em grande parte, pela força do Presidente Woodrow Wilson. O Senado americano, no entanto, votou contra a participação dos Estados Unidos na Liga, privilegiando a política do isolacionismo americano no entre guerras.

O Brasil foi um dos Estados fundadores da Liga das Nações e sempre pleiteou um lugar de membro permanente do Conselho, algo que nunca logrou. Pleiteou também a "suplência" dos Estados Unidos, em que ocuparia a vaga permanente à qual os Estados Unidos tinham direito, até a sua entrada na Liga, o que garantiria uma certa permanência do Brasil no Conselho, uma vez que a entrada dos Estados Unidos não era muito provável. Quando em 1926 o Tratado de Locarno aceita a Alemanha na Liga das Nações, na condição de membro permanente do Conselho, o Brasil decide retirar-se, de vez, da Liga das Nações, sob a alegação que a representação dos países das Américas estava totalmente desequilibrada. O anúncio é feito na reunião do Conselho da Liga das Nações em junho de 1926, quando o Brasil renuncia a seu assento temporário no Conselho, que ocupava desde a criação do órgão, sob o argumento de que a Liga "perpetuava o passado" em vez de "preparar o futuro", abandonando o ideal americano defendido pelo Presidente Wilson (Cf. GARCIA, 2000). Não parece ter havido nunca qualquer iniciativa para pleitear que o português fosse adotado como língua de trabalho da Liga ou em suas organizações associadas, apesar de o Brasil ter sido membro fundador e de Portugal também fazer parte da organização. A mesma situação se repetiria, posteriormente, na Organização das Nações Unidas. Sendo

assim, não há qualquer registro de intérpretes de língua portuguesa na Liga das Nações ou em suas organizações associadas, inclusive na OIT, da qual o Brasil faz parte até hoje como um dos dez membros permanentes do Conselho de Administração da referida organização[20].

A interpretação na Liga das Nações era feita por intérpretes permanentes (funcionários) e temporários (*freelance*). Como o volume de trabalho era muito variável, aumentando consideravelmente durante a Assembleia anual e as reuniões do Conselho (algumas vezes por ano) e diminuindo muito durante o tempo restante, o número de intérpretes permanentes era pequeno, variando ao longo dos anos. Como relata Baigorri, eram quatro intérpretes no início da organização (dois da seção francesa e dois da seção inglesa); em 1930 eram três intérpretes por seção; em 1932, quatro por seção; em 1935, voltam a ser três por seção; em 1939, há somente um na seção francesa e dois na inglesa. Como se vê, o número máximo existiu entre 1932 e 1934. De qualquer modo, a quantidade de intérpretes foi sempre insuficiente para as sessões da Assembleia e do Conselho, com suas múltiplas comissões e subcomissões, e o trabalho dos intérpretes temporários foi sempre fundamental. Era comum os intérpretes realizarem também trabalho de tradução e de redação de atas, principalmente os permanentes, em épocas de menor demanda de interpretação. Em ambos os casos, havia provas de seleção para acesso à função, comuns aos candidatos a tradutor. Não havia, formalmente, provas de interpretação, pois ainda se considerava a interpretação uma espécie de arte, de dom natural. Os intérpretes eram testados na prática, provenientes que eram dos quadros de tradutores, no caso dos permanentes. Essas provas de acesso exigiam conhecimentos de outros idiomas além dos dois oficiais (inglês e francês), principalmente de alemão, italiano e espanhol, pois não era raro ter-se de traduzir documentos de uma dessas línguas para o inglês e o francês, embora não fosse muito comum ter-se de interpretá-las na Assembleia ou Conselho.

A modalidade de interpretação praticada usualmente na Liga das Nações era a consecutiva, na sua forma "longa" ou clássica: o intérprete ouvia atentamente o discurso do orador sem interrupções, tomava notas, para a seguir reproduzi-lo integralmente em

[20]Cf. consulta ao site brasileiro da OIT <www.oitbrasil.org.br> em 3 de maio de 2008.

outro idioma. Tais discursos duravam de 20 minutos a até uma hora ou mais, o que não impedia o desempenho dos intérpretes e causava enorme admiração nos que presenciavam seu desempenho, principalmente as pessoas que não estavam habituadas às sessões da Liga. Diversos jornalistas escreveram a respeito do que consideravam algo fantástico ou surreal ou mesmo "miraculoso", como menciona Herbert (1978, p. 6). Havia mesmo ocasiões em que a interpretação era aplaudida pela plateia. Como relata Herbert (1978), em reuniões pequenas os intérpretes atuavam diretamente de onde estavam sentados na plateia, mas nas Assembleias e Conselhos, eles se sentavam na tribuna e, dessa posição de destaque, reproduziam o discurso que haviam acabado de ouvir. Isso parecia ser muito importante para esses intérpretes e há diversos comentários a respeito do fato. Vejamos o que diz Herbert (1978, p. 7) a respeito:

> But that hard work also had its compensations. At that time the interpreter was seated on the rostrum next to the Chairman and the General Secretary and was both their confident and their technical adviser in the matter of International Conference procedures[21].

Ao criticar a interpretação simultânea anos mais tarde, Constantin Andronikof (1962, p. 9-10) comenta a "despersonalização" do intérprete nesse modo de interpretação, em contraste com a modalidade consecutiva, conforme praticada na Liga das Nações:

> Dans la consécutive, il voit et il est vu ... Pour lui, la consécutive est un engagement de toute sa personne. Son amour-propre est en jeu ... Il en est autrement dans la simultanée... Par um processus inconscient et naturel, le délégué englobe l'interprète dans l'equipement ... En conséquence, l'interprète est dépersonalisé par la simultanée... [La cabine] est placée dans le fond de la salle, derrière les délégués, ... [et] l'interprète perd don épaisseur, sa hauter, toute présence[22].

Essa modalidade de interpretação tinha uma outra utilidade, muito defendida anos depois, quando se tentava implantar a simultânea na ONU: os delegados que já haviam compreendido o discurso na sua língua original aproveitavam o tempo da interpretação para formular réplicas, discutir com outros na mesma situação ou para outras

---

[21] Mas aquele trabalho árduo tinha compensações. Naquela época o intérprete sentava-se na tribuna, ao lado do Presidente ou do Secretário Geral e servia tanto de seu confidente como de consultor técnico a respeito dos procedimentos das Conferências internacionais.

[22] Na consecutiva, ele vê e é visto. [...] Para ele, a consecutiva é um empenho pessoal integral. Sua auto-estima está em jogo. [...] As coisas são diferentes na simultânea. [...] Por meio de um processo inconsciente e natural, o delegado inclui o intérprete como parte do equipamento. [...] Como consequência, o intérprete fica despersonalizado pela simultânea. [...] [A cabine] é colocada no fundo da sala, atrás dos delegados, [...] [e] o intérprete perde sua argúcia, seu brio, toda sua presença.

atividades. A simultânea irá exigir uma reação imediata, mais espontânea, como se a sessão estivesse ocorrendo em um só idioma, tirando essa vantagem dos que conheciam mais de uma língua ou eram falantes do idioma em que fora apresentado o discurso original, esquecendo-se de que essa era exatamente a situação das reuniões monolíngues.

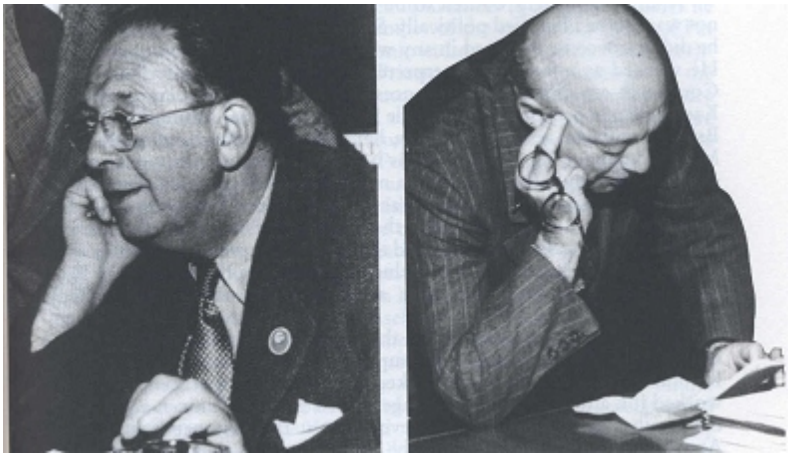


Figura 4: Georges e André Kaminker (in BAIGORRI JALÓN, 2004, p. 47)

Alguns intérpretes da Liga das Nações tornaram-se famosos por seu desempenho. Entre eles, Georges Camerlyinck, Antoine Velleman, que veio posteriormente a fundar o primeiro centro de formação de intérpretes na Universidade de Genebra, Jean Herbert, os irmãos Georges e André Kaminker, Hans Jacob, George Mathieu, todos eles intérpretes *freelance*, que atuaram nas sessões da Liga das Nações e em outras conferências realizadas na época. Ao contrário do que acontece hoje em dia, a profissão era, essencialmente, masculina. A exceção mais conhecida foi Olivia Rossetti-Agresti, uma das poucas mulheres a interpretar na Liga das Nações durante longo tempo. Outras delas foram Lydia Kerr e Patricia Longley, que atuaram durante pouco tempo e já nos dias finais da Liga (Cf. BAIGORRI, 2000, p. 121). Patricia Longley veio, posteriormente, a criar o curso de formação de intérpretes da Polytechnic of Central London, atualmente University of Westminster, o curso mais importante do Reino Unido na área de formação de intérpretes de conferência. Longley atuou como intérprete até fins da década de 90, quando faleceu.[23]

Foi devido aos intérpretes *freelance* da época que a Secretaria da Liga das Nações teve de enfrentar uma série de questões que se tornariam centro de discussões trabalhistas entre intérpretes e seus empregadores durante várias décadas, para as quais só se

[23] Segundo informação pessoal ao autor, por Ingeborg Smallwood, sua sucessora na direção do curso da Universidade Westminster, Londres, janeiro de 2001.

chegaram a acordos satisfatórios após a criação da Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (AIIC, a partir de seu nome em francês) em Paris, no ano de 1953. Dentre essas questões estão o pagamento para os dias de preparação/estudo da documentação para os eventos, o pagamento de feriados e finais de semana, quando se trabalha mais de uma semana em um mesmo evento, as condições de viagem e hospedagem, quando as conferências se realizam fora do lugar de residência dos intérpretes e, principalmente, a carga diária de trabalho. Entre os mais ativos nessas exigências destacam-se Camerlynck e Velleman. Embora nunca tenha havido regras rígidas quanto a essas questões quando da contratação de intérpretes pela Liga, um caso foi servindo de precedente para outro. Também nessas questões os intérpretes da época da Liga das Nações foram pioneiros (Cf. BAIGORRI, 2000).

3.3 A Interpretação em Outras Organizações e as Primeiras Experiências com a Simultânea

Criadas pelo mesmo Tratado de Versalhes, a Organização Internacional do Trabalho e o Tribunal Internacional de Justiça também adotaram o inglês e o francês como línguas oficiais e também utilizavam intérpretes, em sua grande maioria, temporários ou *freelance*. A OIT, no entanto, iria enfrentar um problema diferente do que ocorria na Liga das Nações, pois nem só os diplomatas participavam de suas reuniões. Era comum a participação de um grande número de líderes sindicais e representantes de empregadores dos mais diversos países, que normalmente eram monolíngues, não compreendendo nem o inglês nem o francês. Com isso, frequentemente a OIT necessitava de interpretação de e para outras línguas além das oficiais, principalmente o alemão, o espanhol e o italiano, o que acontecia com muito menos frequência no Tribunal Internacional de Justiça. Como relata Baigorri (2005), essa questão surgiu já na própria Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Washington, em 1919, para organizar a própria OIT. Nessa conferência surgiram vários problemas devido à incapacidade de os representantes se expressarem em inglês ou francês, sendo que a língua de maior demanda além dessas parece ter sido o espanhol, em razão do número de representantes de diversos países falantes desse idioma. Já ficava claro ali que a OIT teria que encontrar uma solução para o problema.

De acordo com o detalhado relato de Baigorri (2000), que toma por base os arquivos originais da Liga das Nações e da OIT, já em 1924 e novamente em 1925, o rico comerciante e filantropo americano Edward Filene havia entrado em contato com Eric Drummond, Secretário Geral da Liga das Nações, oferecendo-se para financiar a pesquisa e construção de um sistema que viesse a economizar o tempo despendido com as interpretações consecutivas na Liga e proporcionar a oportunidade de debates mais imediatos. Em 1925, Drummond nomeou um comitê para analisar a questão, que acabou não sendo favorável ao experimento, que logo teve a oposição dos intérpretes atuantes na Liga. Filene levou sua ideia à OIT, que foi mais receptiva. Como não tinha os conhecimentos técnicos necessários, associou-se ao professor inglês Gordon Finlay, que se encarregou das questões técnicas, com o financiamento de Filene. Desse modo, o sistema veio a ser conhecido como “sistema Filene-Finlay para interpretação telefônica”.

Figura 5: Edward Filene (disponível em www.lib.uwo.ca)

O chefe da seção de tradução e interpretação da OIT, Caldwell, gostou da ideia, uma vez que a OIT não conseguia funcionar satisfatoriamente com os dois idiomas oficiais, como se viu acima, e o sistema possibilitaria a interpretação para um número infinito de idiomas, desde que houvesse os intérpretes e o equipamento necessário. A primeira experiência, ainda em pequena escala, feita na Conferência Internacional do Trabalho em 1925, foi bem avaliada por Caldwell e se repetiu na Conferência Internacional do ano seguinte. Em ambos os casos, o sistema dependia de uma transcrição estenográfica feita do original, que era a seguir traduzida pelo intérprete. Não se tratava, ainda, do que se veio a experimentar posteriormente, a saber, o sistema como o conhecemos hoje, em que o intérprete ouve o original e interpreta diretamente do que ouviu, sem qualquer transcrição.

Caldwell chegou à conclusão, perfeitamente acertada, de que o intérprete deveria ouvir o orador perfeitamente e que a velocidade do orador não deveria ser excessiva. Já em 1926, o intérprete Rabinovitch, que viria a ser um dos pioneiros da ONU, havia experimentado interpretar sem o auxílio da estenografia. Outro intérprete que participou do evento, Kouindjy, sugeriu também que deveria haver uma maneira de se isolar acusticamente o intérprete, para que seu microfone não captasse a voz do orador principal, sem que o intérprete deixasse de ver e, o
bviamente, ouvir o orador. Estavam lançadas assim, em 1926, as ideias que viriam a influenciar todo o sistema de interpretação simultânea posteriormente. Após esses experimentos bem-sucedidos, Filene ofereceu mais cinco mil dólares para não só o aprimoramento técnico do sistema, mas também para que se criasse uma espécie de curso de treinamento na OIT. Mais uma vez, a ideia foi abraçada por Caldwell e o curso foi criado. Após a instalação da aparelhagem no refeitório da OIT, foi feita uma seleção de candidatos ao curso, dentre os próprios funcionários da organização (não-intérpretes) e outros interessados, mas não houve tempo hábil para o treinamento adequado antes da Conferência Internacional de 1927. Ainda assim o sistema foi usado mais uma vez e, pela primeira vez, se descartou a consecutiva entre os idiomas oficiais inglês e francês em algumas sessões, ficando assim demonstrada a enorme economia de tempo proporcionada pelo sistema. O curso finalmente foi reorganizado no final de 1927 e teve início em fevereiro de 1928, com exames finais em 24 e 25 de maio do mesmo ano, envolvendo o inglês, o francês e o alemão. Com base apenas na intuição dos organizadores, o curso lançou as bases para os futuros programas de formação de intérpretes: o uso de discursos verdadeiros de conferências anteriores, progressão do nível de dificuldade dos discursos, interação crítica entre os participantes e seleção final mediante interpretação para uma banca.

Em 8 de junho de 1928, ao se iniciarem as sessões plenárias da Conferência Internacional do Trabalho, o sistema entrou em operação com o inglês, francês, alemão e espanhol, que funcionaram durante toda a Conferência. Em diversas ocasiões, acrescentaram-se, ainda, o sueco, o holandês e o japonês. Durante quatro dias, se eliminou totalmente a consecutiva “oficial” entre o inglês e o francês. Nos demais dias, se manteve a consecutiva para os dois idiomas oficiais e se interpretou, a partir da

interpretação consecutiva, para os demais idiomas não oficiais mencionados acima. Tal fato leva alguns autores a insistirem que a simultânea foi usada pela primeira vez nos Julgamentos de Nuremberg, uma vez que o equipamento teria sido usado anteriormente para o que Gaiba (1998, p. 31) chama de "simultaneous successive interpretation", justamente o que se descreve acima para os dias em que havia consecutiva entre os idiomas oficiais, o que não corresponde à realidade. A autora afirma ainda que "the system proved very useful at the League of Nations, but it still involved one successive interpretation, thus making the proceedings twice as long", o que fica claramente negado pela pesquisa detalhada de Baigorri (2000). O sistema foi adotado oficialmente pela Organização Internacional do Trabalho após essa conferência de 1928. Para o ano seguinte, foram feitas diversas melhoras técnicas e, conforme os arquivos da OIT citados por Baigorri (2000, p. 190), os intérpretes já estavam mais familiarizados com a técnica necessária para a simultânea, que ainda se chamava de "telefônica", devido ao uso de fones de ouvido, semelhantes aos usados por telefonistas na época.

Além do uso na OIT, há relatos de utilização da interpretação na União Soviética também em 1928, no 6º Congresso do Comintern (Internacional Comunista), com os intérpretes dispostos abaixo da tribuna, ainda sem cabines e sem fones, como mostra uma foto da revista Krasnaya Niva, mencionada por Shveitser (1999, p. 23). Em 1933, foram usadas cabines e fones para os intérpretes na 13ª Reunião Plenária da Executiva do Cominten. Houve ainda em 1935 o famoso 15º Congresso Internacional de Fisiologia, em Leningrado, em que o discurso plenário de abertura feito por Pavlov foi interpretado simultaneamente para francês, inglês e alemão, a partir do russo (Cf. CHERNOV, 1992). Bowen e Bowen (1984) também relatam o uso da simultânea em Berlim, na Conferência Mundial de Energia, em 1939, com equipamento montado pela Siemens e em Scheveningen, Holanda, em 1938, na Conferência Internacional de Estradas (International Road Conference). Há ainda o relato do intérprete Edouard

Figura 6: Edouard Roditi (www.aiic.net, 1998, não mais disponível)

Roditi[24], repetido em várias publicações (por exemplo, em KEISER, 2004; BAIGORRI, 2000) das condições terríveis de trabalho em simultânea na Conferência da OIT realizada na Filadélfia, em 1944. Nas palavras de Roditi:

> The conference was held at Temple University. Simultaneous interpretation was used only for the General Assembly, which took place in a hall that provided no booths for the interpreters, who were placed in a dark and airless basement beneath the platform where the presidium sat and to which speakers also came. The interpreters were therefore unable to see any of the speakers and could barely hear them on account of the constant shuffling of feet above their heads. Nor could they be heard at all clearly, since they were not separated from each other by any partitions[25].

Não é de estranhar que as pessoas não conseguissem, à época, perceber as inúmeras vantagens da interpretação simultânea, uma vez que a qualidade deveria cair bastante, ao se submeter os intérpretes a essas condições de trabalho.

Como se vê, há diversos relatos do uso da interpretação simultânea antes dos Julgamentos de Nuremberg, principalmente pela OIT. No entanto, o julgamento dos criminosos de guerra nazistas, realizado na cidade de Nuremberg, na Alemanha, iria dar à interpretação simultânea a visibilidade que ela não havia conseguido anteriormente, tamanho o destaque dado pela mídia da época ao julgamento e, consequentemente, ao fato de ele se realizar em quatro idiomas: inglês, francês, russo e alemão, com um novo sistema de interpretação, desconhecido da grande maioria das pessoas.

3.4 A Simultânea Atinge a Maioridade: os Julgamentos de Nuremberg

É interessante notar que o primeiro evento internacional em que se utilizou a interpretação simultânea em larga escala e durante um período prolongado de tempo não foi, propriamente, uma conferência internacional, mas sim um julgamento. No entanto, foi um julgamento totalmente peculiar, com muitas semelhanças a uma

---

[24]RODITI, Edouard. Interpreting: its history in a nutshell. National Resource Center for Translation and Interpretation Paper, Washington, D.C., Georgetown University, 1982.

[25]A conferência foi realizada na Temple University. A interpretação simultânea foi utilizada somente na Assembleia Geral, que foi realizada num salão em que não havia cabines para os intérpretes, que foram colocados num subsolo escuro e sem ar, localizado abaixo da tribuna onde estavam sentados os dirigentes e de onde falavam os oradores. Não era, portanto, possível aos intérpretes ver os oradores e também quase não conseguiam ouvi-los, devido aos passos constantes acima deles. Não podiam eles também ser ouvidos com clareza, uma vez que não estavam separados uns dos outros por qualquer divisória.

conferência internacional, uma vez que os juízes, promotores e seus assistentes falavam inglês, francês ou russo, enquanto os réus e grande parte de seus advogados de defesa falavam alemão. Como o sistema jurídico que vigorou foi o anglo-saxão, mais particularmente o dos Estados Unidos, os depoimentos e a chamada "cross-examination" pelos promotores impediam, por si só, o emprego da consecutiva. Na "cross-examination", a velocidade das perguntas e respostas tem um papel tão fundamental que os promotores reclamavam até mesmo da "lentidão" da simultânea. Além disso, a consecutiva num evento que incluía quatro idiomas prolongaria imensamente a sua duração.

Há diversos relatos sobre a interpretação nos Julgamentos de Nuremberg — foram vários, daí o plural, mas só o primeiro e mais importante utilizou a simultânea — relatos esses nem sempre coincidentes em diversos detalhes. Não é escopo deste trabalho analisar o uso da interpretação nos Julgamentos de Nuremberg, de modo que não se entrará na análise das diferenças dos relatos, baseados todos na lembrança dos que participaram do evento. De qualquer modo, trata-se de detalhes, uma vez que o desenrolar dos fatos coincide nos principais relatos. O mais detalhado é o livro de Gaiba (1998), já mencionado na Introdução, que se dedica inteiramente ao assunto. Baigorri (2000) dedica o último capítulo de seu livro aos Julgamentos. Há vários artigos esparsos sobre o assunto (BOWEN e BOWEN, 1985; GAIBA, 1999; RAMLER, 1988; SKUNCKE, 1989/2002; VANDER ELST, 2000/2002) e ainda uma entrevista com Peter Less, publicada no *website* da AIIC (GESSE, 2005).

No entanto, o nome de Peter Less, o entrevistado de Gesse (op. cit.), não aparece em nenhum dos relatos precisos de Gaiba (1998 e 1999), nem nos de Baigorri (1999, 2000). Less menciona na entrevista, por exemplo, que havia apenas um microfone preso (bolted down) no meio de uma mesa, e que os intérpretes tinham de curvar-se para utilizá-lo. Tal fato parece ser equivocado, levando-se em conta a menção de vários intérpretes de que o microfone passava de mão em mão e que se parecia uma granada. O microfone em questão pode, inclusive, ser visto em uso nas cabines, no vídeo *The Interpreters: A Historical Perspective* (1996), um vídeo comemorativo lançado em conjunto pela Associação Internacional de Intérpretes de Conferência e pela ONU (THE

INTERPRETERS, 1996). Less também menciona a sua seleção, do seguinte modo: "One day, American officers in uniform came to the school. They tested a dozen people and hired three, including me. 'Tomorrow morning,' the American officer said, 'you must fly to Nuremberg[26].' Tal processo é radicalmente diferente do relatado por Gaiba (1998), corroborado por Baigorri (1999, 2000), entre outros. Mais uma curiosidade: o nome do supervisor mencionado por Less também não encontra corroboração em todos os demais relatos. É bastante conhecido o fato de que a interpretação estava sob a responsabilidade direta de Leon Dostert, com assessoria de Peter Uiberall, fato amplamente documentado. Segundo Less, o supervisor era o Brigadeiro-General Telford Taylor, o que também não encontra apoio em nenhum dos outros relatos. Observe-se que Gaiba (1998) apresenta uma lista completa, com o perfil dos intérpretes que atuaram no julgamento principal (op. cit., 1998, p. 133-155), tomando por base não só uma série de entrevistas com os sobreviventes, mas também arquivos oficiais do governo americano. Peter Less não faz parte da lista, nem é citado por nenhum dos demais intérpretes sobreviventes. É possível, pelas informações da entrevista e comparando-se com todos os outros relatos, que o intérprete entrevistado por Gesse (op. cit.) tenha participado dos interrogatórios preliminares ou, mais possivelmente, dos julgamentos dito "menores", que aconteceram após o julgamento dos criminosos nazistas de maior destaque, e se estenderam até o ano de 1948, não tendo, aparentemente, atuado como intérprete simultâneo no julgamento principal. A explanação que se segue é um resumo dos acontecimentos, com base nas citações mencionadas acima.

O uso da interpretação simultânea, até então rejeitada pela maioria dos intérpretes e organizações, surgiu a partir de absoluta necessidade. Ao final da Segunda Guerra, com a o advento do Julgamento de Nuremberg dos criminosos de guerra alemães, surgiu o problema de realizar um julgamento com quatro línguas principais: inglês, francês, russo e alemão. Como explicado acima, a consecutiva seria impensável, pois alongaria imensamente a duração das sessões do Tribunal, além de dificultar a mecânica de atuação de testemunhas, promotores, advogados, juízes e réus, falantes

[26] Um dia, oficiais americanos uniformizados vieram até a escola. Testaram uma dúzia de pessoas e contrataram três, incluindo eu. "Amanhã de manhã", disse o oficial americano, "vocês partem para Nuremberg".

dos idiomas acima mencionados. Havia ainda o problema de algumas das testemunhas que não falavam nenhum dos quatro idiomas oficiais do Tribunal. A incumbência de encontrar a solução para o problema foi dada ao Coronel Leon Dostert, francês naturalizado americano e professor da Universidade de Georgetown, que tinha sido, nos anos imediatamente anteriores, intérprete de francês do Comandante Supremo das Forças Aliadas, o General Eisenhower, que viria a ser futuro Presidente dos Estados Unidos.

Figura 7: Leon Dostert (www.aiic.net, 1998, não mais disponível)

A IBM, que havia adquirido a patente do equipamento Filene-Finlay, emprestou parte dos equipamentos gratuitamente, tendo em vista a grande propaganda que seria o seu uso em tal ocasião, numa decisão comercial que se mostrou acertada, uma vez que o sistema veio a ser adquirido pela ONU posteriormente, entre outras organizações. Uma vez que pouquíssimos intérpretes tinham experiência em simultânea, pois só os funcionários da OIT a realizavam com alguma frequência e o único centro de formação em Genebra não oferecia treinamento em simultânea, Dostert convocou alguns jovens intérpretes consecutivos e outras pessoas sem experiência em interpretação, mas com excelente competência linguística e, após alguns testes e, em alguns casos, alguns ensaios intensos, teve início o uso da interpretação simultânea no Julgamento. Diversos intérpretes trabalharam primeiro na seção de tradução, para se familiarizarem com os procedimentos e o vocabulário que iriam enfrentar, como Marie-France Skuncke, uma das poucas com formação na área, oriunda da Escola de Intérpretes de Genebra, mas há outros, como Elizabeth Heyward, que iniciaram diretamente na cabine. De qualquer modo, foram aprendendo com a prática. (cf.: THE INTERPRETER, 1996; GAIBA 1998; BAIGORRI, 2000; SKUNCKE, 1989/2002).

Dostert acreditava ser possível ouvir uma mensagem e expressá-la ao mesmo tempo, o que não era aceito pelos intérpretes consecutivos mais experientes que tinham atuado

na Liga das Nações e em eventos diversos nos anos do entre guerras. Foi também Dostert quem insistiu na importância de os intérpretes serem colocados de maneira a ver o que acontecia no recinto para poderem ter a compreensão global do que se passava, princípio básico do processo da interpretação simultânea, em que os intérpretes continuam a insistir hoje em dia, uma vez que dependem das expressões faciais e outros movimentos corporais tanto quanto das próprias palavras sendo proferidas, para terem uma compreensão global do sentido da mensagem. Os intérpretes em Nuremberg foram colocados no fundo do salão, perto dos réus, em "cabines" abertas de vidro, semelhantes a um guichê de agência bancária, que logo começam a ser chamadas de "aquários". Em cada uma delas, atuavam três intérpretes com a mesma língua de chegada e com três diferentes línguas de partida.

Figura 8: Réus e, ao lado, os intérpretes em Nuremberg (www.aiic.net, 1998, não mais disponível)

Por exemplo, na chamada "cabine de inglês", atuavam três intérpretes que traduziam para o inglês: um intérprete trabalhava do francês para o inglês, outro do russo para o inglês e outro do alemão para o inglês. A mesma estrutura era encontrada na cabine de francês, de russo e de alemão. Os intérpretes nunca interpretavam nas duas direções em uma mesma sessão. Assim, as equipes atuavam sempre com doze intérpretes ao mesmo tempo, divididos em quatro cabines, com três intérpretes em cada uma. Havia três equipes de doze membros, atuando alternadamente: uma atuava na sala do tribunal, outra ficava em uma sala ao lado, recebendo o som original e a interpretação dos colegas, para que estivessem prontos a substituí-los quando necessário, enquanto a terceira equipe estava de folga, para o descanso necessário. As informações a respeito da direção de trabalho dos intérpretes, ou seja, se traduziam de uma língua estrangeira para sua língua materna (de "B" para "A") ou da sua língua materna para a língua estrangeira (de "A" para "B") são conflitantes. Mas a maioria dos relatos deixa claro que existiam ambas as situações. Peter Uiberall, que além de

intérprete foi monitor e, posteriormente, intérprete-chefe, afirma que o trabalho em Nuremberg demonstrou que era melhor interpretar da língua materna para o idioma estrangeiro (de “A” para “B”), pois se teria certeza de que o original havia sido compreendido perfeitamente, ainda que a interpretação apresentasse um certo sotaque estrangeiro (BAIGORRI, 2000, p. 294), o que durante muitos anos após Nuremberg foi rejeitado pelas organizações internacionais.

Figura 9: Intérpretes em Nuremberg. À esquerda na foto, LeonDostert monitora. (www.aiic.net, 1998, não mais disponível.)

Em todas as sessões havia sempre um “monitor”, responsável não só por acompanhar o trabalho dos intérpretes, mas também determinar sua troca quando necessário. O monitor também era encarregado de operar um sistema de luzes, que indicavam a quem falava no momento que deveria diminuir a velocidade (no caso da luz amarela) ou interromper sua fala (no caso da luz vermelha). A luz vermelha também era utilizada quando se fazia necessário substituir um ou mais intérpretes da equipe.

Em algumas ocasiões, foi necessário contratar intérpretes de outras línguas, em função do depoimento de testemunhas que não falavam qualquer das quatro línguas do Tribunal. Incluem-se aí testemunhas que falavam holandês, polonês, tcheco, húngaro e iídiche. Nesses casos, o intérprete interpretava consecutivamente para um dos quatro idiomas oficiais e, a partir da sua interpretação, a equipe regular interpretava para as três outras línguas simultaneamente, o que se chama, usualmente, de interpretação em *relay*.

É interessante notar que grande parte dos intérpretes que atuaram em Nuremberg não seguiram a profissão, pois não se consideravam intérpretes profissionais. Praticamente nenhum deles trabalhou durante os 11 meses em que durou o julgamento inicial, que foi realizado em quatro línguas. A maior parte dos que continuaram na profissão saíram

antes do término para compor equipes na ONU, na UNESCO e em outras organizações internacionais, que ofereciam emprego permanente. O próprio Dostert voltou aos Estados Unidos antes de o julgamento terminar para dar início à organização da equipe de simultânea da ONU (ver seção abaixo). Outros intérpretes de Nuremberg que fizeram carreira na ONU são Elizabeth Heyward, Haakon Chevalier, George Khlebnikov, Genia Rosoff, George Vassiltchikov, dentre outros. Patricia Jordan (posteriormente Vander Elst) foi contratada como uma das primeiras intérpretes da UNESCO, que estava sendo criada em Paris. Marie-France Skuncke fez longa carreira como intérprete *freelance* e foi responsável pela introdução da formação em simultânea na Escola de Genebra, da qual foi professora. Atuou também no corpo docente da HEC, a primeira escola de interpretação em Paris. Foi ainda secretária geral da AIIC. Skuncke faleceu em outubro de 2007, em Paris, onde ainda trabalhava ocasionalmente como intérprete *freelance*.

Após o término do julgamento principal, em outubro de 1946, com a condenação dos principais criminosos de guerra nazistas, os julgamentos continuaram até 1948. Nesses julgamentos "menores", os idiomas utilizados foram apenas o alemão e o inglês, mas a modalidade simultânea continuou a ser empregada. Houve ainda antes do julgamento principal, nos meses que antecederam seu início em novembro de 1945, toda uma série de interrogatórios prévios, realizados por intermédio de uma espécie de interpretação consecutiva, de modo semelhante ao que se chama hoje "interpretação dialógica". Alguns dos intérpretes que atuaram nesses interrogatórios vieram, posteriormente, a atuar em simultânea no julgamento principal, mas grande parte deles não se adaptou à modalidade de trabalho. Esses interrogatórios são descritos detalhadamente no livro *The Nuremberg Interviews* (GOLDENSOHN, 2004), sem dar mais do que informações esporádicas sobre o processo de interpretação. Ramler (1988) também menciona, sem maiores detalhes, a fase dos interrogatórios prévios, nas quais atuou como intérprete.

3.5 O IMTFE[27] em Tóquio: A Interpretação no Julgamento dos Criminosos de Guerra do Japão

[27]International Military Tribunal for the Far East, Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente

O IMTFE, mais conhecido como Julgamento de Tóquio ou Tribunal dos Crimes de Guerra de Tóquio, teve início em 3 de maio de 1946 e durou até 12 de novembro de 1948. O Tribunal julgou os 28 principais criminosos de guerra japoneses, num paralelo ao que aconteceu em Nuremberg em relação aos criminosos de guerra da Alemanha. Também houve julgamentos posteriores, que duraram até 1951, para os “criminosos menores”, em diversas cidades do Extremo Oriente, nos lugares em que os crimes haviam sido cometidos (Cf. TAKEDA, 2007).

Conforme informações de Takeda (2007), a interpretação no IMTFE foi, basicamente, consecutiva, entre o japonês e o inglês, e vice-versa, tendo sido essas duas as únicas línguas oficiais, embora os juízes proviessem de 11 países diferentes, presididos pelo australiano, Sir William Webb, e nem todos falassem inglês, O único juiz a ter interpretação simultânea era o soviético, que não falava nem inglês, nem japonês. Não há maiores detalhes a respeito desse serviço exclusivo, que ficou sob a responsabilidade direta da União Soviética. Todo o restante da interpretação foi exclusivamente na modalidade consecutiva, pois o Tribunal havia decidido que a interpretação simultânea entre o japonês e o inglês era absolutamente impossível. Quando da leitura de documentos escritos previamente, era feita a leitura simultânea do texto já traduzido, o que não constitui, tecnicamente, interpretação, mas sim leitura simultânea. O interessante é que o IMTFE tinha o mesmo equipamento, cedido pela IBM, que estava à disposição em Nuremberg, tendo sido o sistema utilizado para a interpretação consecutiva e as leituras simultâneas, ambas feitas das cabines, a partir do segundo mês do Julgamento. Houve inúmeros casos pontuais de interpretação de e para outros idiomas — como chinês, holandês, francês, alemão, russo e mongol — devido ao fato de diversas testemunhas não falarem nenhuma das duas línguas oficiais, gerando assim a interpretação em “relay”, como aconteceu em Nuremberg.

Uma peculiaridade do IMTFE era que todos os intérpretes entre os dois idiomas oficiais eram cidadãos japoneses, em sua grande maioria funcionários do Ministério das Relações Exteriores do Japão. Os poucos que não eram funcionários do governo japonês foram convocados dentre japoneses criados em famílias bilíngues ou que haviam sido educados nos Estados Unidos. A maior parte dos intérpretes traduzia em

ambas as direções (do inglês para o japonês e vice-versa). Não houve nenhum tipo de treinamento para o trabalho de interpretação e os intérpretes foram aprendendo na prática, sem ninguém mais experiente para orientá-los, o que foi um tanto diferente do que aconteceu em Nuremberg. Até certo ponto, podemos dizer que os intérpretes de Nuremberg tiveram algum treinamento, embora longe do ideal, além de terem alguém com experiência para orientá-los e acompanhá-los, na pessoa de Leon Dostert. Diferente também do que aconteceu com os intérpretes-pioneiros de Nuremberg, não se sabe de nenhum dos intérpretes ou monitores do Julgamento de Tóquio que tenha seguido carreira como intérprete de conferências, embora um deles, Hideki Masaki, tenha sido a partir de 1959 e durante 30 anos, intérprete pessoal do Imperador Hiroito.

Figura 10: IMTFE em Tóquio. Ao fundo, cabines de interpretação. (www.commons.wikipedia.org. Acesso em 17. out. 2010.)

Devido ao fato de os intérpretes serem cidadãos japoneses e não contarem com a confiança do Tribunal foi estabelecido um sistema de monitores e árbitros linguísticos, algo inusitado em Nuremberg. Os monitores tinham função diferente dos que atuaram em Nuremberg e trabalhavam na mesma cabine em que os intérpretes, fazendo tanto alterações quanto eventuais correções nas traduções ao longo de todo o julgamento, o que era mais fácil devido à interpretação ser consecutiva. Os monitores eram todos nisseis que já atuavam como intérpretes e tradutores para as forças armadas dos Estados Unidos durante a guerra, em serviço de escuta e interrogatórios de prisioneiros japoneses, entre outros. Os árbitros linguísticos eram militares americanos, sem descedência japonesa, cuja língua materna era o inglês e que possuíam algum domínio do idioma japonês, mas nunca japoneses ou nisseis. Sua responsabilidade era dirimir dúvidas e questionamentos a respeito da tradução de documentos apresentados ao Tribunal ou a respeito da interpretação durante as sessões e sua decisão era a final. O contra-senso desse sistema era que a decisão final ficava a cargo de quem tinha menos competência linguística no idioma japonês, mas era um “cidadão acima de qualquer suspeita” por não ser japonês ou descendente de

japoneses, como os monitores nisseis, que também eram cidadãos americanos. Criou-se, assim, um sistema de "três níveis" de serviços linguísticos: (1) intérpretes provenientes do próprio país inimigo, logo não-confiáveis; (2) monitores mestiços, que podiam não ser totalmente neutros; (3) árbitros totalmente confiáveis, por serem americanos (sem descendência japonesa) e militares, que dariam a última palavra.

Segundo Watanabe (2009), os monitores desempenharam um papel preponderante na interpretação durante o Julgamento, chegando a intervir e interromper o juiz, quando o depoente Almirante Tojo não tinha concluído sua resposta. A questão da arbitragem também é estudada pela autora, que chama atenção para o fato de que "the Tokyo War Criminal Tribunal recognized the importance of intercultural gaps, and then set up a language arbitration function"[28] Acrescenta, ainda, que os monitores tinham muito mais autonomia do que os intérpretes judiciários têm atualmente.

Como se vê, o Julgamento de Tóquio teve características bem distintas de Nuremberg, no tocante às questões linguísticas, e mais especificamente, no que diz respeito à interpretação. Takeda (2007, p. 77) menciona três questões fundamentais que os historiadores do IMTFE apontam frequentemente a respeito da interpretação no Julgamento: (a) a longa duração do julgamento (dois anos e meio, enquanto o principal Julgamento de Nuremberg durou menos de 11 meses); (b) o impacto que a interpretação consecutiva teve na atuação dos advogados na situação de "cross-examination" do sistema anglo-saxão, já mencionado acima quando da descrição do processo de Nuremberg; (c) os possíveis efeitos que a inadequação do sistema de interpretação possa ter exercido nas sentenças finais. Como não é escopo do presente trabalho fazer uma análise sociopolítica do IMTFE, não se entrará em mais detalhes a respeito da questão. Para tanto, remete-se ao trabalho de Takeda (2007), já citado diversas vezes, que parece ser a fonte mais específica a respeito da interpretação do Julgamento de Tóquio.

3.6 A Interpretação na Organização das Nações Unidas: A Consolidação da

[28] o Tribunal de Crimes de Guerra em Tóquio reconheceu a importância de lacunas entre culturas e criou a função de arbitragem linguística.

Profissão

Antes mesmo que terminasse a Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, o primeiro dos julgamentos em Nuremberg, tiveram início as inúmeras discussões para a criação da Organização das Nações Unidas, conhecida em português pela sigla ONU. As conversações iniciais foram realizadas unicamente em inglês, sem a participação da França e, obviamente, da língua francesa, que era uma das duas línguas oficiais das organizações internacionais antes da II Guerra. A Conferência de São Francisco, realizada entre abril e junho de 1945 para o estabelecimento da Carta das Nações Unidas e criação oficial da ONU, não previa o uso do francês, mas sim do inglês, do espanhol e do russo, como mencionou o jornal francês *Le Monde*, em 16 de março de 1945 (Cf. BAIGORRI, 2004, p. 18). A França e a Bélgica fizeram intensa campanha pela introdução do francês na ONU. Bidault, Ministro das Relações Exteriores da França, chegou a comparar a ONU a Hitler, que desejava "condenar a França", conforme, mais uma vez, o jornal francês *Le Monde*, citado por Baigorri (2004, p. 19). Às vésperas do início da Conferência de São Francisco, decidiu-se adotar a proposta dos Estados Unidos, que previa cinco línguas oficiais na ONU — inglês, francês, russo, espanhol e chinês — nas quais se redigiriam todos os documentos, mas que determinava que só haveria interpretação — pensava-se, obviamente, na modalidade consecutiva — para o inglês.

A decisão não satisfez a França, que levou à conferência sua própria equipe de intérpretes consecutivos, entre os quais estavam duas grandes "estrelas" da consecutiva do entre guerras, tais como Jean Herbert, Georges Mathieu e André Kaminker. Descreve Herbert (1978, p. 7):

> At the beginning of the opening session in the San Francisco Opera House, our host, the Secretary of State of the United States, Mr. Stettinius, made a long address in English and evidently thought it went without saying that all the proceedings would be conducted exclusively in the same language. However, the French delegation headed by Foreign Minister, George Bidault, had thought it safer to bring four highly experienced interpreters. As soon as Mr. Stettinius had finished speaking, M. Bidault signalled to one of us [Kaminker] who was sitting next to him to give a French translation. He [Kaminker] got up, uninvited by the Chairman, and delivered his interpretation from his seat in the orchestra stalls. Mr. Stettinius was clearly baffled, and asked his secretary what

delegation the unknown delegate represented![29]

Não é escopo deste trabalho discutir política linguística, mas vê-se que tanto os Estados Unidos quanto à França insistiam em manter seus idiomas como peças-chave numa organização multinacional. Com o apoio de diversos países da América Latina, que faziam uma pressão mais modesta pelo espanhol e por sugestão da China, acaba-se criando a distinção entre línguas oficiais — as cinco mencionadas acima — e línguas de trabalho, no caso o inglês e o francês. Como diz Baigorri a respeito da situação do francês, que veio a se perpetuar (2004, p. 21): "French, therefore, was saved by the skin of its teeth in San Francisco and reached a theoretical status it still has today in the organisations which grew up as a result of the Conference held there"[30]. O interessante é que, poucos anos depois, em 1948, quando diversos países de língua espanhola pleiteavam o espanhol como língua de trabalho, a França foi uma das que votou em contrário. Ainda assim, o espanhol conseguiu na ocasião tornar-se língua de trabalho da ONU. Em 1968 o russo passou a ser língua de trabalho e o chinês, em 1973. Na mesma assembleia de dezembro de 1973, foi decidida a inclusão do árabe como língua oficial e de trabalho da ONU (Cf. BAIGORRI, 2004, p. 30). Chegou-se, assim, ao quadro ainda em vigor nos dias de hoje, em que há seis línguas oficiais e de trabalho, uma distinção que já não faz diferença, uma vez que o número de línguas oficiais é o mesmo que o de línguas de trabalho.

Só a adoção da interpretação simultânea possibilitou que a ONU viesse a funcionar em seis idiomas. Essa adoção, porém, foi bastante complicada no início. O serviço de interpretação da ONU foi criado por Jean Herbert, defensor irredutível da interpretação consecutiva. Seus defensores alegavam que a interpretação simultânea não era precisa

[29]No início da sessão de abertura, no Teatro Municipal de São Francisco, nosso anfitrião, o Secretário de Estado [Ministro das Relações Exteriores] dos Estados Unidos, Sr. Stettinius, fez um longo discurso em inglês e, evidentemente, esperava que todos os trabalhos se desenrolassem exclusivamente nessa língua. No entanto, a delegação francesa, chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores George Bidault, havia considerado mais seguro levar quatro intérpretes muito experientes. Assim que o Sr. Stettinius havia terminado seu discurso, o Sr. Bidault fez sinal para um de nós [Kaminker], que estava sentado a seu lado, para que fizesse a tradução para o francês. Ele [Kaminker] levantou-se, sem ser convidado pelo Presidente da Sessão, e fez sua interpretação a partir de seu lugar na plateia. O Sr. Stettinius ficou nitidamente surpreso e perguntou a seu secretário qual a delegação representada pelo delegado desconhecido.

[30]O francês, pois, foi salvo por um triz em São Francisco, e atingiu uma posição teórica que ainda possui atualmente nas organizações resultantes da conferência lá realizada.

e exata como a consecutiva e que a simultânea obrigaria todos a usarem fones de ouvido. Além disso, repetiu-se o argumento utilizado na Liga das Nações e na OMT, de que a consecutiva permitia aos delegados elaborarem melhor suas réplicas. Os poucos defensores da simultânea, sob a liderança de Dostert, apregoavam a enorme economia de tempo e, consequentemente, dinheiro que ela possibilitava, além de permitir a utilização de todas as línguas oficiais da organização e uma reação mais rápida e natural durante os debates, sem privilegiar alguns delegados, uma vez que todos ouviriam o mesmo discurso ao mesmo tempo. Um argumento imbatível é que a simultânea estava sendo utilizada com êxito em Nuremberg. Parece claro, também, que havia grande preocupação por parte dos intérpretes consecutivos com uma possível perda de seu status de "estrelas". Foi criada a alcunha "les téléphonistes" para os intérpretes simultâneos [conta-se, nos meios profissionais, que o foi por André Kaminker]. Segundo hipótese levantada por Baigorri (2004, p. 55), a alcunha não se refere apenas ao fato de os intérpretes usarem fones de ouvido, como as telefonistas, mas também a uma comparação com profissionais menos qualificados da ONU, como as telefonistas. Os intérpretes simultâneos trabalhavam isolados em uma cabine, em vez de se apresentar da tribuna, ao lado dos delegados, o que representava, para os defensores da consecutiva, uma grande perda de prestígio.

Figura 11: Intérprete simultânea nos primeiros anos da ONU. (BAIGORRI JALÓN, 2004, capa.)

Ainda durante o primeiro Julgamento de Nuremberg, Leon Dostert foi convocado aos Estados Unidos para demonstrar as vantagens da simultânea. Ele se fez acompanhar de três dos melhores intérpretes de Nuremberg — Genia Rosoff, Youri Khlebnikov e George Vassiltchikov — que partiram de Nuremberg para dar início à interpretação simultânea nas Nações Unidas, em Lake Success, Estado de Nova York (Cf. THE INTERPRETERS, 1996, GAIBA, 1998). A oposição foi grande, pois o Diretor da Divisão de Línguas da ONU era Georges Mathieu, o vice-diretor era Charles le Bosquet e o chefe do Serviço de Interpretação, Jean Herbert, todos eles "estrelas" da consecutiva egressos da Liga das Nações. Segundo Elisabeth Heyward,

uma das intérpretes de Nuremberg, posteriormente intérprete de carreira da ONU, George Mathieu, em sua entrevista de seleção para a ONU, ao saber que ela tinha sido intérprete simultânea em Nuremberg, disse-lhe: "Vous faites un métier de singes"[31] (BAIGORRI, 2000, p. 202-203). Dostert e seu assistente Mark Priceman correram contra o tempo a fim de encontrar intérpretes em perspectiva, que pudessem vir a ser treinados, em tempo recorde, para começarem a atuar na ONU, na Assembleia Geral, a ser realizada em Lake Sucess, NY, em 1º de novembro de 1946. Dessa sessão participaram 340 pessoas, em um salão equipado com o sistema produzido pela IBM, como em Nuremberg. Apesar de alguns problemas técnicos anteriores, o sistema funcionou bem e a audiência composta de delegados e jornalistas ficou impressionada ao conseguir ouvir o discurso em cinco idiomas diferentes, com poucos segundos de defasagem em relação ao original. Diz o jornal *The New York Times* (apud BAIGORRI, 2004, p. 65): "The demonstration was considered the more remarkable because of the complicated subject under discussion. It included bewildering statistics, an astonishing volume of tricky financial terminology, but the interpreters kept pace easily and without apparent strain".[32]/[33] Ainda segundo Baigorri (2004, p. 65), o Senador americano Arthur Vanderberg, o Secretário Geral da ONU, Trygve Lie, e muitos delegados ficaram muito entusiasmados com a fluidez da interpretação simultânea.

Estava vencida essa etapa. A partir daí, cada vez mais comitês e organizações queriam utilizar a interpretação simultânea, pelas vantagens observadas. Os defensores da consecutiva rebatiam, e as coisas só se acalmaram quando os dois grupos foram integrados administrativamente, sob a chefia de Georges Rabinovitch, em maio de 1947, tendo sido Herbert e Dostert afastados da liderança das respectivas equipes, além do remanejamento de Mathieu e Le Bosque para outros cargos na ONU. Rabinovitch era intérprete consecutivo e havia, no início, se oposto à simultânea, mas fora um dos primeiros a participar dos testes para a sua implantação. Os dois grupos realmente se unificaram e a maior parte dos intérpretes consecutivos descobriram que

---

[31] O trabalho de vocês [intérpretes simultâneos] é uma macaquice.

[32] A demonstração foi considerada ainda mais notável devido à complexidade do assunto em discussão. Incluíam-se estatísticas, uma grande quantidade de terminologia econômica, mas os intérpretes mantiveram o ritmo sem dificuldades e sem esforço aparente.

[33] The New York Times, 2 de novembro de 1946, p. 3.

conseguiam fazer interpretação simultânea, assim como os intérpretes simultâneos descobriram que conseguiam interpretar na modalidade consecutiva, que continuou a ser usada no Conselho de Segurança da ONU até a década de 60, lado a lado com a simultânea, até ser dispensada totalmente pelos delegados.

Não é propósito deste trabalho fazer uma análise detalhada da interpretação na ONU e em suas organizações associadas (UNESCO, UNICEF, OMS, entre outras). Parece-nos, entretanto, importante comentar a divisão feita por Baigorri (2004) a respeito da cronologia dos intérpretes da ONU. O autor divide os intérpretes da organização em três grandes grupos ou gerações, a partir de características fundamentais, associadas à cronologia. O primeiro grupo (décadas de 40 e 50) foi formado por intérpretes sem qualquer formação, que haviam aprendido línguas devido a exílio, guerras, deslocamentos pelo mundo e outras condições sociais, tendo crescido como verdadeiros bilíngues ou multilíngues. Tornaram-se intérpretes por acaso, por estarem no lugar certo, na época certa, e muitos não viam a interpretação como uma profissão, não tendo permanecido nela toda a vida. No entanto, alguns desses primeiros intérpretes da ONU ficaram na organização como intérpretes até a aposentadoria, como Elisabeth Heyward, Mary Jaquith e Jeannette Streit. Outros, como o russo-americano George Sherry, Nicolas Teslenko e Mark Priceman, que havia sido assistente de Dostert, como mencionado anteriormente, assumiram outros cargos na própria ONU, sendo que Priceman fez carreira posterior na IBM (Cf. BAIGORRI, 2004). Esse grupo ainda era visto, como no entre guerras, como formado por pessoas excepcionais, verdadeiros prodígios, que exerciam uma arte e não uma profissão.

Figura 12: Pierre Lambert, intérprete da ONU, 1947. (BAIGORRI JALON, 2004, p. 46)

A segunda geração de intérpretes da ONU (décadas de 60 e 70) é o grupo que começa a ser visto como formado por profissionais e não por prodígios. A diferença principal que caracteriza esse grupo é o fato de terem sido criados em famílias monolíngues e terem aprendido línguas estrangeiras posteriormente, muitos deles por formação militar. É

durante essa “geração” que a União Soviética assume, junto com a ONU, a responsabilidade pela formação de intérpretes para a cabine de russo, com a criação do Instituto Maurice Thorez, a partir de 1962. Por óbvias razões ideológicas, os soviéticos não gostavam nada da situação em que a interpretação de russo estava nas mãos de dissidentes da Revolução Soviética ou de seus filhos e insistiam para que a interpretação fosse assumida por seus cidadãos. Começam a surgir também os primeiros intérpretes egressos das escolas de formação de intérpretes de Genebra, Georgetown, dirigida por Dostert, Paris (a HEC — Écoles de Hautes Études Commerciales — e, posteriormente, a ESIT, da Sorbonne Nouvelle) e Londres (Polytechnic of Central London). Mas a chegada desses intérpretes à ONU foi lenta e, em grande parte, já na década de 70. É também nessa época que a ONU tenta organizar seu próprio centro de formação, que transformou diversos tradutores da própria organização em intérpretes, além de aclimatar os primeiros egressos das escolas ao ambiente de trabalho da ONU. É ainda nessa geração (1974) que acontece a greve dos intérpretes da ONU, pedindo uma normatização de suas condições de trabalho, que incluía desde as condições das cabines até o número de horas. É, definitivamente, a geração em que a interpretação passa a ser vista como profissão, em vez de arte.

A terceira geração apontada por Baigorri chega à ONU a partir da década de 80 e é constituída, fundamentalmente, de intérpretes com formação específica em escolas de interpretação. Semelhante ao que havia acontecido com a formação de intérpretes de russo em Moscou, foi criado o Beijing Institute for Foreign Languages, pelo governo chinês em cooperação com a ONU. A maior parte dos intérpretes da cabine de chinês foi formada nesse instituto. Esses intérpretes são formados para trabalhar em duas direções: do chinês para o inglês e do inglês para o chinês. As demais línguas trabalham em “relay” a partir do inglês e os intérpretes de chinês utilizam o inglês como “pivot” das outras línguas. Outras escolas, todas independentes da ONU, continuam a formar a maior parte dos intérpretes para a organização. Dentre elas as mais conhecidas são a ETI (École de Traducteurs et Interprètes), da Universidade de Genebra, a ESIT (École Superieur d’Interprètes et Traducteurs), da Universidade Paris

III (Sorbonne Nouvelle), a Universidade Westminster, em Londres (antiga Polytechnic of Central London), a ISIT (Institute Supérieur d'Interprétation et Traduction do Instituto Católico de Paris) e a GSTI (Graduate School of Translation and Interpretation), do Monterey Institute of International Studies, em Monterey, Califórnia Univ Ottawa não deve ser incluida aqui? . Para a cabine de árabe, há também a Universidade Al-Sun, no Cairo. O curso anteriormente oferecido pela Universidade de Georgetown, criado por Leon Dostert, foi fechado em 2003. O acesso aos quadros da ONU passou a ser feito por concurso público internacional, em que os candidatos têm de apresentar, entre outros requisitos, um título acadêmico de uma universidade no país da língua para a qual pretenda interpretar ou um título universitário de uma escola oficial de interpretação (Cf. BAIGORRI, 2004, p. 154). Acabaram-se os dias dos intérpretes chamados por alguns de "the mother's milk group". É também nessa "geração" que o número de intérpretes-funcionários ultrapassa os 100 e a proporção de mulheres aumenta de 21%, em 1950, chegando a 69% em 1998, o que é uma tendência geral da profissão em todo o mundo.

Figura 13: Cabine moderna na ONU. (www.aiic.net. Acesso em dez. 2006.)

3.7 Da "CECA" à União Europeia: O maior empregador de intérpretes do mundo

Em 9 de maio de 1950, Robert Schuman, Ministro das Relações Exteriores da França, propõe a gestão conjunta da indústria do aço e do carvão da França e da Alemanha Ocidental, cujo propósito principal era evitar a repetição de uma guerra como a II Guerra Mundial. Como resultado do que se chamou da "Declaração Schuman", foi criada no ano seguinte, pelo Tratado de Paris, firmado em abril de 1951, a *Communauté Européene du Charbon et de l'Acier*[34](CECA), que em 1957 deu origem à Comunidade Econômica Europeia, que veio a constituir a atual União Europeia, criada em 1992, pelo

[34] Comunidade Europeia do Carvão e Aço

Tratado de Maastricht.[35] Não cabe aqui, obviamente, uma descrição desse processo e, por isso, vamos nos deter na questão da interpretação.

Desde o seu início, a filosofia linguística da CECA foi diferente da adotada anteriormente por outras organizações internacionais, como a Liga das Nações e a ONU e suas organizações associadas. O tratado que criou a organização previa como línguas oficiais e de trabalho os idiomas dos países-membros. Assim, a organização começou com quatro línguas: alemão, francês, italiano e holandês, idiomas dos seis países fundadores — Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo. Essa situação, obviamente, já exigia um sistema de interpretação de conferências bastante desenvolvido. A primeira sessão da *Haute Authorité* da organização foi realizada em Luxemburgo, em 10 de agosto de 1953. Curiosamente, o serviço de interpretação de conferências foi colocado sob a gestão de M. Spira, que nada conhecia do assunto, segundo relato de Widlund-Fantini (2007). A organização não tinha sede e se reunia em diversos salões da cidade de Luxemburgo. Dentre os primeiros intérpretes da equipe da CECA em Luxemburgo, encontravam-se duas que viriam a ser das mais reconhecidas na profissão: Renée Van Hoof-Haferkamp [née Herz] e Danica Seleskovitch. A primeira viria a ser diretora geral do serviço de interpretação da Comissão Europeia; a segunda viria a fazer carreira acadêmica, como pesquisadora, professora, criadora do primeiro doutorado em Interpretação e diretora da famosa ESIT, cargo que teria até se aposentar e receber o título de Professora Emérita da Sorbonne. A estrela do grupo, porém, era Ursula Wennmakers, jovem intérprete alemã, morta prematuramente de uma doença tropical, que veio a ser citada

Figura 14: Danica Seleskovitch, pouco antes de seu falecimento. (www.010.upp.so-net.ne.jp. Acesso indefinido.)

[35] *From the Communities to the European Union*, disponível em www.ena.lu, acessado em 10 de maio de 2008.

por Jean Monin, o “Pai da Europa”, em suas memórias. (Cf. WIDLUND-FANTINI, 2007, p. 86).

À medida que outros países foram sendo admitidos à CECA e suas organizações sucessoras, o Tratado de Paris foi sendo alterado para incluir os idiomas dos novos membros. O serviço de interpretação foi formalmente criado em 1958, quando do estabelecimento da Comunidade Econômica Europeia, pelo Tratado de Roma. Em 1964, foi criado um serviço de formação de intérpretes da própria organização. Em 1973, acrescentam-se o inglês e o dinamarquês, como idiomas oficiais, com a entrada do Reino Unido e da Dinamarca na Comunidade. Em 1981, com a entrada da Grécia, acrescenta-se o grego como idioma oficial. É ainda nesse ano que se cria o SCIC (*Service Commun d’Interprétation de Conferences* ou *Joint Interpreting and Conference Service*), que passa a atender às necessidades de interpretação da Comissão, do Conselho da União, do Comitê Econômico e Social Europeu, do Banco de Investimento Europeu. Em 1986, com a admissão de Portugal e Espanha, o português e o espanhol passam a ser idiomas oficiais da Comunidade, elevando o número de línguas para nove. Em 1995, acrescentam-se o finlandês e o sueco, com a admissão da Finlândia, da Suécia e da Áustria. O maior acréscimo veio a ocorrer em 2004, quando se admitem dez novos membros e nove idiomas: checo, estoniano, letão, lituano, húngaro, maltês, polonês, eslovaco e esloveno. Chegou-se, assim, a vinte idiomas oficiais usados nas reuniões. Em 2007 acrescentam-se o romeno e o búlgaro, com a admissão da Romênia e da Bulgária. Além disso, passa a ser idioma oficial o irlandês.[36]

Com 23 idiomas oficiais, chega-se à possibilidade de 506 combinações linguísticas possíveis, pois cada idioma pode ser interpretado para os outros 22. As sessões plenárias do Parlamento Europeu em Estrasburgo ou Bruxelas, por exemplo, chegam a mobilizar de 800 a 1000 intérpretes. Como nem todas as possíveis combinações dispõem de um número suficiente de intérpretes, muitas cabines trabalham nas duas direções (de e para uma mesma língua, no que se chama interpretação em “retour”), utilizando-se o sistema de “língua pivot”, sendo a mais comum delas o inglês. A mesma

[36]Informações obtidas no site <http://scic.ec.europa.eu/europa/jcms/c_5206/a-brief-history>, acessado em 10 de maio de 2008.

situação se repete na Comunidade Europeia e no Tribunal de Justiça Europeu. Os primeiros intérpretes a fazer "retour" no sistema de organizações europeias foram os finlandeses, em 1995.[37] A partir daí, a tradição (ou tabu) de que o intérprete só interpreta para a sua língua materna começou a desmoronar em todo o âmbito das organizações internacionais, mas não é novidade para o chamado "mercado freelance" de todo o mundo e, principalmente, do Brasil.

3.8 Os intérpretes independentes ou *freelance*

Tanto a Comissão Europeia, quanto o Parlamento Europeu e o Tribunal de Justiça Europeu funcionam com intérpretes-funcionários e, em momentos de maior demanda, com intérpretes *freelance*, como acontece com as organizações internacionais desde a época da Liga das Nações e dos primórdios da ONU. Os intérpretes *freelance* atuam também em organizações internacionais como a OEA (Organização dos Estados Americanos), FAO (*Food and Agricultural Organization*), Unesco, OMS, OCDE (*Organization for Economic Cooperation and Development*, OECD, em inglês), ICAO (*International Civil Aviation Organization*) , UPU (União Postal Universal), entre outras. Atuam, sempre, em diversos congressos, conferências e reuniões de organizações não-governamentais de todos os tipos e em congressos de diversas profissões. Com o advento das viagens aéreas e das facilidades de comunicação que se desenvolveram, principalmente, após a II Guerra Mundial, o número de reuniões, congressos e conferências internacionais aumentou exponencialmente na segunda metade do século XX. Para atender à demanda de interpretação em todas essas situações, grupos de intérpretes *freelance* foram surgindo e se sedimentaram em praticamente todos os países do mundo.

Em 1953, foi fundada em Paris (tendo, posteriormente, transferido-se para Genebra, na Suíça) a Associação Internacional de Intérpretes de Conferência, conhecida como AIIC, a partir de sua sigla em francês. Aos poucos, essa organização estabeleceu condições de trabalho para a profissão e negociou com as diversas organizações internacionais

[37] Conforme informações obtidas no site do Parlamento Europeu, disponível em <http://www.europarl.europa.eu>, acessado em 10 de maio de 2008.

para que essas condições fossem respeitadas. É comum os intérpretes do mundo inteiro exigirem o cumprimento delas, algumas surgidas a partir das demandas dos intérpretes *freelance* da Liga das Nações, como mencionado mais acima. Essas condições estão relacionadas a condições de viagens, número de horas trabalhadas por dia, dias de preparação, entre outras. A organização criou também um código de ética, a ser cumprido por todos os intérpretes que dela fazem parte. Conta atualmente com mais de 2.800 membros, em 90 países. Diversas organizações locais surgiram em diferentes países, inspiradas no modelo organizacional da AIIC, como a APIC, no Brasil, sobre a qual se falará mais adiante.

As conferências e congressos internacionais no Brasil tomaram impulso nos anos imediatamente após a II Guerra Mundial e, com isso, começam a surgir os intérpretes. Posteriormente, como em outras partes do mundo, começam a surgir também programas para a sua formação. Tal como na Europa e nos Estados Unidos, os primeiros intérpretes foram formados na prática. É essa trajetória da interpretação de conferências no Brasil que ocupará as páginas restantes deste trabalho, a partir do seu próximo capítulo.

Capítulo 4
Interpretação de Conferências no Brasil: O Início

4.1 Algumas implicações do mercado *freelance*

Antes de se passarmos aos fatos históricos sobre os primórdios da interpretação de conferências no Brasil, é pertinente ressaltar que a interpretação de conferências em nosso país sempre foi exercida por profissionais autônomos, os intérpretes *freelance*, algo que tem diversas implicações para o exercício profissional, uma vez que diversas condições diferem daquelas em que trabalham os intérpretes permanentes, responsáveis pelo início da profissão, sobre os quais se discorreu em algum detalhe no capítulo anterior.

O Brasil nunca foi sede permanente de organizações internacionais, como os diversos países da Europa e os Estados Unidos. Porém, após a II Guerra Mundial, o País começa a atrair diversas reuniões, congressos e conferências de natureza internacional, sobre os mais variados temas. Como consequência natural, começa a surgir um mercado para intérpretes autônomos. Diferente dos intérpretes-funcionários mencionados no capítulo anterior, os autônomos trabalham sempre o maior número possível de dias por mês, por questões óbvias de natureza financeira. Sua demanda é, naturalmente, flutuante, pois depende do número de eventos. Outra característica fundamental é que a natureza dos eventos em que atuam varia imensamente, enquanto os intérpretes-funcionários atuam sempre numa mesma organização e, com muita frequência, num mesmo comitê durante muito tempo, o que lhes permite acompanhar com muito mais precisão a natureza das questões discutidas e, consequentemente, estarem familiarizados com o assunto e com o jargão utilizado pelos participantes. É também bastante comum que os participantes das reuniões não estejam habituados a falar em público, principalmente quando estão sendo interpretados, desrespeitando algumas regras básicas para que sua intervenção seja bem traduzida para outro idioma.

A principal delas é que muitos participantes fazem suas apresentações a partir de um texto escrito, sem que uma cópia dele tenha sido entregue ao intérprete

antecipadamente, na maioria das vezes porque nem chegaram a pensar a respeito do assunto ou, ainda, porque querem manter sigilo e/ou causar impacto com sua fala. Isso acontece muito também porque os organizadores do evento não se dão conta da necessidade de os intérpretes terem acesso ao texto com antecedência. Por que é necessário esse acesso dos intérpretes ao texto? Como se sabe, um texto escrito tem características muito diferentes da fala. Por exemplo, a redundância, tão comum na fala, tende a desaparecer do texto escrito, pois ele já foi revisto e revisado; com isso, o conteúdo informacional de um texto escrito é muito mais denso do que o da fala espontânea. Ora, os intérpretes dependem muito da redundância da fala espontânea para terem tempo de absorver as informações do original e processá-las. Além disso, na maioria dos textos considerados "bem escritos" as frases são muito mais longas, havendo uma certa predominância da subordinação sobre a coordenação, ao contrário da fala em que, naturalmente, se opta pela coordenação, com o uso de frases mais curtas. Além disso, em reuniões de natureza técnica, que são a maioria, os textos apresentam uma grande quantidade de estatísticas e, muitas vezes, de nomes próprios conhecidos pelos especialistas, mas desconhecidos pelos intérpretes. O pior de tudo, porém, é que em muitos eventos, o participante prepara um texto que precisaria do dobro do tempo que lhe foi atribuído para ser lido com naturalidade. Como o número de participantes é sempre grande, as intervenções recebem sempre um tempo relativamente curto, e o palestrante acaba lendo seu texto a uma velocidade tal que impede o processamento adequado das informações pelos intérpretes e, pode-se dizer, até mesmo por aqueles que acompanham a intervenção em seu idioma original. Desnecessário dizer que a qualidade da interpretação sofre muito sob tais condições. Nas organizações internacionais, não só os delegados estão mais habituados a falar em público e a serem interpretados, mas também há normalmente um serviço de organização de conferências que se encarrega de obter os textos e fazê-los chegar, em tempo hábil, ao intérprete.

Outra questão que afeta bastante os intérpretes de um modo geral e os autônomos de uma maneira mais drástica, principalmente no Brasil, é que, normalmente por questões de orçamento, opta-se por interpretação apenas de/para o inglês, uma vez que o inglês é a "língua de comunicação internacional" e "todo profissional de um certo nível fala

inglês". Aqueles que não falam, fazem de conta que entendem, pelo menos. Como consequência, todos os participantes internacionais apresentam-se em inglês e os intérpretes acabam se vendo na situação de interpretar intervenções feitas num inglês de difícil compreensão, seja pela escolha lexical, pela sintaxe e, principalmente, por uma pronúncia quase incompreensível. Enquanto o intérprete de alemão, por exemplo, dificilmente interpretará uma intervenção em alemão feita por alguém que não seja falante nato de alemão, o intérprete de inglês terá de interpretar o inglês falados por japoneses, chineses, árabes, europeus das mais diversas origens e latino-americanos. Não é, obviamente, a nacionalidade que causa o problema, mas o fato de muitos desses participantes se expressarem em um inglês rudimentar. Como a grande maioria dos eventos no Brasil só contrata interpretação de/para inglês, o problema é constante. Essa situação parece estar chegando à ONU também, pois com o "congelamento" do número de idiomas oficiais em seis e com a adesão de um maior número de países, cada vez é mais comum os delegados se exprimirem em inglês, uma vez que seu idioma não é língua oficial (Cf. BAIGORRI, 2004, cap. 4).

Outra questão que influi a interpretação no contexto dos intérpretes independentes no Brasil e, por que não, em outras partes do mundo, é que sempre se exige que os intérpretes trabalhem nas duas direções. No nosso caso, do inglês para o português e do português para o inglês, o que se chama de interpretação em *retour*. Enquanto na maior parte do trabalho executado nas organizações internacionais — com as exceções já mencionadas no capítulo anterior — o intérprete só interpreta para sua língua materna (chamada de "língua A", no jargão profissional), no chamado "mercado *freelance*", o cliente espera que a mesma cabine atue em ambas as direções, para economizar. Desse modo, não só os intérpretes têm de interpretar para a língua estrangeira, o que exige um maior domínio dela, mas também acabam trabalhando muito mais intensamente durante o evento, pois não há pausa, a não ser na troca habitual entre os dois intérpretes a cada 20 ou 30 minutos aproximadamente. Não há, como nas organizações internacionais, os momentos em que determinada cabine está em silêncio, uma vez que a intervenção está sendo feita na língua A dos intérpretes e, portanto, seu trabalho não se faz necessário, o que lhes permite um repouso de alguns minutos.

Como foi dito acima, grande parte da interpretação feita no Brasil se dá entre o inglês e o português. O espanhol parece ser o segundo lugar, mas ainda assim bem abaixo do inglês. O francês vem, ao longo das últimas décadas, perdendo bastante espaço, como se verá mais adiante neste trabalho. Essa questão foi levantada por diversos intérpretes entrevistados para a presente pesquisa. Como foi mencionado no capítulo anterior, a língua francesa só se manteve como idioma oficial da ONU por questões políticas. É claro que, no mercado independente, tais questões são raramente consideradas. A situação não é, obviamente, exclusiva do mercado brasileiro. Baigorri (2004, p. 160) cita duas experiências vividas por Fernando Van Reigersberg, ex-chefe do serviço de interpretação da organização *Intelsat*, em Washington, das quais se transcreve uma logo abaixo. Van Reigersberg relata que em um evento de natureza técnica de sua organização, organizado em Paris e realizado na Martinica, foi providenciada a interpretação de inglês e de francês. No entanto, todos os engenheiros presentes apresentaram seus trabalhos em inglês, inclusive os franceses. Relata Van Reigersberg:

> There were 32 French engineers, all under forty years of age, some were even under thirty, and they all presented their papers in English. I asked one of them why, as the French have always insisted on the defence of their language, and he replied: "Look, we are part of Europe, we have to sell not only to the British, but to the Germans, the Italians... And what language do we use to sell? If we insist on speaking French, we'll have a great time, but we won't sell anything, we have to speak to them in the language they understand". This is a point of view that would probably not be shared by someone older, but would be shared by the engineers of this generation, and, obviously, this has now spread further in Europe.[38]

Essa questão pode estar relacionada a discussões de política linguística, mas tem implicações diretas sobre a interpretação de conferências. Enquanto nas organizações internacionais as línguas de trabalho são mantidas ou acrescentadas (como no caso da União Europeia) por questões políticas, o mercado autônomo de interpretação de conferências acaba sendo regido por questões socioeconômicas. Cada vez mais, os eventos internacionais oferecem interpretação apenas entre o inglês e a língua local.

---

[38] Havia 32 engenheiros franceses, todos abaixo dos 40 anos e alguns abaixo mesmo dos 30. Todos apresentaram seus trabalhos em inglês. Perguntei a um deles por que, uma vez que os franceses sempre insistiram na defesa de seu idioma. Ele respondeu: "Bem, fazemos parte da Europa e temos que vender não só para os ingleses, mas também para os alemães, os italianos... E que língua usamos para vender? Se insistirmos em falar francês, vamos nos divertir, mas não venderemos nada. Temos de falar com eles na língua que compreendem". Esse ponto de vista não seria compartilhado com alguém mais velho, mas seria aceito por engenheiros dessa geração, e, obviamente, essa ideia agora já se disseminou pela Europa.

No caso do Brasil, como mencionado, na maior parte dos casos só existe interpretação entre o inglês e o português. Os idiomas mencionados acima — espanhol e francês — ocorrem com muito menos frequência e outros idiomas, como o alemão e o italiano, por exemplo, só existem em eventos muito especializados ou promovidos por países ou entidades sediadas em países em que esses idiomas são as línguas oficiais. Fora disso, são raros.

4.2 A Interpretação de Conferências Chega ao Brasil

O registro mais antigo encontrado a respeito de um grande evento internacional no Brasil é o da Conferência Pan-Americana, da OEA, em agosto e setembro de 1947, onde foi assinado o chamado Tratado do Rio. Estiveram presentes, entre outros, Chefes de Estado dos países das Américas, o Presidente Truman, dos Estados Unidos, além de diversos outros delegados, como o General Marshall, Secretário de Estado [equivalente ao nosso Ministro das Relações Exteriores] dos Estados Unidos. A Argentina foi representada por Eva Perón, esposa do Presidente Juan Perón. Vernon Walters, Adido Militar Assistente da Embaixada Americana, relata ter atuado como intérprete para os três delegados mencionados acima, entre inglês, português e espanhol, nas sessões plenárias e em conversas individuais. Conta também ter atuado como intérprete entre o Presidente Dutra, do Brasil, e o Presidente Truman, dos Estados Unidos. Menciona, inclusive, ter atuado como intérprete em uma posterior visita do Presidente Dutra aos Estados Unidos. (Cf. WALTERS, 1978, 144-149).

Não há maiores detalhes sobre a modalidade de interpretação realizada, mas pode-se presumir que tenha sido, basicamente, consecutiva, uma vez que parece só ter havido um intérprete atuando (Walters) e, caso tivesse sido utilizado equipamento para a simultânea, isso seria mencionado. Além disso, há fotos que mostram Walters ao lado do Presidente Truman, durante os eventos. É interessante mencionar que se repete, no caso brasileiro, uma característica comum na história da interpretação: a atuação, em seus primórdios, de militares como intérpretes, que não seguem carreira de intérprete. O interessante é que Vernon Walters continuou, durante toda a sua vida, atuando como intérprete, embora tenha sido militar de carreira e, posteriormente, Vice-

Figura 15: Vernon Walters interpreta o Presidente americano, Harry Truman, no Rio de Janeiro. (WALTERS,1978, entre as pp. 322 e 323)

Diretor da CIA e embaixador dos Estados Unidos na ONU. Sua atuação, de fato, começou como oficial de ligação entre as forças americanas e brasileiras na Itália, durante a II Guerra Mundial. Além de português e espanhol, Walters também registra ter atuado como intérprete de francês e italiano (para o inglês) para diversos presidentes dos Estados Unidos (Cf. WALTERS, 1978). Sua atuação como intérprete também é incluída no relato de Bowen et al (1995).

Em 1948, continuando a tendência ao estímulo de atividades pan-americanas tão enfatizadas pelos Estados Unidos a partir da II Guerra Mundial, realizou-se no Rio de Janeiro um congresso internacional da Organização Pan-Americana de Saúde (conhecida internacionalmente pela sigla PAHO, a partir de sua denominação em inglês) a respeito de organização hospitalar. A organização providenciou a vinda de equipamento de interpretação simultânea, na época ainda pertencente à IBM, e surgiu, obviamente, a necessidade da contratação de intérpretes. Como relata Castro (2008) não se sabe como, mas Roberto Taves, um homem de negócios rico e bem-relacionado, foi encarregado de providenciar a contratação de intérpretes. Taves entrou em contato com Carlos Peixoto de Castro, perguntando-lhe se gostaria de participar, uma vez que conhecia bem diversas línguas. Castro, naturalmente, disse-lhe que nunca havia feito interpretação, mas Taves lhe ofereceu a oportunidade de experimentar. Várias pessoas foram ao Ministério da Educação, onde se realizaria o evento e onde o equipamento já estava instalado, para fazer uma espécie de “teste”. O único que parece ter-se adaptado ao sistema foi Castro, e com isso estreia a interpretação simultânea no Brasil.

4.3 O “grupo” de Edith van de Beuque

Não muito tempo depois, houve um congresso de microbiologia realizado no Hotel

Quitandinha, em Petrópolis, e se juntaram a Castro, o inglês Erick Charles Drysdale e a brasileira de origem francesa, Edith van de Beuque, que deram início a um grupo informal de intérpretes de conferências simultâneos no Rio de Janeiro, que veio a ser conhecido no meio profissional como o "Grupo da Dona Edith", a que se referem Wyler (2003) e Ferreira (2004). Como não havia intérpretes de espanhol, eram convidados intérpretes da Argentina quando esse idioma se fazia necessário, uma vez que já havia um grupo atuante desse país. Como o grupo argentino não tinha intérpretes de português, começou, assim, um intercâmbio de trabalho entre os dois grupos, em que os argentinos vinham ao Brasil para a cabine de espanhol e, eventualmente, de inglês, e os brasileiros atuavam em Buenos Aires, quando havia necessidade de português. Dentre esses intérpretes argentinos, estava Roberto Roth, que chegou a ser ministro de estado na Argentina. Roberto Taves continuou a organizar eventos durante algum tempo, como atividade comercial, pois não era intérprete. Com seu afastamento, a posição de organizadora acabou sendo assumida por Edith van de Beuque, mulher de uma certa posição social, de família francesa, casada com um pintor francês. Van de Beuque era muito bem relacionada na sociedade da época, o que facilitava a captação de eventos para o grupo e tinha muito tino para a organização e a administração, assumindo, assim, uma certa liderança do grupo, ainda que todos trabalhassem de maneira independente, do ponto de vista financeiro.

Ao contrário do que afirma Wyler (2003, p. 46), van de Beuque não parece ter tido nenhum "apoio da IBM" no tocante a equipamentos, uma vez que a empresa alugava o equipamento diretamente aos organizadores do evento. Ainda segundo Castro (2008), o equipamento da IBM utilizado no congresso da PAHO em 1948, havia sido trazido dos Estados Unidos e voltou para lá. A IBM providenciou o equipamento para aluguel no Brasil, mas a um preço altíssimo e alugado por meio de um contrato extremamente rígido, o que muitas vezes fazia com que os clientes desistissem. Taves providenciou, então, a montagem de um equipamento semelhante e passou a competir com a IBM no aluguel de equipamento. Carlos Peixoto de Castro providenciou também a montagem de um equipamento portátil, que cabia numa mala, encomendado a um técnico de eletrônica. Em todos os casos mencionados acima, não havia cabines isoladas, como se conhece hoje em dia. Com o equipamento portátil de Castro, o grupo

trabalhou em diversos eventos da PAHO e da FAO, realizados no Brasil, com até três idiomas. Castro providenciou, posteriormente, a montagem de um outro sistema, com possibilidade de quatro idiomas e já com cabines isoladas. Mais tarde, apareceram outras empresas de aluguel de equipamento e Castro deixou a ideia de lado, dedicando-se somente a sua atuação como intérprete. A IBM atuou mais um tempo no mercado de locação de equipamentos, mas logo desistiu. Castro (2008) menciona ainda que a FAO muitas vezes mandava vir um equipamento montado pela Phillips, o que indica a entrada de outra grande empresa na área. Mello (2007) menciona a entrada de outras empresas no setor, dentre elas a Ponto Eletrônico e a Hoffman, que atuam até os dias de hoje no mercado de locação de equipamentos para interpretação simultânea.

Também contrariamente ao que afirma Wyler (2003, p. 46), o grupo em atividade não era “formado por estrangeiros e filhos de estrangeiros” necessariamente, diferente do que aconteceu na primeira “geração” de intérpretes da ONU, conforme classificados por Baigorri (2004), categorização essa apontada no capítulo anterior deste trabalho. Carlos Peixoto de Castro, o “decano” dos intérpretes no Brasil, que começou sua carreira em 1948, como mencionado acima, e continua em atividade no momento em que se realiza esta pesquisa 60 anos depois, foi parte do grupo durante toda a sua existência e não se enquadra nessa condição. Seus pais eram brasileiros, e seus avós portugueses e italianos. Semelhante a ele, outro integrante do grupo a partir da década de 50 foi Sérgio de Campos Mello, também filho de pais brasileiros, cujo pai foi economista da ONU e, por isso, morou nos Estados Unidos em sua adolescência. Mello também continua em atividade hoje em dia no Rio de Janeiro, após ter trabalhado mais de uma década na Europa para as organizações ligadas à Comissão Europeia e ao Parlamento Europeu. Mello iniciou sua carreira de intérprete em 1957, num grande congresso realizado no Hospital dos Servidores do Estado, no Rio de Janeiro, incluindo todas as especialidades médicas, que coincidiu com um grande evento em Buenos Aires para o qual Edith van de Beuque havia deslocado a maior parte dos intérpretes do Rio. Foi apresentado a van de Beuque por outro intérprete já atuante no grupo, o russo-brasileiro Mark Berkowitz, que foi também crítico de arte e depois abandonou a interpretação. Castro (2008) menciona ainda Oswaldo Fialho, que era também tradutor juramentado no Rio de Janeiro e atuou um tempo como intérprete.

A partir dos depoimentos de Mello (2007) e Castro (2008), é relevante aqui traçar um breve perfil de Edith van de Beuque, que com “seu” grupo, dominou o mercado de interpretação de conferências no Brasil durante as décadas de 50 e 60 do século XX, como afirma Wyler (2003, p. 46). Edith van de Beuque havia estudado interpretação na escola de Georgetown, fundada por Dostert, responsável pela implantação da interpretação simultânea em Nuremberg e na ONU, como já mencionado no capítulo anterior deste trabalho. Ao voltar ao Rio, encontrou um grupo incipiente, onde já atuavam Carlos Peixoto de Castro e Erick Charles Drysdale, como mencionado acima. Os relacionamentos sociais que ela já mantinha e sua identificação com o trabalho de organização e coordenação, aliados à falta de interesse dos outros intérpretes em atuar no aspecto comercial da interpretação, colocaram-na na posição de coordenadora do grupo. Apesar de atuar também como intérprete de português, francês e inglês, com francês ativo e inglês passivo, Edith van de Beuque parecia preferir organizar e coordenar a atuar. Mello (2007) menciona, inclusive, que mesmo nos eventos em que atuava como intérprete, seu horário de almoço era mais longo para poder fazer seus contatos telefônicos, por meio dos quais captava eventos nos meios empresariais e governamentais. Mello (2007) acredita que Edith van de Beuque não cobrava taxa de organização e coordenação dos eventos, ganhando apenas seus honorários de intérprete. Quando interpretava, preferia atuar como intérprete para português, a partir do inglês e do francês, mas não gostava muito de fazer para a língua estrangeira, o que indica claramente que o português era sua língua materna (língua A), apesar de ser filha de franceses e de ser casada com francês. Segundo Mello (2007) e Castro (2008), o grupo atuou em todos os países da América Latina, em países como a Colômbia e o Uruguai, entre outros e até mesmo na África. Os dois depoentes mencionados acima elogiam sua capacidade de organização e sua fidelidade aos intérpretes que atuavam com ela, respeitando sempre uma hierarquia, uma antiguidade, ao escalar os intérpretes para os eventos. Ainda segundo eles, a relação entre ela e o grupo era de “chefia e subordinação”.

Devido a esse respeito à antiguidade de seus intérpretes e a sua hegemonia como chefe, Edith van de Beuque rejeitou muitas pessoas que a procuravam para iniciar a carreira, afirmando que o mercado já estava cheio e não podia comportar mais

intérpretes. Tal fato é relatado, em alguns casos com bastante veemência, por diversos intérpretes hoje bem estabelecidos na profissão, como Sylvia Nóbrega (NOBREGA, 2007), Heloísa Martins-Costa (MARTINS-COSTA, 2007) e Jacqueline Branco (BRANCO, 2008). Martins-Costa foi, durante vários anos, a representante da "Região Brasil" no Conselho da Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (AIIC); Branco veio a ser uma das fundadoras da Associação Profissional de Intérpretes de Conferência (APIC), em 1971, da qual se falará em mais detalhes no próximo capítulo deste trabalho; Nóbrega é hoje membro de ambas as associações e intérprete estabelecida no Rio de Janeiro. Tanto Nóbrega quanto Branco afirmam terem sido praticamente recusadas por Edith van de Beuque, enquanto Martins-Costa, ao chegar de seu curso de formação de intérpretes na ESIT, em Paris, trabalhou com o "grupo da Edith", mas em poucas ocasiões. Diz Branco (2008) textualmente em seu depoimento:

> Fomos [Jacqueline Branco e Cecília Assumpção, outra das fundadoras da APIC] ao Rio para conversar com a Edith, oferecer a ela, dizer que eu trabalhei bastante no IV Centenário de São Paulo [...] Eu queria fazer uma espécie de trabalho cruzado com ela... Olha, se precisar vocês nos chamam; nós, em vez de sair correndo desesperados a procura de intérpretes que não existem... [chamamos vocês]. Nós fomos recebidas tão mal, mas tão mal recebidas por essa senhora... Desistimos e saímos treinando gente aqui [em São Paulo].

Logicamente, essas pessoas foram buscar outras opções. Sylvia Nóbrega posteriormente se uniu a outras intérpretes, como Lucia Melim e Lea Novaes, e organizou seu próprio grupo no Rio de Janeiro; Heloísa Martins-Costa também organizou sua própria empresa de tradução e interpretação. Segundo Mello (2007), Edith van de Beuque considerava esse tipo de atitude uma "traição [...] uma conjuração". Ela chamava os componentes desses grupos "*the beautiful people*, com ar de desprezo. Ela não admitia que outras pessoas no Rio de Janeiro realizassem eventos a não ser ela; ou com ela ou com o beneplácito dela" (MELLO, 2007). Os componentes desses outros grupos acabaram se tornando membros da AIIC e Edith van de Beuque, que havia apoiado o início da organização e a introduzido no Brasil, acabou se indispondo com a própria organização, como menciona Keiser (2004, p. 601), hoje responsável pelo grupo de história da profissão da AIIC. Ele a considera como responsável pela implantação da profissão de interpretação de conferências no Brasil.

Outra pessoa recusada por Edith van de Beuque foi Maria Cândida Bordenave, formada

também em Georgetown, intérprete experiente, tendo atuado para o Departamento de Estado nos Estados Unidos e como *freelance* no Peru durante cerca de três anos. Diz Bordenave (2007): "[...] eu tinha voltado, acho que em 1954, acho que no fim do ano, procurei, porque eu queria trabalhar como intérprete, a Edith era a chefe [...] todos se autoprotegiam, ninguém entrava [...] de português, eles tinham outras [...]". Maria Cândida Bordenave viria, posteriormente, a ser a responsável acadêmica pela implantação e primeira professora de interpretação do programa de formação de intérpretes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), o primeiro a existir no Brasil, sobre o qual se falará em mais detalhes no capítulo dedicado à formação.

Mais uma que não foi aceita por Edith van de Beuque, foi Ursula (Ulla) Schneider, que viria ser a impulsionadora e primeira presidente da APIC. De volta ao Brasil em 1964, após se diplomar na Universidade de Genebra, procurou Edith van de Beuque. Relata Schneider (2008):

> Tomei um ônibus e fui ao Rio [...] levei meus diplomas, orgulhosamente. [...] Ela me deixou esperando duas horas e meia num hotel no Flamengo e depois disse "Que pena que os técnicos foram embora, eu queria testar você. De qualquer maneira, não tem trabalho, a não ser que você faça cabine de francês." Voltei chorando para casa e disse que ia embora para os Estados Unidos [...] vou fazer um teste no State Department. Sei que eles precisam de intérpretes de português. Mas aí conheci meu futuro marido [...]

Assim, ao recusar Jacqueline Branco, Cecília Assumpção e Ulla Schneider, de São Paulo, e Maria Cândida Bordenave, do Rio, Edith van de Beuque, de certo modo, propiciou, ainda que indiretamente e, obviamente, sem nenhuma intenção, os dois principais elementos responsáveis pela quebra da hegemonia de seu grupo no Brasil: a criação da APIC em São Paulo, em 1971, e a implantação do programa de formação de intérpretes da PUC-Rio, coincidentemente no mesmo ano, que produziria seus concorrentes mais diretos no Rio, como Sylvia Nóbrega, entre muitos outros.

4.4 Outros pioneiros da interpretação no Brasil

Ainda na década de 50, é possível apontar ocasiões em que a interpretação de conferências aconteceu sem a participação do chamado "grupo da Edith". A primeira delas aconteceu ainda em 1950, no Congresso Pan-Americano de Radiodifusão,

realizado na antiga sede do Automóvel Clube. Ângela Levy (na época Ângela Lobo), então professora da União Cultural Brasil-Estados Unidos, foi chamada pelo Cônsul dos Estados Unidos em São Paulo para servir como intérprete no evento, junto com sua irmã, Ana Maria Lobo, que era funcionária do Consulado Americano. Relata Levy (2008), em seu estilo bastante preciso e colorido:

> Em 1950 eu trabalhava na União Cultural Brasil- Estados Unidos [...] E o Cônsul ia lá, era muito amigo da gente, conversava e um belo dia chegou e disse assim: *I have a job for you, Angela.* Eu logo falei: *I'm game*. Não sabia nem o que era. It's very easy: *When they speak English, you speak Portuguese; when they speak Portuguese, you speak English.* Aí eu falei: Ah, ótimo, *no problem*. Mas ele omitiu a principal palavra, que era *simultaneous*.(...) vocês vão lá falar com o Jack, *who is the technician.* E eu fiquei pensando assim: "Por que precisa de um americano *technician* se a gente vai falar português ou inglês e o que é que é — um microfone para escutarem a gente. Era um almoço, era o 1˚ Congresso Pan-Americano de Radiodifusão e.... Pra que *test the equipment?*, [...] não estou gostando desse negócio não, já que a gente está aqui, vamos ver o que é esse negócio. Eram 10 horas da manhã e o negócio era às duas da tarde naquele mesmo dia. E esse foi o curso de interpretação que eu tive. [...] . Chegamos lá, eu me achava importante, tinha uns 18 anos, 19 e disse: "*We are the interpreters sent by the American Consulate*", me achando o máximo, ele falou assim: *"Let's go to test the equipment"* . Eu disse*: What equipment? Why test the microphone*? e olhou assim pra nós duas, com uma cara assim de assustado. Ele se chamava Jack e ele disse assim: *"You are the interpreters? Are you sure?" [...] "We are the interpreters. We have never done it before [...] but we can learn fast. Teach us!* e ele falou assim *"Oh my God*". Tudo bem, então ele me levou numa mesa lá no *Automóvel Clube* para testar o equipamento [e] explicou: é um congresso pan-americano e tem assim sete brasileiros que vão falar e tem um canadense e dois americanos, então eram sete brasileiros então tinha que fazer *into English*, e a Ana fazer *into Portuguese*. [...] Então eu sentei e ele disse assim: "Você vai usar isso aqui e me deu uns *earphones* tão pesados, mas tão pesados que o meu queixo caiu em cima da mesa e eu falei assim: "O que que isso? *How do I go about it?"* E ele disse: *"I'll tell you. Listen: they start 'Ladies and gentlemen it's a pleasure to'... and you start the Portuguese, the first sentence of [...] the lecture".* Foi essa a informação que eu tive, o curso. Ele depois disse assim: "Você toma muito cuidado com isso aqui [os *earphones*] porque esse aqui é o par que o Almirante Tojo usou para render o Japão para os Estados Unidos, na baía de Tóquio [...]. Quando comecei, não existia cabine aqui, era assim que se fazia no Brasil. Era uma sala imensa, no *Primeiro Congresso Pan-Americano de Radiodifusão.* Era um negócio enorme e aí então bem, então tinha uma mesinha e um microfone, mas era no meio, então em toda a minha volta tinha gente e eu estava na mesa, sentada, [...] e no resto todo eu disse uma besteira muito grande. Foi então que nós começamos porque não tinha quem fizesse [...]

Relata ainda Levy pensar, na ocasião, que não devia ser assim que se fazia, sem um isolamento do restante do salão. Anos depois, ao fazer uma gravação para o programa Voz da América no Consulado Americano, viu uma cena de interpretação que se passava na Suíça, em que os intérpretes trabalhavam em dois, dentro de uma cabine

isolada. Chamou o funcionário da manutenção do Consulado e pediu-lhe que fizesse algo parecido, preparando uma parede de madeira para cada lado da sua "mesinha de interpretação", com uma outra parede de madeira com um vidro, para a parte da frente. Mais uma vez, deixemos Levy (2008) relatar o acontecido:

> Aí eu falei pro Cônsul que eu já tinha uma cabine, e era mesmo *collapsible*[39]. [...] Era na USP, com os engenheiros ingleses que tinham vindo do Egito e tinham feito qualquer coisa de irrigação no rio Nilo. Ele pediu para eu ir lá porque esses engenheiros ingleses iam ensinar os engenheiros no Ceará, eles iam fazer uma represa. Havia os três engenheiros de São Paulo que iam ajudar os outros lá, esses três que tinham vindo de Fortaleza e os três ingleses e tinham umas 15, 18 pessoas, uma pessoa do Consulado e eu na minha cabine, quase no meio da sala [...]. A estreia da cabine e eu estava me achando o máximo e eu falei assim: "Faz uma parede assim e uma outra aqui". E ele fez exatamente do tamanho da mesa e então não tinha ...: eu estava lá espremida dentro daquela cabine, inclusive sem me mexer muito [...] Então começava e eu então escutando aqueles ingleses falarem, aquela pronúncia maravilhosa, de vez em quando eu perdia, escutava os ingleses, depois voltava outra vez e de repente um deles disse assim: *"And then the river Nile overflowed its banks".* E quem disse que eu me lembrava, em português, a tradução de overflow. E fiquei lá: "Então o rio Nilo, o rio Nilo....", não sabia o que era [...] e então eu fiz assim com os braços pros lados, caiu uma parede para cá, caiu uma parede para lá, então caiu a da frente, quebrou o vidro e [o teto] caiu em cima da minha cabeça. Era uma coisa de compensado, então eu fiquei no meio daqueles detritos todos. Todo mundo se levantou e, você imagina o barulho, eu me levantei e disse: "Transbordou!" E todo mundo bateu palmas. Essa foi a minha primeira vez na cabine, na USP.

Figura 16: Ângela Levy, em foto recente (www.proz.com. Acesso em 15.out.2010.)

Como em outros locais e em outros momentos já mencionados, a interpretação simultânea começa em São Paulo de maneira absolutamente improvisada, com a opinião de alguém — no caso, o Cônsul americano — que acreditava ser tudo muito simples, bastando falar em uma língua quando alguém fala em outra. Foram diversas as outras ocasiões, sempre a chamado do Consulado Americano, em que Ângela Levy atuou. Dentre essas ocasiões, ela foi a intérprete que acompanhou Robert Kennedy, irmão do Presidente John F. Kennedy, em sua visita ao Brasil, quando Ministro da Justiça dos Estados Unidos, já na década de 60. Ela relata ainda diversas interpretações que fez na área médica, acompanhando seu marido a congressos (Cf. Levy, 2008). A partir de 1970, sua dedicação profissional se direcionou para a formação de tradutores e de intérpretes, no

[39] Collapsible: desmontável, mas também algo que "collapses", ou seja, que cai. Daí o jogo de palavras.

curso específico criado por ela na Associação Alumni, de São Paulo, onde atua até o presente.

Angela Levy é mais uma, dentre os intérpretes pioneiros no Brasil, que foi criada em uma família monolíngue. Aprendeu francês antes do inglês, ao estudar no famoso Colégio Des Oiseaux, onde estudaram nomes famosos de famílias tradicionais de São Paulo. O fato de seu pai ter sido advogado do Consulado dos Estados Unidos na cidade propiciou, desde cedo, contato também com o inglês, embora Levy (2008) relate terem ela e sua irmã aprendido esse idioma praticamente sozinhas, por meio de leituras, cinema e músicas, a partir de uma promessa feita ao Cônsul americano, ainda durante a adolescência, de que aprenderiam inglês sozinhas em um ano.

Em 1954 celebrou-se, durante praticamente o ano inteiro, o IV Centenário da fundação da cidade de São Paulo. Como parte da comemoração, ocorrem diversos eventos internacionais em que se fez necessária a interpretação simultânea. Foi o início da interpretação para Jacqueline Branco, que viria a ser uma das fundadoras da APIC, como já mencionado anteriormente. Filha de franceses, nascida na Argentina e criada no Paraguai, Jacqueline Branco cresceu bilíngue (francês e espanhol), tendo aprendido português após chegar ao Brasil, aos 16 anos. Na época do IV Centenário trabalhava no Yázigi, uma escola de línguas que estava começando. Foi sua colega no Yázigi, Renata Hammoud, também professora de francês e que viria a ser outra das fundadoras da APIC, quem a convidou para atuar nos eventos comemorativos como intérprete. Segundo Branco (2008), sua reação foi perguntar: “O que vem a ser isso exatamente, em termos práticos?” Ela seria mais uma intérprete formada na prática da profissão. Apesar de longo, é interessante ouvir o que relata Branco (2008) a respeito dos eventos do IV Centenário em 1954:

> Ela [Renata] me convida para fazer um trabalho. Está bom. Do quê? Você vai ser intérprete. Eu digo “Ah! O que vem a ser isso exatamente em termos práticos?” Ela me fala: “você vai lá, nós vamos agora, só vou te apresentar uma pessoa...”. Era um médico fantasma [...] Um médico fantasma é um médico formado no exterior que não... pode exercer aqui por não ter revalidado, ou não ter podido revalidar o diploma. E esse médico fantasma era uma pessoa maravilhosa. Um húngaro. Completamente embrulhado, atrapalhado... Bom, eu sei dizer que nós fomos trabalhar num congresso que seria no fim de março de 54. Foi aí que eu estreei, começando no fim de março, e até dezembro eu fiz 137 dias. [...] Veio [o equipamento] da IBM, eles trouxeram não sei de onde essas cabines, trouxeram para cá como ferro velho, e deixaram ali. Quatro

> cabines, um por cabine. Essa foi a minha grande escola. [...] O meu treinamento foi este. Ela [Renata] me disse: "Olha Jacque, vai ter um congresso, você sabe o que é um congresso? Sei. Então vem ai um monte de médicos do mundo inteiro, e vão falar em quatro idiomas. E nós vamos traduzir, cada uma de nós para uma língua. Eu vou fazer o francês, ela era... sabia muito bem o francês, você vai fazer o espanhol porque não tem ninguém que faça". Ninguém mais vai fazer [...] E, o professor Leonard, que era o médico fantasma, uma gracinha, falava inglês. Ele falava húngaro, melhor, o inglês dele dava para o gasto. Aparentemente, então tinha português. E um jovem estudante de medicina, quintanista de medicina, Edgar não sei das quantas, nunca mais vi. E lá fomos nós, em uma cabine, num teatro chamado Paramount [...] na Consolação *(sic)*. [...] Bom, eram mil congressistas, então você imagina que era uma coisa de uma certa envergadura. [...] A IBM se incumbiu de trazer as cabines da Colômbia. E então vieram, trouxeram quatro cabines, que estavam assim, a perder de vista uma da outra. A Renata estava lá longe, aqui estava o Edgar, o Professor Dr. Leonard aqui, e eu aqui. Só, na cabine. Bom, eu não sabia o que ia fazer. Ela disse: olha, nós vamos fazer uma espécie de teste, para você ver como funciona. Ela tinha uma ideia, parece. [...] Ela tinha um pouco mais de noção do que eu. E vieram nos buscar num carro, e lá fomos nós, toda a nossa equipe e mais o chofer da IBM, que nos leva a um depósito poeirento, sujo. Um horror! Entramos lá, o professor Leonard pega um livro e diz: "eu vou ler alguma coisa e você vai ouvir aqui a minha voz." Ah está bom. Então ele começa a ler e diz: "Está ouvindo?" Muito bem. "Então eu vou ler, e você vai falando em espanhol aquilo que você vai ouvir". Está bom. E ele começa a ler. E eu procurando fazer um esforço para lembrar. No fim, me diz a Renata: "Vai!" E eu, vai o quê? "Fala o que ele está lendo, vai traduzindo". Mas como? Ele não para de falar, como é que eu vou traduzir? Essa foi a minha escola. [...] Ai o Leonard disse: vai sim, vai, não vamos mais, vamos deixar você, vamos deixar você dormir tranquila, amanhã vemos isso, se você na primeira hora não se sair tão bem assim, não é grave, porque o Edgar vai trazer para o português. O Edgar não abriu a boca, nem pra dizer sim, ou presente, ou não estou. [...] O Leonard se virava, quer dizer, ele dava assim, ele deixava falar 10 minutos, e dizia em 2 minutos o que o outro tinha lido. [...] A Renata não terminava uma frase. Que horror! Mas fiz grandes amigos.[...] Eram cabines abertas, como os guichês de banco [...] mas como era um distante do outro, ninguém atrapalhava ninguém.[...] Essa foi a escola. Então você imagina o meu respeito, quando eu via outras pessoas aparecendo...

Mais uma vez, repete-se o improviso comum ao início da interpretação em todo o mundo, como visto no primeiro capítulo deste trabalho. Como diz Branco, "Essa foi a escola". Nada muito diferente do que aconteceu no Rio de Janeiro com Carlos Peixoto de Castro e Sérgio de Campos Melo e com diversos outros intérpretes em Nuremberg e mesmo na ONU, em seus inícios.

Outra intérprete que também trabalhou nos eventos do IV Centenário de São Paulo foi Ingrid Orglmeister, uma das mais ativas, até hoje, na profissão no Brasil, que veio a ser uma das fundadoras da APIC. Trabalhou pela primeira vez como intérprete, de maneira improvisada, em 1952, num evento em Genebra. Orglmeister pretendia fazer o curso de formação de intérpretes em Heildelberg, na Alemanha, para a qual já havia sido

aceita. Por ter ido muito antes do início das aulas, decidiu passar um tempo na Suíça e foi "descoberta" por acaso, para atuar junto a uma delegação brasileira que lá estava para um congresso. Conta Orglmeister (2008):

> Eu entrei numa cabine, numa organização internacional, sem ter a mínima noção de cabine, sem nunca ter visto o aparelhamento, sem nada [...] foi em Genebra, eu tive que fazer, eu fiquei três semanas traduzindo sozinha, sem nenhum apoio, sem saber nada [...] era principalmente inglês e português e tinha alemão passivo também, mas principalmente português e inglês. [...] Com isso não fui mais para Heildelberg, mas fui contratada direto por um centro de convenções nos Estados Unidos [...] em Mackinac Island, em Michigan. [...]

Orglmeister relata ainda que, ao voltar dos Estados Unidos, foi procurar "o grupo da D. Edith" e, como outros, foi rejeitada. "Não havia interesse da parte deles, de espécie alguma. Eles disseram: você que eu morava em São Paulo, você arruma os seus clientes, faz o que você quiser, nós temos o nosso grupo e tudo bem" (ORGLMEISTER, 2008). Veio depois o IV Centenário de São Paulo e, como Jacqueline Branco menciona acima, Orglmeister também começou a trabalhar em São Paulo a partir daí. Diz ela:

> No IV Centenário de São Paulo, em 1954, tirei férias do meu emprego e trabalhei como intérprete-acompanhante, e fui assim agarrada pelo Major que era responsável pelo o atletismo. O Brasil brilhava bastante no atletismo, era uma área de muito destaque. Então eu estava em todas as sessões que tinham a ver com atletismo [...] e no fim eu tive que até fazer os avisos no Pacaembu, no alto falante porque não tinha ninguém que fizesse em inglês, francês sempre tinha e alemão também, mas inglês não tinha. Eu estive, não sei por que, um dia na Biblioteca Pública aqui de São Paulo e encontrei a Jacquie Branco, então fui imediatamente falar com ela, disse que era esse o meu dom, é isso que eu quero fazer na vida. Ela me chamou para o próximo congresso que teve aqui em São Paulo, naquela época tinha uns quatro congressos por ano, você passava quatro meses estudando e depois quatro meses vivendo daquele congresso. [...]

Após os eventos do IV Centenário os eventos continuaram raros em São Paulo e os poucos intérpretes existentes atuavam em outras atividades profissionais para sobreviver, o que é mais uma característica comum às pessoas que se iniciam na profissão. Com o aumento dos eventos em São Paulo e com a recusa de Edith van de Beuque a integrar os intérpretes paulistas ao seu grupo, oito intérpretes, sob a inspiração de Ursula (Ulla) Schneider, acabaram decidindo, em 1971, criar a Associação Paulista de Intérpretes de Conferências (APIC), nos moldes da AIIC. O nome da organização viria a ser posteriormente alterado para Associação Profissional de Intérpretes de Conferência, absorvendo membros de todo o Brasil, como já mencionado anteriormente. Dos oito fundadores, três ainda vivem e trabalham em São Paulo: E. Ingrid Orglmeister, Jacqueline L. Branco e Suzana Mizne. Ulla Schneider mora

atualmente em Bremen, Alemanha e também continua atuando na profissão, no mercado comercial e nas organizações europeias, principalmente na cabine de português do Parlamento Europeu, em Estrasburgo. Quatro dos oito fundadores já faleceram: Cecília Assumpção, Geneviève Pelisson, Nikolaus Karwinsky e Renata Lydia Hammoud, essa última mencionada por Jacqueline Branco como sua introdutora à interpretação.

O início da década de 70 trouxe novo ímpeto à profissão de intérprete de conferências no Brasil, a partir do início das aulas de interpretação na Associação Alumni, em 1970 e na PUC-Rio, em 1971, cujo curso havia tido início anteriormente (1969) com a formação de tradutores, e a partir também da fundação da APIC — Associação Paulista de Intérpretes de Conferência. É a partir dessa década que o mercado de interpretação viria a crescer, terminando definitivamente a hegemonia dos intérpretes do Rio de Janeiro em todo o Brasil. É essa consolidação da profissão no Brasil que será discutida no próximo capítulo deste trabalho.

Capítulo 5
A Interpretação se Consolida como Profissão no Brasil

O mercado de interpretação de conferências na década de 60, do século passado, começava a se firmar, ainda que muito lentamente, como dizem diversos depoentes entrevistados para este trabalho. Grande parte dos eventos estavam, ainda, concentrados no Rio de Janeiro, onde atuava o "grupo da D. Edith", como já mencionado no capítulo anterior. Os eventos em São Paulo eram poucos, não mais que "10 ou 12 eventos por ano", em meados da década de 60, como afirma Schneider (2008). Às intérpretes atuantes em São Paulo, já mencionadas no capítulo anterior, une-se Suzana Mizne, diplomada também, como Ulla Schneider, pela Universidade de Genebra, e que retorna ao Brasil em 1969 (Cf. MIZNE, 2008).

A década de 70 parecia promissora para o Brasil. Era a época do "milagre brasileiro"! Com isso, nada mais natural que começassem a acontecer um maior número de eventos internacionais no País, aumentando, assim, a necessidade de atuação de intérpretes de conferência. Não parece ser coincidência, portanto, que a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro tenha decidido investir na formação de intérpretes. Em São Paulo, a Associação Alumni, centro binacional Brasil-Estados Unidos dá início também a um curso de formação de tradutores e de intérpretes. Ambos os fatos já foram mencionados no capítulo anterior e serão detalhados posteriormente, em capítulo focalizando, especificamente, a formação de intérpretes no Brasil.

5.1 A Criação da Associação Paulista de Intérpretes de Conferência (APIC)

Na mesma época — início da década de 70 — o grupo de intérpretes já atuantes em São Paulo decidiu que a interpretação deveria, definitivamente, ser vista como uma profissão, com normas e princípios, e não como uma atividade realizada, de maneira um tanto informal, por um grupo de amigos. Essa decisão foi, em parte, impulsionada pela construção do Centro de Convenções Anhembi, pela empresa de eventos e publicidade pertencente a Caio de Alcântara Machado, para ser "o maior centro de eventos da América Latina", como afirma o website do Anhembi Parque, nome atual do

complexo, hoje pertencente à Prefeitura de São Paulo.[40] Relata [Ulla] Schneider (2008), que veio a ser a primeira presidente da Associação Paulista de Intérpretes de Conferência:

> Conheci a Cecília Assumpção, secretária da diretoria da Alcântara Machado, que estava construindo o Anhembi. [...] [Ela me disse:] "Vamos ter um evento atrás do outro, vamos precisar de intérpretes e não há intérpretes suficientes em São Paulo. Então, nós vamos formar intérpretes a toque de caixa." Fizeram um convênio com a FAAP, por intermédio de uma deputada [...] Cecília e eu fomos colocadas diante de um fato consumado: convênio da Alcântara Machado com a FAAP, para formar 20 intérpretes por ano, com a perspectiva de trabalharmos 80 dias por ano no Parque Anhembi. Eu disse para a Cecília: isso não vai dar certo, não há mercado, lutamos como loucas para conseguir trabalhar 10, 15, 20 dias por ano. Somos três ou quatro pessoas. Como, de repente, vamos formar 20 pessoas por ano? E não somos formadoras, não temos qualquer tipo de base para formar outras pessoas. E acabamos nos recusando.

Ainda segundo Schneider (2008), a deputada envolvida escreveu para a Associação Internacional de Intérpretes de Conferência, em Genebra, solicitando ajuda para formar intérpretes no Brasil, afirmando que esses profissionais não existiam no Brasil e que os atuantes aqui eram "estrangeiros refugiados, gente que não tem o mínimo conhecimento da língua portuguesa". Ulla Schneider conta ter recebido cartas de diversos colegas europeus, que queriam saber o que estava acontecendo, uma vez que já havia membros da Associação (AIIC) aqui no Brasil, sendo a própria Ulla Schneider um deles. Havia também, na época, no Rio de Janeiro, alguns intérpretes já associados à organização internacional (AIIC). Ninguém aceitou vir da Europa para se responsabilizar por tal formação, como queria a deputada. A FAAP se propunha a ensinar as línguas, durante o curso, para as pessoas interessadas em se tornar intérpretes. Vê-se, aí, a confusão de sempre por parte das pessoas não ligadas à área, que confundem o fato de saber línguas com o de ser intérprete, e não avaliam o nível de proficiência da língua que os alunos de tais cursos devem ter. Schneider (2008) conta ter tentado explicar isso à FAAP, dizendo: "você forma intérpretes que já sabem as línguas". Diz ainda: "a seleção dessas pessoas não correspondia nem um pouquinho às ideias que tínhamos trazido de Genebra". Continua Schneider (2008):

> Então eu tive a ideia de fazer aqui uma associação profissional e disse: de fato, não temos uma área muito profissional. Temos que ter algum tipo de organização de classe, para falar com mais autoridade com essas pessoas e explicar por que nós não queremos formar intérpretes, quais são as considerações, o quanto o mercado aguenta, a rigor, de novas pessoas, todos

[40] Informações do site www.anhembi.com.br, acessado em 11 jul. 2009.

> os anos, e que tipo de formação é preciso dar. [...] E foi assim que surgiu a APIC [Associação Paulista de Intérpretes de Conferência, posteriormente denominada Associação Profissional de Intérpretes de Conferência]. O curso na FAAP nunca deslanchou, nunca aconteceu nada. A Alcântara Machado continuou a nos contratar [para os eventos], nunca tiveram um mercado nas proporções que tinham imaginado. Aquilo se tornou um elefante branco; havia relativamente poucos eventos no Anhembi. O mercado foi crescendo, [mas] lentamente.

Com o crescimento da demanda por intérpretes, o grupo inicial percebeu que era preciso encontrar outras pessoas que fossem capazes de fazer o trabalho de interpretação. "As pessoas nos procuravam", diz Schneider (2008). "Nós montamos um equipamentozinho pequeno, testávamos, víamos os antecedentes, qual a formação e as incorporávamos na equipe". Foi, assim, que se juntaram ao grupo inicial, alguns intérpretes que atuam, até hoje, no mercado brasileiro. Schneider (2008) cita, entre esses primeiros, Isabel Stegmann, para a cabine de espanhol, Maria Luiza Ferraz, Maria José Scarpa, Marialice Marechal, Olga de Bratt, Maria Teresa Lindsey, Carola Junqueira, Fiona Ramsay e Maria Clara Forbes-Kneese. As últimas quatro estão entre as primeiras egressas do curso de formação oferecido pela Associação Alumni, que será discutido no próximo capítulo. Complementa, ainda, Schneider (2008): "Depois vieram a Sylvie [Muhlrad Nagelschmidt], a Simone [Troula], a Stella [Meyer], a Tereza Sayeg,". As últimas três citadas por Schneider (2008) também tinham passado pelo curso da Associação Alumni (informação verbal).[41]

A criação da APIC, em julho de 1971, foi fator primordial para a profissionalização do intérprete brasileiro. A Associação criou um código de ética profissional para os intérpretes, estabeleceu condições de trabalho para o seu bom desempenho, criou um modelo de contrato para ser adotado por seus associados e determinou critérios específicos para a admissão de seus novos membros. De modo geral, tudo isso foi feito segundo os padrões da sua congênere internacional, já mencionada anteriormente, conhecida pela sigla AIIC, a partir do seu nome em francês. As condições de trabalho estabelecidas pela APIC acabaram beneficiando todos os intérpretes brasileiros, membros ou não da Associação, que as adotaram no todo ou em grande parte. Vejamos alguns desses elementos em mais detalhes.

---

[41] As informações sobre quais intérpretes fizeram o curso da Associação Alumni foram obtidas em contato pessoal do autor com Angela Levy, fundadora do referido curso.

O código de ética profissional da Associação contém 9 artigos, dentre os quais destacam-se os seguintes, que se relacionam mais de perto com aspectos específicos da atuação do intérprete.

> Artigo 2º
> O intérprete obriga-se à estrita observância do segredo profissional, não podendo divulgar a quem quer que seja qualquer informação obtida no decorrer de sua atividade profissional, salvo no caso de reuniões abertas ao público em geral.
>
> Artigo 3º
> O intérprete não utilizará em proveito pessoal informações confidenciais porventura obtidas no exercício da profissão.
>
> Artigo 4º
> O intérprete aceitará somente aqueles trabalhos para os quais se julgar suficientemente qualificado. Sua assinatura em um contrato vale como penhor da alta qualidade profissional de seu trabalho, bem como do desempenho profissional dos outros intérpretes da equipe contratada por seu intermédio, membros ou não da APIC.
>
> Artigo 8º
> O intérprete observará as condições de trabalho estabelecidas pela APIC.[42]

Os Artigos 2º e 3º demonstram a preocupação e o comprometimento com a postura do intérprete perante assuntos confidenciais dos quais, inevitavelmente, toma conhecimento durante o exercício da atividade. Essa foi, também, a primeira preocupação do código de ética da Associação Internacional de Intérpretes de Conferência, quando criada em Paris, em 1953.[43] O segredo profissional é absolutamente fundamental para que o intérprete tenha a confiança dos seus usuários. É por isso que se costuma dizer que os intérpretes não devem escrever suas memórias. A quebra desse segredo é considerada falta grave na profissão e pode levar o intérprete a ser expulso de associações, como a APIC ou a AIIC. (Ver THIÉRY, 2007.) O Artigo 4º indica a importância de o intérprete não aceitar interpretar assuntos ou idiomas em que não possa desempenhar suas funções com a máxima qualidade. Para tanto, é fundamental que tenha acesso ao máximo possível de materiais da reunião em que vai atuar, algo nem sempre muito fácil de se obter dos contratantes, que muitas vezes não conseguem entender a importância de o intérprete estar familiarizado com o assunto que vai interpretar ou têm medo que o intérprete venha a revelar os assuntos de uma

---

42 website da APIC em www.apic.org.br, acessado em 15 jul. 2009.

43 Conforme mencionado por Marie-France Skuncke, no vídeo *THE INTERPRETERS: A historical perspective* (1996), já citado anteriormente.

reunião antes que ela aconteça. Mais uma vez, o Artigo 2º do código torna-se fundamental. O Artigo 8º, que fala das condições de trabalho, algumas das quais se discutirá a seguir, também é de suma importância, uma vez que é o intérprete, sozinho e em conjunto com os demais colegas, que tem a responsabilidade final de não ceder nas condições fundamentais, tão arduamente conquistadas pelas associações de classe e pelas gerações anteriores de intérpretes.

Não é possível aqui, nem é escopo do presente trabalho, uma análise detalhada de todas as condições de trabalho conquistadas pelas associações de classe dos intérpretes em todo o mundo e pela APIC, em particular, no contexto brasileiro. O regulamento da APIC, em sua seção denominada "Das Condições de Trabalho", menciona, dentre as diversas condições, as seguintes, escolhidas aqui por estarem mais ligadas a questões técnicas específicas, que afetam o desempenho profissional do intérprete:

> Artigo 2º
>
> A fim de garantir a prestação de serviços profissionais de alto nível, o intérprete:
>
> a) exigirá condições satisfatórias de audição, visibilidade e conforto;
>
> b) opor-se-á à interpretação simultânea sem cabine (mini-equipo), a menos que a configuração do local permita fazê-lo em condições compatíveis com padrões elevados de interpretação;
>
> c) não trabalhará sozinho e sem possibilidade de substituição, sendo que a interpretação sempre será feita por um mínimo de dois intérpretes, exceto:
>
> i) quando a interpretação simultânea não exceder uma hora,
> ii) quando a interpretação consecutiva não exceder duas horas;
>
> d) aceitará interpretar simultaneamente em voz baixa e sem equipamento somente em circunstâncias excepcionais e que permitam manter a qualidade da interpretação;
>
> e) emprestará ao intérprete coordenador todo apoio, representando-o condignamente.
>
> f) Informar-se-á a priori junto ao intérprete coordenador das condições físicas, técnicas e contratuais do trabalho proposto, exigindo condições compatíveis com bons serviços de interpretação.
>
> g) procurará uma composição das equipes evitando o uso sistemático de relay e baseada na seguinte escalação:
>
> 2 idiomas - 1 cabine - 3 ou 2 intérpretes
> 2 idiomas - 2 cabines - 4 intérpretes
> 3 idiomas - 2 cabines - 5 intérpretes, ou 4 excepcionalmente
> 3 idiomas - 3 cabines - 6 ou 5 intérpretes
> 4 idiomas - 4 cabines - 8 a 12 intérpretes

5 idiomas - 5 cabines - 10 a 15 intérpretes

Artigo 3º

Para os fins dos incisos (i) e (ii) da alínea (c) do Artigo 2º deste Regulamento, caso o trabalho de interpretação seja realizado em períodos diferentes em um mesmo dia, a jornada total de trabalho não deverá ultrapassar 2 (duas) horas, divididas em sessões com uma hora de duração no máximo, e com um intervalo de no mínimo uma hora e meia entre cada sessão de trabalho. Caso isto não seja possível em virtude da programação do evento, o intérprete não poderá aceitar trabalhar sozinho em nenhuma das sessões.

Artigo 4º

O intérprete contratará seus serviços somente sob condições claras e previamente estabelecidas. Para esse fim utilizará, sempre que possível, a Carta-Contrato padrão aprovada pela APIC.

Parágrafo único
A contratação como intérprete exclui a prestação de quaisquer outros serviços durante a mesma conferência.

Artigo 8º

O intérprete não permitirá a gravação da interpretação simultânea:
a) dentro da cabine de tradução, e
b) para fins de difusão e/ou publicação comercial, a não ser que haja um acordo prévio com a equipe de intérpretes, a qual poderá solicitar do organizador, nesse caso, uma remuneração adequada a título de direitos autorais.[44]

Permeiam todos os artigos acima a garantia de que o intérprete terá as condições necessárias para o desempenho adequado de suas funções. Essas garantias são importantes, uma vez que, com bastante frequência, tentam ser evitadas pelos contratantes a fim de reduzirem seus gastos com interpretação.

Assim, vejamos: o Artigo 2º destaca, inicialmente, as condições de audição, visibilidade e conforto. Não é raro o contratante não entender por que razão o intérprete insiste em ter visão do que está acontecendo, em vez de somente audição. O leigo normalmente pensa que o intérprete apenas converte palavras de uma língua para outra, de modo que basta ouvi-las em uma língua para encontrar a equivalência em outra. Na verdade, o intérprete trabalha, sobretudo, com todo o contexto da situação, sendo-lhe fundamental saber quem fala em determinado momento, quais são suas expressões faciais e corporais, que outros recursos está utilizando, além da fala — slides, objetos

[44] website da APIC em www.apic.org.br, acessado em 15 jul. 2009.

reais, etc. O conforto também é fundamental para o intérprete, considerando-se o número de horas em que fica na cabine durante um evento e, sobretudo, a concentração que deve ter a fim de interpretar de maneira satisfatória. Não é possível que, além disso, tenha que se preocupar com o conforto da cadeira, por exemplo, ou com a temperatura e a falta de ventilação da cabine. Esses fatores são tão importantes que a APIC, nos moldes de suas congêneres internacionais, veio a criar uma Comissão Técnica, para cuidar desses aspectos, da qual se falará mais adiante. Ainda no mesmo artigo, ficam claras as inconveniências do trabalho sem cabine, com equipamento portátil, conhecido nos meios profissionais por seu nome francês “bidule”. Esse tipo de equipamento, apesar de ser adequado para reuniões curtas e com poucos participantes, é mais apropriado para visitas técnicas, por exemplo, em que todo o grupo se desloca de um local a outro. Não deve ser usado para baratear os custos em reuniões maiores e mais longas, uma vez que tira do intérprete o benefício do isolamento sonoro e o conforto da cabine regular. Caso semelhante é a interpretação cochichada, que nada mais é do que uma simultânea sem cabine, com todos os problemas daí advindos. Os regulamentos da Associação deixam claro que esse tipo de interpretação não deve se tornar a norma.

Ainda o mesmo artigo deixa claro que o intérprete não trabalha sozinho, a não ser por breves períodos. O trabalho em equipe é fundamental para que a qualidade seja mantida ao longo de todo o evento, sem que o intérprete fique extremamente cansado, acarretando a queda de qualidade em sua atuação. Mais uma vez o regulamento deixa as questões bem claras. Ainda outra questão de ordem técnica mencionada no mesmo artigo é o chamado “relay”, em que o intérprete fará a tradução oral a partir da tradução de um colega, por não ter entre as suas línguas de trabalho o idioma em que o palestrante está falando originalmente. Para que se evite o uso prolongado do “relay”, será importante que a equipe inclua intérpretes com combinações linguísticas que possibilitem a tradução oral direta do original a maior parte do tempo. A interpretação em “relay” exige maior concentração dos dois intérpretes envolvidos e, obviamente, não consegue manter o mesmo padrão de qualidade ser for realizada durante períodos longos. Mais uma vez, as questões financeiras se tornam relevantes, uma vez que para o contratante, o uso do “relay” pode acabar reduzindo os custos, na medida em que se

contrata um número menor de intérpretes. O regulamento tenta evitar que as questões financeiras prevaleçam sobre as técnicas, reduzindo, assim, a qualidade da interpretação. O Artigo 3º esclarece a questão das horas de trabalho em períodos curtos, quando o intérprete pode atuar sozinho. Mais uma vez, o cerne da questão são os pontos já mencionados para o artigo anterior: o grau de concentração exigido pelo exercício da interpretação não possibilitam um longo período de trabalho sem alternância com outro intérprete, o que faz com que aumentem os custos para o contratante, que muitas vezes tenta evitar a contratação de dois intérpretes.

O Artigo 4º ressalta a importância do uso do contrato-padrão sugerido pela Associação para que as condições de trabalho estejam bem claras para ambas as partes. Algumas cláusulas desse contrato serão mencionadas mais adiante neste trabalho. Ressalta, ainda, que o intérprete não terá outra funções durante o evento. Pode parecer estranho, mas há contratantes que, às vezes, esperam que os intérpretes também façam traduções orais de textos e/ou slides para o evento, façam relatórios das sessões ou transcrições de discursos, entre outras tarefas. O Artigo 8º também deixa claro que não se devem fazer gravações não-autorizadas das traduções feitas pelos intérpretes durante as sessões de um evento. Há contratantes que, ocasionalmente, pensam em gravar as traduções orais pensando em, posteriormente, publicá-las em forma de anais, por ignorarem que a tradução oral não se presta a tal propósito, uma vez que tem características técnicas bastante distintas da tradução de um texto escrito, não só pela velocidade em que o processo acontece, mas também pelas próprias diferenças entre a linguagem oral e a escrita.

Há outros artigos, ainda, no regulamento da Associação, entre os não citados textualmente nesta discussão, que tratam das funções do intérprete-coordenador e sua remuneração, de questões de rescisão de contratos já fechados para eventos, da questão dos honorários, entre outras. Até 1986, a APIC estipulava valores de honorários, mas a partir daí menciona, apenas, que os honorários cobrados pelos intérpretes devem ser “condizentes com a preservação da dignidade profissional e das condições de trabalho consagradas pelos mercados nacional e internacional”[45], evitando

[45] Artigo 9º do já mencionado regulamento, encontrado em www.apic.org.br

mencionar valores específicos, como anteriormente. O artigo seguinte menciona, ainda, que os valores não serão “fracionados”: quer o intérprete trabalhe duas, três ou até seis horas, os honorários são os mesmos. Isso é praxe no mundo da interpretação profissional, não havendo honorários “por hora”. O dia de trabalho do intérprete é sempre considerado um conjunto de seis horas, indivisíveis. Há mais diversas questões relacionadas a honorários, englobando diversos artigos dos regulamentos, até o Artigo 22º.

Uma vez que as viagens são parte intrínseca da atividade do intérprete, o regulamento preconizado pela Associação prevê uma série de questões relacionadas a esse fato, que devem estar bem claras entre o intérprete e o contratante, a fim de se evitarem complicações posteriores. Vejamos o que diz a seção V do já mencionado regulamento.

V - Das Diárias e Despesas de Viagem

Artigo 28º

O intérprete contratado para prestar serviços fora de seu local de domicílio receberá ajudas de custo (per diem) para cada dia de ausência do domicílio, bem como diárias de montante igual para cada dia de viagem, a serem pagas no primeiro dia de trabalho.

Artigo 29º

As ajudas de custo e diárias serão fixadas com base na tarifa praticada pelo intérprete, de acordo com o estabelecido no Artigo 30º deste Regulamento.

Artigo 30º

As ajudas de custo e diárias são devidas integralmente para cada dia, ou fração, de estadia e viagem. O intérprete poderá, entretanto, aceitar as seguintes alternativas para o pagamento dessas diárias:

a) a diária (per diem) integral, equivalente a 50% (cinquenta por cento) da tarifa praticada;

b) o pagamento pelo organizador das despesas de hospedagem e refeições, e mais 30% (trinta por cento) da diária (per diem); ou

c) o pagamento pelo organizador somente das despesas de hospedagem (com café da manhã) e mais 50% (cinquenta por cento) da diária (per diem).

Artigo 31º

O contrato do intérprete para prestar serviços em conferências imediatamente consecutivas, fora de seu local de domicílio, incluirá obrigatoriamente o pagamento de uma passagem em equipamento de primeira classe, ida e volta pelo trajeto mais curto ou circular, se for o caso, entre os locais de domicílio e da, ou das conferências.

> Parágrafo único
>
> No caso de conferências realizadas em cidades próximas do local de domicílio profissional do intérprete e para onde o(s) intérprete(s) prefira(m) deslocar-se em seu próprio automóvel, correrão por conta do organizador da conferência as despesas relativas ao consumo de combustível nos trajetos de ida e de volta.
>
> Artigo 32º
>
> As viagens aéreas serão efetuadas nas linhas regulares e em equipamento de primeira classe. A seu juízo, o intérprete poderá aceitar passagem em avião fretado pelo organizador, se as condições de viagem corresponderem às especificadas neste artigo.
>
> Parágrafo único
>
> O intérprete não aceitará passagens de cortesia oferecidas aos organizadores da conferência pelas companhias aéreas.
>
> Artigo 33º
>
> No caso de conferências não imediatamente consecutivas, realizadas fora do domicílio profissional do intérprete, incidirão diárias e despesas de viagem separadas para cada uma dessas conferências.
>
> Artigo 34º
>
> Sempre que o intérprete for obrigado a deixar a cidade de seu domicílio antes das 17:00 (dezessete) horas a fim de iniciar um trabalho no dia seguinte em outra cidade, será cobrada uma taxa de indenização por lucros cessantes, equivalente a 50% (cinqüenta por cento) da tarifa praticada, o mesmo ocorrendo com o retorno, sempre que implicar na perda de um dia de trabalho.[46]

Em resumo, os artigos acima tratam do pagamento das despesas de locomoção, hospedagem e alimentação, que parecem ser óbvios, mas nem sempre o são para alguns contratantes. Introduz, também a questão do "per diem", conceito quase sempre debatido entre os intérpretes e seus contratantes, que variará entre 50% e 30% dos honorários cobrados pelo intérprete, dependendo de que despesas sejam assumidas diretamente pelo contratante. Outra questão que é bastante controvertida é a do "equipamento de primeira classe". Alguns dos intérpretes que prestaram depoimentos para esta pesquisa, como o "decano" dos intérpretes brasileiros Carlos Peixoto de Castro, reconhecem que os intérpretes não mais viajam em primeira classe, como antigamente (Cf. CASTRO, 2008). Deve-se reconhecer, porém, que tais regras foram estipuladas quando não existia ainda a classe executiva nos aviões comerciais. No entanto, a maioria dos contratos de intérpretes atualmente não lhes concede nem

[46] www.aiic.org.br, acessado em 15 jul. 2009.

mesmo viagem em classe executiva. Há contratantes que, inclusive, alojam os intérpretes em hotéis separados dos delegados do evento, hoje em dia, para reduzir os custos. As questões de viagem, hospedagem e "per diem" são, talvez, as mais difíceis nas negociações entre intérpretes e contratantes, a menos que o contratante seja uma organização internacional, habituada a trabalhar com intérpretes. No mercado independente, essas cláusulas são, muitas vezes, refutadas pelos contratantes e têm de ser negociadas e, muitas vezes, abandonadas por intérpretes, para que não percam o contrato.

A título de ilustração de diversos pontos discutidos nas páginas precedentes, transcreve-se, a seguir, trechos de um fax confirmando contratação pela Organização das Nações Unidas, de uma intérprete de São Paulo, membro da APIC, para um trabalho em Brasília, enviado por Monique Corvington, Chefe dos Serviços de Interpretação da ONU, em Nova York, umas das maiores contratantes de intérpretes do mundo.

> Je vous enverrai le programme detaillé de la visite de la Rapporteuse Spéciale Sur les Déchets et Produits Tociques au Brésil dès que je l'aurai reçu. En attendant, je vais vous envoyer aujourd'hui même par la poste quelques documents qui vous aideront à vous préparer. Vous pourriez aussi consulter l'Internet à l'adresse [...] Le rapport E/CN.4/1998/10Add.2 vous será particulièrement utile. [...]
>
> Pour ce que est des dates et du programme de la visite, tout ce que sais pour le moment c'est que la Rapporteuse Spéciale aurá besoin de vos services d'abord à Brasilia du 21 au 26 juin et ensuite à São Paulo du 26 au 29 juin. Bien sûr, les frais de voyage sont à la charge de l'ONU ainsi qu'un per diem pour la partie Brasilia de la mission. Je vous tiendrai au courant de des détails adminitratifs dans le courant de la semaine.[47]

Observe-se, por exemplo, a preocupação com o envio de material de preparação prévia da intérprete. Normalmente, o intérprete-coordenador obtém esses materiais do

---

[47] Fax em papel timbrado da ONU, datado de 15 de junho de 1998, enviado de Nova York. Segue a tradução:

> "Enviar-lhe-ei o programa detalhado da visita ao Brasil da Relatora Especial de Resíduos e Produtos Tóxicos assim que os receber. Antes disso, enviar-lhe-ei hoje mesmo, por correio, alguns documentos que a ajudarão em sua preparação. Você pode consultar também, na Internet, o endereço [...] O relatório E/CN.4/1998/10Add.2 será muito útil.
> No que concerne as datas e o programa da visita, tudo que sei no momento é que a Relatora Especial terá necessidade de seus serviços primeiro em Brasília, de 21 a 26 de junho e, a seguir, em São Paulo, de 26 a 29 de junho. É claro que as despesas de viagem ficam a cargo da ONU, assim como um "per diem" pela parte da missão referente a Brasília. Informar-lhe-ei mais detalhes administrativos ao longo da semana.

organizador do evento e o repassa aos intérpretes. Num evento menor em que não haja intérprete-coordenador, os próprios intérpretes normalmente solicitam o material ao contratante. Como já mencionado anteriormente, muitas vezes o contratante reluta em entregar materiais previamente ao intérprete. No parágrafo seguinte, a representante do contratante (que, no caso, era a ONU) deixa claro que as despesas de viagem e o "per diem" para a parte dos trabalhos realizados em Brasília serão pagos pela ONU. Não há, obviamente, "per diem" para os dias trabalhados em São Paulo por ser esse o domicílio profissional da intérprete em questão. Para a ONU, tais procedimentos são de praxe diária em seus relacionamentos com os intérpretes e não há qualquer questionamento, o que indica que os regulamentos da APIC refletem a prática internacional da profissão.

Como mencionado anteriormente, um dos elementos importantes para a profissionalização do intérprete no Brasil foi a criação de um "Contrato-Padrão de Prestação de Serviços de Interpretação", desenvolvido pela APIC, para utilização por seus associados. Esse contrato explicita os elementos fundamentais dos regulamentos da Associação sobre as condições de trabalho do intérprete e os coloca em forma de contrato, a ser acordado entre as partes, a saber, o intérprete (contratado) e o organizador do evento (contratante), para efeitos legais. Segue-se, nas duas próximas páginas, o seu facsímile.

CONTRATO-PADRÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERPRETAÇÃO

(Modelo aprovado pela APIC — Associação Profissional de Intérpretes de Conferência)

CONTRATANTE	CONTRATADO
_____	_____
_____	_____
_____	_____

Conforme os entendimentos havidos, as partes firmam este Contrato de Prestação de Serviços de Interpretação para o Evento abaixo descrito, nas condições a seguir estipuladas.

1. Do Evento

Nome Oficial: _____

Data do início do trabalho: _____ às _____ horas. Término: _____

Local: _____ Cidade: _____

Endereço: _____

Idiomas Oficiais da Conferência: _____

Modalidade da Interpretação: Simultânea em _____ sala(s) / Consecutiva em _____ sala(s).

A equipe de intérpretes estará integrada por _____ pessoas.

Intérprete Coordenador: _____

2. Das Condições

a) A interpretação objeto do presente contrato será: ( ) simultânea nos dias _____
( ) consecutiva nos dias _____
de _____ para _____

b) Documentação completa (programa, palestras, etc.) nos idiomas da conferência deverá ser encaminhada ao intérprete até _____.

c) A jornada de trabalho em equipe compreende **6 horas**. Ultrapassado esse período, haverá um acréscimo, conforme estabelecido nas cláusulas especiais, alínea b.

d) A jornada de trabalho de um intérprete trabalhando sozinho é de **1 hora** em tradução simultânea ou **2 horas** em consecutiva.

e) De maneira a garantir a reserva das datas com o intérprete, a segunda via do presente contrato, assinada e carimbada, deverá ser devolvida até o dia _____.

3. Da Remuneração

a) Honorários profissionais: _____ por dia, durante _____ dias, num total de: _____
e nos domingos/feriados, _____ por dia, relativos a _____ dias, num total de: _____

b) Adicional por jornada mais longa (cf. alínea b. das Cláusulas Especiais): _____

c) Realizando-se o evento fora da cidade de domicílio do intérprete, o contratante obriga-se a providenciar:

(i) Passagem aérea de ida e volta, de _____ a _____

(ii) Ajuda de custo (per diem) de _____ por dia de ausência do domicílio: _____

(iii) Compensação por dia consagrado à viagem (lucros cessantes): _____

(iv) Ajuda de custo para transporte: _____

(v) Os itens seguintes, conforme combinado (assinalar o caso):

( ) hospedagem em apartamento individual.

( ) todas as refeições.

( ) uma refeição.

d) Taxa de coordenação: _____

TOTAL: _____

Figura 17: Parte inicial de contrato de interpretação sugerido pela APIC

4. Do Pagamento

a) O pagamento referente aos itens 3.a), 3.b) e 3.d) acima será efetuado no último dia do trabalho, com os descontos previstos em lei.

b) O pagamento referente aos itens 3.c(ii) e seguintes, quando cabíveis, será feito no primeiro dia de trabalho, sem descontos de espécie alguma.

c) A não observância dos prazos acima sujeita o contratante ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento), sem prejuízo de correção monetária e juros de mora.

5. Cláusulas Complementares

a) Se por motivo de força maior o contratado ficar impedido de assumir as obrigações ora contratadas, deverá apresentar um substituto igualmente qualificado para cumprir o contrato em todos os seus termos.

b) Em caso de cancelamento ou suspensão do evento por qualquer motivo, o contratante obriga-se ao pagamento integral dos honorários profissionais estipulados na cláusula 3. alíneas "a" e "d".

6. Cláusulas Especiais

a) A gravação da tradução simultânea somente será permitida mediante contrato de direitos autorais, firmado em separado.

b) Sendo a jornada de trabalho mais longa do que o estipulado na cláusula 2.c), será cobrado um adicional de 25% (vinte e cinco por cento) do total da jornada para 7 horas e 50% (cinquenta por cento) do total da jornada para 8 horas de trabalho.

Em testemunho do que, as partes firmam o presente Contrato de Prestação de Serviços de Interpretação em duas vias de igual teor e para o mesmo fim, em presença das testemunhas abaixo:

pelo CONTRATADO

pelo CONTRATANTE

RG:

CPF:

INPS:

CCM:

Local e Data: _____

Local e Data: _____

Testemunha : _____

Testemunha : _____

Figura 18: Restante do contrato de interpretação sugerido pela APIC

Como é possível observar no facsímile do contrato sugerido pela APIC, ficam bem explícitos os diversos elementos que garantem ao intérprete a observância das condições necessárias para as condições ideais de trabalho. Entre eles destacam-se o número de intérpretes que integrarão a equipe, o nome do coordenador, a explicitação das modalidades simultânea e consecutiva, em dias, número de salas e combinações linguísticas. Inclui-se, ainda, uma data-limite para a disponibilização da documentação

necessária para a preparação do intérprete, deixa claro que o período de trabalho do intérprete é de seis horas. Deixa também claro o valor dos honorários, os possíveis adicionais e as despesas de viagem, incluindo passagens, “per diem”, pagamento de “lucros cessantes” para os dias despendidos em viagem, acordo quanto à hospedagem e às refeições e, por último, a taxa a ser recebida pelo coordenador. A segunda página do contrato estabelece os prazos de pagamento, as condições de rescisão e outras questões referentes a pagamentos de possíveis adicionais. O contrato deverá ser firmado pelas partes, com as devidas identificações, testemunhas, data e local, elementos esses essenciais para seu valor legal como contrato. Conforme já mencionado, todas, ou pelo menos grande parte dessas condições, acabaram por vir a ser adotadas pela maioria dos intérpretes brasileiros, mesmo os que não são membros da APIC.

Desde a sua fundação, a Associação estabelece normas para a admissão de seus membros, também inspiradas nas normas da AIIC. Os membros são, primeiramente, admitidos como candidatos a membros, quando já trabalharam 50 dias como intérpretes, sendo 10 deles com membros da Associação. Deverá ser indicado por quatro membros efetivos ou correspondentes. Para que o membro-candidato possa pleitear sua condição de membro-efetivo, deverá ter exercido a atividade de intérprete por pelo menos 200 dias, sendo que pelo menos 80 desses dias com outros intérpretes membros-efetivos da Associação, que atestarão sua competência. Em outras palavras, o acesso à APIC é pelo sistema de “apadrinhamento” (ou “parrainage”, a partir do francês normalmente utilizado nos regulamentos de sua congênere internacional, a AIIC). Tal sistema consiste em o candidato a membro-efetivo ser apresentado por cinco membros-efetivos que atestem sua capacidade profissional, após terem com ele trabalhado. Há, ainda, a categoria de “membro-correspondente”, comum em muitas associações de classe, que abrangem membros residentes em outros países, que cumprem todas os demais requisitos para serem membros-efetivos. Além dessas, em 2008, foi criada a categoria “membro-credenciado”, para os aprovados em teste. O credenciado terá até três anos para apresentar sua candidatura a membro, ou seja, terá três anos para cumprir 50 dias de trabalho como intérprete, sendo 10 deles com membros da Associação. A vantagem é que seu nome já aparece no website da

Associação e pode participar de suas reuniões, o que o tornará conhecido dos demais e facilitará os convites para trabalho, atingindo assim os dias necessários para se tornar "membro-candidato" e, posteriormente, "membro-efetivo". Existe, ainda, a categoria de "membro-remido" para os associados há mais de 30 anos e a de "membro-honorário", embora a lista de membros no website da Associação não mencione nenhum nessa última categoria. Todo esse processo de admissão de membros é analisado e administrado pela CACL, a Comissão de Admissão e Classificação Linguística.

Via de regra, os intérpretes preferem trabalhar em cabines permanentes, de alvenaria, por serem maiores, mais confortáveis e mais adequadas, desde que sejam construídas e equipadas de maneira adequada. Existem normas ISO tanto para cabines fixas (ISO 2603) como para cabines móveis (ISO 4043). Por alguma razão que se desconhece, os arquitetos brasileiros parecem ignorar tais normas. A norma 2603 está, inclusive, traduzida para português no website da APIC, a fim de orientar os construtores e arquitetos de locais de evento, que parecem preferir ignorá-la. Em muitas situações, os responsáveis pelos centros de convenção insistem em querer que os intérpretes atuem em cabines de som, cabines de projeção e outros cubículos de modo geral ou utilizam as cabines construídas no local como depósito de materiais. O autor desta pesquisa teve ocasião de conversar sobre o assunto com um arquiteto que, anos atrás, seria responsável pela construção de um auditório com cabines de interpretação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ao mencionar a norma ISO 2603 sobre o assunto, ouviu do arquiteto a "explicação" de que, para ele, a cabine era "uma salinha com vidro na frente" e que nunca tinha ouvido falar que existissem normas para isso. O auditório em questão nunca veio a ser construído. Mas isso parece refletir o desconhecimento em relação à profissão e às necessidades do intérprete para a realização adequada de seu trabalho. Se apesar das preocupações e reclamações das associações de classe, como a APIC e a AIIC, o problema parece persistir em cidades do porte de São Paulo e em locais como os mencionados acima, o que aconteceria se os intérpretes continuassem a atuar em grupos informais, sem nenhuma estrutura organizacional?

Além do que já foi mencionado, a APIC oferece ainda assistência jurídica por um advogado que presta serviços à Associação, ofereceu ajuda a seus membros em

relação a questões financeiras nos diversos planos econômicos pelos quais o País passou nas últimas décadas do século passado e negociou um plano de aposentadoria privada em grupo para seus associados, entre outros. Durante vinte anos (1979 a 1999), foi publicado também uma espécie de "jornalzinho" bastante descontraído, intitulado "Cabine 1", sob a editoria de Simone Montgomery Troula e Carola Junqueira, com curiosidades a respeito de idiomas, recortes de jornais e outras publicações com notícias a respeito do mundo da tradução e da interpretação, inúmeras brincadeiras e anedotas, como as que hoje em dia costumam circular pela Internet, além de ocasionais notícias sociais dos membros da Associação, entre outros assuntos. Consta que cada nova edição (trimestral, sempre que possível) era aguardada com ansiedade pelos associados. A ideia era unir a todos, promovendo um elo entre os associados (cf. TROULA, 2008).

Como se vê, a APIC é uma associação de classe que surgiu com oito membros em São Paulo, em julho de 1971, como já mencionado anteriormente, e conta em outubro de 2010 com 133 associados em sua lista de membros, em vários estados do Brasil e em diversos outros países.[48] Como já mencionado, o "P" na sigla da Associação passou a representar "Profissional" em vez de "Paulista", no início dos anos 90.

5.2 O relacionamento entre os intérpretes[49]

Ao longo das entrevistas para este trabalho, assim como em "conversas" por correio eletrônico com intérpretes brasileiros, surgiram, às vezes de modo velado e às vezes mais abertamente, queixas, críticas e reclamações a respeito do convívio nas associações de classe e entre colegas de profissão, como um todo. Devido à natureza de tais comentários, muitas vezes um depoente pedia que o gravador fosse desligado ou, quando se tratava de e-mails, as mensagens terminam com frases do estilo "isto é um desabafo escrito for your eyes only" ou "mas se for o caso [de mencionar], não cite a fonte, combinado?"

---

48 Segundo o website da Associação (www.apic.org.br), acessado em 17 out 2010.

49 Esta seção incluirá informações sem revelar os envolvidos, quando solicitado pelos depoentes.

Na maior parte dos casos, os comentários são, sem dúvida, importantes para um retrato da profissão que, como todas as demais, tem participantes com comportamento e atitudes diversas uns dos outros. No entanto, é preciso respeitar a confiança das pessoas que fizeram tais comentários. Sendo assim, optou-se por incluir comentários, mantendo a confidencialidade das fontes, como o fazem os jornalistas, muitas vezes, ao citarem fatos cujo informante tem interesse em permanecer anônimo. Sempre que necessário, se mencionará o depoente como “Intérprete A”, “Intérprete B”, e assim por diante.

Essa necessidade de anonimato revela, sem dúvida, um certo cuidado de não criar problemas com colegas e associações, uma vez que se sabe, nos meios profissionais, que o melhor cliente do intérprete é o colega, que o chama para dividir a cabine. O ambiente profissional dos intérpretes mais atuantes é bastante restrito e, uma vez que se desagrade um colega com certa penetração no mercado, o cotidiano do profissional pode ficar seriamente prejudicado.

Portanto, nos casos das informações recebidas por e-mail, cita-se apenas a data em que foi recebida. Nas citações a partir de depoimentos gravados, omite-se a data também, uma vez que outros trechos desses depoimentos são utilizados no trabalho e, por constarem na bibliografia com a data, poderiam ser identificados e ligados ao nome do depoente, que pediu confidencialidade ou fez o comentário na certeza de que seu nome não seria associado ao comentário em questão.

Vejamos, por exemplo, trechos de um depoimento que tece comentários bastante contundentes sobre os relacionamentos profissionais entre intérpretes como um todo, sem entrar em questões das associações de classe, estendendo-os, inclusive, ao exercício da profissão no exterior:

> Demorei muito em te responder. Esta, na verdade, nem é uma resposta às tuas perguntas relativas à história da profissão de intérprete. [...] cada vez mais constato o teor de maldade pessoal, de frieza de sentimentos, de falta de consideração pelos sentimentos dos outros que circula entre nós; tudo isto me faz mal mesmo quando não sou o alvo da coisa. Quem quiser que acredite que "é assim em todas as profissões", mas ninguém vai me convencer. Já tive e tenho outras atividades, circulei e circulo em outros meios, mas a maldade aparentemente gratuita que vejo jorrar entre intérpretes é ímpar. Não estou dizendo que todos os intérpretes sejam assim, mas não há como negar que a grande maioria tem nível de veneno muitíssimo acima da média. É algo da

> esfera pessoal, porém, a meu ver, inseparável da profissão tal como hoje é exercida - aqui e no exterior.
>
> Tenho minhas teorias a respeito de por que é assim. [...] Mas vou te dar uma rápida ideia em quatro breves pontos. Um: acertamos e erramos em público, sendo que o público mais próximo, crítico e feroz costuma ser o colega, justamente porque o colega também erra em público - e parece que, sendo inevitável errar, é preciso sentir-se superior a alguém para não se sentir inferior. Dois: somos pessoas com inteligência acima da média que muitas vezes sentem que seu papel no mundo é injustamente pequeno, acham-se "melhores" do que os oradores e se tornam muito, muito amargas - você já parou para pensar em por que os intérpretes dedicam um tempo inacreditável a criticar os oradores, que tantíssimas vezes são sumidades em suas áreas? Na certa acreditam que eles é que deveriam estar ali falando... sobre qualquer assunto! Três: "descontamos" em quem temos mais perto, e ninguém está mais próximo do que o concabino. Quatro, quase decorrência do anterior: o espaço físico exíguo demais desperta, assim como entre ratos - de cujo ADN o nosso só difere em 10% - colocados na mesma situação, agressividade, canibalismo, etc.
>
> [...]
>
> Mas, lá no fundo, continuo me perguntando por que pessoas tão brilhantes e competentes, como é o caso da grande maioria dos nossos colegas, tornam-se seres humanos tão horríveis. As exceções são poucas, mas felizmente existem.
>
> [...] Por que escrevi? Por que você abriu uma brecha ao perguntar pela história, por que venho calando esta dor durante os trinta anos que tenho de profissão, por que lamento demais e, finalmente, por que talvez possa ter alguma utilidade para você, embora eu não o creia. [...] (Intérprete 'A', 2010)[50]

O depoimento é bastante claro. São reflexões de alguém com muitos anos de profissão, que atuou e atua no Brasil e no exterior, e que custou muito a atender a solicitação do autor deste trabalho, mas que finalmente resolveu se expressar por e-mail, numa espécie de "desabafo profissional" a um colega de profissão, que incorporra aqui da função de pesquisador acadêmico. Reconhece que a profissão é exercida por pessoas "com inteligência acima da média", mas que, ainda assim, comportam-se de maneira muito agressiva para com os colegas com quem compartilham o ambiente de trabalho. É interessante ainda observar que, em seu e-mail, consta a declaração de que, ainda assim, adora a profissão (não incluída acima) e que nem todos os colegas agem dessa maneira. O e-mail autoriza a citação do depoimento, desde que não se revele a autoria, como já mencionado acima. "Intérprete A" precisa continuar trabalhando e, uma fala como a mencionada acima, causaria prejuízos profissionais e financeiros, com toda a certeza, uma vez que colegas se identificariam com as situações mencionadas.

Inclui-se a seguir outro depoimento, citando uma situação mais específica, que

[50] E-mail recebido por reynaldop@uol.com.br, em 22 jun. 2010.

corrobora parte do depoimento acima. Neste caso, há nomes dos envolvidos, que o autor deste estudo decidiu omitir, não por solicitação específica feita por quem compartilha as informações, mas a fim de não envolver outros profissionais que não foram consultados. Omitem-se, também, elementos que permitam identificar o evento em que os fatos aconteceram. Mantêm-se os nomes das associações de classe, indicando tratar-se de intérpretes experientes e com muitos anos de atuação.

> Foi num evento da [nome de uma organização internacional], em [cidade brasileira],organizado por [nome da empresa de eventos]. Sendo da AIIC, a [nome da empresa] me contratou para a cabine de [idioma] [...]
> Ela nos contratou por um preço abaixo da tabela oficial da AIIC porque não ia conseguir vencer a concorrência com o preço oficial AIIC. Além do mais, as intérpretes AIIC a boicotavam por ter vencido o concorrente [nome de outro organizador]. (As intérpretes AIIC costumam negar sua participação quando não é o organizador "querido" que venceu a concorrência... A situação fica terrível para quem ganhou com a obrigação de contratar gente da AIIC ou APIC...
> Minha colega de cabine era [nacionalidade da colega de cabine, com a mesma língua A da depoente), trabalhando em [cidade no exterior], há muito tempo intérprete e tradutora da [organização internacional do evento] [...] Esta colega [nome omitido] não queria visivelmente trabalhar comigo, mas sim com [outro nome de intérprete omitido] [também da AIIC], que lhe tinha passado o discurso do Presidente Lula para a abertura do congresso da [nome da organização internacional], e que é muito antiga da AIIC.
> Desde o início, a [intérprete da organização internacional] [detalhes técnicos das cabines e do acesso de intérpretes ao equipamento]... Esta mesma intérprete [nome omitido] tinha todos os documentos do congresso e não me passou nada. Na verdade, ela já tinha mandado tudo para a [intérprete] muito antes do evento, porque acreditavam que fossem trabalhar juntas. [...] Quando apareceu um outro grupo de intérpretes de [nome de outra cidade] (quando a plenária se dividiu), com 2 intérpretes de [idioma] não APIC, não AIIC, ela quis me botar fora da cabine de [idioma] e pegar outro intérprete no meu lugar com ela. Já era o terceiro dia de conferência e ninguém tinha reclamado de qualquer interpretação. [...]
> Eu me defendi junto à cúpula da [organização internacional], me expliquei e ameacei [...] porque era meu ganha-pão e minha reputação que estavam em jogo. Invoquei que a atitude da colega era repentina, leviana, injusta, anti-profissional e antiética, já que estávamos no terceiro dia sem reclamação anterior da sua parte. [...] [nome da responsável pela empresa organizadora] me defendeu e se defendeu também, explicando a concorrência, a chantagem...
> Ficou decidido um teste (blind-test) de minha atuação em cabine o dia seguinte. [...] Depois, ao sair, no corredor, a secretária geral da [organização internacional] veio me cumprimentar e me falar que estava tudo resolvido e que eu pedia trabalhar em paz. Agradeci gentilmente sem saber ainda que tinha sido [mantido] nas minhas funções...[...] Acredito que as colegas AIIC do Brasil tenham usado este incidente (contado de outra maneira) contra mim no Itamaraty... já que o Itamaraty não me chama mais.
> Houve um segundo evento, em [nome da cidade], onde trabalhei com a [nome da intérprete, citada anteriormente, como preferida da intérprete internacional]. Um inferno que durou quatro dias! Nunca mais!
> Agora, há um ano que as organizações internacionais não me chamam mais para trabalhar aqui, no Brasil. [...] Sei que, depois, fui intérprete da visita do primeiro ministro [nome do país] no Brasil e que tudo correu bem. Entretanto, as intérpretes que substituí neste evento fizeram o necessário para me invalidar

> junto a [sede do governo estrangeiro]. Assim, [nome de duas intérpretes] continuam com seus mercados reservados. Não sei o que disseram contra mim, mas sei que muita gente do Ministério me perguntou o que aconteceu... [Invocaram] um errinho de pronúncia ??? de gramática ??? Nesta profissão, ninguém está a salvo de uma imperfeição, inclusive nem os Presidentes ou seus Ministros... Acredito de foi obra de colegas que atuaram com calúnias (como sabem tão bem fazer!) junta à responsável da contratação das intérpretes oficiais em [nome de país estrangeiro]. (Intérprete 'B', 2009)

Mais uma vez, o depoimento é bem claro e contundente. É óbvio que vai aqui narrado apenas um lado de todo o incidente e não é escopo deste trabalho fazer acareações e confirmações de versões, sendo essa outra razão pela qual se omitem os elementos identificadores da situação específica. O depoimento pretende, apenas, ratificar a questão das difícieis relações profissionais mencionadas por Intérprete A, acima.

Fica, ainda, bem claro, que existem questões de concorrência por mercado e que existe, também, um preço "oficial" AIIC. De fato, há vários anos as associações de classe não mais publicam qualquer tabela de preços oficiais, mas há um certo "preço oficial psicológico" que os intérpretes associados cobram. Inclusive, o número de dias que um intérprete tem de comprovar para ser aceito como membro da APIC têm de ser comprovados por meio de contratos dos eventos, "em condições APIC". Entre essas condições, ainda que isso não fique claramente expresso, está o preço.

A AIIC deixou de declarar preços oficiais há vários anos, após um longo litígio com a *Federal Trade Commission* dos Estados Unidos e decidiu não mais determinar preços de interpretação *freelance* em nenhum país do mundo. Apenas participa das negociações dos salários dos intérpretes em diversas organizações internacionais, mas no caso isso é visto como a função sindical da organização, em acordos coletivos de trabalho de intérpretes assalariados.

Apresentam-se, a seguir, trechos de um longo e-mail que circulou na lista interna da APIC (<forum-apic@yahoogrupos.com.br>), em 17 de abril de 2003. Para efeitos de contexto, na época Ewandro Magalhães, proprietário da agência *Die Presse*, da qual se falará no próximo capítulo, tentava, em Brasília, organizar uma associação profissional de intérpretes alternativa, para incluir intérpretes que não atendiam às condições exigidas para associação à APIC, principalmente no tocante aos preços

cobrados. A organização veio, de fato, a ser criada, mas, olhando-se a partir do momento atual (julho de 2010) parece não ter evoluído. O e-mail em questão é enviado por um intérprete associado da APIC, numa espécie de exercício de autocrítica, de "mea culpa" institucional. É importante ter em mente que ele fala como membro da associação, condição essencial para fazer parte da lista. O e-mail foi enviado, originalmente, em inglês. Por questões práticas (e estéticas, inclusive) não se traduzirá todo o trecho, mas apenas alguns fragmentos citados nos comentários que lhe seguem.

> Just a brief message on what I would consider to be the true situation in Brasilia. Interpretation services are available through 4 or 5 different companies, including Die Presse [empresa de Ewandro Magalhães, mencionado acima], Globo, Ilal (or something like that) and several others. Quality varies from comic to passing to reasonable. There is little doubt that the Apic interpreters are better than the others. However, what is important to recognize is that there is simply no point in badmouthing Ewandro or anyone else, while congratulating ourselves on being members of Apic upon the great unwashed hordes of adventurers, amateurs, etc. The point that must be recognized is that these companies exist because there is a market for them and they are making money. In most cases, their market used to be ours. They have gradually absorbed our former markets and our response has always been: "the client will lament the choice and, in the future, will surely come groveling back to us in utter shame". But they don't come back and probably never will. With no intention of offending anyone, I would emphasize what, in my opinion, are just some of the major problems:
>
> 1. It often seems that our members consider it to be somehow demeaning to compete for market. We send in our proposals and are more than often informed that our client has opted for someone cheaper. We remain unfazed and move blissfully on with no complaints, convinced the client will someday learn his lesson. In other words, Apic does absolutely no marketing whatsoever. If we are better than everybody else, why do we hide it? Evidently, one of the objectives of Apic must be to enlarge our market, generate work for the members and, in short, make money for all of us and this can only be done through an intense - and permanent - marketing effort that benefits all Apic interpreters no matter what city they live in.
>
> 2. Another point that must be recognized is that - yes, we are a mafia. In one sense, I think we are our own worst enemies. How many times have potential colleagues turned up with considerable promise, in need only of experience to become first class interpreters? How much effort have we made to work these people into our respective groups, providing them with at least the minimum number of days required to get started and not move to the opposition? Normally, our reaction on seeing someone with potential is to see a potential threat. We tell them "Who knows? Someday I may call you and try you out". We then forget about them and they join companies like Die Presse or Globo or some other group and, bit by bit, turn into decent interpreters and competition that we have helped create. Why don't we work these people into our schedules? Fear of potential threat? ... probably to a great extent. But most important of all - I think - is the simple fact that we haven't expanded in years. If we were a vibrant organization, with good marketing and advertising, our market would be expanding and we would not be able to turn away potentially good interpreters. We would need them more than they need us and we would no longer be handing them over to the competition.

3. [...] To be very honest, in all the years I have been a member of Apic, I can sincerely state that membership has never been a significant factor in getting an interpretation job. It's on my card, in the phone book, in my CV and, at the very most, my clients may get curious and ask "What's this thing called Apic?" People simply have never heard of it. [...] Once again, no marketing whatsoever. [...] To them, it might as well be the "Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes" which, by the way, is the first thing to come up when you try to access Apic using Google.

4. A point that I personally feel to be of the utmost importance. Ewandro, Globo et al and so many others are on the Brasilia market (as other companies are in other markets in other cities) for the simple reason that there is a very good market for them and they know how to work that market much better than we do. People want quality to a certain extent. If they feel it is too expensive, they will accept what they consider adequate. [...] In the government sector, there is very little in the way of verification of quality since the bureaucrats in charge are fully aware that they went after the lowest price and will certainly be satisfied with no more than an adequate translation that most people more or less understood... And this is not only true in the Brazilian government: we recently lost two major jobs with the US and British embassies to Globo, in the first case, and Die Presse, in the second. The explanation given was simply that they are cheaper and though "you guys are much better and we'd love to contract you, we can get along with the others and save some money". At the same time, we have to be very careful of making blanket judgements of their work. Depending on the complexity (or, better, lack of it) of the event, I would think that they often do a rather decent job. Just by way of example, the DEA (Drug Enforcement Administration) used Globo for two solid years and those who did the contracting spoke relatively good Portuguese. Consequently, they obviously judged the interpretation to be at least adequate. It was purely a question of price.

5. [...] Today's globalized world values competition, cost efficiency, marketing. However, Apic has literally strapped itself into a financial straightjacket. We set prices that are absolutely inflexible. We dictate our schedules. Tell our clients what they can and cannot do. Refuse even to contemplate the possibility of - horror of all horrors! - discounts. Price flexibility? God forbid! Though I may be verbally stoned as a result, I think it is about time that we start to reflect on the possibility of increased flexibility. Gone are the days when staid old Madam Apic had the last word. Gone are the days of 500 dollar paydays, obligatory 5 star hotels, per diems at 50% of fees, coordination even when you work alone (coordinating whom?). Last year, a client for whom I have worked for more than 20 years suddenly queried: "[...], have you ever thought of the fact that you have done literally hundreds of days for us and never given us a single miserly discount?" To be honest, I had never even imagined the possibility. However, the time has arrived to start thinking about it. I'm not saying that we are going to offer cut-rate services. What I am saying is that price must also be a marketing instrument. [...] With a little imagination, other types of public relations ploys could be imagined and, instead of losing money, we would actually expand our activities, absorb more interpreters and continue offering top grade services.

6. Getting back to marketing, an e-mail received today suggested taking a look at the Die Presse page on the Internet. It is quite attractive and - in my humble opinion - much better than the Apic page which is absolutely lifeless. We need a new and highly professional page that, from the very outset, offers the user a choice of cities and the services available in each of them. In other words, a page we all can use. Why don't we take advantage of the Internet to provide information to specifically defined targets, those responsible for contracting

> interpretation services. Why wait for them to contact us? Let's go after them before they even know they need interpretation. However, we need a page that we can recommend to clients in the knowledge that it will be attractive, informative and convincing and not an overdose of digital Lexotan.- Why not prepare highly attractive and professional literature that can be distributed to clients and used in all of the cities that have Apic members. To offset costs, each interpreter would order the number of copies he/she desires and pay for them at cost. [...] .
>
> One more point: we must also practice internal marketing. And this - dear colleagues - must be the mission of our Forum. The current discussion is a very good example, for it has the potential for generating a process of self-criticism, reflection, possibly change and benefits for all. However, there are many (all too many!) occasions on which the Forum is badly used. [...] When you finally get through them and finish discarding them, you discover that you could have finished a page of translation, read the day's paper or simply stared across at the wall (which would certainly have been more interesting). Let's create a second forum but with another name (I will not suggest one, though I could certainly imagine a few) that would be reserved exclusively for this type of junk, while the Forum will deal with questions of importance [...] and other subjects of strictly professional interest. To put it simply, if it is not a question of interest to the Apic membership as a whole, it has no place on the Forum and must be shifted to Ann Landers (I think that was the name of the famed gossip columnist). (Intérprete 'C', 2003)[51]

Como dito acima, o e-mail em pauta faz uma corajosa autocrítica coletiva, que toca em diversas questões fundamentais do coletivo dos membros da APIC. Permeia toda a mensagem a questão comercial — preços, marketing, concorrência. A situação fala mais especificamente de Brasília — cujo mercado aumenta a cada dia, com a demanda por parte de órgãos públicos e embaixadas — mas pode se aplicar a todo o País, como deixa claro o autor da mensagem.

"Intérprete C" critica o fato de os membros da Associação sempre acharem que os clientes voltarão arrependidos, depois de terem contratado alguém de "qualidade inferior" e cita exemplos que vão de encontro a tal pensamento mostrando, porém, que grande parte dos clientes está mais interessada em um preço menor. Admite também que nem todos os intérpretes que não são associados à APIC são assim tão ruins, como se quer acreditar. Deixa claro, em várias referências, numa lógica mercadológica, que existe uma demanda de intérpretes que cobrem mais barato e que, se essa demanda não existisse, as empresas citadas — que compõem o chamado "gray market, cujo crescimento já foi, inclusive, item de pauta de reuniões da APIC[52] — não existiriam

---

51 E-mail encaminhado [não pelo autor da mensagem] a reynaldop@uol.com.br em 23 abr 2003.

52 cf. Ordem do Dia da LXI Assembeia Geral Ordinária da APIC

também.

Em seu segundo ponto, usa uma expressão utilizada por muitos intérpretes que não são membros da APIC, mas que normalmente não é aceita pelos membros: “Outro ponto que deve ser reconhecido e que - sim - nós somos uma máfia”. O uso do “sim” (“yes” no original) parece indicar claramente que o comentário é feito por outros e “nós” (os membros da Associação) temos de admitir o fato, pois é verdadeiro. A expressão é justificada quando se fala, a seguir, do fato de iniciantes com bom potencial não serem absorvidos pelos intérpretes já estabelecidos e, ainda, numa pergunta retórica, “Medo de uma ameaça potencial? - provavelmente sim, em grande parte”. Muitas vezes, os intérpretes iniciantes reclamam que não conseguem o número de dias para se tornarem candidatos à APIC (50 dias) porque parte desses dias têm de ser trabalhados com intérpretes da Associação que, por sua vez, são incentivados a só trabalhar com colegas associados. Cria-se, assim, uma situação de “ovo de Colombo”. Esse assunto foi discutido, inclusive, em público, em um Encontro de Tradutores realizado pela Associação Alumni, em outubro de 1995, como uma das perguntas feitas à representante da APIC, que acabara de apresentar a Associação no mencionado evento, ao qual o autor deste trabalho estava presente, gerando significativo debate envolvendo vários presentes.

O exame de credenciamento implantado pela APIC em 2008 tentou remediar a situação, proporcionando aos aprovados a condição temporária de “membro credenciado”, a fim de facilitar ser chamado por colegas para chegar aos 50 dias necessários para ser considerado “membro candidato”. No entanto, o exame foi realizado uma vez em 2008 (em São Paulo) e, anuncia-se outro (desta vez no Rio de Janeiro) para julho de 2010.[53] Em outubro de 2010, o site da Associação não apresentava qualquer resultado a respeito da prova, nem incluía qualquer novo membro credenciado em julho de 2010.

Outro ponto crucial do debate em questão surge no item 5: a questão da inflexibilidade dos preços. Como dito acima, não há preço oficialmente declarado pela Associação,

[53] Informação disponível em <http://www.apic.org.br/website/credenciamento>. Acesso em 16 jul. 2010.

principalmente por questões legais, desde 1986.[54] No entanto, o "preço oficial psicológico" continua firme, como se vê pelos comentários acima: "Today's globalized world values competition, cost efficiency, marketing. However, Apic has literally strapped itself into a financial straightjacket. We set prices that are absolutely inflexible.[55]" Não se considera a possibilidade de descontos ou qualquer promoção, no que, segundo "Intérprete C" é uma tendência que vai contra as práticas de mercado atuais e que, com isso, leva os membros da Associação a perderem mercado. Há intérpretes que atuam há bastante tempo no mercado e preferem não se associar, a fim de que possam manter uma certa liberdade de estabelecimento de seus honorários. Essa flexibilidade é inevitável, num ambiente em que, cada vez mais, os contratos são definidos a partir de concorrências, cuja decisão, na maior parte das vezes, é feita a partir do critério "menor preço". Sem essa margem de negociação, os intérpretes que mantém o chamado "preço APIC" acabam, por vezes, perdendo a concorrência, uma vez que o critério "qualidade", supostamente decorrente do fato de ser associado, não é levado em consideração pela maior parte dos contratantes.

Em resumo, "Intérprete C" tece diversos comentários fundamentais a respeito do funcionamento da Associação. Não é possível avaliar, com precisão, os efeitos de seus comentários, sete anos depois. Esse membro da Associação continua a fazer parte dela, o acesso foi ligeiramente facilitado com os já mencionados exames de credenciamento — embora ainda seja muito cedo para se analisar seus efeitos. O "gray market" continua a existir e crescer, sem dúvida alguma, em diversas cidades do Brasil, inclusive em São Paulo, onde a presença da APIC é indiscutivelmente mais forte do que em qualquer outra cidade brasileira. A razão parece ser simples: há contratantes que preferem pagar um preço menor, ainda que a qualidade possa também ser menor.

A associação alternativa, criada em Brasília e que parece ter gerado o e-mail acima, não se firmou. Seu criador, Ewandro Magalhães Jr., que também era proprietário da agência *Die Presse*, já não mora mais no Brasil e a *Die Presse* não mais existe. A APIC vem, aos poucos, crescendo no Rio de Janeiro — 76 membros em São Paulo e 27 no

---

54 Como comenta a antiga newsletter da APIC, *Cabine 1*, de setembro de 1994.

55 O mundo globalizado de hoje valoriza competição, eficiência nos custos, marketing. No entanto, a APIC se prende a uma camisa-de-força financeira. Estabelecemos preços que são absolutamente inflexíveis."

Rio de Janeiro, em julho de 2010[56]— embora não se possa considerar como “gray market” o grande número de intérpretes do Rio de Janeiro, membros da AIIC, a associação internacional. São 32 membros da AIIC no Rio de Janeiro e 17 em São Paulo, em julho de 2010. Vários membros da AIIC no Rio de Janeiro também são membros (razoavelmente recentes) da APIC, mas com certeza os que não o são não podem ser considerados como integrantes do “gray market”, expressão bastante comum nas conversas entre profissionais da área. Diz Carola Junqueira em seu depoimento ao autor desta pesquisa (JUNQUEIRA, 2009):

> Aqui em São Paulo, a APIC é mais importante que a AIIC. No RJ a APIC está começando agora a ganhar importância. pq houve uma expansão, pq a APIC era muito paulista. É a primeira vez que temos na diretoria (a vice-presidente) uma pessoa do Rio. E isso vai ser muito importante, pq temos muitos intérpretes afiliados agora no Rio.

O fato de um intérprete ser membro da APIC ou da AIIC dificilmente fará alguma diferença para a contratação de um intérprete, como menciona “Intérprete C” no e-mail transcrito acima, a não ser que o evento seja promovido por uma organização internacional de grande porte, como é o caso da ONU, que costuma exigir a contratação de membros da AIIC — e não, necessariamente, da APIC — para eventos realizados fora de sua sede. Normalmente, aceitam membros da APIC, quando o evento é realizado no Brasil, principalmente porque diversos membros da APIC também o são da AIIC. Uma das intérpretes entrevistadas para esta pesquisa que atuou bastante tempo sem estar associada à APIC é Lúcia Helena de Sena França. Ao falar sobre a questão, ela diz:

> Para ser muito sincera pra você, eu não senti assim uma diferença brutal [por ter me associado à APIC]... Eu passei a ser membro de uma associação que é representativa da classe, o que eu acho importante, porque se você pertence a uma classe, tem de ser membro de uma associação que defenda seus interesses e foi esse o motivo maior por que eu entrei. Em termos profissionais, não posso dizer que comecei a trabalhar mais depois que entrei na APIC. A única diferença substancial que eu percebi é que participei, acho, de uns três eventos “major”, grandes eventos internacionais, que só contratavam membros da APIC. Um deles foi a Cúpula Árabe, o outro foi aquele grande evento que teve aqui (S.P.) da ONU, acho que foi o PINUD, e o outro de que eu participei em Salvador, que era a Diáspora Africana. Esses foram grandes eventos e foi uma experiência muito marcante para mim, porque trabalhei com vários intérpretes, várias cabines, principalmente esse da Diáspora, em que éramos cento e tantos intérpretes. Nem todos esses intérpretes eram brasileiros, teve de vir gente da Argentina, do Chile, porque o número de intérpretes não era suficiente. Foi legal ter essa experiência diferente, conhecer vários colegas de tantos países diferentes, então achei que foi uma experiência marcante ter essa

[56] Cf. site da APIC <www.apic.org.br>, consultado em 16 de julho de 2010.

> oportunidade. Esse outro da ONU em que eu trabalhei foi muito interessante também (França, 2009).

Como menciona a intérprete, havia intérpretes de outros países, como a Argentina e o Chile. Nesse caso, como dito acima, o critério normalmente utilizado é ser membro da AIIC e não, necessariamente, da APIC. Normalmente, os intérpretes argentinos que são membros da AIIC também o são da ADICA, a associação argentina de intérpretes de conferência, organizada nos moldes da APIC brasileira. A condição de membro de uma associação de classe acaba sendo um critério importante para organizações internacionais para a contratação de intérpretes locais em eventos fora de suas sedes, uma vez que a profissão de intérprete não exige, em lugar nenhum do mundo, uma formação específica, como a de médico ou advogado, por exemplo. Resta, assim, a associação a um órgão de classe. Embora essa associação não garanta, por si só, a qualidade do trabalho, ela indica, ao menos, um comprometimento com a profissão e uma atuação constante entre os pares.

Carola Junqueira também menciona o papel que considera importante da APIC, deixando clara a diferença entre ela e a AIIC, que se volta mais a assuntos relacionados a intérpretes europeus, uma vez que o número maior de associados está na Europa. Diz Junqueira (2009):

> Conversando nesse fórum social (em Belém) eu tive a oportunidade de conhecer uma intérprete que mora na França ha 22 anos e faz português na França e estávamos falando de condições de trabalho e acho que nós aqui ainda temos uma situação privilegiada por causa da APIC, e não da AIIC, porque essa é muito centrada nos problemas europeus, eles lutam muito para proteger os intérpretes da Europa e não para nós. A APIC briga muito por nossas conquistas, que datam da época da Ulla [Schneider]. Por exemplo, a nossa jornada de trabalho, que é uma coisa que levamos muito a serio, de seis horas, o que na França é oito horas. Eu pessoalmente não consigo trabalhar mais de seis horas... mesmo recebendo eu não quero... Dá pra pagar, por exemplo, um terceiro intérprete com essas horas a mais, o que dá na mesma [para o cliente] e é bem menos exaustivo. Com cabines desconfortáveis, péssimas, no fim do dia você está com dor nas costas...

Sem dúvida, as associação de classe — no caso a APIC e a AIIC — fazem o seu papel, ao defender direitos de seus associados e condições de trabalho que conhecem bem melhor do que os intermediários ou clientes finais que contratam intérpretes. Um intérprete sabe a diferença entre atuar seis ou oito horas em interpretação simultânea — a agência contratante, não. O intérprete sabe a diferença que as condições de uma

cabine e do equipamento adequado fazem no seu trabalho. Essas condições são estabelecidas pelas normas ISO 2603:1998 e 4043:1998, para as cabines e pela norma IEC (International Electrotechnical Commission) 60914:1998, para os equipamentos eletrônicos. Se os intérpretes e suas associações não exigirem condições adequadas de trabalho, quem o fará? A OAB, por exemplo, sempre defenderá as condições de trabalho dos advogados, do mesmo modo que os Conselhos Regionais de Medicina defendem as condições em que os médicos exercem a profissão, muitas vezes em oposição aos planos de saúde, que assumem, cada vez mais, o papel de "contratantes" dos médicos, numa situação semelhante, guardadas as devidas proporções, à que ocorre entre agências e intérpretes.

A despeito de tudo o que se possa dizer, foi a APIC quem ajudou a criar e firmar condições de trabalho adequadas para os intérpretes, como já se mencionou neste trabalho. A política de acesso continua, atualmente, como o foi sempre — exceto pelos exames de credenciamento — e ainda assim o número de associados aumenta. Diz França (2009) em seu depoimento:

> Olha, o que eu estou sentindo é assim: eu estou sentindo um movimento muito forte de muita gente que entrando na APIC agora, gente que já está no mercado há muito tempo. E está entrando em bolo, um grupo forte de pessoas que estão entrando, juntas, gente que nunca quis se associar. Eu não quero mencionar nomes, mas eu mesma apresentei uns cinco ou seis até agora, pessoas que já trabalham comigo há muito tempo, inclusive a Flávia [Fusaro, ex-aluna do curso da PUC] entrou, ela já entrou. Mas assim, está tendo um movimento de gente que resolveu entrar todo mundo junto, fazer um movimento assim realmente... que eu acho interessante, nunca ninguém conversou sobre isso mas ultimamente, eu percebo porque eu trabalho com o pessoal de vários grupos, eu não tenho um grupo único que eu trabalho, trabalho em Campinas, em Ribeirão em São Paulo... Como eu circulo em vários grupos eu sei mais ou menos o que está acontecendo, [...] e eu estou sentindo que está havendo uma renovação, e eu estou vendo que vai ser forte. Eu acho que a tendência é aumentar, eu acho.

Por último, citam-se aqui comentários do intérprete gaúcho Peter Naumann, que não pede qualquer segredo a respeito de seus comentários, e que corroboram, o que disse "Intérprete A", em citação acima.

> Esqueci-me de mencionar uma quarta dificuldade do seu projeto de escrever a história da interpretação de conferências. Correndo o risco de chover no molhado e ensinar o padre-nosso ao vigário, menciono-a aqui, apenas para completar o raciocínio da carta anterior: (4) O pronunciado corporativismo dos intérpretes. Para quem é do ramo, isso não é nenhuma novidade. O *esprit de corps* também não é nenhum traço distintivo dos intérpretes brasileiros. Existe também na Europa, nos EUA e em outros continentes, inclusive na África. No

> Brasil, ele é especialmente virulento por causa do corporativismo profundamente enraizado na sociedade brasileira. [...]. Um exemplo eloquente: já ouvi dizer que o colega Carlos Peixoto de Castro/Rio de Janeiro (o melhor português que ouvi de cabine, no mundo inteiro), faleceu, que "seu tempo já passou" etc. Ocorre que o padrão técnico do Carlos Peixoto é incomparavelmente superior ao das gerações subsequentes. Ele continua trabalhando superlativamente bem, conforme pude ouvir em fevereiro passado.[57]

É interessante notar que o comentário feito por ele, a respeito do colega Carlos Peixoto de Castro (já mencionado neste trabalho como "o decano dos intérpretes brasileiros") também foi feito, entre colegas, a respeito de um outro profissional de São Paulo, que se queixou do fato ao autor deste trabalho, em uma das entrevistas, mas que pede que isso não seja mencionado em detalhes, razão pela qual não se especificam mais as informações a respeito. Mas comentários desse tipo vão ao encontro do que diz "Intérpete A" acima: "a maldade aparentemente gratuita que vejo jorrar entre intérpretes é ímpar". Ou, quem sabe, "Intérpete C" esteja com razão quando aponta razões de competição no mercado para certas atitudes dos colegas.

Encerra-se, assim, uma breve panorâmica das relações complicadas e complexas entre os profissionais da interpretação no Brasil, em que ninguém é "intérprete-funcionário", como muitos o são na Europa, nos Estados Unidos e Canadá, o que certamente deve ocasionar relações profissionais diferentes, embora o autor deste trabalho não conheça nenhum estudo comparativo a respeito da questão.

5.3 Os Intérpretes Brasileiros e o Governo Federal

Com a mudança gradual das atividades administrativas e diplomáticas do governo brasileiro do Rio de Janeiro para Brasília, a partir dos anos 60 e, mais firmemente, a partir da década de 70, é natural que os intérpretes do Rio e de São Paulo fossem chamados a Brasília com frequência. Só tempos mais tarde houve a consolidação do mercado local de interpretação em Brasília, como será discutido no próximo capítulo.

Carlos Peixoto de Castro, já mencionado anteriormente e chamado, carinhosamente pelos colegas de "o decano dos intérpretes brasileiros", lembra as ocasiões em que

---

[57] E-mail recebido por pagurarj@pucsp.br, em 23 jul. 2008.

acompanhou delegações brasileiras em viagens:

> na realidade, antigamente, a interpretação era uma coisa reconhecida como um trabalho necessário, nobre e os intérpretes tinham um nível, não só de qualidade, mas um nível social, moral e de comportamento e tudo, de modo que era um ambiente muito agradável, era uma coisa prazerosa você viajar e se encontrar com os colegas para socializar, além do trabalho, né? E no trabalho todos se ajudavam e era um trabalho feito com um nível muito bom. Depois, os intérpretes viajavam só de primeira classe, e tinham... eram considerados em nível de chefe de delegação. A gente chegava nesses países aí e o Itamaraty local vinha buscar com carros especiais e com correspondência, nós recebíamos convites para todos os acontecimentos, te convidavam muito, eram conferências longas sempre, duas semanas, então tinha um fim de semana sem trabalho no meio, e havia muitas coisas acontecendo, concertos, bailes e jantares, e todos eram convidados, e todos iam, era um ambiente muito bom, era uma coisa fina [...] (CASTRO, 2008).

Sérgio de Campos Mello é outro que recorda os trabalhos para o governo federal, em Brasília, demonstrando a mudança, com decorrer dos anos, dos intérpretes do Rio e de São Paulo para os intérpretes locais:

> E também nos encontrávamos [os intérpretes do Rio e de São Paulo] em Brasília com muita frequência [...] . Agora bem menos, eu diria... Agora já...tem o grupo [...], gente de lá mesmo [...]. Eles são capazes de fornecer intérpretes em quantidade suficiente pra atender... Mas ainda chamam, assim, eventualmente gente do Rio... Eu, por exemplo, fui ano passado duas vezes à Brasília chamado pelo pessoal de lá, [...]. Mas houve uma época que o Itamaraty me telefonava assim, na segunda-feira, às dez horas da manhã: "Escuta Sérgio, surgiu um trabalho aqui pra você hoje de tarde, você está livre?" Bom... sim, como? "Então olha, ao meio-dia tem uma reserva pra você no avião, você pode vir? É só hoje!" Aí só hoje eram dois ou três dias, tinha que comprar roupa, camisa, escova de dente etc., essas coisas... (isso na) década de sessenta, setenta... Depois ainda... Brasília era o intérprete do Rio, de São Paulo que continuaram a ser chamados durante bastante tempo... Várias vezes encontrei lá a Simone [Troula], Ingrid [Orglmeister] e Ulla [Schneider] e outros que vinham de São Paulo pra trabalhar em eventos lá em Brasília.
>
> Eu também já fiz alguns tête-à-tête do Figueiredo com o Kissinger e outras personalidades assim, depois como Sarney também... Aliás, com o Sarney houve uma coisa curiosa: uma vez eu fui obrigado a traduzir para o espanhol, não estava previsto. Sarney ia ter um encontro com um presidente de um país africano, da Tanzânia, o Július Nyerere, que era um líder importante do grupo dos setenta e sete, dos países africanos unidos etc. O Nyerere, evidentemente, da Tanzânia, falava inglês. Só que ele veio em companhia do ex-presidente da Venezuela, o Carlos Andrés Pérez, que não fala outra coisa senão espanhol. Então, o Nyerere fez uma primeira fala, havia apresentação, mostrando o que ele esperava etc., e quando eu começo a traduzir do inglês o Sarney me diz: "Bom, pra mim não precisa" – o que não é verdade – "mas em cortesia ao nosso convidado, o presidente Carlos Andrés Pérez, da Venezuela: traduza para o espanhol..." Aí eu... senhor presidente, o senhor me desculpe, mas o espanhol não é uma das minhas línguas de trabalho, eu meti o meu melhor portunhol possível, de vez em quando o Carlos Andrés Pérez levantava a sobrancelha, assim, meio espantado, mas enfim, deu pra entender alguma coisa, e de tarde a coisa continuou, mas aí já usaram um funcionário lá da, da embaixada da Venezuela pra assessorar o presidente da/o ex-presidente da Venezuela. (MELLO, 2007).

Com a criação da APIC, os intérpretes de São Paulo acabam sendo chamados a prestar serviços ao Itamaraty e à Presidência da República com bastante frequência. Ulla Schneider se torna uma espécie de "intérprete pessoal" do Presidente Ernesto Geisel, chegando a ser mencionada algumas vezes pelo jornalista Elio Gaspari nessa função, em um dos volumes da série de livros por ela escrita a respeito da ditadura militar no Brasil (Cf. GASPARI, 2004). Gaspari cita informações da visita de Geisel à Inglaterra, em 1976, e da visita de Rosalynn Carter a Brasília, em 1977, como representante de seu marido, o então Presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter. Aparece, inclusive, em foto com Carter e Geisel, no volume mencionado. Schneider (2008) explica que o secretário da presidência, Heitor de Aquino Ferreira, e o próprio Itamaraty, solicitavam que ela fizesse relatórios dos encontros. Diz ela:

> Era o pomo da discórdia com o Itamaraty. Estávamos ali para interpretar e não para fazer relatórios. Para uma hora de entrevistas, a gente leva cinco, seis horas de relatório. [...] Mas como o próprio Geisel pedia, você dificilmente recusa o pedido de um presidente da república... Fiz o Geisel, poucas vezes o Figueiredo, o Sarney poucas vezes também, mas o ponto alto mesmo foi o Geisel. Depois aquilo se repete...

Figura 19: Rosalynn Carter, Ulla Schneider e Presidente Ernesto Geisel (GASPARI, 2004, entre pp. 384 e 385.)

A atuação de Ulla Schneider é corroborada por Sérgio Xavier Ferreira (Cf. FERREIRA, 2004, p. 6), que diz: "Na década de 70, por exemplo, o Presidente Geisel fazia questão de chamar uma das melhores intérpretes da história do Brasil, a Ulla Schneider, que hoje trabalha e vive na Europa".

Quem também atuou junto à Presidência da República foi Suzana Mizne, outra das fundadoras da APIC, que se recorda com carinho do Presidente João Batista Figueiredo. Diz Mizne (2008):

> Uma vez eu tinha que estar na Casa Branca com o presidente Figueiredo e eu tinha que ir de avião normal, com a equipe precursora desse evento. Em dois dias era o aniversário do meu filho e eu avisei o chefe do protocolo que eu não poderia ir porque meu filho iria fazer cinco anos e ele não iria entender que a mãe não estivesse. Meus colegas acharam que isso era uma coisa

> antiprofissional de se fazer, mais eu fiz. No dia seguinte veio a resposta por parte do próprio Figueiredo, que fazia questão que eu fosse no avião dele. O avião, na época, era um avião da Varig que tinha sido transformado. Mas que eu fosse depois do aniversário do meu filho! A partir daí, eu fiz todas as viagens presidenciais no avião dele, não mais no de carreira. Isso foi uma demonstração de humanidade, o homem que foi chefe do SNI, que tinha fama de durão, mas que comigo sempre foi extremamente humano. Isso é uma coisa que me marca, me marcou também quando ele falou com meu pai para me deixar viajar com todos aqueles homens... Figueiredo disse que tomaria conta de mim, que cuidaria de mim. Coisas que um homem que é chefe de estado, eu acho, nunca faria, e ele fez. Ele demonstrou para mim que era um ser humano... muito humano.

O fato de um intérprete viajar com o Presidente da República parece ter-se tornado corriqueiro, uma vez que a imprensa atualmente notícia, ocasionalmente, a atuação de Sérgio Xavier Ferreira nas viagens do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como se relata mais adiante neste capítulo, em 5.6.

Os comentários de Suzana Mizne acima, em relação ao Presidente João Figueiredo, mostram também a proximidade do intérprete com o Chefe de Estado que acompanha frequentemente, algo que, mais uma vez, a imprensa atual relata a respeito de Sérgio Xavier Ferreira e do Presidente Lula. Observe-se que é uma situação bastante diferente daquela em que os intérpretes atuam em um grande evento, quase sempre intermediado por uma empresa organizadora, como se menciona em diversos momentos deste trabalho.

Após Ulla Schneider, quem trabalhou com muita constância para o Itamaraty e a Presidência da República foi Simone Montgomery Troula. Segundo ela,

> [...] mais ou menos em 1982, a Ulla [Schneider] resolveu que não queria mais o Itamaraty e que eu teria que assumir o Itamaraty. [...] O mercado em geral era, digamos, gerenciado pela Ulla [Schneider], pela Ingrid [Orglmeister] e pela Suzana Mizne. As três tinham aberto esta atividade aqui em São Paulo, tinham criado a APIC, tinham trazido as condições da AIIC para cá. Foi excelente, porque elas criaram um mercado que começou em bases muito profissionais. Então, obedecia-se a Ulla cegamente. E aí, um belo dia, ela resolveu que eu ia assumir o Itamaraty, e foi o que eu fiz. Eu passei uns treze anos responsável pelo Itamaraty e depois também pela Presidência [da República]. Eu trabalhava nas Comissões Mistas e nas viagens presidenciais, mas também organizava as equipes que atenderiam o Itamaraty. [...] Eu continuei morando em São Paulo e ia e voltava para Brasília toda hora. [...]

Sérgio Xavier Ferreira (Cf. FERREIRA, 2004, p. 4), já mencionado, informa como funciona atualmente a burocracia governamental para a contratação de intérpretes:

> Diferente do Departamento de Estado nos EUA, que tem os seus *staff interpreters*, no Brasil este serviço sempre foi terceirizado. Desde 1993, o Itamaraty faz licitações com empresas de eventos e, segundo o esquema utilizado, os intérpretes são chamados pela empresa organizadora de eventos ganhadora da licitação. Durante muitos anos, prevaleceu uma concepção de chamar exclusivamente intérpretes que eram da AIIC, o que, por si só, não garante a qualidade do trabalho.
>
> Antes da lei de licitação, a Fundação Visconde de Cabo Frio do Itamaraty contratava livremente os intérpretes. Geralmente eram chamados os mais experientes do Rio e de São Paulo, já que em Brasília não havia um grupo de intérpretes suficiente para cobrir a demanda. [...] Quando há necessidade de mais intérpretes, ou quando se trata de idiomas "exóticos", geralmente é o Cerimonial da Presidência (cujo chefe é também do Itamaraty) que solicita ao Cerimonial do Itamaraty que, por sua vez, pede ao Departamento de Administração, que então aciona a empresa de eventos. Esta funciona dentro do Ministério enquanto durar seu contrato (até cinco anos, como determina a lei).

Como se vê, a partir de 1993 a presença de uma empresa de eventos se coloca entre o Itamaraty e os intérpretes, numa situação que parece permear todo o mercado de eventos e, consequentemente, de interpretação e das quais se queixam grande parte dos intérpretes entrevistados (MELLO, 2007; CASTRO, 2008; MIZNE, 2008, entre outros), distanciando cada vez o intérprete do evento em si. Essa questão será discutida mais adiante, em maiores detalhes.

Cumpre ainda mencionar que, via de regra, a interpretação diplomática tem mais um caráter de interpretação de acompanhamento, sendo na maioria das vezes desempenhada nas modalidades intermitente, consecutiva e sussurrada. No entanto, quando um chefe de estado brasileiro se dirige a uma plenária internacional como, por exemplo, a Assembleia Geral da ONU, em português, deverá levar um intérprete que seja capaz de interpretá-lo na modalidade simultânea para uma das seis línguas oficiais da organização, para que os intérpretes locais façam a interpretação em *relay* para as demais línguas oficiais. Por razões como essa, o Itamaraty sempre busca contratar intérpretes de conferência experientes e de bom nível.

5.4 Os Grandes Eventos no Brasil

Nem só de grandes eventos vive o intérprete de conferências brasileiro. De fato, os grandes eventos são mais uma exceção do que a regra no cotidiano do intérprete brasileiro, uma vez que o Brasil não é sede de organizações internacionais, como os

Estados Unidos, a França, a Bélgica e a Suíça, por exemplo. Nas últimas décadas, um grande número de reuniões, conferências e congressos internacionais de variados portes e tipos, realizados no Brasil, passaram a utilizar a interpretação. Diz Troula (2008):

> Aumentou tremendamente o número de eventos [...] a profissão se tornou muito mais difundida do que era, porque naquela época [décadas de 70 e 80] você só tinha grandes congressos internacionais [...] coisas muito mega, muito internacionais e muito esporádicas. Hoje em dia, não [...] [há interpretação em] qualquer reuniãozinha — como o lançamento de produto. Eu sempre brincava que até os padeiros estão fazendo reunião com interpretação e aconteceu de fato. [...] Houve uma difusão enorme da profissão, todo mundo conhece [...] A globalização aconteceu de fato. Num congresso médico [...] as pessoas chegam e já vão procurar os fones, as pessoas estão acostumadas, isso não era assim antigamente. Essa cultura de eventos, em geral, aumentou muito.

Mas os grandes eventos marcam época, não só para os participantes, mas também para os intérpretes, que têm a oportunidade de encontrar colegas de todo o mundo. Sérgio de Campos Mello (2007) lembra-se de um grande evento internacional acontecido no Rio de Janeiro, no início da década de 70:

> Teve aqui no Brasil, uma grande conferência do Fundo Monetário Internacional. É um negócio um tanto curioso! Museu de Arte Moderna, onde eu funcionava também na qualidade de professor de arte que fui durante muito tempo, mas vivendo assim, mal se aguentando de pé porque eu não tinha um tostão. De repente, anunciaram que o museu ia fechar durante seis meses, ia ter uma grande obra e depois ia haver uma grande conferência do FMI lá, quer dizer, graças aos bons préstimos do FMI, o projeto original do Affonso Eduardo Reidy, o arquiteto do MAM, se concretizou, o museu foi terminado,[...] e foi entregue assim de mão beijada, ele todo pronto graças ao Fundo Monetário Internacional. Veio um contingente de intérpretes muito grande de Paris, inclusive o próprio Christophe Thiéry e uma outra que eu não me lembro o nome, não me vem agora [...]

É possível que Sérgio de Campos Mello esteja se referindo, de fato, a Danica Seleskovitch, que esteve no Rio no início da década de 70, recrutada justamente por Christophe Thiéry, e acompanhada por Marianne Lederer para interpretar em um grande congresso, conforme relata Widlund-Fantini (2007, p. 145). Em conversa com o autor deste trabalho, Marianne Lederer, infelizmente, disse não se lembrar de maiores detalhes do evento, mas sim do Rio de Janeiro e de outros lugares que visitaram no Brasil (informação verbal)[58].

---

[58] Informação fornecida por Marianne Lederer ao autor no Colóquio de Comemoração dos 50 anos da ESIT, Sorbonne Nouvelle, Paris, 10 de nov. 2007

A partir da década de 90, começam a acontecer grandes eventos internacionais no Brasil. Entre 3 e 14 de julho de 1992, aconteceu no Rio de Janeiro a chamada “Cúpula da Terra” ou “Eco 1992", imensa reunião internacional, com representantes de mais de 100 países, cujo nome oficial foi “Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento”, no Rio Centro, na Barra da Tijuca. Paralela a ela realizou-se também o chamado “Fórum Global”, com um grande número de ONGs relacionadas à questão do meio-ambiente, no Aterro do Flamengo, também no Rio de Janeiro. Um enorme número de intérpretes esteve envolvido no evento. A parte “oficial” (ou seja, sob responsabilidade da ONU), teve a atuação de 20 intérpretes brasileiros, basicamente do Rio e de São Paulo, coordenados por Simone Troula, que trabalharam com os intérpretes da ONU, vindos de Nova York, Genebra e Viena. A reunião das ONGs, o Fórum Global, também contou com grande número de intérpretes, mais mesmo do que a reunião sob os auspícios da ONU, ocorrida no Rio Centro. Como a ONU não tem o português entre suas línguas de trabalho, não há intérpretes da organização que possam atuar em cabine de português e foi, portanto, necessário contratar intérpretes brasileiros. Lembra-se Sérgio de Campos Mello (MELLO, 2007):

> Mas aquele foi um grande evento [...] com cento e quarenta chefes de Estado [...] foi muito bom, porque eu como assessor da Simone [Troula], que era a grande chefe do evento... Isso resultou também em uma ida à Nova York, uma reunião preparatória para um contato com o chefe-intérprete lá das Nações Unidas lá em Nova York, e vieram cem intérpretes das Nações Unidas de Nova York, Genebra e Viena também. E depois contrataram mais vinte intérpretes [...] para a cabine de português, né? Dez de São Paulo e dez do Rio. Um trabalho de coordenação, assim, bastante... Nós voltamos assim, carregados de material, de coisas, etc. Mas foi muito bom! Foi um grande evento! Agora, só que pra chegar lá todo dia, você tinha que sair de casa de manhã e sabia que só ia voltar altas horas da noite por causa de trânsito, dificuldade de estacionar, então sabia que ia pra lá e ia passar o dia e uma parte da noite também!

Figura 20: Cúpula da Terra, Riocentro, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. As cabines de interpretação aparecem ao fundo. (www.wildproject.fr. Acesso em 17.out.2010.)

TROULA (2008), coordenadora dos intérpretes brasileiros, lembra-se que entre eles estavam Sérgio de Campos Mello, Elizabeth Hart, Sérgio Albuquerque, Alberto Villares, Carola Junqueira, Ernesto Pasqualin, Camila Pereira Pinto e Clary Khalifeh. Diz ela:

> Na verdade foi assim: eu fui para Nova York, por uma semana, para trabalhar com a ONU lá, pra conhecer o estilo, o método de trabalho deles, para saber depois, na volta, como a nossa equipe se encaixaria com a equipe deles, porque eles iam trazer, com trouxeram de fato, os intérpretes dos seis idiomas normais da ONU, e nós só poríamos o português, com uma equipe de vinte intérpretes [que fariam] de inglês para português e de português para inglês... quer dizer, de todas as línguas que nós pudéssemos para o português. Naturalmente de russo, chinês e árabe nós não tínhamos ninguém [e pegávamos] *relay* também, como eles também pegam. [...] Ninguém lá também tem as seis línguas, eles usam bastante o *relay*. Assim nós faríamos de todas as línguas que nós conseguíssemos para o português diretamente, e quando não fosse possível [fazer] diretamente, nós faríamos *relay* para o português. Mas nossa cabine faria português o tempo todo e quando falassem português, nós passaríamos para inglês, para sermos copiados pelas outras cabines.

Em maio de 1997, outro evento de grande porte foi realizado no Brasil: uma Conferência da ALCA, que reuniu representantes dos governos de 34 países. Foi necessária a atuação de 72 intérpretes, segundo Troula (2008), sendo 36 de português e 36 de espanhol, esses últimos trazidos de sete países diferentes da América Latina, entre outros, da Argentina, do Chile, da Bolívia, do Peru e do Equador. “Foi uma reunião fantástica entre nós [os intérpretes], fora o trabalho, foi fantástica a reunião dos 72 intérpretes, com [diversas] associações [de intérpretes] representadas” (TROULA, 2008).

Entre 13 e 18 de junho de 2004, houve em São Paulo, uma grande reunião da UNCTAD [United Nations Conference on Trade and Development], a UNCTAD XI. Diz Troula (2008):

> Na UNCTAD, nós éramos 34 [intérpretes], uma coisa assim, novamente nos unindo à equipe da ONU [...] para fazer a cabine de português e, às vezes, até para preencher outras cabines — de inglês, de francês, de espanhol, que eles precisaram na hora e os brasileiros preencheram os espaços.

Também com a coordenação dos intérpretes feita por Simone Troula, aconteceu em Brasília, em maio de 2005, a Cúpula América do Sul-Países Árabes. Diz ela:

> [Houve] uma equipe muito grande em Brasília, para a Cúpula Árabe. Para essa, eu tive que trazer intérpretes do Egito, porque os intérpretes de árabe de Nova York e de Genebra cobram muito mais do que aquilo que nós podíamos pagar, porque era uma coisa organizada aqui, pelo Itamaraty. [...] me pediram que organizasse cabines de inglês, francês, espanhol e cabine de árabe. Eu trouxe uns 20 intérpretes de árabe do Cairo, porque saía mais barato trazer do Cairo, [pois] eu tinha contatos lá. [...] (TROULA, 2008).

Em Curitiba, em março de 2006, houve a chamada “Cop8 Mop3” — 8ª Conferência das

Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica e 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena — que mais uma vez teve a coordenação de intérpretes a cargo de Simone Troula.

> Foi uma reunião da ONU, chamada Cop Mop [...] uma coisa também relacionada ao meio-ambiente, condições climáticas. Essa foi uma equipe grande, com talvez uns 40 intérpretes. [...] Hoje há um grupo [de intérpretes] com gente boa em Curitiba. Esses grupos não existiam quando eu comecei a trabalhar. Nós viajávamos muito daqui de São Paulo para o Sul, para Curitiba, para Porto Alegre (TROULA, 2008).

Ainda em 2006, entre 12 e 15 de julho, aconteceu em Salvador a II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora.

> Foi uma mega-reunião na Bahia. Eram intelectuais da Diáspora Africana, intelectuais de origem africana da África e das Américas. Foram 128 intérpretes, uma equipe gigantesca. Eu também trouxe gente da Argentina, do Chile, do Peru, de toda a parte, porque a gente não tem tantos [intérpretes] assim (TROULA, 2008).

5.4.1 O "imbroglio" do Fórum Social Mundial de 2005 em Porto Alegre

Uma lista parcial dos grandes eventos no Brasil não estaria completa sem a menção das diversas edições do Fórum Social Mundial (FSM), um evento antiglobalização, aqui realizadas. A primeira delas ocorreu em Porto Alegre, entre 25 e 30 de janeiro de 2001; a segunda, também em Porto Alegre, entre 31 de janeiro e 5 de fevereiro de 2002; a terceira, ainda em Porto Alegre, entre 23 e 28 de janeiro de 2003. A quarta edição do FSM mudou-se para Mumbai, na Índia, mas a quinta edição retornou a Porto Alegre, tendo ocorrido entre 26 e 31 de janeiro de 2005. Em 2006, o FSM foi "policêntrico", ocorrendo em três países diferentes, mas não no Brasil, e em 2007, ocorreu em Nairóbi, no Quênia. Em 2008, não houve um encontro "centralizado" do FSM e em 2009, o FSM voltou ao Brasil, dessa vez em Belém.[59] No que tange à interpretação, as três primeiras edições (2001, 2002 e 2003) transcorreram normalmente, com um grande número de intérpretes, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, sob a coordenação de Sérgio Xavier Ferreira. Para a edição de 2005, a organização do FSM decidiu inovar. De acordo com informações no site do FSM,

> Até o FSM 2003 a tradução *(sic)* foi tratada como mais um "serviço" a ser contratado no mercado. Na construção do FSM 2005, essa relação será

[59] Informações disponíveis em <www.forumsocialmundial.org.br>. Acesso em 19 jul 2009.

> radicalmente diferente: não será tratada apenas como uma "questão econômica". Entendemos que tradução, no processo FSM, é militância. Trata-se de uma ação política que busca garantir que os movimentos que se comunicam em línguas diferentes se entendam e promover a reapropriação dos meios técnicos e mecanismos de tradução por parte dos movimentos sociais. Traduzir as atividades do FSM significa tornar possível a participação consciente de mais pessoas e contribuir concretamente para liberar este processo de relações mercantilizadas.[11]

Ainda que a intenção pareça louvável — "garantir que os movimentos que se comunicam em línguas diferentes se entendam" — a decisão, do ponto de vista da interpretação profissional, parece bastante ingênua. Partiu-se da premissa que voluntários com algum conhecimento de idiomas e, na maioria dos casos, sem nenhuma formação ou experiência em interpretação de eventos poderiam, de fato, "tornar possível a participação consciente de mais pessoas", como citado acima. A tarefa foi assumida pela rede Babels, uma rede de tradutores e intérpretes voluntários, que inclui

> desde profissionais com larga experiência em tradução e interpretação; como aqueles que tenham experiência ocasional na função ou mesmo os que, não tendo experiências profissionais como tradutores, dominem pelo menos um outro idioma e estejam interessados no processo como ativismo político.[11]

A possibilidade de pessoas "que tenham experiência ocasional na função" ou, ainda pior, que não tenham "experiências profissionais como tradutores" mas "dominem pelo menos um outro idioma" assumirem as cabines de um evento com ideias complexas como o FSM — sem levar em conta que os anúncios solicitando voluntários não conseguem nem mesmo diferenciar tradutores de intérpretes! — é assustadora, do ponto de vista profissional. Justamente por querer possibilitar a comunicação entre os grupos, não se entende que a comissão organizadora tenha entregado tal tarefa a pessoas totalmente despreparadas para o processo. Parece ter prevalecido a ideia de que basta que uma pessoa fale (razoavelmente) dois idiomas para que seja intérprete. Até mesmo o equipamento foi construído de maneira rudimentar por outra associação, denominada NOMAD. O pior é que, nas listas de discussão da organização[60] muitas pessoas atribuem o fracasso da experiência ao equipamento rudimentar, mas uma vez demonstrando que os leigos acreditam que se houver um equipamento de qualidade a interpretação será boa. Ora, se já é muito difícil um intérprete experiente trabalhar

[60] disponível em <babels.org/forum>

com equipamentos ruins, o que se dirá de uma pessoa inexperiente.

Apesar de o website do FSM informar, orgulhosamente, que

> Participaram 533 intérpretes de 30 países. Dezesseis idiomas foram traduzidos durante o V FSM: português, inglês, francês, espanhol, árabe, japonês, hebraico, alemão, italiano, coreano, guarani, hindi, quechua, uolof (África), bahasa (Indonésia), russo e libras (linguagem brasileira de sinais)

O resultado catastrófico da interpretação voluntária no FSM ganhou repercussão internacional. O *webzine* da AIIC — *Communicate!* — publicou longo artigo em inglês, comentando a situação em sua edição do verão de 2005 (ver NAUMANN, 2005). O autor, Peter Naumann, é um intérprete gaúcho — que não é membro da AIIC ou da APIC — e é imensamente reconhecido por seus pares de Porto Alegre (cf. HOFFMAN, 2008 e Von Ostenberg, 2008). Tal foi o impacto da questão, que a AIIC fez uma exceção, abrindo a possibilidade de discussão do artigo em seu site por não-membros da organização.

Não caberia aqui, obviamente, transcrever as inúmeras discussões surgidas nesse espaço, com voluntários da Babels defendendo a interpretação voluntária — há uma que usa o pseudônimo de "Maria" e responde a praticamente todos os comentários e teve quer ser "moderada" pelo editor do webzine, devido a seu tom e sua linguagem —, outros voluntários arrependendo-se de ter participado e diversos profissionais emitindo opiniões sobre o assunto. É ainda interessante observar que muitos intérpretes da AIIC informaram aos voluntários da Babels que a organização não proíbe e mesmo estimula a interpretação voluntária "pro-bono" de seus membros, para causas em que acreditem. O artigo de Naumann foi transcrito, quase que na íntegra em tradução do próprio autor, nos fóruns da Babels[61]. É essa tradução que se utiliza aqui para citar alguns trechos do artigo de Naumann (2005).

> A construção da torre de Babel foi tentada novamente, dessa feita em Porto Alegre por ocasião do 5º Fórum Social Mundial. Diferentemente do mito bíblico, o fracasso do atrevimento humano não exigiu a descida de Jeová, mas apenas a incompreensão dos organizadores do FSM. Resultou de razões de princípio, a serem expostas a seguir.
>
> Muitos dos aproximadamente 155.000 participantes de 135 países vieram de avião a Porto Alegre. Ninguém pensou em organizar uma frota de galés movida por remadores voluntários ou em minimizar os custos do tráfego intercontinental

[61] Disponível em <www.babels.org/forum/viewtopic.php?p=1491>

> mediante a utilização de barcos ou jangadas com impacto mais reduzido sobre o meio ambiente. A ninguém teria acudido a ideia de substituir os pilotos dos aviões por voluntários mais baratos, que alguma vez adquiriram o brevê de pilotos amadores ou simplesmente adoram aviões. Mas quando a discussão sobre o outro mundo necessário começou, ela foi intermediada, i.e., obscurecida majoritariamente por BABELS, uma rede de intérpretes voluntários ou, para ser mais preciso, dar ao substantivo o que dele é e colocar o adjetivo no seu devido lugar, de voluntários intérpretes (http://www.babels.org). Onde os voluntários, exigidos além das suas capacidades cognitivas, não emudeceram, principiaram a falar em outras línguas, mas nenhum Espírito Santo lhes apareceu para repristinar o milagre pentecostal. O caos por eles instaurado não teve a evidência de acidentes de trânsito ou erros médicos. Foi apenas ruído e logo cairá no esquecimento num mundo cada vez mais dominado pelo ruído. Com ajuda de NOMAD, ele será "armazenado, isto é, esquecido", caso possamos dar credibilidade aos anúncios dos autores de NOMAD [...]

Como Naumann ressalta, se a organização do evento não utilizou "pilotos amadores" para o transporte dos delegados, por que utilizar intérpretes amadores para "facilitar" a sua comunicação — que no caso, foi dificultada e não facilitada. Em debates nos fóruns, há menções ao fato de que se havia verba para alojar os delegados em bons hotéis e para que fizessem refeições em bons restaurantes, por que não havia verba para a interpretação? Há considerações também de que a organização do evento, ao despender uma boa quantia no transporte desses intérpretes voluntários, poderia ter empregado tal quantia para o pagamento de intérpretes profissionais, que funcionariam melhor, sem que se fizesse necessário tamanho número de intérpretes.

Cita a seguir Naumann comentários da reunião de avaliação do FSM:

> Muitas foram as críticas ao sistema de interpretação simultânea NOMAD e aos intérpretes de BABELS na noite de 30 de janeiro de 2005, por ocasião da avaliação conjunta realizada pelos participantes alemães do FSM, no auditório do Instituto Goethe. Uma participante considerou os intérpretes "exigidos além das suas capacidades", outra classificou-os como "simplesmente fatais". Elmar Altvater, que publicou em 4 de fevereiro um notável relatório em "Freitag" e apresentou uma proposta muito construtiva, embora não imediatamente realizável, para o financiamento da superação da confusão babilônica das línguas, pormenorizadamente fundamentada em "O grande encontro. Observações no FSM de 2005 em Porto Alegre" 1, constatou a falta de técnica em BABELS. Embora seja testemunha ocular e auricular de casos assustadores em algumas tendas, não posso nem quero emitir um juízo sobre a qualidade de cada um dos integrantes não-profissionais de BABELS, feitos intérpretes por graça própria ou alheia. É bem possível que haja intérpretes genuínos, talvez natos entre eles. A simples quantidade e multiplicidade dos eventos do 5º Fórum Social Mundial e a consequente impossibilidade de efetuar uma sinopse impossibilitam essa avaliação ao indivíduo isolado. (...)

Uma observação importante de uma participante foi que os intérpretes foram "exigidos além de suas capacidades". Imagina-se que, voluntários que se transformaram em

intérpretes “por graça própria ou alheia” tenham, de fato, se defrontado com uma tarefa simplesmente impossível. Complementando tal ideia, cita-se, mais uma vez, um trecho de Naumann (2005):

> É uma trivialidade que oradores e pensadores exigentes – e o FSM reúne muitos, ao lado dos representantes de uma ciência que se compreende apenas como atividade acadêmica e ao lado de apocalípticos, milenaristas e esotéricos de origens distintas – não podem ser reproduzidos convincentemente por intérpretes subalternos. Para que, pois, eventos exigentes com oradores de alto quilate, se estes são interpretados por picaretas e aprendizes? Para que BABELS, que na melhor das hipóteses pode mobilizar apenas boa vontade, mas nenhuma competência efetiva?

Naumann (2005) inclui, ainda, a opinião de uma das responsáveis pela organização do FSM, que faz parte do comitê brasileiro. Ela deixa claro acreditar no que já foi mencionado acima, como uma concepção comum de pessoas estranhas à profissão, de que o problema estava nos equipamentos e não os voluntários!

> Desse “saber de experiência feito” discorda um membro do Comitê Organizador Brasileiro do 5º Fórum Social Mundial, a pedagoga Salete Valesan, integrante do Instituto Paulo Freire: “O primeiro seria termos um cuidado maior na garantia da tradução e do equipamento porque isso nos prejudicou bastante. Não por conta de termos feito a opção errada, não é isso. A opção é esta, garantindo que o processo seja construído pelos movimentos e redes; que os equipamentos sejam produzidos pelas redes e pelos movimentos; que essa rede de tradução voluntária se fortaleça. Mas tivemos problemas de ordem técnica e de produção que, infelizmente, afetaram o primeiro e o segundo dia do evento. O aprendizado disso é que precisamos nos antecipar e tomar mais cuidado para que o problema não chegue no início do evento, precisamos nos antecipar...” (http://www.ibase.br/especial_fsm2005/salete_valesan.htm)
> Que credenciais a D. Salete possui para opinar sobre a razão ou desrazão da “opção”? Seu raciocínio, termo usado aqui por razões apenas caridosas, não as exibe e contém um argumento falacioso, repetido à saciedade por muitos integrantes de BABELS e por organizadores do Fórum. Reduzido à sua essência, ele diz o seguinte: se NOMAD tivesse funcionado, a interpretação simultânea também teria funcionado. O argumento revela uma fé ingênua no poder da técnica, sem fundamento na realidade. Obviamente uma interpretação simultânea de qualidade exige equipamentos de qualidade, espaços adequados etc. Mas hoje, como no passado, o elemento essencial não é a técnica, mas o intérprete. Excetuados os raros casos dos talentos naturais, intérpretes amadores não são capacitados por uma técnica boa, como se fossem apenas interfaces do equipamento. E se a técnica não funciona, a tradição manda sair da cabine e passar para a modalidade consecutiva da interpretação – o que foi feito no FÓRUM, com as consequências catastróficas reportadas em muitos casos. De certo modo, a modalidade consecutiva revela mais a capacidade do intérprete do que a simultânea, pois o intérprete de repente passa a ser o segundo orador, que substitui em sua plenitude. Deve compreender o discurso, do contrário não saberá memorizá-lo e fazer suas as ideias do orador. Não é por acaso que alguns dos institutos mais renomados do mundo consideram o aprendizado da modalidade consecutiva um pré-requisito indispensável do desempenho bem-sucedido na modalidade simultânea.

Naumann (2005) retoma aqui a questão antiga, mencionada acima, de que as pessoas,

inocentemente, pensar que o equipamento determina a qualidade da interpretação. Se é verdade que um equipamento ruim dificulta a interpretação até mesmo feita por intérpretes experientes, é preciso entender que não há equipamento no mundo, por melhor que seja, que melhore a técnica do intérprete. Se ele não estiver qualificado para a tarefa, não há equipamento que resolva. Outro ponto relevante mencionado é o fato de que, quando o equipamento não funciona adequadamente, faz-se interpretação consecutiva. E salienta Naumann, como intérprete experiente que é, o fato de que a interpretação consecutiva é bastante mais difícil do que a simultânea. Não seria, obviamente, possível que um jovem inexperiente pudesse realizar uma interpretação consecutiva de qualidade para temas simples, e muito menos para temas complexos como os discutidos no FSM.

Para encerrar os comentários sobre a interpretação voluntária, é pertinente transcrever alguns trechos das reflexões bastantes sensatas e lúcidas de um "jovem militante" da rede Babels a respeito do artigo de Naumann e da interpretação voluntária no FSM.

> [...]As críticas de Naumann não são infundadas. Não nasceram do nada, ou surgiram em sua mente por puro ódio da rede Babels. Não o conheço, mas creio que ele está dispondo de seu tempo para esta rede, muito mais do que 90% dos Babelitos pertencentes a ela.
> Claro, as críticas machucam. [...] O artigo de Naumann veio como um tapa no rosto de cada um de nós. Sim, quase uma ofensa. Mas creio que uso que faremos destas críticas é que é o mais importante.
> Eu concordo com a maior parte delas. Nosso trabalho em POA, apesar de esforçado, combativo, militante, sobre-humano, e de certa forma prazeroso (é bom sentir-se envolvido em um projeto como Babels), foi desqualificado, confuso e prejudicial. [...]
> É hora de reavaliar nossas prioridades, em respeito aos próprios voluntários, mas principalmente em respeito às pessoas que confiam em nosso trabalho (que não são muitas devido as ultimas experiências de Babels)." [...]
> O tapa que Naumann nos deu, devemos utilizar para evoluir, seguir em frente. [..]
> Sou jovem sim. Mas não admito que a juventude seja utilizada como pretexto ou desculpa para disparates realizados.
> Tampouco concordo com a defesa de voluntários a partir do argumento da ignorância. A ignorância de uma lei prévia não exime a culpa, diz nosso Código Penal. Pois que assim seja. A auto-avaliação em relação a capacidades linguísticas não foi só desonesta, como também irresponsável, por grande parte dos voluntários. Claro que tanto ou mais (ir)responsáveis do que estes voluntários, são os profissionais que viram tudo isto ocorrendo e nada fizeram para tentar modificar ou ajudar. [...] Babels precisa mudar, e isto não será fácil, nem rápido, nem belo. Crescer dói. [62]

Nota-se, claramente, a consciência do "jovem militante" a respeito das questões

[62] Disponível em <www.babels.org/forum/viewtopic.php?p=1491>

apontadas por Naumann. Suas críticas a respeito da auto-avaliação linguística de seus colegas — que qualifica de “desonesta” e “irresponsável” — merece aqui um comentário. Talvez não tenha sido desonestidade nem irresponsabilidade por parte dos jovens que se acharam capazes de entrar numa cabine e interpretar. Talvez tenha sido mesmo inocência, falta de conseguir avaliar o que a tarefa lhes exigiria. Mesmo o voluntário em pauta aqui acredita que a questão é meramente de “capacidades linguísticas” — falta-lhe a percepção do que é, de fato, o trabalho do intérprete. A habilidade linguística é, tão somente, a parte mais visível da qualificação do intérprete e, obviamente, condição indispensável. Talvez essa mesma inocência, esse mesmo desconhecimento da profissão faça parte do ideário dos organizadores do FSM. Esses sim, mais maduros, deveriam ter mais responsabilidade. De qualquer modo, parece que a lição foi aprendida, uma vez que a edição de 2009 do FSM, em Belém, levou muitos intérpretes profissionais a atuar no Fórum, tal como nas edições de 2001 a 2003. Os voluntários fizeram, apenas, o trabalho de acompanhamento.

Por fim, é oportuno repetir que Peter Naumann, o intérprete supra-mencionado diversas vezes, não é membro da APIC nem da AIIC. Desse modo, não se pode dizer que estaria defendendo pontos de vista das associações de classe, numa espécie de corporativismo associativo. Defende, isso sim, valores comuns aos intérpretes realmente profissionais, quer sejam membros de associações de classe ou não.

5.5 A comoditização da profissão

Com o crescimento da profissão no Brasil — e no mundo — o intérprete perdeu a aura, o charme que tinha nas décadas de 50 e 60. Como diz uma das intérpretes mais ativas de São Paulo, Lúcia Helena de Sena França (FRANÇA, 2009), em seu depoimento para este trabalho:

> Aquele glamour todo já não existe mais. Você é serviçal. Em alguns eventos, você não é nem convidado para almoçar com o pessoal. Já trabalhei em evento em que a gente teve de almoçar junto com os funcionários do hotel, no porão do hotel. Antigamente sempre estava previsto que você iria almoçar com os participantes. Agora, algumas vezes não está previsto e você não é convidado. Você tem que sair e comer fora e depois voltar para retomar suas atividades. É uma profissão como qualquer outra - menos participante do evento. Já trabalhei em jantares chiquérrimos para empresas, tem a cabine lá, tem uma pequena palestra, uma apresentação, mas acabou, fechou a cabine e você vai

> embora e o jantar continua e você não participa do jantar, nem chega muito próximo da comida. É um trabalho como qualquer outro, não tem mais aquele destaque.

Junqueira (2009) também cita exemplos que corroboram a mesma ideia:

> As pessoas tem uma ideia errônea de que é glamouroso, e não é isso. Algo que fiz foi traduzir a uma rainha, mas isso é uma vez ou outra... traduzi o almoço do Bush com a Marisa Leticia, mas é raríssimo. Normalmente estamos em lugares desagradáveis, com cabines pequenas, abafadas, cheia de ácaros e escuras, não vemos nada. Trabalhamos em fábricas, hotéis pequenos onde às vezes nem tem onde sentar... trabalhei em uma universidade rural, em uma tenda de plástico em Belém, precisei andar dois quilômetros e, às vezes, nem tinha cabine ... condições de trabalho com um calor insuportável... então de glamouroso não tinha nada.. o legal é conhecer gente nova, encontrar colegas... você viaja e, às vezes, não conhece nada... você fica tão cansado, passeia muito é em aeroporto mesmo.

Um grande fator complicador na atividade do intérprete, citado por diversos depoentes entrevistados para esta pesquisa, é a intermediação de empresas organizadoras de eventos. Com isso, o intérprete passou a ser considerado por certas empresas como mais um “fornecedor”. A questão não é a falta de status, ou coisa parecida, mas sim o fato de que, nesses casos, a acesso do intérprete aos participantes se torna muito difícil. Com uma empresa de organização de eventos que responde ao presidente do congresso, por exemplo, e contrata todos os serviços, como os hotéis, os lanches dos intervalos, as flores, o som, as recepcionistas e, no mesmo pacote, os intérpretes, o intérprete-coordenador, quando existe, tem grande dificuldade em conseguir materiais para o evento e mesmo para fazer contato com os organizadores técnicos, a fim de tomar ciência de quais serão os temas discutidos, os oradores convidados, a pauta dos trabalhos — todos esses, elementos fundamentais para o bom desempenho da interpretação. Muitas vezes, contatado por uma secretária ou pelo comprador de uma empresa, a comunicação fica bastante difícil. Para muitas empresas, o essencial é conseguir a “cotação” mais barata — quanto mais baratos forem os serviços contratados, maior será o lucro da empresa de eventos, obviamente. E, como na maioria dos casos, não há condições técnicas de o contratante avaliar a qualidade profissional, ele o faz tomando como base apenas o critério do preço. Diz ainda França (2009) em seu depoimento para este trabalho:

> [...] a briga por preço, o pessoal chora, acha ruim, tem gente que não quer pagar a jornada de seis horas, acha que tem que ser pago por hora — e tem gente que cobra por hora. [O cliente reclama:] como é que eu vou pagar por seis horas e por duas a mesma coisa? Por mais que você tenha o poder de

> argumentação e explique que o preparo é o mesmo, você vai ter de estudar a mesma coisa, as pessoas não querem saber, não entendem e não querem entender! Também questionam por que pagar a taxa de coordenação, a questão da hospedagem também - relutam até o último momento em por você em quartos individuais, querem que fique com outro intérprete — você explica que pelas normas não é assim, mas eles relutam em aceitar essas exigências. Mas acho que é uma questão de a gente saber impor. Cada vez mais se vê [a interpretação] como uma commodity e o comprador quer diminuir o preço.

Muitas vezes, essas empresas acabam contratando iniciantes ou pessoas sem qualquer preparo para a tarefa, pois elas cobram um preço muito inferior ao praticado pelos profissionais mais experientes no mercado. Citemos, mais uma vez, o "decano" dos intérpretes brasileiros, Carlos Peixoto de Castro (CASTRO, 2008):

> [...] tem muita gente jovem aí correndo atrás, e há as pessoas que querem abarcar o mundo com as pernas. Eu tenho várias coleguinhas aí que têm escritórios e que têm despesa, e eu compreendo, elas têm despesas, montam o escritório, têm secretários, têm uma coisa... porque antigamente não tinha onde trabalhar, a gente ficava em casa. Aí alguém telefonava pra nós e um chamava o outro e aquilo funcionava daquele jeito. [...] Mas agora há esse pessoal que procura e corre atrás e faz contato e tal. Então essa turma pega tudo, né? Tudo o que aparece, que não é muito [...] tem os que cobram menos. Tem aí as coisas, eu me lembro que nos Jogos Pan-Americanos, apareceram uns grupos aí baratíssimos, oferecendo-se para trabalhar. Então não sobrou trabalho pra ninguém. Foram só esses adventícios que fizeram o trabalho. A qualquer preço, né? Eles não estavam em uma coisa séria, uma coisa profissional. [...] Virou uma mercadoria como outra qualquer. E eles fazem leilão, né? [...] Eles compram para pegar o preço mais barato, e eu nunca me interessei por isso.

Explica Suzana Mizne, uma das fundadoras da APIC, já mencionada anteriormente (MIZNE, 2008):

> Mas nos anos 70 não existiam [empresas de organização de eventos], então os próprios organizadores dos eventos eram os presidentes. Os presidentes tinham que se envolver com tudo. Eles se envolviam inclusive com o treinamento dos intérpretes, davam aulas sobre o assunto. O Dr. Antonio Clemente, [...] ele nos deu aula sobre Oncologia; vários dentistas nos deram aulas de Odontologia, Ortodontia. Nós tínhamos aula de tudo e isso foi um período que nos ajudou imensamente para o futuro, porque nós tínhamos aulas com pessoas da área financeira, administração, etc. Essas pessoas nos davam aula porque o interesse delas era de que o congresso funcionasse. Então os intérpretes, que geralmente eram em grupos de 4 ou 6 no máximo, estudavam juntamente com os presidentes dos congressos e isso fazia com que a qualidade do nosso trabalho ficasse muito boa.[...] Hoje você tem raros contatos, você tem às vezes muito pouco contato com o orador, e isso acontece com frequência. Mas também agora é muito raro você ter contato com o presidente do congresso ou com a comissão científica. Antigamente nós sentávamos na sala junto com os organizadores e coordenávamos os congressos com a equipe científica. Eles nos davam trabalhos, nós discutíamos as salas onde os intérpretes iam trabalhar, escolhíamos as pessoas mais apropriadas de acordo com os assuntos, as línguas. Era um trabalho com um resultado muito mais positivo. Hoje o intérprete é contatado por pessoas que não entendem nada de interpretação, que muitas vezes não estão nem

> familiarizadas com o funcionamento do congresso, são contatos técnicos, e isso torna o nosso trabalho muito mais difícil.

Peter Naumann, mencionado acima, também levanta a questão, em seu estilo bastante contundente, em e-mail para o autor desta pesquisa[63]:

> Escrever sobre a história da interpretação de conferências no Brasil é oportuno num momento, no qual a profissão se desfigura e banaliza, vira uma atividade de Fulano de Tal e Zé Ninguém. Um indício disso é a terceirização da contratação, com a consequente emergência das agências não dirigidas por profissionais experientes, mas por comerciantes [...] O fenômeno não é apenas nacional, ocorre no mundo inteiro. Em países como o Brasil, ele se manifesta com maior violência, pois temos menos tradições e nossas instituições são mais débeis do que as de certos países da Europa Setentrional.

Como se pode ver, são consequências da transformação de todo o setor de eventos, devido ao número crescente deles e também do próprio crescimento da profissão do intérprete. O fato de a profissão de intérprete ter crescido e, consequentemente, assumido também facetas negativas de outras profissões maiores foi abordado novamente por Mizne (2008) quando se refere a cursos que propõem formar intérpretes em um final de semana, que serão comentados no próximo capítulo deste trabalho.

> O fato de [...] conseguir pessoas para fazer os cursos [de fim de semana] só prova que a nossa profissão chegou no ponto de ser exatamente igual a qualquer outra profissão. Se você estivesse conversando comigo dez anos atrás, eu te diria que todas as pessoas que estão no mercado são pessoas que trabalham da mesma maneira e hoje existem pessoas que são diferentes. E nós temos que aceitar. Têm pessoas que fazem curso para aprender uma nova técnica cirúrgica num fim de semana, eu já traduzi inúmeras, então você faz aquela vídeoconferência e traduz, as pessoas estão na sala de cirurgia, você na cabine e o público está vendo e num fim de semana eles aprendem uma nova técnica cirúrgica. Será que isso é válido? [...] Nossa profissão está ficando igual às outras. Antigamente não era!

Não são apenas os intérpretes “antigos” que reclamam da situação e que poderiam ser acusados de sentirem falta do prestígio anterior da profissão. Vejamos o que dizem profissionais recentemente chegados ao mercado de interpretação em São Paulo, sem dúvida o maior do Brasil nos dias de hoje. Paulo Silveira (2010), ex-aluno do curso da PUC-SP, relata parte de suas experiências com agências de tradução e/ou de organização de eventos.

> A primeira vez que trabalhei para agência de tradução/ interpretação foi para substituir uma colega que precisou ausentar-se para atender um cliente próprio.

---

[63] NAUMANN, Peter. Mensagem recebida por pagurarj@pucsp.br em 23 jul. 2008.

Era um trabalho de cinco dias e a colega precisou ausentar-se durante dois, nos quais trabalhei. Posteriormente, fui chamado outras vezes, primeiro pela mesma colega, para substituí-la novamente, e depois pela própria agência. A tarifa costumava variar entre 70 a 80% do valor sugerido pelo Sintra, o que me parecia razoável em troca de não ter que negociar com o cliente, cobrar pagamentos atrasados, pedir material da palestra etc., especialmente para alguém que estava começando. No entanto, começaram a atrasar os pagamentos. Considero um mês depois do evento um prazo razoável, mas os atrasos alongavam-se durante três meses, a ponto de uma colega sugerir que parássemos de aceitar trabalhos dessa agência até que nos pagassem. [...] Diga-se de passagem, nessa fase inicial não dependida exclusivamente dessa agência, era chamado tanto por colegas quanto por outras agências (e dava aulas de inglês e fazia traduções escritas), vivia uma época de expansão de contatos e achava importante conhecer o maior número possível de profissionais. Nessa época, conheci colegas que pagavam ainda menos que 70% da tarifa sugerida pelo Sintra (colegas, e não agências, alguns deles muito bons de lábia, explicavam que havia sido muito difícil negociar uma tarifa mais alta, mas quando essa "dificuldade" começou a se repetir, percebi que talvez não fosse exatamente uma dificuldade...), mas a maioria desses colegas não tinha muita qualidade profissional, o que reforçou o desejo de não querer trabalhar mais para eles. Claro que também fui procurado por agências que queriam pagar valores ainda mais baixos, mas comecei a recusar de cara.

Foi mais ou menos nesse momento que tive a oportunidade de conhecer outros grupos de colegas, de um nível profissional bem superior, a maioria ex-professores do curso de tradução e interpretação da Alumni e, em fase posterior, de membros da APIC. Foi ficando cada vez mais claro que havia uma faixa "superior" no mercado, com um inglês excelente e soluções de tradução de tirar o chapéu, e que cobrava muito bem pelos serviços prestados. Esses colegas costumam cobrar uma taxa administrativa em torno de R$ 50,00 por evento, mas as tarifas costumam estar acima dos valores sugeridos pelo Sintra. Então houve uma aproximação com uma agência cuja tarifa eu achava razoável (pagavam ao intérprete 80% do valor sugerido pelo Sintra), mas houve dois mal-entendidos que me fizeram repensar se realmente vale a pena trabalhar para agências. Uma vez, era um trabalho de 1h00 que acabou se tornando de 2h00. Eu fora contratado para trabalhar sozinho, com tarifa maior, mas não para trabalhar sozinho durante 2h00. A outra ocasião, não houve pagamento de hora extra (confesso que nem me passou pela cabeça perguntar antes, fui informado depois de terminado o evento que era um "pacote": já que seriam três dias, não cobrariam as duas horas extras dos dois primeiros dias).

Não sou contra o agenciamento, acho justo que alguém ganhe por negociar com o cliente, cuidar do contrato de trabalho, cobrar quando o pagamento estiver atrasado etc., mas é preciso garantir que as condições de trabalho estejam adequadas. Sei que tanto intérpretes que têm seu próprio escritório e fazem o trabalho de negociação como as agências precisam fazer concessões, abrir exceções, ter alguma flexibilidade, mas de modo geral os funcionários de uma agência grande, que fornece serviços de tradução escrita além da interpretação, nem sempre têm ideia dos motivos que explicam a "chatice" dos intérpretes com hora extra, trabalhar sozinho etc., mesmo porque há alguns profissionais que aceitam condições menos adequadas. E, na prática, pelo menos na minha experiência, abrem muitas mais exceções que os escritórios de intérpretes de qualidade. Mas, insisto, não é exclusividade das agências, pois há muitos colegas que também não respeitam essas condições, cobram menos e, no mais das vezes, apresentam trabalho de qualidade inferior.

Como se percebe, o intérprete que acaba de ser mencionado reconhece que é justo o

intermediário/agenciador ganhar a sua parte pelo trabalho realizado, desde que as condições de trabalho continuem adequadas. Aponta ainda o fato de as decisões acabarem sendo tomadas por funcionários, no caso das agências maiores, que desconhecem as questões inerentes ao trabalho do intérprete. Chama ainda a atenção para um fato que considera mais grave: o agenciamento feito por outros intérpretes, em condições, às vezes, mais aviltantes do que as oferecidas por agências de tradução ou de organização de eventos. Silveira (2010) ressalta, ainda, que há profissionais numa "faixa 'superior' no mercado, com um inglês excelente e soluções de tradução de tirar o chapéu, e que cobrava muito bem pelos serviços prestados." Vê-se que, mesmo para os profissionais novos, há espaço numa "faixa superior de mercado" e que esse mercado mais experiente continua, sim, a trabalhar regularmente.

Outra intérprete em início de carreira, que chamaremos de "Intérprete D[64]", uma vez que pede para não ser identificada, também contribuiu com seu depoimento para esta pesquisa. O fato de não querer ser identificada é bastante coerente, pois depende ainda de agências e, como todos os intérpretes, de outros colegas que a convidam a atuar em eventos.

> Como isso é um assunto sempre muito sensível e delicado, gostaria de saber se é possível não me identificar no seu trabalho. [...]
>
> Basicamente, há três tipos de intermediários. Os primeiros são os intérpretes que repassam totalmente o trabalho, cobram uma comissão (10%, geralmente), e você é que fica responsável por emitir a nota fiscal e arcar com os impostos. Os segundos são os colegas intérpretes que repassam eventos, mas eles mesmos arcam com a nota fiscal e os impostos, retêm a comissão e repassam o resto para o intérprete (geralmente repassam 70% do valor cobrado do cliente). E o terceiro caso, que acho que é o que mais te interessa, as agências.
>
> Nesse terceiro caso, quem emite a nota é a própria agência, e a porcentagem retida como comissão varia muito. Tem agências que pagam R$800 por até 6 horas de trabalho e mais R$100 por hora extra. Outras pagam um preço diferente dependendo da situação, e pedem para você dar o seu preço considerando que eles possam incluir a comissão deles e ainda ficar dentro de um valor competitivo para o cliente. Isso acontece muito com agências de tradução escrita, que não estão acostumadas a fazer orçamento de interpretação, e precisam da orientação do intérprete quanto a preços de mercado, aluguel de equipamentos, horas de trabalho, trabalhar em dupla, etc.
>
> Por fim, há aquelas que oferecem condições precárias, do tipo R$400 reais por 8 horas de consecutiva, ou R$600 reais por um evento de 9 horas de simultânea, considerando que os "intervalos" nao são horas de trabalho. Mesmo sendo "novata", não aceito esse tipo de condição. Tenho consciência do estrago que posso causar no mercado de interpretação fazendo isso. Na

[64] Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura em 12 de outubro de 2010.

> teoria, essas empresas deveriam ter bastante dificuldade em encontrar profissionais razoavelmente preparados. Mas na prática, não é o que acontece. Eles sempre acabam arrumando alguém para trabalhar em péssimas condições, e às vezes me surpreendo ao descobrir que o colega que aceitou é mais experiente do que eu.
>
> Na minha opinião, os intermediários são uma tendência, e mesmo com toda a resistência que existe entre os intérpretes, isso vai acabar atingindo todo mundo. As agências fornecem soluções. Contratam os equipamentos, contratam o intérprete, e o cliente não precisa se preocupar com nada. Inclusive, eu trabalho para agências que, durante o evento, deixam alguém lá supervisionando pra ver se está tudo funcionando bem, e acabam ajudando ainda a organizar o coffee break, ou ver se o número de apostilas está correto. Essas soluções completas são uma tendência de todos os mercados, não haveria por que não chegar ao de interpretação. Se, hoje em dia, até os médicos estão tendo que tomar um chá de humildade e correr atrás de vantagens competitivas, não sei como os intérpretes mais antigos acham que vão resistir a isso. [...] Eu sempre oriento as novas agências que entram em contato comigo sobre os preços de mercado. Se eu desconfio que a agência está oferecendo ao cliente final um preço menor do que o preço de tabela, eu não aceito trabalhar pra ela. Uma coisa é flexibilizar o mercado, oferecer serviços adicionais, outra coisa é concorrência desleal e desvalorização da qualidade. Eu sei bem a diferença.
>
> É claro que eu gostaria de trabalhar somente com clientes diretos. Mas pelo menos no começo, preciso ser vista, conhecer outros profissionais da área, mostrar a qualidade do meu trabalho. Se para isso, eu preciso de intermediários, vou trabalhar com eles, da melhor forma possível, para não prejudicar meus colegas, e nem o meu próprio futuro profissional. Acho que, se a tendência dos intermediários é inevitável, ainda dá para minimizar o impacto. Procuro fazer a minha parte.

A “Intérprete D”, como se pode observar, já tem uma grande preocupação com a profissão como um todo e reconhece que deve partir dos próprios intérpretes a preservação de condições adequadas de trabalho. Reconhece que a intermediação é um fato irreversível e que pode ser útil para o cliente e para o intérprete, mas é preciso que se mantenham condições adequadas de trabalho.

É bastante oportuna sua comparação com os médicos, membros de uma profissão tradicionalmente elitizada, mas que atualmente “estão tendo que tomar um chá de humildade e correr atrás de vantagens competitivas”, numa possível referência à aceitação dos planos de saúde pelos médicos. É claro que os médicos preferem atender a um cliente “particular”, que paga um valor muito mais alto pela consulta, e isso parece ser do conhecimento de toda a população, mas na prática são os clientes cobertos por planos de saúde que formam a maior parte de sua clientela e mantêm os consultórios cheios. De modo semelhante, muitos intérpretes — possivelmente um

número cada vez maior — aceita trabalhar para agências. Muitos, porém, têm um determinado “teto” abaixo do qual não aceitam trabalhar — não só em questões financeiras, mas também em condições de trabalho, como número de horas e número de intérprete por evento.

É importante mencionar que nem Silveira nem a “Intérprete D” são membros da APIC, nem mesmo na condição de candidatos, embora revelem já uma forte consciência das questões inerentes à profissão.

Outra intérprete recente que deu seu depoimento para este trabalho é Susanna Berhorn de Pinho, também ex-aluna do curso da PUC-SP e membro-candidata da APIC, com português e alemão como Línguas A, além de inglês. Ao contrário da “Intérprete D”, faz questão de ser identificada, dizendo: “pode me identificar sim. Gosto muito da minha profissão e trabalhei muito para isso, o que eu puder fazer para contribuir, eu faço” (PINHO, 2010), demonstrando forte consciência da profissão. Seu depoimento também não difere muito dos anteriores, na questão das agências. Diz ela:

> Existem dois tipos de agências: as empresas de colegas sérios (por exemplo, de colegas da APIC). Essas são empresas sérias de profissionais no mercado que organizam eventos e fornecem contratos corretos e atendem às exigências da APIC/AIIC de não trabalhar sozinho, cobrar horas-extras, fornecem material sobre o evento etc. Esses escritórios não cobram comissão sobre o seu trabalho; quando o evento for grande, cobram uma taxa de coordenação do cliente. E pode botar coordenação nisso, pois você fica horas no telefone com o cliente e os intérpretes até acertar tudo.
>
> Depois tem as agências tipo “supermercado de traduções”... Quem coordena os eventos não sabe o que é interpretação simultânea ("nossa, precisa de duas intérpretes??" ou "é simultânea sim, você fica ao lado do orador e repete em alemão tudo que ele diz"), não tem ideia dos preços ("mas como fica o valor por hora?") e choram descontinho, depois acabam ganhando 25% em cima do seu trabalho. Não costumam enviar material e na data do evento chega uma "gerente de projeto" de terninho e chinelinho, que fica sentada ao lado da cabine cuja função não consegui identificar, acho que ela só cuida para você não dar cartão para o cliente. Essas agências não consultam as referências dos intérpretes, contratam pessoas completamente incapacitadas ou fazem preços diferenciados (Susanna, a gente até pagaria um pouco mais para você, não comenta com a colega). Fiz dois trabalhos para agências no início da minha carreira, foi mesmo por falta de conhecimento. Um deles com uma “concabina” completamente incapacitada que depois contou que nunca havia feito simultânea, mas que achou "bastante divertido" (o cliente pediu para substitui-la).
>
> E a novidade agora é a Câmara de Comércio Brasil Alemanha que contratou uma intérprete in house "para baixar os preços do mercado", que não tem formação de intérprete (tem diploma de tradutora). Faz simultânea sozinha, não passa adiante o material. E sempre o argumento é que ganhamos muito. Mas

> no fundo, não ganhamos mais que um advogado, um médico, ganhamos muito menos que um CEO na indústria. Inclusive na Câmara deve ter gente na diretoria ganhando bem mais do que eu.
>
> O problema parece ser que a profissão vem se desvalorizando, talvez mesmo por causa de publicações como o livro de um colega de Brasilia[65], que contam como "entraram na profissão sem querer" ou "é só meter a cara" ou "em país de cego, caolho é rei". Há inclusive propostas de cursos de interpretação "vire intérprete em cinco dias" que, a meu ver, contribuem para a desvalorização da profissão. [...]
>
> Quanto a meu trabalho, faço muito mais interpretação de alemão do que inglês. O que eu faço de inglês costuma ser de clientes alemães que em algumas situações acabam falando inglês e faço o cochicho para o português. Ou eventos programados em alemão que acabam falando inglês, pois os power points estão em inglês. Para entrar na APIC só precisei de 50 dias de cabine, com os devidos contratos, e três assinaturas de colegas da APIC para confirmar. É difícil encontrar intérpretes alemão A/português A aqui. (PINHO, 2010).

Pinho considerou ser importante para sua carreira fazer parte de uma associação profissional e não parece ter tido dificuldade em se associar à APIC, após ter trabalhado os 50 dias exigidos pelos estatutos da Associação. A única dificuldade foi encontrar padrinhos (ou madrinhas) para sua associação, devido à sua combinação linguística com “duplo A”, como se chama no jargão profissional, principalmente um “duplo A” envolvendo o alemão.

Como os outros dois depoentes “novatos”, Pinho diferencia entre agenciadores “colegas” e o que chama de “supermercado de traduções”, mostrando que a atitude de ambos é bastante diferente, ficando evidente a natureza meramente comercial do segundo tipo de agenciadores, que nem mesmo conhecem bem as características do trabalho de interpretação e contratam pessoas sem qualquer experiência prévia. Menciona, ainda, uma certa desvalorização da profissão, como já mencionado por muitos, relacionando o fato, inclusive, com a questão do treinamento de intérpretes em pouco dias, que será abordado em mais detalhes no próximo capítulo deste trabalho.

Há, porém, intérpretes iniciantes que pensam ser positiva a existência das agências. Veja-se, a título de exemplo, o depoimento de Robert Greathouse, ex-aluno do curso da Associação Alumni e atualmente cursando o da PUC-SP, que inicia sua carreira de

[65] A referência de PINHO aqui é ao livro de Ewandro Magalhães Jr, intitulado *Sua Majestade, o Intérprte: o fascinante mundo da tradução (sic) simultânea*. São Paulo, Parábola, 2007.

intérprete:

> Bem, como disse, minha experiência é bastante limitada e não sei se tenho muito a contribuir. A agência entrou em contato atrás da indicação de uma colega na PUC. Eles tinham muita urgência e me chamaram pois o evento estava dentro da minha área de conhecimento (bioquímica) e caso eu não conseguisse fazer o serviço, outra intérprete poderia me substituir. Devido ao feedback bem positivo que eles receberam em relação a mim, fui chamado pra outros eventos em áreas diferentes.
>
> A relação sempre foi ótima. Um representante da agência acompanha os intérpretes em todos os momentos, e resolver quaisquer problemas surgem - técnicos, de acomodação, etc. A Cecília Mattos, que trabalhou comigo, estava grávida e o representante sempre foi bem atencioso a isso. Os pagamentos sempre foram feitos em dia e obedecendo aos contratos assinados anteriormente. O valor é um pouco baixo - cerca de 650~700 por dia de trabalho para simultânea, 6 horas com dupla
>
> Bem, como iniciante, vejo como vantagem o fato de estar representado numa agência profissional e não ter que negociar diretamente com o cliente. Todo o processo de marketing, planejamento e negociação é feito pela agência, e o que cabe a mim é "somente" a tradução em si. Além disso, a agência emite nota, algo que eu não tenho condições ainda de fazer. (GREATHOUSE, 2010).

Greathouse, como se vê, percebe pontos positivos na intermediação da agência, que se encarrega dos contatos com os clientes e da parte burocrática. Em sua experiência — que parece se restringir ainda a uma agência — que veio a conhecer por intermédio de uma colega, o pagamento foi adequado e pontual e as condições básicas de trabalho — dois intérpretes por cabine — foi respeitada. Em resumo, o relacionamento parece ter sido correto e positivo para ambas as partes, agenciador e agenciado, o que indica ser possível isso acontecer, desde que as expectativas de ambos sejam razoáveis. É óbvio que uma agência não poderá pagar ao intérprete o mesmo que um cliente direto; também é óbvio que, se a agência esperar um trabalho de qualidade satisfatória, terá de pagar uma tarifa razoavelmente adequada ao intérprete, ainda que ele seja iniciante, como o fez a agência mencionada por Greathouse.

Como se vê, a questão da “comoditização” da profissão é mencionada por muitos depoentes, desde os mais experientes, como Castro (2008) até intérpretes que nem mesmo eram nascidos — como os últimos quatro depoentes citados — quando Carlos Peixoto de Castro entrou na cabine pela primeira vez, para interpretar a reunião da Organização Panamericana de Saúde, no Rio de Janeiro, em 1948. A maioria reconhece que a situação dos agenciadores intermediários é irreversível, pois oferece

ao cliente o chamado “one-stop shopping”, como menciona França (2009). No entanto, apontam a necessidade de limitar essa comoditização para não vulgarizar a profissão e destruir completamente a qualidade do trabalho realizado pelo intérprete. Fica claro que existem clientes para todo o tipo de intérprete, mas que há clientes que não aceitam a interpretação abaixo de um certo limite de qualidade, quando pedem a uma agência que substitua um intérprete durante o evento, como menciona Pinho (2010) acima. Fica claro, também, que há intérpretes que desenvolvem seus contatos, de modo a não precisarem atuar por meio de agências ou que, quando o fazem, preferem o agenciamento de colegas de profissão e não das agências que Pinho (2010) denomina apropriadamente “supermercado de traduções”.

5.6 O Intérprete Visto pela Mídia

Outra consequência do crescimento e da consolidação da profissão é a visibilidade do intérprete na mídia, ainda que muitas vezes seja chamado de “tradutor”. Uma vez que o intérprete lida com algo que, até certo ponto, é do domínio de todos — a língua, a expressão por meio da linguagem humana — faz com todos se sintam no direito de opinar em seu trabalho. A mídia brasileira e também a mídia internacional, de modo geral, gostam muito de chamar a atenção para possíveis dificuldades que um intérprete venha a encontrar no exercício de seu trabalho. Veja-se, por exemplo, nota publicada na coluna social de Zózimo Barroso do Amaral, no Jornal do Brasil (Rio de Janeiro), em 13 de junho de 1995, sob o título “Quebra-galho”:

> Diretor da Fundação Getúlio Vargas, o economista Carlos Langoni assumiu ontem nova e temporária função.
>
> Tradutor.
>
> Depois que, totalmente insegura, a responsável pela tradução da Conferência do Banco Mundial, realizada ontem no Copacabana Palace, perdeu-se por três vezes, quando o vice-presidente do banco, Shahid Javed Burki, falava em inglês, Langoni pediu licença e tomou o posto da moça.
>
> Foi ovacionado.[66]

[66] Recorte da nota, reproduzido pelo “Cabine 1", nº 44, de dezembro de 1995.

A notícia acima caracteriza bem a imagem que a imprensa parece gostar de transmitir: personalidade importante mostra que o intérprete é incapaz e “salva o dia”. Como de hábito, confunde-se o intérprete com tradutor. O mais importante, no entanto, é que não se sabe quem era a intérprete. Seria mesmo uma intérprete profissional? Ou seria alguém que ofereceu tarifas mais baratas que um intérprete profissional, contratado por uma organizadora de eventos preocupada com o orçamento? Pela descrição do ocorrido, parece que a situação era de interpretação intermitente ou consecutiva, pois não se fala em cabine, além de não parecer muito provável que Langoni tivesse entrado na cabine, colocado os fones e, miraculosamente, fizesse interpretação simultânea de maneira a ser “ovacionado” por seu desempenho. Muito possivelmente tratava-se de um caso de interpretação intermitente, que pode ser feita por alguém que conheça razoavelmente bem os dois idiomas e, principalmente, o assunto, como certamente foi o caso que possibilitou o louvável desempenho de Langoni. Também não se sabe qual tipo de erro teria sido cometido pela intérprete. Muitas vezes, na sua ânsia de corrigir, pessoas da plateia insistem num erro que não existe, partindo da premissa de que há uma correspondência exata e invariável entre duas palavras ou expressões, e o intérprete se torna “culpado” por não ter escolhido a expressão que o assistente tinha em mente.

Isso acontece também, muitas vezes, quando o próprio palestrante fala os dois idiomas ou tem algum conhecimento do idioma para o qual a interpretação está sendo feita e, sempre que possível, intervém com comentários do tipo “não foi bem isso que eu disse”, nos casos da interpretação intermitente ou da interpretação consecutiva. Exemplo disso é a situação descrita no informe da EFE, agência de notícias espanhola, divulgando incidente acontecido em 1997, com o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, bastante conhecido entre os intérpretes por tal tipo de situação.

> Rio de Janeiro, 8 sep (EFE) El presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, regañó hoy a una traductora que no pudo passar del portugués al inglés una frase pronunciada por el político durante la inauguración de la VI Conferencia de la Academia de Ciencias de Tercer Mundo e decidió terminar su discurso en inglés.

> "Vamos a hablar entonces en inglés", manifestó irritado el presidente quando la traductora le pidió que repitiera una larga frase de su discurso que no habia captado bien y efectivamente siguió hablando en la lengua de Shakespeare.
>
> Desde el comienzo de la cerimonia de apertura, Cardoso [...] parecia incómodo por tener que hablar en su lengua materna ante un auditorio integrado en su mayor parte por científicos estrangeros.
>
> Al comenzar su discurso, Cardoso se dirigió a los presentes en inglés para decir que como presidente de Brasil no podia utilizar una lengua extrangera en actos oficiales dentro del país [...] pero cambió de idea.
>
> La primera señal de que el presidente no estaba satisfecho con el trabajo de la traductora surgió cuando la mujer tradujo con dificultad al inglés una complicada frase del discurso y Cardoso la llamó la atención, advirtiéndole "no fue eso lo que dije".Minutos después, cuando la desconcertada traductora le pidió que repitiera otra frase igual de complicada, el presidente decidió dejar el portugués y terminar su intercención en inglés [...][67]

Apesar de tratar a intérprete como "tradutora" diversas vezes, a notícia não é negativa para com a intérprete e deixa bem claro que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, desde o início, queria falar inglês e não português, só o fazendo para cumprir o protocolo. A notícia também deixa bem clara a complexidade das frases utilizadas pelo Presidente. Não há dúvidas de que a situação era de interpretação intermitente, pois as unidades de tradução parecem ter sido as frases, o que em si já dificulta o trabalho do intérprete, por falta de um contexto um pouco maior, que o intérprete pode controlar, ao escolher as unidades de tradução. O fato de a intérprete pedir ao Presidente que

---

[67] Transcrito de "Cabine 1", nº 46, dezembro de 1997. Segue a tradução:
O presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, repreendeu hoje uma tradutora que não conseguiu verter do português para o inglês uma frase pronunciada pelo político durante a abertura da VI Conferência da Academia de Ciências do Terceiro Mundo e decidiu terminar seu discurso em inglês.
"Vamos falar em inglês então", manifestou-se, irritado, o presidente quando a tradutora pediu-lhe que repetisse uma longa frase de seu discurso, que não havia compreendido bem e, de fato, passou a falar na língua de Shakespeare.
Desde o começo da cerimônia de abertura, Cardoso [...] parecia incomodado por ter de falar em sua língua materna diante de um auditório composto, em grande parte, por cientistas estrangeiros.
Ao começar seu discurso, Cardoso se dirigiu aos presentes em inglês, para dizer que, como presidente do Brasil, não podia utilizar uma língua estrangeira em atos oficiais no País [...] mas mudou de ideia.
A primeira indicação de que o presidente não estava satisfeito com o trabalho da tradutora surgiu quando a mulher traduziu o inglês, com dificuldade, uma frase complicada do discurso e Cardoso chamou-lhe a atenção, dizendo "não foi isso que eu disse".
Minutos depois, quando a desconcertada tradutora lhe pediu que repetisse outra frase igualmente complicada, o presidente decidiu abandonar o português e terminar sua intervenão em inglês. [...]

repetisse uma frase e o fato de ele fazer comentários sobre o que teria ou não dito também mostra, com certeza, que a intérprete não trabalhava em simultânea, a partir de uma cabine, o que evitaria grande parte do incidente, uma vez que a interferência do orador principal se torna quase impossível. Como de hábito nesse tipo de notícia, não se sabe quem era a intérprete, qual o seu nível de profissionalismo, nem se houve mesmo erro ou, mais uma vez, se tudo foi uma questão de escolha lexical diferente, por parte dela, da escolha que teria sido feita pelo orador principal. A notícia deixa transparecer, no entanto, que o Presidente estava incomodado com o fato de não poder se expressar em inglês, ainda que dificilmente os cientistas do terceiro mundo, que compunham grande parte da plateia, devessem ser falantes natos desse idioma.

Algumas vezes, há matérias informativas a respeito da profissão, que não tratam de uma situação específica de interpretação, como a publicado pela *Gazeta Mercantil* de 29 de março de 2000. No artigo, o jornal entrevista a então presidente da APIC, Maria Clara Forbes Kneese, e dá informações corretas a respeito da profissão, do período de trabalho do intérprete e da cobrança de honorários pelas seis horas indivisíveis, como já mencionado anteriormente. Fala também da APIC, da forma de admissão de associados e menciona o curso da Associação Alumni, em São Paulo (Cf. FONTOURA, 2000). De semelhante teor é a matéria publicada pelo jornal *Valor*, no ano seguinte. Embora o artigo foque apenas a interpretação e entreviste a presidente da APIC na época, Amy Herszenhorn, e explique o funcionamento da profissão de intérprete e da APIC, a chamada de abertura da matéria menciona “a rentável carreira de tradutor e intérprete”, mais uma vez confundindo as duas profissões, aparentemente desconsiderando o fato de que a profissão de tradutor não é assim tão “rentável” quanto a de intérprete, como o artigo parece querer salientar (Cf. LIPPI, 2001).

Um fator que desencadeou interesse momentâneo do público brasileiro em geral pela profissão de intérprete foi o lançamento do filme *A Intérprete*, do diretor Sidney Pollack, com Nicole Kidman no papel da intérprete do título, em 2005. O jornal *O Estado de São Paulo*, aproveitando o interesse, publicou uma matéria sobre a profissão, no caderno *Empregos*. Após apresentar um resumo do enredo do filme, a matéria faz uma

apresentação geral da profissão, em que entrevista Suzana Mizne, na época a presidente da APIC. Apresenta foto de Mizne diante de sua coleção de máscaras africanas em sua casa, hábito que coincide com o da personagem de Nicole Kidman no filme mencionado (Cf. ALVES, 2005).

Ainda aproveitando o interesse pelo filme com Nicole Kidman, a revista *Língua Portuguesa* também apresentou matéria sobre a profissão, ilustrando-a com foto da atriz Nicole Kidman em cena do filme. Infelizmente, a matéria apresenta inúmeros equívocos sobre a profissão de intérprete, utilizando como fonte de informação o SINTRA (Sindicato Nacional de Tradutores) e a Abrates (Associação Nacional de Tradutores) e fazendo grande confusão entre o trabalho do tradutor e do intérprete e informando que "a regulamentação é bandeira da categoria", o que não poderia estar mais longe da verdade, no que tange aos intérpretes. Menciona ainda o credenciamento anual da Abrates, que na época só englobava tradução, e não interpretação. De fato, a Abrates só realizou exame para credenciamento de intérpretes uma vez, no final de 2008, no qual o autor da presente pesquisa foi convidado a presidir a banca e não se sabe se o programa terá continuidade. Cita ainda que o SINTRA conta com 800 associados, sem mencionar que se tratam, basicamente, de tradutores e não de intérpretes. Na área da interpretação, cita o intérprete Ayrton Farias, inclusive com foto, e menciona que ele é chamado de "'Professor' Ayrton, como é conhecido no meio" (ALCÂNTARA, 2007, P. 32). Farias atua basicamente em Recife e outras áreas do Nordeste do Brasil e está longe de ser "conhecido no meio", como informa a reportagem. A matéria concentra a maior parte das informações sobre interpretação em Ewandro Magalhães Jr., profissional bastante controvertido entre os demais no Brasil, como já mencionado, e, coincidentemente, amigo de Farias. Ainda segundo Farias, os intérpretes "em geral começam como professores de idiomas e, consequência natural, se dedicam à tradução até atuarem em interpretação simultânea" (op. cita, p. 29), uma afirmativa, no mínimo, bastante equivocada. Ao se fazer um levantamento dos intérpretes atuantes no mercado brasileiro, é bastante comum observar-se as diferentes origens profissionais, fato inclusive citado na matéria do jornal *Valor,* mencionada acima, que informa: "A maioria dessas pessoas [associados da APIC] veio de outra profissão. Há médicos, advogados, veterinários, psicólogos e vários outros profissionais

liberais [...]". A matéria do jornal *O Estado de São Paulo* começa, por exemplo, mencionando a intérprete Irina Zablith, também membro da APIC, salientanto que ela "migrou para a carreira de intérprete" a partir da de veterinária. De fato, nenhum dos intérpretes que prestaram depoimentos para a presente pesquisa começou sua carreira como professor de línguas. O segundo equívoco da citação de Farias supra-mencionada é de que o professor de línguas por "consequência natural" se dedica à tradução e depois chegam à interpretação. Não só poucos são os tradutores que se tornam intérpretes, como também não parece ser fato que os professores de língua, "consequentemente", se tornem tradutores. Não se encontrou qualquer pesquisa indicando essa sequência na carreira. A matéria ignora totalmente a APIC e a AIIC, as duas associações de classe que congregam o maior número de profissionais no Brasil. Caso tivesse contactado representantes das duas associações, o jornalista teria descoberto, por exemplo, que a regulamentação não "é a bandeira da categoria", nem nunca foi, e que a maior parte dos intérpretes não começou a carreira como professor de línguas.

Por ser um "trabalho discreto e muito diplomático", como indica o título da matéria de *O Estado de São Paulo* mencionada acima, e por ser um trabalho fundamentalmente de equipe, é muito raro que um intérprete individual ganhe destaque nos meios de comunicação, uma vez que sua atuação procura ser sempre bastante invisível. Duas exceções na mídia brasileira foram Elisabete Hart (Maria Elisabete Figueiredo Hart), profissional que começou em São Paulo e depois mudou-se para o Rio e foi, segundo Jacqueline Branco, uma das fundadoras da APIC, um elo importante entre os intérpretes do Rio e de São Paulo (cf. BRANCO, 2008). Ficou conhecida por interpretar, ao longo das décadas de 80 e 90, a cerimônia de entrega do Oscar. Seu falecimento, em 29 de outubro de 2007, foi anunciado no Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão com o seguinte texto:

> Morreu hoje, no Rio de Janeiro, a tradutora e intérprete Elisabete Hart. Para milhões de telespectadores brasileiros, o rosto de Bete Hart não era conhecido, mas, para o público, é difícil imaginar transmissões internacionais sem sua voz.
>
> A estréia dela, na Globo, foi em 1981 traduzindo simultaneamente a transmissão do casamento da princesa Diana e do príncipe Charles e, desde

> então, seus trabalhos foram muitos e muito variados, como a Guerra do Golfo, dez anos depois, e as tantas cerimônias de entrega do Oscar, sempre com elegância e precisão nas traduções.
>
> Elisabete Hart tinha 64 anos. Na madrugada desta segunda-feira, perdeu as forças com que resistiu a um câncer por 11 anos. O corpo foi enterrado, no fim da tarde, no cemitério São João Batista.[68]

Seu falecimento foi noticiado também pela *Folha de São Paulo* e pelo jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro. Segundo a Folha de São Paulo, "a intérprete virou sinônimo de evento na televisão brasileira" (VIEIRA, 2007).

Nos últimos anos, os meios de comunicação vem dado destaque a Sérgio Xavier Ferreira, conhecido com "o intérprete do Presidente Lula". Ele é mencionado na mesma matéria do jornal O Estado de São Paulo mencionada acima (ALVES, 2005), em coluna independente com o subtítulo "O Presidente Lula dá muito trabalho?". Em 2006, foi mencionado pela IstoÉ - Dinheiro "online" (SAMBRANA, 2006). Ganhou destaque individual no jornal O Estado de São Paulo, mais uma vez, em 4 de abril de 2009 (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009) e, finalmente, uma reportagem de duas páginas na revista IstoÉ de 24 de junho de 2009 (SEQUEIRA, 2009). Como elo comum em todas as matérias, destacam-se elementos comuns da carreira de um intérprete, como a eterna confusão entre o papel do tradutor e o do intérprete, bem como sigilo profissional, que faz parte do Código de Ética da APIC, já discutido anteriormente neste capítulo. Como intérprete profissional e membro da APIC, nada mais óbvio que o intérprete mantenha sigilo das reuniões das quais participa. Ainda são, tal fato parece chamar a atenção dos jornalistas. "Todos tentam arrancar do tradutor *[sic]* algum segredo de Estado. Mas, sempre discreto e fiel aos princípios da profissão, sorri e desconversa. Quando pressionado, cala-se" (SEQUEIRA, 2009, p. 42). Diz Sambrana (2006): "Sabem tudo o que se passa nas conversas confidenciais e presenciam momentos históricos. Para que as informações dessas reuniões não vazem, são obrigados a assinar um contrato de confidencialidade". A matéria sem autor de O

---

68 Citado em <http://vivendo-e-traduzindo.blogspot,com.2007/10/morre-tradutora>, acesso em 16 mai 2008.

Estado de São Paulo (2009) também faz menção ao fato: “Discreto, o intérprete é visto no Planalto como uma espécie de confessor — nem mesmo os assessores de Lula extraem trechos de conversas privadas que o intérprete mantém com outros líderes”.

Figura 21: Presidente Obama e Presidente Lula, tendo ao fundo o intérprete Sérgio Xavier Ferreira.
(www.bonato.cc. Acesso em 15.out.2010.)

As matérias mencionam também outros pontos corriqueiros para intérpretes profissionais, como se fossem uma coisa incomum: “[...] valendo-se de dois microfones [sic], Ferreira fez a tradução simultânea da entrevista de Lula ao jornalista [...] ‘A tradução agora se dá em tempo real’, disse um colaborador”. O que há de fantástico para um intérprete experiente, cuja carreira teve início em 1973, em fazer uma interpretação simultânea? O mesmo colaborador da equipe presidencial explica: “Ele acabou com as versões consecutivas, que eram muito demoradas [...]”, sem aparentemente se dar conta que tal fato já foi constatado desde os anos 40, a partir do Julgamento de Nuremberg, como se explica em capítulo anterior do presente trabalho.

As matérias também procuram sempre ressaltar que Ferreira foi capaz de traduzir determinada expressão “que não existe em inglês”, insistindo-se na crença de que o ato tradutório consiste em conhecer equivalências prévias existentes e reproduzi-las quando necessário. A matéria de Alves (2005) menciona que o Presidente “Lula disse que o País estava de baixo astral”. Segundo explica a jornalista, Ferreira teria explicado que a expressão “não existe em inglês” e então “ele (Ferreira) disse que o Brasil estava em uma fase de ‘bad vibes’”. Coisa bastante corriqueira para um intérprete profissional!

Sequeira (2009) menciona que “quando [...] Barack Obama chamou Lula de ‘o cara’ [...] coube a ele (Ferreira) traduzir a gíria americana. Em primeiro lugar, a “gíria americana” não é “o cara” — a expressão usada por Obama foi “this is my man”. Foi Ferreira quem, supostamente, escolheu a equivalência e usou “o cara”, que a imprensa brasileira

adotou como a expressão usada por Obama. Nada mais natural para um intérprete que uma expressão utilizada por ele passe a figurar como a usada pelo principal (falante original). Isso mostra o quanto o intérprete assume, de fato, a personalidade da pessoa a quem interpreta. O mesmo jornalista menciona ainda que "o conhecimento profundo do sindicalismo ajuda Xavier a traduzir expressões como 'rank and file' para designar a massa dos trabalhadores [...]". Mais uma vez, o jornalista reflete a crença generalizada de que o intérprete tem que ser alguém com as mesmas afinidades de seu principal. Não só não é preciso grande conhecimento de sindicalismo para traduzir "rank and file", mas tal raciocínio é o mesmo da crença de alguns de que é necessário ser médico para traduzir um médico, advogado para traduzir um advogado, e assim por diante. Se assim o fosse, não existiriam de fato os intérpretes e os tradutores profissionais. Em princípio, qualquer intérprete profissional sabe se preparar para os assuntos que enfrentará em um evento e sabe se familiarizar com o jargão da área em que vai atuar. Encontrar equivalências para expressões do dia-a-dia nada mais é do que o cotidiano de qualquer intérprete, assim como o de qualquer tradutor de textos escritos. A imprensa brasileira parece ainda ter a imagem da interpretação como arte, comum nos inícios da profissão e que começa a se desfazer com o desenvolvimento da profissão a partir dos anos 50, como já mencionado anteriormente neste trabalho.

Possivelmente, dentre as reportagens sobre a profissão de intérprete já publicadas na imprensa brasileira, a mais bem pesquisada foi a da revista Piauí de setembro de 2009, sob o título *Fina Sintonia* (HARAZIM, 2009). Embora também se estenda razoavelmente sobre os intérpretes do Presidente Lula, ela não se detém aí. A jornalista responsável entrevistou diversos intérpretes bastante atuantes no Brasil, vários deles membros da APIC e da AIIC, no Rio, em São Paulo e em Brasília. A jornalista focaliza bastante bem a questão do sigilo profissional, o que sempre acaba atraindo o interesse da mídia, e enfoca também questões internacionais da profissão. É pena ter cometido alguns equívocos históricos a respeito do sempre presente Julgamento de Nuremberg, afirmando, por exemplo, que Goering foi enforcado e dando a entender que os intérpretes simultâneos que atuaram nas diversas sessões do Julgamento também faziam as traduções escritas e ficaram isolados num castelo da Baviera (que a jornalista chama de Bavária), citando Peter Less. Embora não indique suas fontes, fica bastante

claro pelas informações contidas na reportagem, que a jornalista se serviu do artigo de Geese (2005), disponível no site da AIIC e já citado neste trabalho, repetindo os diversos equívocos já apontados anteriormente neste trabalho. Ainda assim, a reportagem dá um panorama bastante preciso da situação brasileira, embora não focalize, em momento algum, a questão da formação de intérpretes, corroborando, mais uma vez, a imagem da interpretação como arte, mencionada no parágrafo anterior.

5.7 Intérpretes fora do eixo Rio-São Paulo

Em seus primórdios no Brasil, qualquer evento que utilizasse a interpretação simultânea, dependeria dos intérpretes sediados no Rio de Janeiro, como já mencionado anteriormente neste trabalho. Posteriormente, começa a se desenvolver um mercado em São Paulo, e com isso aparecem os primeiros intérpretes na capital paulista, levando à criação da APIC, em 1971, como também já mencionado. Hoje em dia, porém, há intérpretes em grande parte das grandes cidades brasileiras. Como se trata de ambiente de trabalho totalmente *freelance*, como mencionado diversas vezes neste trabalho, não é possível obter uma estatística exata. Além disso, grande parte dos intérpretes atuantes em diversas cidades não pertence à APIC ou a AIIC.

Uma das cidades que, por razões óbvias, parece congregar o maior número de intérpretes é a capital do País, Brasília. No entanto, apenas três são membros da AIIC e sete da APIC. Dentre os sete membros da APIC, um também o é da AIIC e um outro é "membro credenciado", o que significa que foi aprovado no exame realizado em 2008, mas ainda não parece ter os 50 dias necessários para ser "membro candidato".[69] No entanto, como se verá nos comentários da próxima seção deste capítulo, parece haver um número muito maior de intérpretes na Capital Federal. No III Congresso Internacional de Tradução e Interpretação da Abrates[70], em mesa-redonda sobre credenciamento de tradutores e de intérpretes, da qual o autor deste trabalho fez parte, havia um grande número de intérpretes de Brasília, que reclamavam de a ABRATES

69 Informações consultadas nos sites das respectivas organizações, <aiic.net e apic.org.br> em 16 jul. 2010.

70 '19 a 21 de março de 2010, em Porto Alegre.

não ter promovido outros exames de credenciamento, como o de dezembro de 2008, mencionado neste trabalho. Observou-se que uma expressiva quantidade de intérpretes jovens buscam a alternativa do credenciamento da ABRATES, a fim de algum vínculo associativo que corroborasse seu comprometimento profissional. (Ver também as observações do "Intérprete C" na próxima seção deste capítulo, a respeito da situação em Brasília). Não há dúvida de que o mercado de Brasília e da região, com toda a demanda de órgãos públicos, embaixadas e consequentes eventos atraídos por essas instituições, não pode ser atendido por somente nove intérpretes, que é o total dentre associados à AIIC e APIC, organização às quais cujo acesso não é fácil, a um iniciante na carreira. Sendo assim, vários outros buscam algum reconhecimento profissional por meio da ABRATES ou simplesmente atuam sem qualquer credencial, uma vez que o mercado é totalmente livre e que muitos contratantes se interessam mais pela questão do preço do que por qualquer outro elemento.

Outra cidade brasileira com um expressivo mercado e, consequentemente, com um razoável número de intérpretes é Porto Alegre. Essa cidade é a única cidade brasileira fora do chamado eixo Rio-São Paulo que já sediou verdadeiros cursos de formação de intérpretes, na PUC e na UFRGS, como se discutirá no próximo capítulo. A intérprete pioneira da região parece ser Hedy Hofmann, conhecida e reconhecida por todos os colegas da região. Hofmann (2008) foi a única intérprete da região a ser membro da APIC e, possivelmente, uma das primeiras associadas fora de São Paulo. Diz ela: "Eu era número 18 da APIC, e a associação começou com oito pessoas. A ordem era a título de antiguidade, eu pagava os 18 centavos para saber que era eu que tinha pagado." (Hofmann, 2008). Hofmann foi, sem dúvida, o principal elemento no curso de formação da intérpretes da UFRGS e parte de sua trajetória será narrada no próximo capítulo, junto à do curso da UFRGS, uma vez que são partes inseparáveis. Quanto ao seu início profissional como intérprete fora da Universidade, conta ela:

> Eu trabalhei com elas [membros da APIC] pela primeira vez em 1978 em um Congresso Brasileiro de Cardiologia, aqui em Porto Alegre, estava eu e o Shink. E depois no Congresso Mundial do Mercado Católico, com a Ingrid [Orglmeister]. Trabalhei com varias delas, com a Susy [Suzana Mizne] em outros congressos. Eu, a Cristina [Von Ostenberg] e o Shink nos revezávamos, por cinco dias. Em 1979 teve um Congresso de Odontologia, e eu e a Cristina

> estavamos em uma das duas salas. E eu não me lembro quem estava na outra, na época eu conhecia bastante gente já. Só me lembro que estava doente e quase não conseguia falar, mas eu precisava fazer por questões de preço e porque ja contavam comigo.
>
> Em 1975 eu trabalhei com a equipe mista da Alemanha, mas eu já estava trabalhando em alemão antes, e quando entrei na cabine para trabalhar, eu não conseguia abrir a boca para falar e o [nome em alemão] me tirou da cabine, não me deixou nem abrir a boca, eu falava de e para alemao e isso me tirou a coragem de fazer trabalho pra alemão. (Hofmann, 2008)

Hofmann desligou-se da associação recentemente, por desentendimentos de natureza administrativa, cujos detalhes a depoente pede que sejam mantidos em caráter confidencial. (comunicação verbal). Sua saída é lamentada, por exemplo, por Mizne (2008) em seu depoimento, que qualifica tal fato como “uma perda para nós”.

Segundo vários depoentes de Porto Alegre (Hofmann, Von Ostenberg, Domingues, Giosa - todos 2008), há um mercado bastante expressivo na região, devido ao grande número de indústrias e feiras. Além disso, os intérpretes de Porto Alegre costumam trabalhar em eventos nos outros estados do Sul e, em alguns casos, em outras regiões do Brasil. Von Ostenberg (2008), por exemplo, por ser médica e atuar muito em eventos dessa área, costuma ser chamada por colegas de todo o Brasil. Começou muito cedo em sua carreira, pois sua mãe foi professora de interpretação de alemão no curso pioneiro da PUC de Porto Alegre, que antecedeu o da UFRGS. Teve, desde sempre, carreira dupla como intérprete e como médica (psiquiatra) e atua nas duas áreas até hoje. Como é muito comum na interpretação, a carreira de Von Ostenberg começou por acaso. Conta ela:

> Eu sou médica. Estava na faculdade de Medicina, o primeiro ano eu achei uma chatice; primeiro ano é muita novidade, anatomia até que era divertido. Segundo ano é muito chato, matérias muito aborrecidas, a gente já ta louca pra ter um paciente com uma doença, alguma pessoa, alguma coisa.
>
> De louca, tinha um congresso de curtumes em Porto Alegre. Eu não tinha a menor ideia de o que era curtume em 1972, e ai alguém falou para a minha

> mãe. A minha mãe disse que achava que eu tinha jeito com isso, que eu ia me dar bem. Ela estava na cabine de alemão e disse que eu iria pra cabine de inglês. Eu nunca tinha feito uma tradução na vida, nem escrita, nem nunca tinha me passado. Me mandaram os textos, estudei, já sabia de cor, me mandaram com um mês de antecedência. Não sabia o que faria se o cara fugisse muito, mas pelo menos eu já sabia o vocabulário e nunca fui tímida, assim só em coisas pessoais, mas aparecer em público e falar coisa teórica, não era nada pessoal. Ai tu imaginas o sucesso, aquele monte de homem e uma guriazinha de 18 anos. Foi o maior sucesso, eu sabia tudo. A minha mãe disse que eu tinha chance e ai eu fui, Não tinha mais ninguém.
>
> Ai eu disse: gostei de fazer isso, acho que gostei de ser interprete; tinha gostado de ganhar o dinheiro, na época eram 100 dólares, mas em 72, era dinheiro. Na época eu era estudante, achei muito mais interessante. Ai cheguei em casa e disse: mudei de ideia, Medicina é uma chatice, isso é muito mais interessante, vou largar a medicina e vou fazer Letras tradutor-intérprete. Minha mãe queria se suicidar porque que horror porque ela tinha me deixado ir naquele treco, fez o maior drama na época, que como eu iria fazer Letras e largar a Medicina. Minha mãe dava aula de tradutor-intérprete na PUC na época, esse curso existiu antes do curso da Federal, foi o primeiro e depois acabou. [...] Minha mãe trabalhava la, e o diretor na época era o irmão Liberato. Aí ela me carregou para o diretor e ele me convenceu a fazer as duas faculdades ao mesmo tempo, me convenceu que se eu não quisesse fazer a Medicina, depois ela pelo menos me ajudaria na área da interpretação, que não era de ser jogar fora. Me convenceu, e com todo drama, eu fui fazer as duas, e como eu tinha o diploma de alemão eu não fazia as aulas de línguas, eu tinha o Michigan e o Cambridge e tinha dispensa sempre, só ia quando podia e fazia as provas.

Outro intérprete muito atuante em todo o Brasil e que reside em Porto Alegre é Peter Naumann, já citado mais de uma vez neste capítulo, na questão do Fórum Social Mundial. Será citado a seguir, também, na próxima seção. Naumann (2008) relata o início de sua trajetória, semelhante, em diversos pontos, a de outros intérpetes:

> [...] me tornei intérprete em 1979, aos 29 anos, depois de ter sido educado para ser concertista (pianista: solista, camerista e acompanhante de cantores de *Lieder*; fiz tudo, não fui especialista), ter freqüentado um ginásio de letras clássicas, ter estudado paralelamente Letras (um curso muito ruim, mas sempre li muito) e ter estudado cinco anos na Europa, onde me voltei cada vez mais

> para a história e estudei paralelamente Filosofia e Ciências Sociais. [...] Excetuado o trabalho para o Instituto Goethe, quando o Goethe ainda tinha mais dinheiro, para duas universidades locais, a UFRGS e a PUC-RS, e para o Consulado da Alemanha, quando políticos alemães vinham a [Porto Alegre], nos últimos anos trabalho cada vez menos em Porto Alegre. De certa forma, nunca me considerei portoalegrense. Apenas nasci aqui e vivo aqui porque a qualidade de vida é melhor. Quando virei intérprete em 1979, passei a viajar como nunca antes na vida, precisamente por causa do meu domicílio periférico. Toda a minha carreira foi feita mais no centro do país, entre SP, Rio e Brasília e no exterior (Europa). Trabalhei muito no Nordeste, quando ele ainda não era um faroeste em matéria de interpretação, igualmente muito no Norte do país.

Naumann, considerado por todos que o mencionam como um dos melhores intérpretes de alemão existentes no Brasil, não tem, assim como tantos outros também, formação específica em interpretação, mas sim sólida formação humanística e atua como intérprete principalmente em áreas relacionadas à história, à filosofia e à política. É interessante, ainda, observar sua referência ao Nordeste, em termos de trabalho de interpretação, onde trabalhava "quando ele ainda não era um faroeste em matéria de interpretação".

A situação da interpretação no Norte e no Nordeste do Brasil parece ser bem mais desorganizada do que no Sudeste e no Sul. Em sua apresentação no painel a respeito de mercados regionais brasileiros no III Congresso Internacional de Tradução e Interpretação da Abrates, já mencionado acima, Ayrton Farias (FARIAS, 2010), sem indicar sua fontes, apresentou uma tabela com os seguintes números de intérpretes em diversos estados do Nordeste: Maranhão, 3; Ceará, 10; Paraíba, 1; Pernambuco, 20; Alagoas, 2; Sergipe, 1; Bahia, 25. Segundo ele, não há uma política de preços, que são cobrados de maneira aleatória, gerando uma confusão no mercado, que é dominado por empresas intermediárias, situação que parece se espalhar por todo o País e que desagrada bastante a quase todos os intérpretes, como já mencionado neste trabalho. Farias menciona, ainda, que o "ambiente de negócios [do Nordeste] é geograficamente discriminado", sem explicar bem o que isso pode significar. Imagina-se que se refira às tarifas pagas aos intérpretes. É um mercado que mereceria um estudo separado, pois

é bastante novo, se comparado ao Sul e Sudeste, e onde os preços praticados são realmente inferiores. Caberia, ainda, analisar a qualidade do desempenho profissional dos intérpretes que nele atuam, uma vez que dificilmente trabalham no Rio, em São Paulo ou em Porto Alegre. No mercado de Brasília, vários são conhecidos por trabalharem bem abaixo das tarifas dos demais e acabam atendendo a clientes que querem pagar bem menos, o que acaba compensando as despesas de deslocamento. Segundo Mello (2007) em seu depoimento, ao se referir a um agenciador de intérpretes do Nordeste:

> Olha, você pode ter conhecido assim o cangaceiro da interpretação — sem entrar em detalhes — depois nesses eventos em Brasília, ele levava o grupo dele, todo mundo ia junto e ele alugava assim, um apartamento de temporada, por uns dias, e todo mundo ficava embolado lá, dormia lá e etc. e depois voltavam etc...

Realmente, não são condições aceitas normalmente pelos intérpretes razoavelmente estabelecidos. Não se sabe, obviamente, qual a qualidade da interpretação realizada nessas condições. A questão de qualidade da interpretação no Brasil, de fato, exigiria todo um estudo separado, pois foge ao escopo deste trabalho.

O mercado do Norte do Brasil parece ser ainda mais incipiente. Dulcet (2010), no mesmo painel a respeito de mercados regionais brasileiros no III Congresso Internacional de Tradução e Interpretação da Abrates, já mencionado acima, deixa claro que o mercado de interpretação do Norte do Brasil se foca mais na interpretação de acompanhamento, inclusive com *bidule*. A temática é, em grande parte das vezes, questões ambientais. Um grande evento na região foi o Fórum Social Mundial de 2009, mas a interpretação de conferências, em si, foi realizada por intérpretes de São Paulo e do Rio.

Cumpre mencionar, ainda, que nem a AIIC, nem a APIC, possuem qualquer associado no Norte ou no Nordeste do Brasil e que quando há grandes eventos internacionais

nessas regiões, é comum contratarem-se intérpretes do Rio e de São Paulo, basicamente, como já mencionado anteriormente.

Capítulo 6

A Formação de Intérpretes no Brasil

6.1 O panorama internacional

Falando em Veneza, em 1977, num dos primeiros eventos internacionais tendo como tema, exclusivamente, a interpretação de conferências[71], Jean Herbert, o mais antigo intérprete em atividade na ocasião, disse:

> [...] on account of the amazing proliferation of multilingual meetings throughout the world, the number of trained conference interpreters required now probably increased a thousand times what it was needed in 1919. Fortunately, a number of excellent schools, particularly in universities, can now supply them, and it can no longer be said, as was formerly admitted, than an interpreter is born, not made (Herbert, 1978, p. 9).[72]

Dentre as "excelentes escolas" mencionadas acima por Herbert, a primeira dedicada especificamente à formação de intérpretes de conferência surgiu em 1941, em Genebra, criada por Antoine Velleman, intérprete da Liga das Nações (BOWEN e BOWEN, 1984) e só viria a formar tradutores a partir de 1971. Outros seguiram, após a Segunda Guerra Mundial: uma escola de interpretação sob o patrocínio da HEC (École de Hautes Etudes Commerciales), no ano de 1948, em Paris, na qual Danica Seleskovitch — que viria revolucionar o ensino de interpretação a partir da década de 60 — foi aluna de Marie-France Skuncke, formada por Genebra e também uma das intérpretes de Nuremberg, escola essa encerrada no início dos anos 70 (WIDLUND-FANTINI, 2007); a *Division of Translation and Interpretation*, na Universidade de Georgetown (1949), como parte do *Institute of Languages and Linguistics of the School of Foreign Service*, dirigido por Leon Dostert, sendo que a formação de intérpretes

---

71 Conhecido como "NATO Venice Symposium".

72 [...] devido ao incrível crescimento da quantidade de reuniões multilíngues em todo o mundo, o número exigido de intérpretes de conferência com formação provavelmente aumentou mil vezes em relação a 1919. Felizmente, uma quantidade de excelentes escolas, especialmente em universidades, é capaz de fornecê-los, e já não se pode mais dizer, como se admitia anteriormente, que um intérprete já nasce intérprete.

estava sob a direção de Stefan Horn, um dos intérpretes de Nuremberg, que viria a ser encerrada em 2003. Em meados da década de 50, surgiram o Institut für Übersetzen und Dolmetschen em Heidelberg — originalmente fundado em Mannheim em 1930 para o ensino de tradução e interpretação comercial, de acordo com Pöchhacker (2004) — e a ESIT (École Supérieure d'Interprètes et de Traducteurs), criada inicialmente como escola particular, e incorporada à Sorbonne em 1957, com o nome atual, sob a direção de Maurice Gravier, que foi sucedido em 1980 por Danica Seleskovitch. Em 1968, um curso de formação de intérpretes foi criado em Londres por Patricia Longley — cuja carreira se iniciara ainda na Liga das Nações e continuou na UNESCO —, na Polytechnic of Central London, atualmente University of Westminster. Esse curso, segundo Mackintosh (1999), tinha como objetivo precípuo em seu início a formação de intérpretes de russo para inglês, a fim de atender às necessidades da ONU. No ano seguinte, 1969, foi criado o curso do Monterey Institute of Foreign Studies — atualmente denominado Monterey Institute of International Studies (Cf. Mackintosh, 1999), na Califórnia, o único curso específico de formação de intérpretes de conferência nos Estados Unidos, além do oferecido por Georgetown, na época.

Existem (ou existiram) muitos outros programas de formação de intérpretes, majoritariamente na Europa, como em Viena, em Munich, em Zurich, em Bruxelas, Antuérpia e Mons, na Bélgica, e o ISIT — Institute Catholique de Paris, entre outros. O principal programa do Canadá está na Universidade de Ottawa, a capital do país. Não é objeto do presente estudo traçar uma panorâmica dos cursos de interpretação no mundo. O quadro acima é apresentado apenas para contextualizar a situação brasileira. Basicamente, todos os cursos supramencionados seguem até hoje, em grande parte, a recomendação da AIIC, inicialmente em 1959, de que fossem oferecidos em nível de pós-graduação e muitos fazem parte de um consórcio europeu chamado *European Master in Conference Interpreting*[73].

É importante compreender aqui que os programas denominados "pós-graduação" e/ou "mestrado" são assim denominados por exigirem que seus candidatos já tenham um

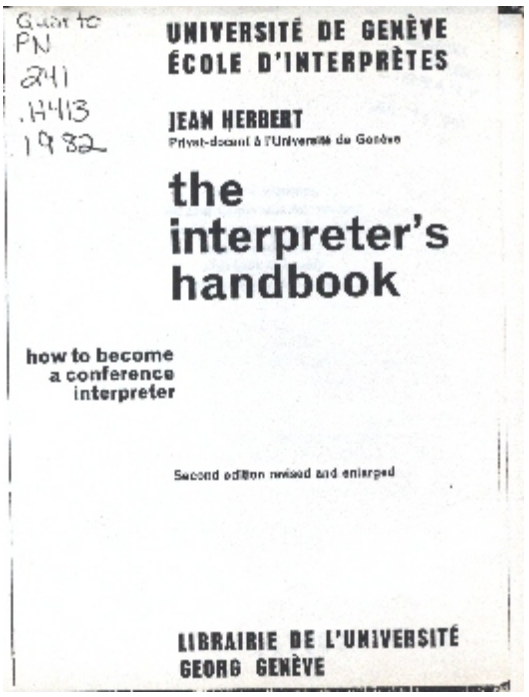
[73] O website do programa encontra-se no endereço <www.emcinterpreting.org>.

curso de graduação em qualquer área (ou uma *licence*, na França, que compreende seis semestres após a conclusão do ensino médio, muitas vezes mencionada como *Bac+3*). São todos cursos voltados à prática e não à pesquisa, como pode fazer supor a nomenclatura adotada, se considerada a prática brasileira na pós-graduação. Seriam, em termos comparativos, cursos equivalentes a um mestrado profissional, modalidade introduzida no sistema educacional brasileiro em 1998. O primeiro programa voltado de fato à pesquisa, em nível doutoramento, foi implantado na ESIT, em 1974, por Seleskovitch, dando impulso ao início sistemático da reflexão acadêmica na área de Estudos da Interpretação (Cf. LEDERER, 1998). Até então, as pesquisas na área tinham sido esporádicas e com os mais variados *locus*, uma vez que as instituições mencionadas acima só se ocupavam da formação prática de intérpretes, sem desenvolver pesquisas acadêmicas. Em 1998, o ETI, da Universidade de Genebra, passou também a oferecer a possibilidade de um doutoramento em interpretação.

6.2 A questão da bibliografia para o ensino de interpretação

Ao contrário do que acontece no ensino de línguas, o ensino de interpretação não dispõe de materiais publicados que propiciem um curso pronto, com livro do aluno, livro do professor, fitas ou CDs, como exitem em abundância para os cursos de línguas estrangeiras. A reflexão teórica mais ampla sobre a questão só veio a ganhar ímpeto a partir do “NATO Venice Symposium”, já mencionado. Isso não significa, porém, que não haja algumas obras anteriores, além de simpósios e colóquios, que começam a ser realizar a partir de 1965, com o encontro realizado pela AIIC, denominado “Colloque sur l’enseignement de l’interprétation”, repetindo-se em 1970, 1974, 1974, 1976, 1977, e daí por diante, sempre para discutir questões relacionadas ao ensino de interpretação (MACKINTOSH, 1995).

A primeira obra a respeito da formação de intérpretes foi escrita por Jean Herbert, intérprete pioneiro, já mencionado anteriormente, em 1952, em duas edições concomitantes: uma em francês — *Manuel de l’Interprète* — e outra em inglês — *The Interpreter’s Handbook: How to Become a Conference Interpreter* (HERBERT, 1952a


UNIVERSITÉ DE GENÈVE
ÉCOLE D'INTERPRÈTES

JEAN HERBERT
Privat-docent à l'Université de Genève

the interpreter's handbook

how to become a conference interpreter

Second edition revised and enlarged

LIBRAIRIE DE L'UNIVERSITÉ
GEORG GENÈVE

Figura 22: facsímile da folha de rosto da edição em i nglês do livro pioneiro de Herbert (digitalizado pelo autor.)

e 1952b). O livro de Herbert trata, basicamente, da interpretação consecutiva, com uma breve menção à simultânea, e ainda assim para criticá-la, ferrenho defensor que era da consecutiva, ao dizer: "The average quality allowed by simultaneous interpretation is far below that allowed by consecutive interpretation [...]".[74] E no parágrafo seguinte, introduz seus 13 conselhos para a interpretação simultânea, afirmando: "Comparatively little advice can be given on the technique of transfer which is peculiar to simultaneous interpretation."[75] No todo, com exceção de cerca de quatro páginas (pp. 29-32) dedicadas à interpretação simultânea, o restante do livro se ocupa de conselhos e informações relacionados com a interpretação consecutiva e outras questões relacionadas à profissão em si, como a confidencialidade e o comportamento do intérprete no ambiente das conferências internacionais.

Em 1959, foi publicado mais um livro a respeito do ensino de interpretação, também por um professor da "Escola de Genebra", Jean-François Rozan, intitulado *La Prise de Notes en Interprétation Consécutive*[76]. Como seu título deixa bem claro, o livro se concentra em ensinar um sistema de notas para a interpretação consecutiva. Na introdução ao livro, o autor explica seu propósito:

> Jean Herbert, dans son Manuel de l'Interprète, a dit tout ce qu'il y avait à dire sur le rôle, la mission, les qualités de l'interprète. Il a tracé les grandes lignes techniques du métier.
>
> Le but de ce cahier est plus limité. J'ai voulu présenter un système de prise de notes facile à assimiler pour tous, quelles que soient les langues dan lesquelles

---

74 A qualidade média possibilitada pela interpretação simultânea fica bem abaixo da que possibilita a interpretação consecutiva.

75 Em comparação [com a consecutiva] há poucos conselhos que se podem dar a respeito da técnica de transferência que caracteriza a interpretação simultânea."

76 A Tomada de Notas na Interpretação Consecutiva

ils auront à travailler (ROZEN, 1959, p.9).[77]

É exatamente o que faz: apresenta sete princípios básicos das notas na interpretação consecutiva, apresenta uma sugestão um tanto complexa de símbolos, aos quais se seguem cinco exercícios com comentários.

Em 1962, finalmente, foi publicado um livro com excelentes sugestões metodológicas para o ensino da interpretação simultânea: *Théorie et Pratique de l'Interprétation: avec application particulière à l'anglais et au français*, do belga Henri Van Hoof. O autor apresenta quatro fases para o processo da interpretação simultânea, a saber: (1ª): escuta, 1ª fase; (2ª): tradução; (3ª): elocução; (4ª) escuta, 2ª fase. Explica que a 2ª e 3ª fases (tradução e elocução) estão deslocadas no tempo [*en décalage*, termo que se consagrou no jargão profissional] em relação à 1ª fase; e a 4ª fase está deslocada no tempo em relação à 2ª e 3ª fases. A seguir, seu método oferece sugestões específicas de atividades para serem aplicadas em três etapas. A primeira focaliza apenas o ato de escutar (1ª fase) e falar e tem como objetivos (a) familiarizar o aluno com o equipamento; (b) ensinar o aluno a falar enquanto escuta; (c) iniciar o aluno no distanciamento (*décalage*) em relação ao orador. A segunda etapa do método proposto pelo autor se concentra em escutar (1ª fase), traduzir e falar. Os dois objetivos dessa etapa consistem em (a) libertar o aluno da prisão ao original; (b) aplicar o deslocamento à tradução. A terceira etapa consiste na própria interpretação simultânea propriamente dita, englobando as quatro "fases" mencionadas acima. Muitos dos exercícios propostos pelo autor são ainda usados, com bastante frequência, nos cursos de formação de intérpretes atualmente, com uma certa modernização permitida pelos meios tecnológicos dos dias de hoje, que permitem a gravação e reprodução de som e imagens com muito mais facilidade do que em 1962.

É importante mencionar que a *Association Internationale des Interprètes de Confèrence*

---

77 Jean Herbert, em seu *Manual do Intérprete*, disse tudo o que havia a dizer sobre o papel, a missão, as qualidades do intérprete. Ele traçou as grandes linhas técnicas da profissão.
O objetivo deste caderno é mais limitado. Eu quis apresentar um sistema de tomada de notas de fácil assimilação para todos, quaisquer que sejam suas línguas de trabalho.

(AIIC) realizou, em 18 e 19 de dezembro de 1965, seu primeiro *Colloque sur l'Enseignement de l'Interprétation*[78], em que se discutiram não só os princípios do ensino da interpretação, mas também os testes utilizados em diversas escolas para a seleção de candidatos a alunos (Cf. AIIC, 1965).

Em 1971, outro belga, Paul V. Hendrickx, publicou *Simultaneous Interpreting: A Practice Book*, que colocaria em prática os princípios já expostos dois anos antes, pelo autor, em artigo publicado no periódico canadense *Meta* (HENDRICKX, 1969). A consideração de aspectos deste livro é importante aqui, uma vez que foi o método adotado por Ângela Levy, quando começou o curso da Associação Alumni e que permeia seu ensino, assim como o de outros professores dessa instituição, tão conhecida em São Paulo. No artigo em questão, Hendrickx crita o "excelente livro de M. Henri Van Hoof", por trabalhar previamente os textos a serem traduzidos, reduzindo-os a frases curtas contendo apenas uma ideia e, posteriomente, trabalhar em cabine o mesmo texto ou outros muito semelhantes, na modalidade simultânea. Tal forma de trabalho, diz o autor

> contibue sans aucun doute grandement à la formation du traducteur, mais dans la pratique, l'exercise se limite en fin de compte trop souvent à une répétition d'une traduction plus ou moins apprise d'avance. [...] mais les principes de la simultanée ne son mis en pratique que subséquemment. Ce qui dévait être la part du lion se réduit à fort peu de chose. [...] Il en resulte qu'aux cours de simultanée, l'activité principale doit consister à aprendre ou à développer la dissociation de l'attention qui rend le décalage possible, qui permet le recul nécessaire à une traduction réfléchie. C'est ce que Danica Seleskovitch appele la concentration sur la double activité, entendre et parler; ou encore: audition et rétention d'une part, traduction et phonation d'autre part (HENDRICKX, 1969, p. 86).[79]

É, justamente, essa ideia do distanciamento, da dupla atividade que o autor tomou por base nos exercícios propostos no seu livro publicado em 1971. O livro de Hendrickx

---

78 Colóquio sobre o Ensino da Interpretação

79 contribui, sem dúvida, grandemente para a formação do tradutor *[sic]*, mas na prática, o exercício se limita, no final das contas, com muita frequência, a uma repetição de uma tradução já aprendida anteriormente [...] mas os princípios da simultânea só são colocados em prática posteriormente. O que deveria ser a parte do leão se reduz a muito pouca coisa. [...] de fato, durante a simultânea, a atividade principal deve consistir em aprender ou a desenvolver a dissociação da atenção que torna possível o distanciamento [décalage], que permite o afastamento necessário para que haja uma tradução refletida. É o que Danica Seleskovitch chama de concentração na atividade dupla, ouvir e falar, ou ainda: a audição e a retenção de uma parte, a tradução e fonação de outra parte.

reflete bem a filosofia predominante na época em termos de estudos de questões relativas às línguas, de modo geral: era a época dos “drills”, da ênfase nos aspectos estruturais das línguas e da metodologia áudio-lingual para o ensino de línguas estrangeiras. Em seu prefácio, o próprio autor o denomina como sendo um “book of drills” (HENDRICKX, 1971, P. xii). As ideias lançadas dois anos antes em seu artigo supracitado (HENDRICKX, 1969) são retomadas na Introdução do seu livro, com ênfase no distanciamento, na chamada “décalage”. Diz Hendrickx (1971, p. viii):

> [...] the right teaching technique must consist in training the learner intensively from the start to cope with the listening process while doing the actual translating, i.e. to stay behind the speaker as much as possible. The interpreter should not start translation until he has grasped the full meaning of what has been said.
>
> This precisely, is the fundamental principle on which the present exercises are based. The method is devised (1) to force the learner to stay behind, and (2) to allow the teacher to control this lag.[80]

Como se vê, o autor coloca a questão do distanciamento como o ponto fundamental para a formação do intérprete e, apesar de mencionar a importância do significado, os exercícios propostos no livro são totalmente descontextualizados e levam, inevitavelmente, o aluno a se concentrar em lembrar de palavras ou expressões, e não numa mensagem coerente, que englobe uma situação em si e que exija o processamento do conteúdo com elementos extratextuais. O autor tenta se resguardar desse tipo de crítica, dizendo que “[...] the present exercises consist of separate words or sentences without any context. This may seem artificial, but they are measurable units, which enable the instructor accurately to assess the progress that has been made”[81] [HENDRICKX, 1971, p. vii). O progresso do aluno será avaliado pelo professor observando se ele consegue traduzir as palavras ou frases guardando cada vez maior

---

80 [...] a técnica de ensino correta deve consistir em treinar o aprendiz de modo intensivo, desde o início, para lidar com o processo de escuta enquanto faz a tradução em si, ou seja, ficar atrás do orador o tanto quanto possível. O intérprete não deve começar a tradução até que tenha compreendido o significado completo do que foi dito.
Este é, precisamente, o princípio fundamental em que se fundamentam os presentes exercícios. O método foi planejado para (1) forçar o aprendiz a ficar para trás e (2) permitir que o professor controle essa distância.

81 [...] os presentes exercícios consistem em palavras e frases separadas sem nenhum contexto. Isso pode parecer artificial, mas elas são unidades mensuráveis, que permitem ao professor avaliar com precisão o progresso feito.

distância do original. Nas orientações de como aplicar os exercícios, ele explica:

For the separate words, the interpreter should first stay one word behind the speaker, then two, and then three, i.e., begin by translating word 1 while word 2 is being read out, translate word 2 while word 3 is read out, etc...

When this has been done satisfactorily with the whole series, translate word 1 while word 3 is being read out etc...

General II, 2

5						
chicken	chain	haste	roof	paste	chimney	century
pencil	exception	story	example	wise	car	empire
people	village	firm	fellow	accident	view	population
advantage	visitor	flower	expense	advance	tail	pocket
danger	agency	voyage	plural	confidence	science	screw
profession	affair	purpose	advantage	unity	post-office	introduction
seat	service	reader	autumn	voice	average	custom
6						
hoard	silk	pupil	curtain	society	fence	current
vowel	appearance	fright	secret	birth	fun	duty
tradesman	beauty	trip	liberty	dust	gallon	shore
religion	development	battle	description	behaviour	toy	future
map	something	desire	liquid	silence	gun	patience
rust	parents	proposal	business	entrance	bucket	lake
husband	employee	spoon	parcel	coat	monkey	rent
habit	remark	mud	frame	danger	forest	shop
7 Verbs						
kill	possess	explain	protect	shake	shout	repeat
smell	laugh	repair	jump	cover	suck	dare
marry	trust	serve	set	increase	print	supply
dive	explode	pray	smile	receive	count	attract
knock	taste	solve	throw	mention	propose	cry
avoid	lend	divide	measure	discover	accuse	decrease
separate	shut	load	allow	expect	govern	scold
develop	remember	change	educate	stay	catch	beat

Figura 23: Facsímile de uma página do livro de Hendrickx. (digitalizado pelo autor.)

Finally, translate word 1 while word 4 is being read out etc

In other words, first do the whole series staying one item behind, then do the same series again staying two items behind, then the same series once more staying three item behind. (...)

Now proceed in the same way with the sentences, i.e., translate first one sentence behind the speaker, then do the same series again staying two sentences behind, etc.[82]

82 Nas palavras isoladas, o intérprete deve, primeiramente, ficar uma palavra atrás do orador, depois duas, depois três, ou seja, comece a traduzir a palavra 1 enquanto a palavra 2 está sendo lida, traduza a palavra 2 enquanto a palavra 3 está sendo lida, etc... // Quando isso tiver sido feito de modo satisfatório com toda a série, traduza a palavra 1 enquanto a palavra 3 estiver sendo lida, etc... // Finalmente, traduza a palavra 1 enquanto a palavra 4 estiver sendo lida, etc. // Em outras palavras, faça a série completa ficando uma palavra para trás, depois faça a mesma série novamente ficando dois items para trás, depois a mesma série novamente ficando três itens para trás. // Depois faça a mesma coisa com as frases, ou seja, traduza primeiro uma frase atrás do orador, depois faça a mesma série novamente ficando duas frases para trás, etc.

Apesar de Hendrickx enfatizar uma ideia importante, qual seja, de que o intérprete guardar a distância adequada [*décalage*] do original, ele acaba se perdendo nos exercícios propostos por centrar-se no conceito de que se traduzem palavras e não mensagem. O autor chega mesmo a afirmar que "the words of Stage II and Stage III are increasingly difficult to translate", mostrando claramente que o seu raciocínio por trás dos exercícios propostos concentra-se no nível da palavra e não da mensagem em si.

É justamente à tal ideia que Danica Seleskovitch iria se opor veementemente em toda a sua obra, a começar pela primeira delas, publicada em 1968, *L'Interprète dans les Conferences Internationales: problèmes de langage et de communication*, que viria a ser publicada 10 anos depois em inglês (cf. SELESKOVITCH, 1968 E 1978). A Teoria Interpretativa da Tradução desenvolvida por Seleskovitch — que privilegia o sentido e não o arcabouço linguístico da mensagem —, iria ganhar força na formação de intérpretes a partir da década de 70, continuando a partir daí, apesar de críticas surgidas a partir dos anos 90, tomando como base a falta de comprovação empírica desse teoria. O debate entre os partidários da teoria de Seleskovitch e os defensores de teorias empiracamente mais comprováveis, consideradas mais científicas, gerou inúmeros artigos em publicações especializadas ao longo das últimas décadas. A partir de sua morte, em 2001, parece ter havido um retorno às ideias por ela postuladas, à luz de novas teorias, como se vê, por exemplo, em um dos números comemorativos dos 50 anos do periódico *Meta* (Ver, a esse propósito, BOISSON, 2005; LADMIRAL, 2005; RYDNING, 2005; SETTON, 2001, entre outros). Em 1989, seria publicado o primeiro, e talvez único, guia detalhado sobre a formação de intérpretes, passo a passo: *Pédagogie raisonnée de l'interprétation* (SELESKOVITCH e LEDERER, 1989), cuja tradução para a língua inglesa viria a ser publicada em 1995,

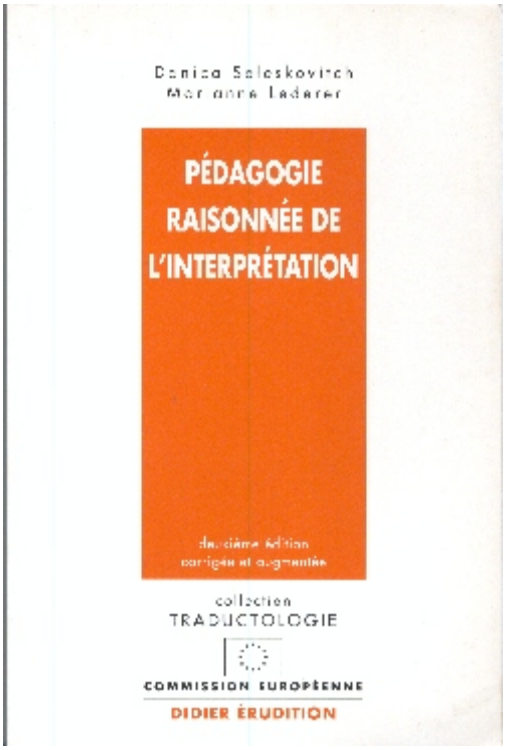


Figura 24: Facsimile da capa 2ª edição do livro de Seleskovitch e Lederer, mencionado ao lado. (digitalizado pelo autor.)

com o título *A Systematic Approach to Teaching Interpretation* (SELESKOVITCH e LEDERER, 1995). A obra foi escrita por solicitação específica do SCIC (*Service Commun Interprétation-Conférences*), da Comissão Europeia, na busca de um método detalhado para a formação de seus próprios intérpretes. Uma segunda edição, aumentada para incluir a questão da interpretação "*en retour*" (da língua materna do intérprete para a sua língua estrangeira ativa — ou como se diz no jargão da área, de A para B), foi publicada em 2002, poucos meses após a morte de Seleskovitch (Cf. SELESKOVITCH e LEDERER, 2002). Não se trata, obviamente, de um manual de lições, como os utilizados para o ensino de línguas estrangeiras já mencionados acima, mas de um guia metodológico, à luz da Teoria Interpretativa da Tradução, para a orientação de professores e organizadores de cursos de formação de intérpretes.

6.3 Cursos de formação de intérpretes no Brasil

6.3.1 Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

No Brasil, a primeira instituição a se interessar pela formação de intérpretes foi a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1968, após mais uma reforma do ensino no Brasil, a então diretora do Departamento de Letras da PUC-Rio, Amélia Maria Cavalcanti Lacombe, tomou a iniciativa de oferecer alternativas aos alunos do curso de Letras. Além do direcionamento tradicional para a formação de professores, o curso de Letras da PUC-Rio passou a oferecer quatro diferentes "especializações", como eram chamadas então as habilitações: (1) revisor-tradutor-intérprete; (2) assessor-secretário executivo; (3) crítico literário e (4) pesquisador (Cf. MARTINS, 2007). Ainda de acordo com Martins (2007), e, 1973 já não eram mais oferecidas as possibilidades (3) e (4) citadas acima, e no ano seguinte, 1974, a "especialização" revisor-tradutor-intérprete suprimiu a vertente "revisor" e se concentrou em formar tradutores e intérpretes, ainda num mesmo bloco. Em 1976, a "especialização" foi desmembrada em "tradutor-intérprete" e "tradutor", e em 1978, a formação do intérprete foi finalmente desvinculada da do tradutor, passando a existir duas especializões: tradutor e intérprete. Ainda segundo Martins (2007),

> A história da área de tradução na PUC-Rio, bem como a atuação intensa da instituição no sentido de promover a valorização da tradução e da profissão de tradutor, está indissociavelmente ligada ao nome da professora Maria Cândida Bordenave, que implantou o bacharelado e a especialização, promoveu inúmeros cursos de extensão e formou várias gerações de tradutores.

O que o artigo supracitado de Martins (2007), cuja ênfase é na área de tradução, não menciona é que a conhecida professora nos meios profissionais e acadêmicos da tradução, Maria Candida Bordenave, era, por formação e prática, intérprete de conferências, tendo sido isso o que motivou o início de sua atuação na PUC-Rio. Maria Candida Bordenave havia concluído, ainda nos anos 50, o curso de formação de intérpretes em Georgetown, tendo sido aluna de Leon Dostert. Depois, atuou como intérprete durante muitos anos na Costa Rica, para a OEA, e no Peru, onde residiu com sua família. Ao voltar ao Rio de Janeiro em 1968, apesar de insistentes convites de empresas do Peru, não pode continuar a atuar naquele país, por ter seis filhos e todos os compromissos familiares decorrentes desse fato. Procurou Edith Van de Beuque, como mencionado no capítulo 2 deste trabalho e, como tantos outros, foi recusada por Van de Beuque. Deixemos que fale Bordenave (2007):

> Eu vi no jornal, era a época da na ditadura, então tinha havido uma entrada de militares ou de polícia na PUC. E quem fez as interações foi a Reitora Substituta, o Reitor não estava presente, era o Padre Laerte. E a Reitora Substituta era a Celina Junqueira, que tinha sido minha colega na PUC de São Paulo, onde eu tinha me formado muito tempo antes. Eu falei: “Puxa, a Celina foi minha contemporânea, ela talvez me ajude a arranjar um trabalho, que eu tinha procurado por todo lado, até como professora secundária. Telefonei pra Celina, ela se lembrou de mim e daí fui falar com ela. E ela era Diretora de Filosofia, mas estava substituindo o Reitor. Olha a coincidência, tinha havido uns dois anos atrás uma Reforma do MEC que tinha colocado [outras] possibilidades para os formandos de Letras, quer dizer, Letras também estudar Tradução, Interpretação e um outro que era Secretária Executiva, era Critico Literário, era essa coisa toda. Então, a Celina sabia que havia um certo interesse em Interpretação aberto, pela primeira vez no Brasil.[...]. Aí eu fui lá falar com ela e a Diretora de Letras deu graças aos céus, porque o curso tinha sido aberto para Tradutor-Intérprete e ela não tinha professor. Então não havia isso no Brasil, não havia ainda. Então ela falou: “Ah, você chegou na hora certa.” E eu disse também: “Vocês também chegaram na hora certa, porque eu estou precisando de dinheiro.” Eu tentei ser intérprete aqui, mas o campo estava já ocupado por alguns Intérpretes. [...]

Vê-se, assim, que por mera coincidência, a PUC-Rio conseguiu para ser a primeira professora de interpretação de seu curso, uma pessoa formada pelo programa criado

por Dostert, o introdutor da simultânea em Nuremberg e na ONU. Por ser parte integrante do curso de Letras e por ter que dividir a grade horária com as disciplinas de tradução, a formação específica de intérpretes ficava bastante reduzida. As primeiras disciplinas específicas de interpretação foram oferecidas em 1971, pois os alunos só as cursavam já próximos ao final do curso de Letras, como confirmam Bordenave (2007) e seu então monitor, André Bekenn (BEKENN, 2009). Mais uma vez, deixemos que fale Bordenave (2007):

> [...] mas eu comecei era fim de 70 e 71 eu organizei o curso de Intérprete e já comecei...em 71. Com 2 disciplinas, a Tradução Consecutiva e a Tradução Simultânea, que eram as duas [...] com que eu trabalhei, porque nos Estados Unidos eu trabalhei como intérprete, trabalhei para o State Department e depois também uma vez fomos mandados a Cuba, alguns alunos lá de Georgetown, no tempo ainda do Baptista, não era o Fidel Castro não, deve ter sido... Bom, tem anos... Tem anos... Eu era aluna de Georgetown.[...] É, eu acho que foi aí por 51 que nós fomos a Cuba. 51, 52, por aí. [...] Então nós fomos aperfeiçoando, eu fui aperfeiçoando essa parte. Ai depois, como eu disse para você, uns quatro anos depois, eu passei para Tradução. Houve uma certa crise interna e eu passei para Tradução e me dei muito bem. Eu gostava de Interpretação... Mas o curso de Interpretação continuou.

A partir da data em que Bordenave assume a “especialização” em tradução, seu ex-monitor, André Bekenn, assume a coordenação da “especialização” em interpretação. Bekenn tinha sido aluno de engenharia na PUC-Rio e uma vez que tinha sido intérprete de Português do Departamento de Estado, em Washington, durante algum tempo, como intercambista do Youth for Understanding, acabou tornando-se monitor de Bordenave e ingressou na carreira acadêmica com a transferência dela para a área de tradução, sendo até hoje o responsável pelo programa de formação de intérpretes de conferência da PUC-Rio. Segundo Bekenn (2009), o curso começou com duas disciplinas e foi se expandindo, como mencionou Bordenave (2007) acima. Ainda segundo ele, a primeira turma formou duas ou três pessoas, que não se estabeleceram no mercado. Na segunda turma, formada em 1972, formaram-se Mônica Tovar e Ângela Aguiar e na terceira, em 1973, Sylvia Nóbrega, Regina Silveira e Rosana Coelho Lobo de Carvalho, todas intérpretes atuantes hoje em dia e membros da AIIC e/ou da APIC. Essa terceira turma fez, inclusive, um mês de estudos em Georgetown, por iniciativa das reitorias de ambas as instituições católicas.

Ainda segundo Bekenn (2009), no início o curso só se centrava na interpretação do inglês para o português; a direção contrário só veio a ser introduzida posteriormente.

Foram ainda introduzidas disciplinas importantes para o intérprete, consideradas como instrumentais por Bekken: Dicção e Impostação de Voz e Atenção e Concentração. O curso veio a incluir também as disciplinas Português para Intérpretes e Atualidades Internacionais, que ao ser introduzida no curso, fazia uso de filmes em 16 mm, da série chamada "Vision USA", que eram emprestados pela Embaixada dos Estados Unidos, uma vez que ainda não existia o vídeo de uso não-profissional. Segundo Bekenn, o curso sempre salientou a importância de o intérprete desenvolver cultura geral, o que é ponto comum a todos os formadores de intérpretes. Ainda segundo ele, o curso sempre foi "eminentemente prático, com uma linha intuitiva" e nunca teve uma visão teórica específica e os princípios teóricos e de ética profissional eram incluídos nas disciplinas do curso de modo geral.

Em 2003, a então habilitação (nome que assumiu a "especialização" na legislação educacional) intérprete foi extinta, passando o curso de Letras a oferecer apenas a habilitação Tradução, e o programa de formação de intérpretes se transformou em Curso Sequencial de Complementação de Estudos, modalidade de curso introduzida em nossa legislação em 1998. Em 2008, o curso se transformou em Especialização Lato Sensu, oferecido ainda pelo Departamento de Letras e implementado via CCE (Coordenação Central de Extensão) da Universidade. A grade curricular[83] sofreu poucas alterações para tal mudança, em relação à que era oferecida pelo curso sequencial. É importante observar, porém, que foi introduzida uma disciplina de cunho teórico, denominada Princípios Teóricos-Pragmáticos, além de uma monografia de conclusão de curso, exigência dos cursos de gradução lato sensu. A grade ficou assim organizada:

1º Período

Dicção e Impostação da Voz

Interpretação Simultânea I

2º Período

Atenção e Concentração

Interpretação Consecutiva I

Interpretação Simultânea II

Pesquisa Temática

Versão Oral I

83 Grade disponível em <www.cce.puc-rio.br/letras/espinterprete.htm>. Acesso em 9 jul 2009.

3º Período

Interpretação Consecutiva II

Interpretação Simultânea III

Português para Intérpretes

Princípios Teóricos-Pragmáticos

Versão Oral II

4º Período

Prática Avançada de Interpretação

Versão Oral III

Trabalho de Conclusão (Monografia)

O processo seletivo atual, utilizado a partir de 2006, consiste em uma entrevista em português, leitura em inglês de um texto em voz alta para avaliação da pronúncia do candidato e uma tradução à vista de um texto de inglês para português. Antes disso, a seleção era composta de uma entrevista apenas. Durante algum tempo (antes de 1996), era feito um exercício no laboratório, a fim de testar a aptidão do candidato para a interpretação simultânea, que não foi aplicado durante muito tempo (informação pessoal)[84].

A formação de intérpretes na PUC-Rio refletiu, durante quase toda a sua existência, a prática brasileira, que é a de associar a formação de tradutores e de intérpretes à formação de professores nos cursos de Letras, que é, de fato, a mesma situação das outras instituições brasileiras que oferecem tal formação, como se verá mais adiante, até mesmo por condicionamento da própria legislação. Só a partir de 2008 começou a oferecê-la como pós-graduação lato sensu, ainda ligada ao Departamento de Letras. Ainda assim, uma lista de ex-alunos da instituição seria quase equivalente a uma lista dos intérpretes profissionais em atuação no Rio de Janeiro, fundamentalmente, sendo que alguns outros ex-alunos moram hoje em diferentes regiões do Brasil e, também, em outros países, onde continuam atuantes na profissão. Grande parte dos membros da AIIC e da APIC residentes no Rio de Janeiro iniciaram a carreira após concluírem o programa de interpretação oferecido pela PUC-Rio.

84 QUENTAL, Raffaella de Filippis. Mensagem recebida por pagurarj@pucsp.br em 3 ago 2009.

6.3.2 Associação Alumni (São Paulo)

Coincidentemente na mesma época, teve início em São Paulo o curso de formação de tradutores e intérpretes oferecido pela Associação Alumni, um centro binacional Brasil-Estados Unidos, fundado por brasileiros ex-alunos de universidades americanas, e que havia sido criado em 1961, a fim de promover a orientação de brasileiros que planejassem estudar nos Estados Unidos. A fim de angariar fundos para suas atividades, a instituição decidiu oferecer cursos de língua inglesa em 1969 e, logo após, o curso de formação de tradutores e intérpretes. A criadora desse curso, que o coordenou por muitos anos, foi Ângela Levy, já mencionada no segundo capítulo deste trabalho, uma das pioneiras brasileiras na área da interpretação. Sendo Levy (2008), o curso teve início no final de 1970, sem muito planejamento prévio, por sugestão da esposa do então Cônsul dos Estados Unidos em São Paulo, que havia sido intérprete na ONU. Conta Levy (2008):

> [...] no último bimestre passou a Florence [Fisher, esposa do Cônsul-Adjunto americano, encarregado do USIS] me disse: "Já que você gosta muito de interpretação, por que nós não experimentamos colocar um anuncinho junto com a matrícula de inglês oferecendo um curso de tradução?"
>
> Então, eu pus o anúncio e apareceram 14 pessoas e eu nem sabia como testar aquelas pessoas. Então peguei uns livros do consulado que eles mandavam, sobre todos os feriados americanos e eu mandava a pessoa ler, conversava um pouco em inglês com a pessoa, e desses 14 eu peguei sete. O único que era brasileiro mesmo era o Francisco Gilberto Labate, que depois foi, durante muito tempo, presidente da ATPIESP [Associação Profissional dos Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais do Estado de São Paulo] e as outras seis pessoas, pasmem, eram formadas por Genebra. Então quando chegou o primeiro dia de aula, eu disse: "Olha gente, eu vou confessar uma coisa, eu não sei se eu sento aqui ou do outro lado de lá, porque vocês sabem muito mais do que eu", Mas a minha sorte era que elas nunca tinham tido o português, porque o português delas era mais ou menos [...] falavam bem, mas não sabiam gramática, não sabiam escrever. Então eu dei um curso de tradução, em outubro e novembro e um pedaço de dezembro de 70. Depois, eu disse que não queria parabenizar muito, pois eles já eram intérpretes, já trabalhavam. [...] A Florence disse: "então vamos ver se a gente arranja novos alunos para o curso de tradução da Alumini. [Colocamos anúncios e] então começaram a aparecer pessoas. E eu comecei a dar interpretação consecutiva e estava programado para dar um bimestre e isso foi em 71 [...] E dei esse bimestre, eu dava tradução, dava versão, e eu ainda tinha o Departamento de Português. Eu tinha fundado o Departamento de Português e ainda dava aulas de português para estrangeiros e depois as pessoas não quiseram ir embora e disseram : agora você vai inventar um 2° semestre, pois ainda queremos mais e daí quando eu inventei esse 2° semestre, apareceu na minha vida a Clare [Charity, falecida em junho de 2009]. Ela era professora de inglês em 71 e ela apareceu com aquele jeito dela que você bem conhece, e disse que era professora de inglês e que gostaria de trabalhar comigo em tradução. Aí eu disse assim:

> "Ótimo, então vamos fazer assim: eu dou a tradução e você dá a versão". Ela disse: "Ah, mas eu não sei a interpretação" Por enquanto eu dou, depois eu ensinei a Clare como se dava, e foi ficando assim. Depois, no fim do semestre, os alunos não quiseram ir embora e eu tive então que inventar o nível 3, [...] focando mais a interpretação do que a tradução, nós não tínhamos cabine. Eu só fui ganhar uma cabine em 1978. [...] Era uma cabine, [para] uma pessoa e do lado de fora, assim no meio de tudo, tinha uma mesinha de professor com um botãozinho e um microfone. Foi assim que começou. O primeiro professor disso foi o [Antônio] Ernesto Pasqualin [que viria a ser, posteriormente, presidente da APIC] . [...] Ele foi meu aluno e depois ficou como professor.

Como se pode depreender, no início tanto o programa da PUC-Rio quanto o da Associação Alumni contaram com duas pioneiras, nas pessoas de Maria Cândida Bordenave e Ângela Levy. Não havia um currículo preestabelecido e as disciplinas eram acrescentadas à medida que os cursos aconteciam. Poucas (ou quase nenhuma) eram as publicações existentes na época que discutissem ou refletissem sobre a formação de intérpretes para direcioná-las e ambas contaram muito com intuição e experiência pessoal. Não havia, obviamente, as facilidades de contatos internacionais dos dias de hoje, proporcionados pela Internet. A pesquisa de qualquer bibliografia era penosa e a importação demorada. Angela Levy teve acesso ao livro de Hendrickx supramencionado (HENDRICKX:1971), publicado por uma das maiores editoras ligadas ao ensino de inglês para estrangeiros, o que facilitava sua divulgação. Os exercícios propostos por Hencrickx, em sua forma original ou posteriormente adaptados, fazem parte, até os dias de hoje, dos primeiros dois semestres do curso da Associação Alumni e são usados por alguns dos professores. Continua Levy (2008):

> eu gostava muito e depois [...] fui me aperfeiçoando, eu fui aprendendo dando com a cabeça na parede, porque até então não tinha a Ibero-Americana, que veio depois, [...] não existia curso de interpretação, a não ser que você fosse fazer fora. Então o que eu ensinei, eu sempre disse para os alunos: "Eu vou ensinar para vocês tudo o que eu fiz, quando foi errado e que não deu certo eu digo 'não façam' e quando deu certo é uma espécie de adivinhação, porque eu tinha que ir *groping around* e eu vou dizer: "Façam isso que deu certo" .[...] Quando começou, era parte do Departamento de Inglês. Como só existia uma classe, não ia ter um Departamento de Tradução; o Departamento de Tradução só foi instituído em 1973, porque daí já tinha a Clare [Charity], já tínhamos todos os níveis, [...] já tinha nível 1, nível 2, nível 3, sendo que nível 4 só veio depois, em 1983, quando a gente estava lá no Morumbi, no Real Parque....

O processo seletivo consiste em uma prova escrita de tradução e uma de versão — não se pode esquecer que o curso se propõe a formar tradutores também — e a uma entrevista em português e outra em inglês, que inclui exercícios de tradução à vista do

texto, em ambas as direções. Após 2001, incluiu-se, também, um teste objetivo de vocabulário em inglês e um teste de gramática em português, ambos em formato de múltipla-escolha.

Cumpre mencionar, ainda, que dos 66 membros da APIC residentes em São Paulo, constantes da Lista de Membros de 2007-2008, 50 haviam sido alunos da Associação Alumni, o que é um número bastante expressivo.

6.3.3 Faculdade Ibero-Americana (atual Anhanguera)

No segundo semestre de 1970, um grupo de professores começou a preparar o curso de tradução e interpretação da (então) Faculdade Ibero-Americana, que viria a receber seus primeiros alunos em 1972. Esses professores fizeram reuniões regulares em 1971 e 1972, para estudo da bibliografia disponível na época a respeito de tradução e de interpretação. Segundo Regina Alfarano (ALFARANO, 2009), a ideia inicial era que a formação de tradutores e de intérpretes fosse separada do currículo de Letras, voltado para a formação de professores. O conceito, no entanto, não foi aprovado pelo Ministério da Educação, que exigiu, durante o processo de reconhecimento, que o curso de Letras tivesse duas habilitações: licenciatura e tradutor-intérprete, uma situação encontrada por outras instituições no Brasil. Alfarano (2009), que foi coordenadora de curso e, posteriormente, diretora da faculdade, sentiu-se bastante incomodada com tal exigência, pois considera que a formação do tradutor deve ser independente da licenciatura e, além disso, que a formação do tradutor e do intérprete devem ser separadas e não apresentadas num programa único, o que nunca aconteceu na instituição, em parte pela incompreensão por parte das autoridades educacionais do País, que consideram o tradutor e o intérprete como um único profissional, cuja formação deve estar atrelada à do professor de línguas. Alfarano (2009) queria, então, que a formação do intérprete fosse acrescentada como um 5º e/ou 6º anos, posterior à formação do tradutor, mas nunca conseguiu que isso acontecesse. Além da depoente, foram professores de interpretação no programa Mário Utimati, falecido, e Rosalind Mobaid. Alfarano desligou-se da instituição, que ajudou a fundar, em 1985.

As primeiras aulas de interpretação foram no laboratório de línguas, situação que persisitiu durante muito tempo, o que tende a limitar a formação de intérpretes simultâneos de fato, uma vez que o laboratório de idiomas não permite o isolamento da cabine de interpretação simultânea e não permite que os alunos trabalhem em duplas, como trabalham os intérpretes. É claro, porém, que uma série de exercícios pode ser realizada nesse tipo de laboratório sem qualquer problemas. E eram esses exercícios — como repetição e parafraseamento de português para português — que Alfarno fazia com os alunos. “Fiz até [paráfrase] de jogo de futubol”, conta ela e acrescenta “Não tínhamos equipamento, nem formação [para o ensino de interpretação]” (ALFARANO, 2009). Outro problema levantado por ela é o número de alunos nas turmas, em torno de 35 a 40, o que é um número bastante grande para uma turma de formação de intérpretes. Outro problema levantado pela depoente é o fato de os alunos ingressarem por meio de concurso vestibular tradicional, o que dificulta a triagem de alunos com a aptidão linguística necessária para seguir uma formação para intérprete. E como o curso era (e ainda é, até hoje) de tradutor-intérprete, não era possível que um aluno cursasse tradução e não interpretação.

O curso da Unibero (que hoje tem o nome de *Anhanguera*) atualmente possui um laboratório específico de interpretação, com sete cabines profissionais. No entanto, fica muito difícil que um professor, por mais experiente que seja, acompanhe e consiga comentar adequadamente, o desempenho de sete alunos ao mesmo tempo. Van Hoof (1962, p. 126), em obra supracitada, sugere como ideal o número de três cabines para doze a quinze alunos, embora não entre na questão do acompanhamento do professor. Além disso, grande parte dos problemas mencionados acima continua, a saber, turmas muito grandes e alunos que não passaram por uma seleção específica para a formação de intérprete, além de cursarem disciplinas visando à sua formação como tradutores e como intérpretes ao mesmo tempo. Como aponta França (2003, p. 43) em sua tese de doutoramento:

> O aluno que entra via vestibular geralmente tem um conhecimento básico de inglês e definitivamente não está apto a começar a fazer traduções, por mais elementares que elas sejam. Ele precisa primeiramente aprender o idioma e esse aprendizado é um processo longo que se estende por todo o curso e

> extrapola a própria duração do curso. Quando esse mesmo aluno chega ao terceiro ano, e está começando a sair do nível básico e a atingir o nível intermediário, ele passa a ser exposto à interpretação consecutiva e simultânea, que exigem um domínio completo dos idiomas envolvidos. Esse permanente conflito entre a falta de conhecimento suficiente para enfrentar o desafio da tradução/interpretação, que perdura por todo o curso, normalmente abala a auto-estima e impede que ele adquira minimamente a proficiência no idioma.

Em fevereiro de 2007 a instituição foi vendida ao grupo Anhanguera Educacional S.A. Como esclarece o website da instituição[85],

> Consolidou-se, no dia 8 de fevereiro de 2007, a venda do Centro Hispano-Brasileiro de Cultura, entidade mantenedora do UNIBERO, ao grupo Anhanguera Educacional S.A., cujo presidente, Prof. Dr. Antonio Carbonari Netto, tem longa carreira no Magistério Superior e é celebrado em nosso país como um dos ícones da Educação moderna.[...] Com faculdades nas cidades de Campinas, Indaiatuba, Jundiaí, Leme, Limeira, Matão, Piracicaba, Pirassununga, Rio Claro, Santa Bárbara d'Oeste, São José dos Campos, Sorocaba, Taubaté, Valinhos e Anápolis (em Goiás), a Anhanguera finalmente chega a São Paulo com toda a força e experiência que possui e, com a tradição do UNIBERO, sela uma parceria de sucesso.

Cumpre mencionar aqui que, seguindo-se à venda da instituição ao grupo empresarial supracitado, afastaram-se diversos professores mais antigos e titulados e outros que lá permaneceram tiveram sua carga horária reduzida, sendo que alunos recém-formados da instituição foram contratados em seu lugar, inclusive para as disciplinas de interpretação (informação verbal).

6.3.4 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

O curso de formação de intérpretes da PUC-SP foi implantado em 1999, muitos anos depois dos demais cursos já mencionados, tendo a chance de se beneficiar de muito mais bibliografia disponível (internacionalmente) a respeito da formação de intérpretes. Seu projeto inicial previa que o curso seria oferecido como habilitação do curso de Letras, separado da habilitação Tradução, e como curso sequencial de complementação de estudos, ao mesmo tempo. Em outras palavras, as disciplinas de interpretação teriam, em uma mesma turma, alunos da Habilitação Intérprete e do

[85] <www.unibero.edu.br>. Acesso em 3 ago 2009.

Curso Sequencial. Para o aluno de Letras, o ingresso na Habilitação Intérprete acontecia no quarto ano de Letras, Habilitação Tradução, quando o aluno já cursava as últimas disciplinas de Tradução, ou no terceiro ano do curso, caso o aluno tivesse optado pela Habilitação Intérprete, quando de seu ingresso na Universidade, o que de fato nunca aconteceu. Na prática, a Habilitação Intérprete atraiu alunos já graduados em Letras na própria PUC-SP ou em outras instituições ou alunos da Habilitação Tradução, em fase final do curso, como previa o projeto. A Habilitação Intérprete foi extinta em 2006, quando da reforma do curso de Letras (como menciona SAMPAIO, 2010, em seu depoimento transcrito a seguir), permanecendo apenas o curso sequencial de complementação de estudos, cujos alunos são, em sua maioria, graduados em diversas áreas e provenientes de diversas instituições. Embora a legislação o permita, o número de alunos sem curso universitário (apenas com o ensino médio) sempre representou um percentual muito pequeno do corpo discente.

O curso surgiu a partir da iniciativa de um grupo de professores do Departamento de Inglês da instituição. Relata Glória Sampaio (SAMPAIO, 2010), chefe do Departamento de Inglês na época da criação do curso:

> A idéia de organizar um curso de formação de intérpretes, aqui na PUCSP, surgiu em momento de relativa calmaria no Departamento de Inglês, isso nos idos de 1997, quando eu desempenhava minha segunda gestão como Chefe de Departamento. [...] Na qualidade de Chefe, eu buscava algo além do cumprimento de minhas obrigações regulamentares, ou seja, eu desejava propor algo que representasse uma abertura de horizontes para o Departamento, quer no aspecto estritamente acadêmico, quer no tange a um aumento de número de aulas, pela oferta de novos espaços de atuação docente. A presença de nossa caríssima colega Lúcia Helena de Sena França, intérprete de conferências, entre os professores do quadro de carreira do Depto, o fato de sermos ambas tradutoras públicas e intérpretes comerciais devidamente sacramentadas pela JUCESP, e a informação, a mim passada pela profa. Heloísa Collins, de que no passado (antes ou por ocasião da reforma curricular de 1984) a possibilidade de uma Habilitação em Interpretação fora cogitada, porém não materializada por falta de recursos humanos e logísticos, fez com que eu me propusesse a apresentar a ideia. [...] A iniciativa foi apresentada ao Departamento e constituímos um grupo de trabalho, [...] sendo que Lúcia Helena, por sua experiência em interpretação de conferências, foi escolhida para Coordenadora do projeto. Contamos com o apoio total e efetivo da Dra. Marisis Camargo Aranha, Diretora da Faculdade de Comunicação de Filosofia (atual FAFICLA). A profa. Heloísa Collins foi convidada a compor o grupo, havendo ela, contudo, participado minimamente da elaboração do projeto. A Profa. Marisis, cujo nome encabeçava o grupo de trabalho, foi uma pessoa de inegável importância para o encaminhamento de nossas ações. Marisis, durante sua gestão como Diretora da ComFil e, mais adiante, como Assessora Acadêmica da Reitoria, participou logisticamente, nos

> apoiando integralmente e nos auxiliando nos muitos e dificultosos trâmites burocráticos (e políticos) do projeto. É muito importante dizer que o caminho foi permeado de desafios e percalços, pois a burocracia (e, por vezes, outros interesses menos confessáveis) nos colocava entraves aqui e ali, os quais, felizmente, logramos superar como nossa motivação e força de vontade irreprimíveis Algo que merece menção é o convite que fiz, em nome do grupo,ao Depto de Francês, para que compusesse conosco o projeto. Reuni-me com a profa. Jelssa Ciardi Avoglio e apresentei nossa proposta. Naquele momento, porém, o Depto de Francês não considerou viável agregar-se a nós por uma ou outra razão. Nosso projeto tinha (e tem) como objetivo principal formar intérpretes simultâneos ou consecutivos para atuar em conferências, assim como em eventos menores, reuniões ou no acompanhamento de visitantes ou outras personalidades. [...] Implementamos, inicialmente, a Habilitação e, logo a seguir, o Sequencial. Mais exatamente, a Habilitação foi iniciada no primeiro semestre de 1999, e o Sequencial no primeiro semestre de 2000. A Habilitação foi devidamente avaliada, aprovada e reconhecida pela PORTARIA Nº. 2811, de 6 de setembro de 2004 Ministério da Educação e Cultura, após um processo que demandou grande esforço de nossa equipe, além do empenho e trabalho da Reitoria da PUCSP. Para nossa tristeza, contudo, a Habilitação foi ceifada na última Reforma Curricular dos Cursos de Letras da PUCSP. Razões ligadas à política interna dos outros Departamentos, preocupados com a manutenção de um determinado (e, se possível, maior) número de aulas, tenho certeza, falaram mais alto do que os interesses estritamente acadêmicos. Voltando aos aspectos positivos, um motivo de satisfação e orgulho para o Departamento de Inglês é o fato de, por cumprir os critérios estabelecidos pela AIIC (Association des Intérprètes de Conference), o curso da PUCSP passou a figurar no on-line Directory of Schools da referida entidade. O site passa, no momento, por reformulação, mas brevemente deverá ser disponibilizado, sendo que, por havermos reapresentado nossas credenciais, o curso da PUCSP deverá dele constar, mais uma vez. [...] Um outro momento de destaque foi nossa participação (Lúcia Helena e eu) em um evento internacional, sediado pela GSTI (Graduate School of Translation and Interpretation) do Monterey Institute of International Studies (MIIS), na Califórnia, em fevereiro de 1999, pouco antes da inauguração de nosso curso na PUCSP. Nesse encontro de especialistas, apresentamos nosso projeto recém-aprovado e a ser implementado no mês de março seguinte. Nosso modelo de curso despertou interesse e mereceu elogios da então Diretora da Faculdade e responsável Programa de Intérpretes de Conferência, Dr Dianne de Terra. Ela quis conversar conosco posteriormente sobre a iniciativa brasileira, o que nos deu maior confiança na qualidade de nosso projeto. [...] [Observamos que] o curso de Monterey abrigava alunos (na maioria bolsistas, acredito) com possibilidade de se dedicarem exclusivamente a sua capacitação como intérpretes. As aulas ocorriam no período da manhã e durante a tarde os alunos praticavam “a lição de casa” nos laboratórios de interpretação. Isso de segunda à sexta. A realidade brasileira estava (e ainda está) muito longe de permitir tal luxo.

Tanto para aceitação no curso sequencial quanto para a Habilitação Intérprete, quando existente, os candidatos sempre foram submetidos a um processo seletivo específico, constante das seguintes etapas: (1) entrevista avaliativa em inglês e português; (2) uma interpretação consecutiva simplificada, de inglês para português, de um discurso de cerca de três minutos; (3) apresentação e discussão de dois tópicos da atualidade,

escolhidos a partir de uma lista, sendo um em inglês e outro em português, com preparação prévia de 10 minutos; e (4) tradução oral à vista do texto, de inglês para português; e (5) uma prova escrita de Cultura Geral, introduzida recentemente. Esse modelo segue muito de perto o resumo apresentado por Keiser (1978), no Simpósio de Veneza já mencionado, como sendo os exercícios mais utilizados por grande parte dos programas de formação de intérpretes existentes, em grande parte, na Europa.

Desde o seu início, o curso ofereceu a seguinte grade de disciplinas específicas, tanto para os alunos da Habilitação Intérprete quanto para os do curso sequencial. Os alunos da Habilitação Intérprete cursavam também as diversas disciplinas exigidas para os alunos das outras habilitações de Letras.

1º Semestre

Notação e Expansão Lexical para Intérpretes

Compreensão Oral para Intérpretes

2º Semestre

Introdução à Interpretação (consiste em tradução à vista do texto e interpretação consecutiva)

3º Semestre

Teoria da Interpretação e Court Interpreting

Prática de Interpretação: Inglês>Português I

Estágio de Interpretação I

4º Semestre

Prática de Interpretação Português>Inglês

Prática de Interpretação Inglês>Português II

Estágio de Interpretação II

Os alunos têm ainda a possibilidade de cursar a disciplina optativa Uso Profissional da Voz, oferecida pela Faculdade de Fonoaudiologia para os alunos do curso de Jornalismo da Universidade.

As disciplinas do curso são fundamentadas, basicamente, na Teoria Interpretativa da Tradução, de Seleskovitch e Lederer (SELESKOVITCH 1968, 1978; SELESKOVITCH

e LEDERER, 1989, 2002), que privilegia a compreensão e reexpressão do sentido da mensagem e não de sua estrutura linguística. Além disso, permeiam também as disciplinas os conceitos propostos por Gile (1995a, 1997/2002), em seu Modelo dos Esforços, uma abordagem para que o intérprete consiga alocar adequadamente seus recursos cognitivos durante o processo interpretativo, recursos esses que obedecem a um limite humano.

Apesar de relativamente novo, se comparado aos outros cursos descritos acima, o curso oferecido pela PUC-SP já conta com diversos ex-alunos bastante atuantes na profissão em São Paulo, alguns já membros-candidatos da APIC e uma outra ex-aluna já membro efetivo da AIIC.

6.3.5 Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre [PUC-RS]

Existiu, durante alguns anos a partir de 1971, um curso de formação de intérpretes, associado ao curso de Letras, da PUC de Porto Alegre. Infelizmente, praticamente não restam dados desse curso. Sabe-se, apenas, que o curso incluía tanto inglês quanto alemão, e que a partir de meados dos anos 70 a administração da Universidade decidiu que o curso não valia a pena ser mantido, segundo depoimento de uma ex-aluna, Cristina von Ortenberg, até hoje intérprete atuante em Porto Alegre, cuja mãe era professora de interpretação de alemão no curso em questão (VON ORTENBERG: 2008). Continuou apenas a formação em tradução.

6.3.6 Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Também em Porto Alegre, existiu, de maneira um tanto intermitente, desde 1972 (como graduação) até meados da década de 1990 (como pós-graduação lato-sensu), um programa de formação de intérpretes na UFRGS, ligado ao curso de Letras, que também incluía inglês e alemão, como o da PUC-RS, além de francês, espanhol e italiano.

A história do curso da UFRGS se entrelaça com a carreira profissional de Hedy Lorraine Hofmann. Filha de pais alemães, Hofmann nasceu na África do Sul, vindo ainda pequena para o Brasil. Foi criada em meio a falantes de alemão e inglês, em Caxias do Sul. Iniciou o curso de Letras em Porto Alegre, mas depois foi passar um ano e pouco na França e na Inglaterra, tendo estudado francês para estrangeiros na Sorbonne. Ao voltar ao Brasil terminou o curso de Letras. Diz ela:

> Sempre tive interesse em ser tradutora ou intérprete, mas quando fui para a Europa achei que era impossível, que era para filhas de famílias ricas. As filhas de gente rica que a gente conhecia sempre iam para a Suíça estudar, iam para a escola de intérpretes [em Genebra] ou para uma finishing school (uma escola de "polimento" para jovens da sociedade). Quando terminei Letras, pensava que não conseguiria ser tradutora ou intérprete e decidi ser secretária. Mas meu professor de alemão tinha outros planos para mim e me pediu para entrar com um pedido de bolsa para o curso de tradução em Heidelberg. Ganhei a bolsa por já ter traduzido literatura. Enquanto estava esperando para ir para a Alemanha, surgiu um emprego: [era] um projeto das Nações Unidas com o Instituto de Pesquisas Hidráulicas [da UFRGS]. Eles colocaram um anúncio procurando intérprete para três ou quatro meses. Eu fui porque eram só poucos meses — eu já estava até com a passagem da bolsa, para o ano seguinte. Eu tinha tido uma experiência anterior como intérprete, mas era consecutiva, nos Jogos Universitários Universais, aqui em Porto Alegre, em 1963, em que eu fiquei encarregada da equipe da África do Sul. Não fiz interpretação simultânea daquela vez, porque trabalhei duas semanas, achei que estava cansada e não ia conseguir. Nenhum dos que fizeram a simultânea se tornou intérprete e eu, que não fiz, me tornei intérprete. Minha tia me trouxe o anúncio do jornal, eu marquei, fui lá e consegui o emprego, principalmente quando o chefe do projeto, que era francês, viu que eu falava francês — ele adorou. Ele me ensinou a colocar dois gravadores: um com o texto e outro para gravar o que eu estava dizendo. Ele ficou preocupado, não sabia se tinha escolhido bem. Ele usou material sobre o evento e viu que eu conseguia fazer. [...] Ele quis me levar para Nova York, quando foi transferido. Bem, de qualquer forma eu fiquei lá [no projeto]. Aí ele me disse: o contato inicial vai ficar um ano. Eu disse: mas era para três, quatro meses. Eu vou para a Alemanha em março — era em setembro. Ele me disse: "tu vais aprender muito mais aqui do que se fores para Heidelberg". Falei com o Consulado Alemão e disseram que poderia pedir de novo no ano que vem, pois muita gente pedia e depois não podia ir. Eu pensei: eu vou aprender mais mesmo. [...] Eu sei que comecei a trabalhar lá na [UFRGS], eu era a única intérprete. Às vezes eu trabalhava quatro horas por dia, mas só durante um certo período, quando vinham professores estrangeiros. [...] No ano seguinte, quando o meu professor [de alemão] perguntou "não vai pedir de novo?" eu resolvi decidir. Eu tenho que tomar uma decisão agora [...] eu posso perguntar a outras pessoas o que eu devo fazer, mas a decisão tem que ser minha. Eu fui na Faculdade, que ficava no centro, e encontrei um professor de Linguística e Filologia, de quem eu gostava muito, um alemão. Eu disse: Professor, estou procurando alguém para me aconselhar. Não adianta perguntar para o Professor Koch, porque ele quer que eu viaje. O que o senhor acha? "Olha, minha filha, já estás trabalhando como intérprete? Eu acabo de passar alguns anos dando aulas na escola de Viena. Acho que não vais aprender muito mais lá do que [aqui] porque já estás trabalhando." Eu disse: o senhor me deixou aliviada, agora vou tomar minha decisão. [...] Eu fiquei nesse emprego 25 anos (HOFMANN: 2008).

Ao iniciar sua carreira como intérprete na própria UFRGS, Hofmann decidiu voltar à Faculdade de Letras e pedir reingresso para cursar tradução, já que não havia curso de interpretação. Como havia colegas que fizeram o curso da PUC-RS e tinham diploma de intérprete, Hofmann acreditava que um diploma pelo menos semelhante, ser-lhe-ia fundamental. Continuemos com seu relato:

> [...] Pedi reingresso para fazer o curso, mas me recusaram. Uns meses depois, me explicaram que haviam me recusado porque eu iria dar aula no curso, porque ia ter interpretação e não havia ninguém para dar as aulas. [...] Eu não sabia nada de teoria e tinha que dar aula. Uma pessoa me deu os nomes de livros da Seleskovitch e eu comprei. Na verdade, o que eu encontrei foram coisas de que, em sete anos de trabalho, eu já tinha me dado conta, só que estava escrito. Então eu comecei a dar aula. Em 78 houve uma reunião em Porto Alegre em que estava o chefe da CAPES, ele era da nossa universidade e o Professor Koch foi falar com ele e conseguiram uma bolsa pra mim [...] uma bolsa independente, para eu ver como se dava aula de interpretação na Europa. A concentração era em Heidelberg, mas tinha que visitar outros lugares. Então passei dois meses em Heidelberg e um mês viajando por outros lugares. Aí eu conheci a Seleskovitch, o Gile, o Professor [Christopher] Thiéry, esse pessoal todo [na ESIT]. A Karla DeJean Le Feal, a Marianne Lederer também. Observei como davam aulas, comprei muitos livros também, de teoria. [...] Tínhamos uma matéria chamada Teoria e Técnica da Interpretação. Nessa matéria, eu fazia um questionário no primeiro dia de aula, pois eram 25 alunos. Em primeiro lugar, muita gente achava que era interpretação de textos. O vestibular é um problema. Eu sugeria mudanças no curso [e diziam] "é uma boa ideia", mas nunca... [aconteciam]. O MEC não deixa. Tem gente que faz vestibular para tradutor e intérprete e não sabe idiomas. Exercício para eles era só de português para português. [...] Sem contar que muitos não têm a formação cultural. Eu acabava dizendo: o curso de tradução ainda vai, mas o curso de intérprete não pode ficar em nível de graduação. Mas aqui no Brasil o governo mandou até dar cursos profissionalizantes no secundário. Aí a gente fechou a parte de intérprete.

A história não é estranha para quem está familiarizado com a situação institucional brasileira no que tange à formação de intérpretes. Há sempre problemas institucionais, uma vez que é impossível se admitir um aluno para a formação de intérprete por meio de um vestibular convencional e também não é possível a formação de turmas com muitos alunos. A vantagem de um curso de pós-graduação, como sugere Hofmann acima, é a de um processo seletivo independente. No entanto, acaba-se caindo em outro problema, uma vez que os cursos de pós-graduação brasileiros são quase sempre vistos — a exceção dos Mestrados Profissionais, que só agora começam a surgir — como um *locus* de pesquisa acadêmica e não de prática, como acontece em outros países. Além disso, há o problema da disponibilidade de docentes que, idealmente, devem conjugar a prática pedagógica com a atuação profissional como intérpretes, como se verá mais adiante. A opção de pós-graduação lato-sensu foi tentada na

UFRGS, apesar dessas questões. Voltemos ao relato de Hofmann (2008):

> Aí os alemães apareceram uns anos depois e queriam que houvesse um curso de intérprete na UFRGS. [...] Era um discípulo da Katharina Reiss e era chefe do setor de Português [em Heidelberg]. Iam fechar o setor de Português e concentrar tudo de Português em Germersheim. Ele queria manter o curso de Português aberto, que era o setor dele, e veio aqui propor uma coisa para a UFRGS, provavelmente porque a Katharina [Reiss] conhecia o pessoal daqui. Ele queria que as pessoas fossem fazer o curso lá e depois fossem contratados como professores aqui. Eram pra ir o [Peter] Naumann, o [Walter] Schlupp e o Marcos [Guirado Domingues]. O Naumann não foi, pois chegou à conclusão que ia perder muitos clientes [no Brasil], pois já atuava como intérprete de alemão e português. Foram o Marcos e o Schlupp. [...] Quando chegaram de volta, tivemos que fazer um concurso para admitir o Marcos e o Schlupp. O Schlupp ficou furioso e disse: "mas eu não quero dar aula!" E eu disse: mas foi a condição da tua ida para a Alemanha, que tinhas que dar aula aqui na UFRGS. "Mas eu disse que eu ia assim mesmo, mas que não ia dar aula" [ele disse]. Aí — eu era da banca — nós demos um contrato de 40 horas para o Marcos. Dois anos depois, o Marcos me disse: "Está terminando o meu período como professor-visitante. Não posso renovar. Vou ter que fazer outro concurso." Eu disse a ele: Comigo, Marcos, eles sabem que eu saio, que eu trabalho fora [como intérprete], eles não se incomodam, até acham uma vantagem. Mas eu não sei se isso vai continuar, quando a coisa se tornar mais formal. Então, tem que pensar, se tu queres ser funcionário ou se tu queres fazer uma carreira de intérprete. Aí ele pensou e decidiu se arriscar [na carreira de intérprete]. [...]

O curso acabou com uma única professora — Hofmann — e, finalmente, foi extinto, pouco antes da sua aposentadoria. Marcos Guirado Domingues (DOMINGUES: 2008) é, hoje, um dos intérpretes mais atuantes de Porto Alegre e Peter Naumann é, possivelmente, o intérprete mais comumente citado pelos colegas de todo o Brasil quando se fala na combinação português>alemão, como já mencionado no capítulo anterior deste trabalho. Não há mais nenhum programa de formação de intérpretes no Sul do Brasil e nenhum programa no Brasil oferece formação de intérprete envolvendo o alemão na combinação linguística, embora haja planos para a criação de um em São Paulo, com o apoio do Instituto Goethe (e, consequentemente, do governo alemão).

6.4 Iniciativas não institucionais para a formação de intérpretes

Além dos cursos mencionados acima, é relevante mencionar a existência de iniciativas de menor porte na área.

Coincidentemente no ano de 1992, dois empreendedores, sem qualquer vínculo entre si, lançaram-se na área de agenciamento de intérpretes e, consequentemente, decidiram implantar programas de treinamento. Foram eles Ewandro Magalhães Jr., de Brasília, já mencionado mais de uma vez no capítulo anterior, e Sheyla Barreto de Carvalho, do Rio de Janeiro. Magalhães o fez por intermédio de sua agência de tradução, interpretação e locação de equipamentos em Brasília, denominada *Die Presse*, e Carvalho, após concluir o curso oferecido pela PUC-Rio, por intermédio de seu curso de idiomas denominado *Brasillis*, com sede no Rio de Janeiro.

Em comum entre os dois, estava o fato de ambos oferecerem treinamento de intérpretes e o seu agenciamento posterior. Observe-se que se utiliza aqui a palavra "treinamento" e não "formação", propositadamente. O programa da *Die Presse* constituia-se de oficinas com duração total de 20 horas de treinamento. Como explica o responsável pelo programa e dono da *Die Presse*, Ewandro Magalhães Jr.: "Os aprendizes são colocados na cabine desde o primeiro dia, para um primeiro choque, depois do que vão-se expondo gradativamente a exercícios de repetição, paráfrase, improvisação e, por fim, tradução, novamente" (MAGALHÃES, 2007). Tudo isso, basicamente, em três dias. Alguns participantes dessas oficinas submeteram-se à treinamento posterior de até seis meses, ainda segundo Magalhães, na mesma reportagem supracitada. "Por um período, ainda incorporamos um programa de Estágio Supervisionado." (MAGALHÃES, 2007). A *Die Presse* parece ter encerrado suas atividades — o site www.diepresse.com.br está inativo — com a mudança de Magalhães para os Estados Unidos. Magalhães continua a oferecer suas oficinas de três dias, agora em parceria com o MIIS (Monterey Institute of International Studies), após ter ali cursado o segundo ano do curso de formação de intérpretes da referida instituição em espanhol, alemão e inglês, uma vez que a instituição não oferece curso regular de formação de intérpretes de língua portuguesa.

O oferecido pelo *Brasillis* era (ou é) mais longo (144 horas, com aulas de três horas semanais, de acordo com o site www.brasillis.com.br[86]). Segundo seu website, continua

[86]Acesso em 6 jan. 2010.

suas atividades, apesar de Carvalho também ter-se mudado para os Estados Unidos. Segundo ela mesma afirma no site, continuaria dirigindo as atividades pedagógicas a partir de Washington[87], tarefa bastante difícil de realizar, devido às complexidades inerentes a semelhante processo.

Proposta semelhante à oferecida anteriormente por Magalhães Jr. é a de Ayrton Farias, de Recife, que se apresenta em seu website[88] como *"P.I.C."* (Pesquisador e Intérprete de Conferências), sigla/título jamais vistos em qualquer outro lugar ou atribuído a qualquer outro indivíduo, o que leva a crer que tenha sido criado pelo próprio. Seu website informa ainda que é "Diretor Administrativo da Divisão de Tradução e Interpretação da *Sismaltec*, empresa de locação de equipamentos de interpretação simultânea e tradução", que tem como um de seus motes "A melhor parceria homem-máquina da interpretação simultânea do Brasil".[89] Farias oferece oficinas de treinamento de intérpretes regularmente no espaço do *Infoland - Recife*, que se apresenta como "Cursos de Informática e Idiomas".[90] A oficina tem a duração de três dias, com oito horas diárias. Tanto o *Infoland* quanto a *Sismaltec* oferecem serviços de agenciamento de intérpretes, proporcionando, implicitamente, a possibilidade de trabalho para os egressos das oficinas.

Em comum aos três casos aqui mencionados, vê-se a junção entre o treinamento e o agenciamento, o que difere radicalmente dos cursos oferecidos pelas universidades e pela Associação Alumni, discutidos neste capítulo. Os três empreendimentos citados são conhecidos entre os intérpretes atuantes no mercado brasileiro por oferecerem preços inferiores ao usualmente praticado por intérpretes profissionais, uma vez que utilizam participantes de suas oficinas para a prestação desses serviços. O próprio site do *Brasillis* traz a frase "Entre já no mercado de trabalho!", ao lado da informação concernete à duração do curso.

---

[87]/wwwbrasilliscombr.blogspot.com/, Acesso em 6 jan 2010.
[88]www.aiyrtonfarias.com.br, Acesso em 6 jan. 2010.
[89]www.sismaltec.com/dti_equipamento.html, Acesso em 6 jan. 2010
[90]www.www.infolandbrasil.com, Acesso em 6 jan. 2010

Diferente das três propostas imediatamente mencionadas anteriormente, estava o treinamento /"coaching" oferecido pelo intérprete profissional David Coles, em São Paulo, por meio do seu *Interstudio*, que encerrou suas atividades em julho de 2010, por questões administrativas, uma vez que o sócio-administrador de Coles, Glenn Johnston, decidiu voltar aos Estados Unidos, seu país natal e sem sua parceria, segundo Coles, fica inviável manter o cotidiano do *Interstudio*.

Criado em 2003, a proposta era oferecer um treinamento continuado a ex-alunos egressos de outras instituições tradicionais, que necessitassem de mais horas de prática. Após algum tempo, o *Interstudio* começou a atender, também, a alunos sem experiência prévia em interpretação. A proposta era de um exigente processo de ingresso, que incluía uma bateria de testes tanto em português quanto em inglês. As instalações contavam com três cabines, montadas com esmero a fim de evitar problemas técnicos. Após algum tempo, o Interstudio passou a oferecer também aulas a distância, atendendo, assim, a um número de alunos residentes fora do eixo São Paulo - Rio, onde existem os centros de formação já mencionados. Essas aulas se concentravam no uso de links de vídeo e áudio, utilizando praticamente o mesmo material das aulas presenciais. A respeito das aulas a distância, diz Coles (2010):

> As someone who teaches both classroom and virtual classes, I still prefer the flexibility and direct contact of an in-class session, but if I was a budding interpreter living out in the sticks where there are no decent T/I courses at the local university, I would definitely appreciate the training that INTERSTUDIO can offer on-line. If this is truly the wave of the future, then I will eventually give up classroom teaching with a slightly heavy heart, but I will be confident that an on-line class is some 75% or more of the same quality. Students receive exactly the same kind of in-class and post-class feedback from me.[91]

6.5 Cursos superiores que oferecem a formação tradutor-intérprete

---

[91] Como alguém que dá aulas presenciais e virtuais, ainda prefiro a flexibilidade e o contato direto de uma presencial, mas se eu fosse um aspirante a intérprete morando em um lugar afastado onde não existisse um curso decente de tradução e interpretação na universidade local, ficaria grato pelo treinamento que o INTERSTUDIO oferece a distância. Se isso, realmente, for a tendência do futuro, acabarei abandonando a sala de aula com pesar, mas terei confiança de que uma aula a distância tem mais ou menos 75% da qualidade de uma aula presencial. Os alunos recebem o mesmo tipo de feedback da minha parte, seja presencialemte ou a distância.

Há um grande número de cursos em todo o Brasil que se propõem a formar “tradutores-intérpretes”, como se estivessem falando de uma profissão única. Esses cursos não formam, de fato, o intérprete de conferências, por uma série de razões. Na maioria dos casos, os alunos chegam direto do ensino médio, passando por um processo seletivo nos moldes tradicionais do exame vestibular, que só exige uma nota diferente de zero. Tal processo não mede, de modo algum, as características necessárias para um intérprete, nem mesmo a mais básica delas, que é o domínio da língua materna e de, pelo menos, uma língua estrangeira de trabalho. Via de regra, tais programas confundem a formação do professor de língua, com a do tradutor e do intérprete, propondo-se a, em curto prazo, ensinar a língua, formar professores, formar tradutores e formar intérpretes, tudo de uma vez só e em tempo exíguo. Muitas vezes, como dito acima, proprõem-se a formar esse suposto profissional “composto”, denominado por eles de “tradutor-intérprete”. Na maioria dos casos, não possuem corpo docente com nenhum conhecimento teórico, nem vivência prática na área da interpretação, além de confundirem cabines de interpretação com laboratório de idiomas.

Não é, obviamente, possível, nem é escopo deste trabalho apresentar uma análise exaustiva de todos os cursos deste tipo existentes no Brasil. A título de ilustração, citam-se dois deles, propostos por instituições localizadas na cidade de São Paulo, que refletem o que acontece em muitas outras em todo o País. As informações aqui transcritas a partir seus websites pretendem informar candidatos a seus cursos. O da FMU informa, por exemplo a respeito de seu curso de Letras: Tradutor-Intérprete-Inglês:

PROGRAMA INOVADOR

> O curso forma bacharéis que atuarão na tradução e interpretação de textos orais e escritos em língua inglesa. Para isso, o programa reúne disciplinas teóricas e atividades práticas que auxiliarão o profissional a desenvolver sua fluência e a se expressar claramente tanto por meio da linguagem escrita quanto da linguagem falada. Além disso, eles também aprenderão que cada idioma é a forma que um povo encontra para expressar sua cultura. Sabendo disso, poderão se envolver com a língua inglesa de forma mais profunda, diferenciando-se de muitos dos seus concorrentes no mercado de trabalho.

Na primeira frase, já se vê a confusão entre as duas profissões: os bacharéis formados pela instituição traduzirão textos orais e escritos e interpretarão textos orais e escritos,

num simples desdobramento da sintaxe da frase, em que parece não estar muito claro para quem a redigiu qual a diferença entre “traduzir” e “interpretar”. O curso se propõe a “desenvolver sua fluência e a se expressar claramente tanto por meio da linguagem escrita quanto da linguagem falada”, numa óbvia confusão entre ensinar a língua e formar profissionais. Ora, ninguém sairá do curso nem tradutor, nem intérprete, se ainda tiver que adquirir fluência no decorrer do curso, principalmente porque o curso promete fazer tudo isso em três anos (6 semestres). O site informa, ainda, que “(o) curso reúne a teoria e a prática em um laboratório de idiomas onde os futuros profissionais podem praticar a língua estrangeira de sua escolha, com excelentes resultados.” Mais uma vez, o curso indica o foco no aprendizado da língua estrangeira, que pretende ensinar “com excelentes resultados”. Logo, em seis semestres, o curso promete ao aluno que ele aprenderá a língua inglesa e se tornará tradutor e intérprete “diferenciando-se de muitos dos seus concorrentes no mercado de trabalho”, num claro linguajar mercadológico que, aliás, aparece em diversos outros lugares do website do curso. Infelizmente, não há uma lista das disciplinas oferecidas para esse bacharelado para consulta no website[92].

Outra proposta semelhante é apresentada no site da UNIP. Eis o que um possível candidato encontra em seu website, após a informação dos devidos documentos oficiais de autorização e reconhecimento dos cursos:

> **Objetivos do Curso**
>
> O profissional colocado no mercado pela Universidade Paulista tem uma formação ampla, o que lhe permite grande versatilidade nos diferentes campos possíveis de trabalho.
>
> Esse especialista cuida da análise e concepção histórica da linguagem escrita e falada e do desenvolvimento de técnicas e conhecimentos relativos à linguagem.
>
> Como a língua é o principal instrumento de expressão, o curso de Letras torna-se fundamental ao estudo das ciências humanas, das expressões literárias e do desenvolvimento cultural de uma sociedade.
>
> **Atividades Principais**

[92] www.fmu.br/site/graduacao/ler.asp?dir=letrastrading&pg=apresentacao. Acesso em 6 jan 2010.

> * Atuar no ensino das línguas portuguesa, inglesa e espanhola, das literaturas portuguesa, brasileira, inglesa, norte-americana, espanhola e hispano-americana.
>
> * trabalhar na elaboração, revisão e correção de textos em editoras e órgãos de imprensa;
>
> * fazer versões de um idioma para outro de textos técnicos e literários, bem como atuar em conferências e simpósios, efetuando interpretações simultâneas ou consecutivas;
>
> * desenvolver pesquisas, estudos, análises e teses de linguística e literatura.

A primeira frase que descreve o objetivo do curso já mostra seu apelo imediato em termos mercadológicos, com o uso da expressão "profissional colocado no mercado". Não se trata do "egresso", como é comum na linguagem acadêmica, mas sim do "profissional colocado no mercado", levando o candidato a, talvez, já se considerar "no mercado". Ele poderá atuar no ensino de língua, de literatura, trabalhar na elaboração, revisão e correção de textos, fazer versões (mas não traduções?) e ser intérprete, além de pesquisador. Tudo isso é oferecido em três (só a licenciatura) ou quatro anos (licenciatura + bacharelado), como informa o website da instituição[93]. Tal como o site da FMU, o da UNIP também informa que o curso possui laboratório de idiomas (não cabines de interpretação). No caso da UNIP, a matriz curricular pode ser consultada pelo possível candidato ao curso em seu website. Nessa grade curricular, a palavra "interpretação" só aparece uma vez, na disciplina "Interpretação e Produção de Textos". Ora, o curso indica que seu egresso poderá trabalhar "efetuando *[sic]* interpretações simultâneas ou consecutivas", mas não oferece uma única disciplina que o capacite a isso. Oferece, no todo, sete disciplinas de tradução e nenhuma de interpretação. Todas as demais são de língua ou literatura, uma vez que o bacharelado de tradução (não existe a palavra "interpretação" no título do curso na grade) só é oferecido em conjunto com a licenciatura. Vê-se, nitidamente, uma grande confusão entre os tradutores e os intérpretes que são, ainda, confundidos, em sua formação com os professores de língua. Assim, o possível tradutor (após cursar sete disciplinas) ou intérprete (sem nenhuma disciplina específica) terá de ser, obrigatoriamente, professor de língua estrangeira também. Ao cursar sete disciplinas de tradução, o egresso do curso da UNIP pode ser levado a acreditar que se tornará professor de idiomas, tradutor e intérprete, tendo, possivelmente, sido aceito no curso sem um mínimo domínio de um

[93] www.unip.br/ensino/graduacao/tradicionais/hum_letras.aspx. Acesso em 6 jan 2010

idioma estrangeiro de trabalho, uma vez que o processo seletivo não verifica tal possibilidade.

O padrão dessas duas instituições parece ser o modelo seguido por instituições de ensino superior em todo o Brasil, excetuando-se as Pontifícias Universidades Católicas do Rio e de São Paulo, que oferecem os únicos cursos específcos, em instituições de ensino superior, dedicados exclusivamente à formação de intérpretes, em moldes semelhantes (ainda que adaptados a diversas peculiaridades brasileiras) aos oferecidos pelas instituições que formam intérpretes na Europa (principalmente) e na América do Norte (Canadá e Estados Unidos, especificamente Ottawa e Monterey). Há, claramente, um consenso internacional a respeito da formação de intérpretes, como parece haver um consenso mundial na formação de outros profissionais das mais diversas áreas. O Brasil não encontrou a "fórmula mágica" para ensinar línguas estrangeiras e formar professores, tradutores e intérpretes num único (e breve) "pacote". Tal proposta parece advir da tão propalada mercantilização do ensino superior que se vê no País nas últimas décadas, cuja discussão foge ao escopo deste trabalho. A fim de ilustrar o que se diz aqui a respeito desse consenso a respeito da formação de intérpretes de conferência, segue-se um resumo dos seus principais pontos, a partir da literatura disponível nos Estudos da Interpretação.

6.6 Consenso internacional a respeito da formação de intérpretes

Há, sem dúvida alguma, um consenso internacional sobre os pressupostos necessários para a formação de intérpretes de conferência. Talvez a maior indicação disso seja o programa comum oferecido hoje por 18 universidades europeias, sob o nome de *European Masters in Conference Interpreting*, em colaboração com o SCIC (Serviço Comum de Interpretação de Conferências) da Comissão Europeia e a Direção de Interpretação do Parlamento Europeu, os dois maiores empregadores de intérpretes do mundo, como já mencionado na abertura deste capítulo.[94]

[94] www.emcinterpreting.org/index.php

Apesar de Magalhães (2007) mencionar em entrevista à revista *Lusofonia* que "fomos em busca da literatura disponível (que até hoje não é muito extensa)", há, de fato, um sem-número de publicações que tratam da questão, ainda que não existam cursos prontos como os existentes para o ensino de língua estrangeira, como também já mencionado no início deste capítulo. Há cinquenta anos, Gérard Ilg publicou uma minuciosa descrição de como se dava a formação de intérpretes na Escola de Intérpretes, da Universidade de Genebra (ILG, 1959). É interessante notar que, 49 anos depois, ainda ativo na profissão, o mesmo autor, em aula inaugural no Institute Catholique de Paris, em 30 de setembro de 2008, faz uma espécie de revisão do artigo que acabamos de mencionar, mostrando o que mudou e o que continua igual na formação de intérpretes (ILG, 2008).

Sobre a interpretação simultânea, além do que já foi mencionado no início do capítulo, podem-se citar dois importantes artigos de Claude Namy (NAMY, 1978 e 1988), também professor da ETI, em Genebra, que menciona, entre outras informações que "on a dit et écrit beaucoup de choses sur la question [de la formation des interprètes de conférence]. Une bonne dizaine de colloques au cours des vingt dernières années y ont été consacrés"[95]. Sobre o processo de seleção de intérpretes para cursos de formação, existem os anais do próprio colóquio da AIIC de 1965 supracitado, além do detalhado artigo de Walter Keiser, já mencionado (KEISER, 1978). Mais recentemente, Daniel Gile, o mais profícuo pesquisador na área dos Estudos da Interpretação, publicou um artigo fundamental, com o singelo título de "Teaching conference interpreting: a contribution" (GILE, 2005).

Não é escopo deste capítulo relacionar toda a bibliografia pertinente à formação de intérpretes de conferência, mas sim mostrar que há uma série de preceitos gerais, aceitos por quase todas as escolas e por quase todos os formadores de intérpretes, não se justificando certos procedimentos como os adotados em diversos cursos mencionados acima. Mackintosh (1995) denomina tal consenso de "a training paradigm", ou seja, um paradigma de formação [de intérpretes]. Praticamente todos

---

95 Muito já se falou e se escreveu sobre a questão [da formação de intérpretes de conferência]. Uma boa dezena de colóquios nos últimos vinte anos foram dedicados ao assunto.

esses “paradigmas” são mencionados nos artigos citados imediatamente acima nesta seção. Comentemos alguns desses príncípios a seguir, fazendo algumas referências aos cursos brasileiros aqui citados.

6.6.1 O acesso aos cursos de formação

A competência linguística é fundamental, assim como a maturidade intelectual, normalmente demonstradas por um primeiro diploma de nível superior e por exames de acesso.

> Applicants to courses in conference interpretation should have a university degree or equivalent (e.g. professional experience) and be required to pass an entrance test. [...] The purpose of the test is to ascertain: (a) the applicant’s proficiency in the languages offered, admission to the course being at the level of linguistic competence necessary for professional pratice”[96]. (MACKINTOSH, 1995). [Ver também AIIC, 1965, KEISER, 1978, GILE, 2005, entre outros].

Namy (1988) explica claramente a razão da exigência de um diploma universitário:

> Ce n’est pas que nos attachions une vertu magique aux grades universitaires; nous y voyons simplement la garantie d’un minimum de maturité intellectuelle, de discernement et de goût pour l’étude. Nous recherchons des candidats qui aient la “teste bien faicte”, comme disait Montaigne. Faut-il ajouter qu’ils ont fait l’objet d’une sélection rigoureuse, notamment sur le plan de la connaissance des langues passives ils doivent les comprendre et les parler sans dificulté.[97]

Keiser (1978) também coloca a questão com bastante clareza: “[...] interpretation courses are not language courses [...] the would-be student must have mastered his language before entering into *[sic]* the course[98].” O consórcio EMCI (European Masters in Conference Interpreting), já referido acima, define o conhecimento linguístico dos

---

96 Os candidatos aos cursos de interpretação de conferência devem ter diploma universitário ou equivalente (por exemplo, experiência profissional) e terão de passar por exames seletivos. [...] O propósito do exame é determinar (a) a proficiência do candidato nas línguas oferecidas, sendo que a aceitação se dá com a competência linguística necessária para a prática profissional”.

97 Não se trata de atribuir virtudes mágicas aos títulos universitários; vemos neles, simplesmente, a garantia de um mínimo de maturidade intelectual, de discernimento, de gosto pelos estudos. Buscamos os candidatos “de cabeça feita”, como dizia Montaigne. É preciso acrescentar que eles deveram se submeter a uma seleção rigorosa, especialmente no que concerne ao conhecimento das línguas passivas, que eles devem compreender e falar sem dificuldade.

98 Os cursos de interpretação não são cursos de línguas [...] o estudante em perspectiva deve ter domínio da língua antes de entrar no curso.

candidatos ao programa oferecido pelas 18 universidades conveniadas exigindo que eles “have an in-depth knowledge of their working languages (B and C)”[99] [100].

As citações acima são apenas algumas, dentre muitas, que declaram a necessidade imperiosa de o aluno de um curso de interpretação ter o domínio pleno de sua língua (ou línguas) de trabalho. Não há tempo suficiente em um curso de interpretação para aprender uma língua no nível de proficiência exigido para o exercício da interpretação e, posteriormente, desenvolver as competências necessárias para a profissão. E, o que é fundamental, os cursos de formação de intérpretes visam a uma formação profissional e ao ensino de línguas.

A classificação linguística desenvolvida pela AIIC e aceita como o padrão em todas as escolas de interpretação, organizações internacionais e demais usuários de intérpretes está dividida em línguas “A”, “B” e “C”. A chamada “língua A” é a língua materna do intérprete. A respeito da chamada “língua B”, a AIIC[101] estabelece a seguinte diretriz: “Embora não seja sua língua materna, o intérprete deve ter um domínio total de sua língua B, para a qual ele trabalha a partir de uma ou mais de suas línguas.” A respeito da chamada “língua C”, diz a AIIC: “Línguas a partir das quais o intérprete trabalha e das quais tem uma perfeita compreensão.” Em resumo, a língua B é a língua estrangeira ativa, enquanto a língua — ou línguas — “C” são idiomas passivos, a partir do qual o intérprete traduz, sendo sempre uma língua de partida. Em resumo, deve ter um “domínio total” ativo e passivo na língua B e um “domínio total” de compreensão (passivo) nas línguas C.

Dito isso, não é possível conceber cursos como os de instituições que supostamente oferecem formação ou dão a entender a possibilidade de o aluno se tornar intérprete, ao mesmo tempo em que terá de aprender a língua, uma vez que aceitam egressos do ensino médio, submetidos a um exame vestibular que, como é de conhecimento comum, não mede jamais a proficiência linguística no nível exigido como explicado

---

99 tenham conhecimento profundo de suas línguas de trabalho (B e C).

100 www.emcinterpreting.org/admission.php. Acesso em 6 jan 2010.

101 http://brasil.aiic.net/ViewPage.cfm/article1449.htm. Acesso em 9 jan 2010.

acima, e levando-se em conta que tal candidato nem mesmo é submetido a qualquer exame oral de proficiência linguística. A FMU indica que seu curso visa a "desenvolver sua fluência e a se expressar claramente tanto por meio da linguagem escrita quanto da linguagem falada". As referidas instituições oferecem até mesmo laboratórios de língua, como anunciam os websites da FMU e da UNIP, supracitados. Ora, um curso que pretenda capacitar intérpretes de conferência não pode, de modo algum, conceber que o aluno vá "desenvolver fluência" durante o curso ou precise de um laboratório de idiomas para praticar a língua estudada. É ponto comum entre as instituições que, de fato, formam intérpretes, que a proficiência linguística é trazida pelo aluno ao ingressar no curso. Tal proficiência é verificada e comprovada por um exame oral específico, como o fazem no Brasil os cursos oferecidos pela PUC-Rio, PUC-SP e pela Associação Alumni, também em São Paulo. Tais exames, obviamente, não se restringem à proficiência linguística na língua estrangeira apenas, mas engloba ainda outras questões.

Não há informação do nível específico de proficiência linguística exigido pelas oficinas de treinamento mencionadas neste capítulo, mas o site da oficina oferecida por Ayrton Farias, em Recife, em julho de 2009, menciona como pré-requisitos para participar da oficina de três dias os seguintes:

> Domínio do idioma estrangeiro e do português
> Boa comunicação oral
> Nível universitário
> Idade mínima: 18 anos

Não se especifica o que se entende por "domínio", nem se ou/e como tal "domínio" será avaliado. Outro aspecto curioso é que a oficina reune diferentes idiomas, uma vez que o público alvo é descrito como "Pessoas com conhecimento em nível de proficiência nos idiomas inglês, espanhol, francês ou italiano (em caso de outros idiomas, por favor consultar)". Não se explica como é feito o treinamento com essa variedade de idiomas, uma vez que não se indicam horários diferentes para idiomas diferentes.[102] É ainda preciso observar que candidatos com 18 anos de idade dificilmente terão atingido a

[102] www.infolandbrasil.com/. Acesso em 6 jan 2010.

proficiência linguística e a maturidade intelectual normalmente exigidas para um curso de formação de intérpretes, candidatos esses que, ainda segundo o perfil delineado pelo consórcio do EMCI, que bem o resume, devem ter "a good overall knowledge of international affairs and be well-informed of the economic, social, and cultural background of the countries in which their working languages are used"[103].[104] Essa, também, é normalmente a faixa etária em que estão os alunos de cursos regulares de graduação em Letras, como os mencionados aqui. Ve-se, pois, que as duas condições *sine qua non* para o acesso à formação de intérpretes são a maturidade intelectual e a proficiência linguística, sem as quais não é possível dar início à sua formação específica.

6.6.2 A duração dos cursos

Outro consenso é quanto a extensão dos cursos. Os cursos oferecidos pelas instituições vinculadas ao EMCI têm 400 aulas de contato em sala de aula e o tempo despendido em estudo, preparação e prática fora de aula deve chegar a, pelo menos, mais 600 horas.[105] Essa carga horária é, usualmente, dividida em um ou dois anos acadêmicos (quatro semestres), cujo currículo é voltado, eminentemente, para a prática da interpretação consecutiva e simultânea, acrescida de teoria da interpretação e outros cursos acessórios, como uso da voz, pesquisa terminológica, etc. Ressalte-se que o currículo pode ter pequenas variações e acréscimos definidos pelas próprias instituições, mas seguem o mesmo padrão geral aqui descrito. No Brasil, somente os cursos oferecidos pela PUC-Rio e pela PUC-SP seguem modelo semelhante, como se pode ver pela matriz curricular incluída neste capítulo.

6.6.3 As questões metodológicas: a interpretação consecutiva precede a simultânea, o uso de laboratórios e o papel do professor.

---

103 bom conhecimento geral de questões internacionais e ser bem-informados a respeito das questões econômicas, sociais e culturais dos países em que se falam suas línguas de trabalho.

104 www.emcinterpreting.org/admission.php. Acesso em 6 jan 2010.

105 www.emcinterpreting.org/admission.php. Acesso em 6 jan 2010.

Embora a interpretação consecutiva não seja tão utilizada atualmente como o era até meados do século XX, é consenso entre os formadores de intérpretes e, consequentemente, as instituições de que a consecutiva deve não só continuar a ser ensinada, como deve preceder o ensino da simultânea. Como a simultânea tem muito mais visibilidade atualmente em conferências internacionais, é comum os alunos iniciantes quererem imediatamente começar por ela. A cabine, afinal de contas, parece ter mais apelo imediato que o bloco de notas.

No entanto, o consenso de que a consecutiva precede a simultânea é antigo e está presente em praticamente todos os currículos das grandes escolas de formação. Ilg (1959) já deixava isso bem claro, ao descrever o curso oferecido pela então Escola de Intérpretes da Universidade de Genebra. Em 1967, a intérprete canadense Thérèse Nilski (NILSKI, 1967) menciona que

> the best European schools, the ones that turn out a high ratio of competent, practicing interpreters, have discovered that, in order to teach acceptable *simultaneous* interpretation, they must go back to one of the older, and gradually vanishing forms of interpretation: *consecutive*[106] (p. 48, grifo da autora no original).

Na ESIT (Université de Paris - Sorbonne Nouvelle) e no ISIT (Institut Catholique de Paris), o primeiro dos dois anos de curso é dedicado, excluisivamente, à interpretação consecutiva. Só os alunos aprovados em interpretação consecutiva ascendem à formação em simultânea (ver, entre outros, MACKINTOSH, 1995 e SELESKOVITCH e LEDERER, 2002, GILE, 2005). Como se vê, o consenso é antigo e perdura até o século XXI.

A razão para tal consenso é muito simples: é por meio da sólida formação em interpretação consecutiva que o aluno aprenderá a, verdadeiramente, escutar a mensagem, reter o seu sentido e reproduzir seu conteúdo, sem se ater à forma linguística. Quando há problemas nessa fase, dificilmente o futuro intérprete se livrará do mau hábito de calcar na forma linguística do original. Embora, como diga Gile (2005)

[106] as melhores escolas europeias, as que formam um grande número de intérpretes praticantes competentes, descobriram que, para ensinar a *simultânea* de modo aceitável, têm de voltar à uma das formas mais antigas de interpretação, que está desaparecendo: a *consecutiva*.

não existam dados de pesquisa que indiquem a necessidade de tal sequência, é ele mesmo quem afirma o seguinte: Simultaneous interpreting is seen by students as the culmination of their training. Indeed, when it is taught *after consecutive has been fully mastered*, [grifo nosso] it provides them with the final technical skills required to enter the labour market"[107] (GILE, 2005). E mais adiante no mesmo artigo, ao mencionar os problemas que possam surgir na passagem da consecutiva para a simultânea — já indicando que a consecutiva precede a simultânea — Gile sugere que, ao surgirem os problemas mencionados, "it is desirable to take the students through intensive exercises in consecutive to put them back on the right track"[108] (Gile, 2005). Não resta dúvida que Gile concorda, apesar da falta de resultados de pesquisas por ele apontada, que a consecutiva é o elemento preparatório para a simultânea.

Namy (1988) reitera o mesmo conceito: "Dans tous ces exercises [em simultânea] la primauté va au sens. D'où l'importance d'une longue pratique de l'interprétation consécutive"[109]. Dificilmente qualquer um desses pesquisadores concordaria com a estratégia preconizada por Magalhães (2007) na mencionada entrevista — e implementada em suas oficinas de três dias — em que afirma: "Os aprendizes são colocados na cabine desde o primeiro dia, para um primeiro choque". Ora, não se formam intérpretes por meio de "choques", mas sim por meio do ensino equilibrado em que, como menciona Namy (1988) acima, a prioridade é ao sentido. Sem que o aluno tenha aprendido a escutar e analisar o sentido da mensagem, inevitavelmente cairá na tradução fragmentada e calcada no chamado "mot-à-mot", pelos pesquisadores franceses (Ver SELESKOVITCH e LEDERER, 2002, entre outros). Ou como diz ainda Namy (1988): "Il faut en effet que l'étudiant ait pris l'habitude d'analyser les propos de l'orateur pour en extraire l'essentiel. Analyser doit presque devenir un réflexe chez

---

107 A interpretação simultânea é vista pelos alunos como a culminância de sua formação. De fato, quando ensinada após a consecutiva ter sido plenamente dominada [grifo nosso], ela lhes dá a capacitação técnica final para que ascendam ao mercado de trabalho.

108 é desejável realizar exercícios intensivos de consecutiva com os alunos, para levá-los de volta ao caminho correto.

109 Em todos esses exercícios (em simultânea) a primazia deve ser do sentido. Daí a importância de uma longa prática da interpretação consecutiva.

lui”[110]. Não há, obviamente, como se desenvolver tal habilidade em dois ou três dias, principalmente sem o apoio sólido da prática da interpretação consecutiva.

Essa sequência é obedecida, basicamente, na matriz curricular da PUC-SP, em que a consecutiva ocorre no segundo semestre, antes da introdução da simultânea no terceiro. A partir daí, a consecutiva e a simultânea, co-ocorrem, com a consecutiva sendo praticada nas disciplinas denominadas “Estágio de Interpretação I e II”, o que também acontece em praticamente todas as escolas europeias. Estranhamente, a matriz curricular da PUC-Rio indica que a simultânea começa no primeiro período e a consecutiva só aparece no segundo, de onde se estende ao terceiro, sendo que no segundo e terceiro períodos aparecem juntas. Na Associação Alumni, tanto a consecutiva quanto a simultânea são introduzidas juntas, no terceiro semestre do curso, sendo que no quarto (e último) a prática de interpretação é apenas simultânea.

A atual ANHANGUERA também não mais divulga sua grade, como o fazia anteriormente a Ibero-Americana, embora costumasse apresentar disciplinas de interpretação consecutiva e simultânea em sua matriz, nos últimos semestres do curso, uma vez que os iniciais tinham grande quantidade de disciplinas de língua estrangeira, pelas mesmas razões mencionadas para as outras instituições que pretendem formar professores, tradutores e intérpretes em um único curso, em nível de graduação. No entanto, a página referente ao curso no website da instituição, menciona que ela possui “moderníssimo Laboratório de Interpretação Simultânea e Consecutiva, com sete cabines, abrigando quatorze alunos simultaneamente[111]”. A informação é, logicamente, verdadeira, uma vez que a ANHANGUERA possui, de fato, um laboratório com sete cabines de interpretação simultânea. Não faz sentido, é claro, falar em “laboratório de interpretação consecutiva”, uma vez que a consecutiva não é praticada com qualquer equipamento. O apelo comercial, porém, aparece quando se fala em sete cabines e quatorze alunos simultaneamente, o que pode parecer excelente para um aluno em perspectiva. Ora, nenhuma sala da aula da ESIT, ISIT, ETI ou qualquer outro grande

[110] É preciso, de fato, que o aluno adquira o hábito de analisar o que o orador quer dizer, a fim de apreender o essencial. O ato de analisar deve tornar-se quase um reflexo nesse aluno.

[111] www.unibero.edu.br/cursos_graduacao_letrastrad.asp#. Acesso em 9 jan 2010.

centro de formação de intérpretes tem tal número de cabines e a razão é muito simples: não é possível ao professor acompanhar quatorze alunos ao mesmo tempo. Dificilmente, durante uma aula de interpretação simultânea, o professor poderá acompanhar mais de três, ou no máximo, quatro alunos de forma adequada, prestando atenção ao sentido e à adequação da interpretação do aluno, com os comentários e correções pertinentes ao processo e às estratégias em si, e não ao uso de uma ou outra palavra (Ver ILG, 1959, NAMY, 1988 e SELESKOVITCH e LEDERER, 2002, entre outros, sobre a função do professor). Considerando-se que o tempo de trabalho de um intérprete simultâneo profissional, sem alternância, é em torno de 20-25 minutos, ainda que o professor tenha um aluno por cabine, caso escute sete alunos, terá de dedicar não mais de três minutos a escutar cada um, o que não lhe permitirá um acompanhamento adequado. E um aluno só conseguirá atuar, coerentemente, de 20 a 25 minutos depois de uma prática razoável. É comum nas primeiras aulas de interpretação simultânea deixar que os alunos interpretem em torno de 10 minutos, após o que o esforço já é muito grande e induz à tradução de palavras em vez de sentido. Gradualmente, aumenta-se esse tempo, até chegar aos 20-25 minutos típicos do exercício da profissão. Logo, de nada adianta ter sete cabines e, muito menos, afirmar que quatorze alunos poderão praticar simultaneamente. Como afirmam Seleskovitch e Lederer (2002), “on ne peut donc pas enseigner correctement la simultanée à plus d’une dizaine d’étudaints dans une combinaison linguistique donnée” (p. 167)[112]. Em estudo realizado no programa da Universidade de Viena, Pöchhacker (1999) indica a média de seis alunos por turma, no programa pesquisado, chegando a um máximo de 11. Como se vê, de nada adianta possuir um laboratório com um grande número de cabines, uma vez que para a formação adequada de intérpretes esse número deve ser limitado.

Ao contrário da prática profissional, em que os intérpretes permanecem em dupla na cabine para que alternem a cada 20 minutos, em ambiente de sala de aula não há nenhuma vantagem nisso, uma vez que um dos alunos falará e o outro ficará em silêncio para não atrapalhar o colega. O mais útil e comum na maioria das escolas é

112 não se pode, pois, ensinar a simultânea corretamente a mais de dez alunos em uma dada combinação linguística.

que alguns alunos pratiquem a simultânea (um por cabine), com acompanhamento do professor, enquanto os demais, também com acesso ao discurso original ou à própria interpretação dos colegas (numa prática de *relay*[113]), tomem notas para depois apresentar o mesmo discurso em consecutiva. A seguir, os alunos se alternam, de modo que todos praticam as duas modalidades de interpretação ao mesmo tempo, ao longo de toda o processo de formação. É está a prática comum em cursos como os oferecidos pela ESIT (Sorbonne Nouvelle), ISIT (Institut Catholique de Paris), ETI (Universidade de Genebra) e Universidade Westminster, em Londres, todos programas entre os mais conceituados do mundo. Tal estratégia já foi observada diversas vezes pelo autor do presente trabalho em visita às instituições aqui mencionadas e é também sugerida, especificamente, em SELESKOVITCH e LEDERER (2002, p. 173), em que especificam o número de alunos na cabine em três ou quatro.

Não é, pois, o número de cabines que faz a diferença em um curso de interpretação, servindo tal fato apenas como apelo comercial aos leigos. O que importa, de fato, é seu uso adequado, num processo de formação com a progressão que leve os alunos a desenvolverem as técnicas que os tornarão verdadeiros intérpretes de conferências. Como se pode observar, diversas instituições brasileiras gostam de apregoar o fato de possuírem laboratórios, ainda que sejam apenas laboratórios de língua, que nada acrescentam à formação de intérpretes de fato, estando, isso sim, ligados ao ensino de línguas estrangeiras. Ou, ainda, apregoam o fato de terem cabines de interpretação, o que parece óbvio para um curso que pretenda formar intérpretes, sem que essas cabines sejam, necessariamente, utilizadas de modo adequado. É o apelo à tecnologia, tão ao gosto dos órgãos de publicidade.

Uma última observação sobre laboratórios: SELESKOVITCH e LEDERER (2002) são categóricas a respeito da inadequação do laboratório de idiomas para a formação de intérpretes.

> Certaines filières universitaires se servent de laboratoires de langues pour faire aux étudiants des exercises de version ou de thème oral. Il ne s'agit pas d'un enseignement de la simultanée, même si elles en adoptent parfois l'appellation

113 que é a interpretação a partir de outra interpretação, e não do original.

mais tout au plus d'un ensignement des langues étrangères (p. 163)[114].

Dão, a seguir, as razões para tal inadequação: os laboratórios de línguas utilizam fones muito pesados, com grande capacidade de vedação, a fim de impedir que um aluno escute o outro, enquanto os futuros intérpretes devem utilizar fones bem leves e remover parte deles ou um deles, a fim de ouvir a própria voz e acompanhar sua produção, algo fundamental para os intérpretes. Sem o isolamento sonoro entre as cabines, é impossível trabalhar dessa maneira. Além disso, os laboratórios de idiomas não permitem que os alunos trabalhem em duplas, quando se quer praticar tal tipo de atuação. Ainda, a disposição física desse tipo de laboratório reproduz a de uma sala de aula tradicional e não a de uma sala de conferências, com diversas possibilidades de contato visual.

Em resumo, os laboratórios de idiomas têm uma função específica: o ensino de idiomas estrangeiros, algo que não faz parte da formação de intérpretes. As cabines de interpretação são fundamentais para a formação adequada de futuros intérpretes, mas devem ser utilizadas de forma adequada a fim de promoverem os hábitos profissionais corretos.

6.6.4 O papel da tradução escrita na formação de intérpretes.

São muitos os autores que consideram útil a prática em tradução precedente à formação do intérprete como útil (Ver, entre outros, ILG, 1959, 2008; GOUADEC, 2003; MAYORAL, 2003; GILE, 2005). Em seu artigo sobre modelos de cursos de formação, Renfer (1992) aponta que o modelo em que a formação em tradução precede à em interpretação é utilizado com frequência, principalmente nas situações em que a tradução constitui um primeiro título universitário, seguido, opcionalmente, de uma titulação em interpretação, que exige um processo seletivo específico: "In most cases,

114 Algumas instituições universitárias utilizam laboratórios de línguas para que os alunos façam exercícios de versão oral. Não se trata de ensino de simultânea, ainda que algumas dessas instituições adotem, às vezes, tal nomenclatura; constituem, no máximo, ensino de língua estrangeira.

candidates for interpreter training must pass the final examination in translation and the sit an admission test before entering the interpreting department[115]" (Renfer, 1992, p. 175). Aponta, ainda, que o modelo dos cursos de interpretação independentes são comuns em programas nos quais os alunos já passaram por outra formação em nível de graduação. O que nenhum autor consultado defende é o modelo adotado por diversas instituições brasileiras, em que o aluno tem acesso sem um processo seletivo específico e, supostamente, recebe formação em língua estrangeira, tradução e interpretação ao mesmo tempo e em três ou quatro anos.

Renfer aponta ainda que (1992),"While it is possible for one person to work both as a translator and an interpreter, the skills required for the two activities vary considerably"[116]. Logo, é necessária formação específica. Quando se pretende formar dois profissionais, Renfer (op. cit) defende o que chama de "two-tier system"[117], como citado acima, sendo as duas formações separadas por um exame específico de acesso à formação em interpretação. O autor cita, ainda, mais três modelos: cursos paralelos, seguidos por dois exames finais independentes; o modelo em "Y", em que, após um tronco comum, o currículo para a formação de tradutores e de intérpretes se bifurca; a formação de intérpretes de modo independente, em que os alunos já possuem um primeiro título universitário.

A título de exemplo, pode-se mencionar que a ETI, da Universidade de Genebra, segue o "two-tier system", com três anos para a formação em tradução e mais dois anos para a formação em interpretação, com exames finais de tradução e exames de admissão para a formação em interpretação. A ESIT, da Universidade de Paris, segue o modelo de cursos independentes em tradução ou interpretação, ambos precedidos de algum título universitário de, pelo menos, três anos. O Monterey Institutute of International Studies, na Califórnia, apresenta a opção de cursos independentes ou do modelo "em

115 Na maioria dos casos, os candidatos à formação de intérpretes devem, em primeiro lugar, ser aprovados nos exames finais de tradução e, depois, submeterem-se aos exames de admissão antes de serem aceitos no departamento de interpretação.

116 Ainda que seja possível uma pessoa atuar tanto como tradutor e como intérprete, as técnicas exigidas para as duas atividades varia consideravelmente.

117 sistema de dois níveis

Y”, ambos em nível de pós-graduação.

No Brasil, o curso-livre da Associação Alumni segue o modelo “em Y”, como apontado por Renfer. Os cursos da PUC-Rio e da PUC-SP seguem o modelo de uma formação independente. O curso da PUC-Rio, a partir de 2008, tornou-se uma pós-graduação lato-sensu, após ser curso sequencial durante vários anos. Consequentemente, a formação universitária prévia é um requisito. O curso da PUC-SP mantém-se como curso sequencial, que não exige um título universitário prévio. Na prática, porém, são raros os alunos que não o possuem. O mesmo pode se dizer do curso-livre oferecido pela Associação Alumni: como curso-livre, não exige qualquer titulação específica prévia. Na prática, porém, são raros os alunos que não têm algum título universitário, principalmente considerando-se a exigência mínima de o candidato ter 21 anos, pelo menos, e considerando-se a classe social da imensa maioria dos alunos, que pagam uma mensalidade mais alta do que a maioria dos cursos universitários na cidade de São Paulo.

6.6.5 Os professores de interpretação devem ser intérpretes

Embora possa parecer óbvio, é preciso explicitar que o consenso internacional é que os professores de interpretação devem ser intérpretes. (Ver Keiser, 1978; Longley, 1978; Mackintosh, 1985; Seleskovitch e Lederer, 2002, entre muitos outros.) A preocupação aqui é com o fato de que algumas instituições venham a pensar em atribuir aulas de interpretação a alguém sem experiência prática de atuação como intérpretes de conferência. Em outras palavras, é a preocupação constante dos profissionais da área, em razão da confusão do público em geral, que chega aos administradores institucionais, de que a tradução e a interpretação são consequências naturais de se saber mais de um idioma. Essa confusão, obviamente, não acontece em instituições que, de fato, formam intérpretes de conferências.

Não se afirma, porém, que basta ser intérprete para ser professor de interpretação. Já

em 1978, Longley afirmava que

> although there are some things that are best taught by experienced professional interpreters, unless that interpreter also knows how to impart his knowledge, and develop skill and ability in others, his students will become but pale reflections of their teacher[118] (p. 53).

Seleskovitch e Lederer (2002) também mencionam a questão, em contra-argumento ao fato muitas vezes mencionado de que um professor de línguas estrangeiras, com a devida formação pedagógica, poderia ensinar melhor que um intérprete profissional:

> Le besoin croissant en interprètes de conférence a amené certaines universités à confier un enseignement "d'interprétation" [grifo das autoras] à des enseignants qui ne sont pas eux-mêmes interprètes. [...] à quoi cela sert-il d'enseigner bien quelque chose de faux? [119](p. 353).

A questão é, realmente, delicada: sem dúvida, é preciso aliar a prática profissional ao preparo pedagógico. Seleskovitch e Lederer (2002) sugerem que o mais fácil é dar a formação pedagógica a um intérprete experiente, para que ele se torne professor de interpretação. Nesse sentido, a AIIC vem, há diversos anos, oferecendo seminários e oficinas de "formação de formadores", como se costuma chamar na área. Porém, um problema constante é equacionar as exigências de uma carreira acadêmica com o exercício da interpretação, como levantado por Hofmann (2008) na entrevista supracitada, a respeito do curso que era oferecido pela UFRGS. Longley (1978) diz que, ao dar início ao curso da PCL (Polytechnic of Central London, atual University of Westminster) teve de "make a definite choice between full time teaching and full time interpreting"[120] (p. 53). A mesma opção é frequentemente mencionada por Angela Levy, que criou o curso da Associação Alumni, já mencionada acima (informação verbal). As escolas mais tradicionais na Europa, como a ETI e a ESIT, já se acostumaram a permitir que os professores de interpretação continuem a exercer a profissão de intérprete e, inclusive, estimulam tal prática. No Brasil, a situação é bastante mais complicada por uma carga horária excessiva, que exige muitas horas do professor em

---

118 apesar de haver algumas coisas que são mais bem ensinadas por intérpretes profissionais experientes, a menos que esse intérprete saiba transmitir seu conhecimento e desenvolver técnica e habilidade nos outros, seus alunos tornar-se-ão meros reflexos de seu professor.

119 A crescente necessidade de intérpretes de conferência levou algumas universidades a confiar o ensino de "interpretação" [grifo das autoras] a professores que não são, eles mesmos, intérpretes. [...] para que serve ensinar bem algo de errado?

120 fazer uma escolha definitiva entre o ensino em tempo integral e a interpretação em tempo integral.

sala de aula, além de funções administrativas. A situação é mais facilmente contornável em cursos-livres, como o da Associação Alumni, em que a titulação acadêmica também não tem o papel preponderante que assume nas instituições universitárias.

6.7 As relações entre os profissionais de interpretação e os cursos de formação

Em 2005, a Associação Internacional de Intérpretes de Conferência realizou um grande projeto de pesquisa denominado *La Relève*[121]. No projeto, a AIIC faz um levantamento detalhado dos intérpretes em atuação numa ampla gama de organizações internacionais e em órgãos públicos de diversos países. A ênfase principal desse projeto está em fazer um levantamento das necessidades futuras na área de interpretação e em estabelecer relações com os centros de formação para atender a essa demanda previsível. Levam-se em conta a possível aposentadoria dos intérpretes em atuação a partir das diferentes faixas etárias, sua distribuição geográfica e combinação linguística. A partir daí, a AIIC vem desenvolvendo uma série de atividades e tentando estabelecer relações mas próximas com instituições formadoras de intérpretes de todo o mundo. Neste ano de 2010, as instituições de ensino de todo mundo estão, mais uma vez, atualizando as informações de seus programas junto ao Comitê de Formação da AIIC. Não cabe aqui um comentário detalhado do projeto, cujo relatório final tem 45 páginas. (DURAND, 2005).

Um projeto semelhante no Brasil seria, obviamente, impraticável, uma vez que os intérpretes brasileiros atuam num ambiente totalmente *freelance,* além do fato de que muitos não estão ligados a qualquer associação de classe, fazendo com que um contato com todos e uma previsão das necessidades futuras da profissão seja algo muito difícil. Porém, o que se salienta aqui, em linhas gerais, é a preocupação da Associação (Internacional) com a formação de novas gerações de intérpretes que virão a substituir os que se aposentam e, para tal, o projeto indica a aproximação entre a Associação e as instituições formadoras de intérpretes, o que de fato vem, de fato, acontecendo nesses últimos anos. Além disso, a Associação vem promovendo há

[121](A Substituição, O Revezamento) recebido por <pagurarj@pucsp.br> em 26 out. 2006.

vários anos seminários anuais para “formação de formadores”, em diversas cidades (até agora) da Europa, abertos não só a seus membros, mas a demais intérpretes interessados em se tornarem formadores de futuros intérpretes. A ênfase na formação de intérpretes, em âmbito internacional, é uma realidade. Não se imagina, nos dias de hoje, os intérpretes “formados” na prática, na forma do “sink or swim”, mencionado anteriormente neste trabalho.

Tal movimento não encontra nenhum paralelo em sua congênere local, a APIC. Não parece haver no Brasil a preocupação dos intérpretes atuantes no mercado em estabelecer relações com formadores de intérpretes, tendo em vista a entrada de novos intérpretes no mercado. Até alguns anos atrás, a APIC costumava realizar, nos finais de ano, uma “reunião com os novos”, para a qual convidavam alunos da Associação Alumni, instituição por onde passou grande parte dos membros da Associação. Já faz, porém, alguns anos que o convite não é mais feito. Considernado-se que também não é feito convite aos alunos da PUC-SP, pode-se concluir que a “reunião com os novos” deixou de existir, uma vez que essas seriam as duas instituições cujos formandos seriam convidados. Ainda que exista o interesse por parte de indivíduos, como Carola Junqueira, membro da APIC e da AIIC, por exemplo, em “iniciar” novos intérpretes na profissão (Cf. JUNQUEIRA, 2009), não parece ser essa a posição institucional.

Alguns intérpretes, tanto dentre os membros da APIC como outros, não parecem ter qualquer empenho em colaborar com atividades relacionadas à formação de “futuros competidores”, como se menciona algumas vezes. Em seu depoimento para este trabalho, um dos entrevistados, que não é membro da APIC nem da AIIC, mas que é bastante ativo no mercado do sul do Brasil, com um importante número de dias de atuação por ano, diz: “A sorte que temos por aqui [Porto Alegre] é que não existem cursos de formação de intérpretes. Não tem curso aqui, como em São Paulo, que tem a Alumni e a PUC, que colocam esses profissionais na área, aumentando a concorrência” (identificação omitida propositalmente). Com certeza, essa opinião encontraria eco em muitos de seus colegas de todo o Brasil.

Aparentemente, cada vez mais, os novos intérpretes que começam a atuar no Brasil passaram por algum tipo de formação. Diversos ex-alunos da PUC-SP têm atuado cada vez mais no mercado, assim como os da Associação Alumni. É óbvio que nem todos entram no mercado de interpretação definitivamente, fato que acontece com todas alunos egressos de cursos de formação das mais diversas profissões. Nem todos esses alunos atuantes procuram ingressar em associações de classe, necessariamente. E, mais uma vez, as condições de um mercado *freelance* como o brasileiro dificultam muito qualquer pesquisa.

Uma possibilidade é consultar-se o website da APIC e localizar os novos membros, entre credenciados — aprovados no exame de 2008 — e candidatos - com mais de 50 dias de atuação no mercado e apadrinhados por membros da Associação que com eles trabalharam. Encontramos o seguinte quadro[122], em julho de 2010: dos três credenciados, um é egresso do curso da PUC-SP; dos sete candidatos, dois são egressos do curso da PUC-SP e outros três, do curso da Associação Alumni; mais um dentre os candidatos é David Coles, já citado acima. Resumindo-se essa simples estatística, verifica-se que entre os dez membros novos (que ainda não atingiram 200 dias de trabalho dentro dos padrões exigidos pela APIC), seis são ex-alunos dos dois cursos que, de fato, formam intérpretes em São Paulo e mais um (Coles) foi professor de ambos os cursos.

Essa observação baseia-se, simplesmente, no conhecimento dos indivíduos em questão por parte do autor deste trabalho, que trabalha em ambas as instituições — pesquisador “insider”, nas palavras de Koskinen (2008), citada anteriormente neste trabalho. Essa relação parece indicar uma correlação significativa, pelo menos em São Paulo, entre os cursos de formação e o mercado de trabalho. Lembremos ainda a informação apresentada acima, neste capítulo: dos 66 membros da APIC residentes em São Paulo, constantes da Lista de Membros de 2007-2008, 50 haviam sido alunos da Associação Alumni. No curso da PUC-Rio, duas das professoras são membros da AIIC e da APIC, em pleno contato com a profissão. Uma delas (Branca Vianna) tem

122 <www.apic.org.br>. Acessado em 17 jul. 2010.

formação específica em formação de intérpretes na Universidade de Genebra e desenvolve projeto de doutoramento na área, numa junção entre profissão e academia.

É preciso lembrar também que os cursos da PUC-SP e da Associação Alumni, bem como o da PUC-Rio, não são cursos universitários de graduação formal, de quatro anos, mas sim cursos específicos de formação profissional, com dois anos de duração, com requisitos de admissão especificamente direcionados ao nível de proficiência linguística mínimo necessário para que seja possível uma formação de intérpretes que não se confunda com aprendizado do idioma estrangeiro de trabalho. O nível de proficiência linguística e a bagagem cultural necessária para a formação de intérpretes dificilmente terão sido adquiridos aos 18 ou 19 anos, quando a maioria dos jovens ingressa na graduação.

Embora admitamos que a APIC não represente a totalidade dos intérpretes atuantes em São Paulo ou no Brasil, é a única fonte possível para se obter dados precisos dos profissionais da área de interpretação no País, pois é a única associação de classe que congrega intérpretes profissionais. A menos que se tenha imensos recursos para pesquisa, dificilmente será possível mapear todo o contingente de intérpretes atuantes no Brasil, com os mais variados graus de qualidade e de profissionalismo.

6.8 Comentários finais sobre a questão da formação de intérpretes

Grande parte das instituições de ensino superior brasileiras ainda não consegue diferenciar entre o aprendizado de línguas estrangeiras e a formação profissional do tradutor e a do intérprete, além de, com frequência, confundir tais formações com a do professor de línguas, colocando-as todas num mesmo curso. Os websites das instiuições, como demonstrado, fazem uma grande confusão não só sobre o exercício profissional do tradutor e o do intérprete, como também não conseguem diferenciar entre um intérprete de conferências e um intérprete comunitário. A título de exemplo, veja-se o website da ANHANGUERA, que informa que seu egresso, além de poder

atuar de múltiplas maneiras no mercado de tradução, também está apto a atuar "em congressos, aeroportos, agências de turismo, escritórios de comércio exterior, embaixadas e empresas multinacionais". Ora, o intérprete de conferências atua em congressos, é claro, mas jamais em aeroportos, agências de turismo, embaixadas e escritórios, como informa o website. Fica clara aí a confusão entre o que seria um intérprete de conferência e um intérprete comunitário ou mesmo um recepcionista bilíngue. Isso num curso cujo website diz ser o "curso de maior prestígio em sua área no Brasil", por critérios não explicados[123].

É bastante grave o fato de cursos como alguns apontados acima criarem em seus alunos a ilusão e a expectativa de que estão sendo, de fato, formados como intérpretes de conferências. Embora não utilizem a expressão completa "intérprete de conferências", ao mencionar que seus egressos poderão atuar em congressos e conferências internacionais, dão a entender claramente que atuarão como intérpretes simultâneos nesses eventos. Em raros casos, o que esses cursos poderiam fazer — cursos esses que pretendem formar professores, tradutores e intérpretes ao mesmo tempo, além de tentar ensinar a própria língua estrangeira de trabalho — seria formar intérpretes de acompanhamento ou recepcionistas bilíngues em eventos, em vez de vender a imagem, mais glamorosa para alguns, de que atuarão em cabines de interpretação simultânea em grandes eventos internacionais.

No que tange à formação de intérpretes de conferência especificamente, o padrão aceito em todo o mundo é, indubitavelmente, o estabelecido pela AIIC, cujas linhas principais são as expostas acima, na subseção intitulada "Consenso internacional a respeito da formação de intérpretes".

Em pesquisa realizada pela mencionada Associação em 2004 para relacionar as escolas que atendiam a suas diretrizes, o curso oferecido pela PUC-SP foi o único no Brasil a vir a constar do site da referida associação. Por informação pessoal ao autor deste trabalho, sabe-se que a PUC-Rio não chegou a participar da pesquisa, ou

---

[123] www.unibero.edu.br/cursos_graduacao_letrastrad.asp. Acesso em 9 jan 2010.

certamente teria também sido incluída, como o foi no site brasileiro da AIIC, uma vez que atende aos requisitos básicos da Associação. A lista de todas as escolas de interpretação no mundo, referenciadas pela AIIC, foi removida de seu website em 2009 e, a partir de novo levantamento a ser efetuado em 2010, será restabelecida, como informa o site da Associação.[124] Na versão brasileira do website, ainda se pode ver que os únicos cursos mencionados são os oferecidos pela PUC-Rio e pela PUC-SP, nos seguintes termos[125]:

P.U.C., Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Buscar em Extensão e Especialização
http://www.letras.puc-rio.br/

P.U.C., Pontificia Universidade Católica de São Paulo
Escola que atende aos requisitos da AIIC
www.pucsp.br

124 http://www.aiic.net/ViewPage.cfm?article_id=2302. Acesso em 9 jan 2010.
125 http://brasil.aiic.net/ViewPage.cfm/article1459.htm. Acesso em 9 jan 2010.

Capítulo 7

Conclusão

7.1 Alguns Possíveis Cenários Futuros da Profissão no Brasil

Ao se falar de cenários futuros da profissão no Brasil, fica implícito que se fazem aqui projeções, a partir de observação, vivência e opiniões dos praticantes da profissão, assim como da análise das tendências do que acontece em âmbito internacional. Não é obviamente possível fazerem-se previsões firmes, principalmente num ambiente em que o exercício da profissão de intérprete ocorre, em sua totalidade, em um mercado *freelance*, que é muito mais volátil do que o das organizações internacionais e governos, que empregam um grande número de intérpretes na Europa e, em menor quantidade, nos Estados Unidos e Canadá. Ainda assim, praticamente todas as questões observadas em nível internacional, ocorrem também no exercício profissional dos intérpretes no Brasil, em maior ou menor grau.

7.2 As relações entre intérpretes profissionais e futuros intérpretes

Como já se mencionou ao final do capítulo anterior, que trata da formação de intérpretes no Brasil, não existe uma política específica por parte dos profissionais da área para identificar necessidades futuras e encaminhar novos profissionais. Há, no entanto, atitudes individuais de alguns intérpretes e uma atenção por parte daqueles que trabalham em sua formação na PUC-SP, na Associação Alumni e na PUC-Rio para que se mantenha um certo contato com o acontece no cotidiano brasileiro da interpretação, sem perder de vista o que acontece em âmbito internacional, uma vez que o intérprete é, eminentemente, um profissional internacional. Pode-se dizer, sem sombra de dúvidas, que o contato é feito a partir dos profissionais da formação em direção aos do exercício cotidiano da profissão, e não ao contrário.

7.3 Os intermediários

Embora, obviamente, não seja possível fazer uma previsão segura de como a interpretação de conferências seguirá sendo praticada no Brasil, há algumas tendências que se podem observar. Muitos são os intérpretes que reclamam das empresas de organização de eventos, como discutido no Capítulo 5 deste trabalho. Anteriormente, os intérpretes eram contratados diretamente pelos responsáveis diretos do evento, tendo com isso um contato muito mais direto com os interessados e usuários imediatos, facilitando, inclusive, a obtenção de materiais informativos para a respeito do evento, como menciona Mizne (2008), por exemplo. Hoje em dia, raríssimos são os eventos de maior porte que não são intermediados pelas empresas de organização de eventos, distanciando os intérpretes de seus usuários imediatos, como mencionam Branco (2008), Castro (2008), França (2009), Hofmann (2008), Mello (2007), Mizne (2008), entre muitos outros.

Cláudia Chauvet (2010), intérprete de Brasília, em sua apresentação no III Congresso Internacional de Tradução e Interpretação da Abrates[126] menciona um "oligopólio em Brasília", onde todo o trabalho se encontra em mãos de cinco ou seis agências, "com tarifas que variam de R$ 75,00 a R$ 1.500,00". Ainda segundo Chauvet (2010), "o mercado não distingue" entre diversos níveis de atuação de intérpretes. No mesmo painel, Ayrton Farias (2010) ao falar da situação no nordeste do Brasil, menciona que essas agências intermediárias adotam "práticas de concorrência predatória", com preços "cobrados aleatoriamente" dos clientes, dificultando aos intérpretes estabelecidos "manterem as posições conquistadas".

Mesmo clientes tradicionais de determinados intérpretes acabam se voltando para empresas, que se propõe a organizar o evento completo, oferecendo ao anfitrião do evento a oportunidade do chamado "one-stop shopping", como relata França (2009):

> Nós prestávamos serviços para uma empresa, que nos contratava diretamente, pois eles mesmos organizavam os eventos. Agora nos disseram que contrataram uma empresa de organização de eventos que vai fazer tudo, inclusive contratar os intérpretes. Eles não têm mais contato com a gente. Se a empresa (de organização de eventos) quiser nos contratar, ótimo; senão, perdemos o cliente, porque eles querem fazer tudo "one stop shopping". E muitas vezes (as empresas organizadoras) são empresas de turismo, que não

[126] 19 a 21 de março de 2010, em Porto Alegre.

> têm nada a ver, são empresas de marketing, que não entendem nada. Fica difícil negociar, porque eles também são intermediários. Mas acho que são ocorrências com que a gente tem de lidar. Cada vez mais, cada ano é diferente.

Em resumo, com o crescimento da profissão no País, nota-se uma "comoditização" da profissão de intérprete, como tantas outras, como menciona Orglmeister (2008), em que os preços e, até certo ponto, o padrão de qualidade mantidos pelos grupos tradicionais do Rio e de São Paulo não se mantêm. Ainda que os membros da AIIC residentes no Brasil e os da APIC mantenham um padrão de qualidade e um preço semelhante entre si, é inegável que existe uma grande quantidade de intérpretes em todo o Brasil, incluindo-se aí os dois grandes centros — Rio e São Paulo — que trabalham a preços bem inferiores, em grande parte por intermédio das agências intermediárias de intérpretes, dos escritórios de tradução e de empresas organizadoras de eventos. A qualidade do serviço prestado, assim como os preços cobrados, parece variar bastante. É possível, é óbvio, que haja bons intérpretes iniciantes que aceitem condições diferentes dos mais experientes, que trabalhem por preços inferiores, sem que o seu trabalho seja, necessariamente, inferior. O que é difícil acreditar é que existam em grande número e que, uma vez tendo se estabelecido no mercado, continuem a aceitar condições inferiorizadas de trabalho e de honorários, com o pagamento por hora ou fragmento de hora, em vez da tradicional jornada de trabalho de seis horas. A questão não é simplesmente matemática, pois um pagamento por hora ou sua fração não leva em conta a preparação do intérprete para um desempenho de qualidade, algo que não está diretamente ligado ao número de horas em que se passa na cabine durante o evento.

O que menciona Castro (2008) retrata bem uma face do mercado atual e, possivelmente, futuro: "O mercado está perdido, eu acho que está muito ruim [...] todo mundo quer pagar barato, ninguém está interessado em qualidade. O que eles [clientes] querem é barulho [saindo da cabine]". Orglmeister (2008), membro da AIIC e uma das fundadoras da APIC também comenta essa situação atual: "Os eventos são atropelados e esse desejo do cliente de pagar cada vez menos, eu também acho uma coisa muito ruim. [...] quando o departamento de compras [do cliente] entra, eu saio".

7.4 Eventos realizados todos em inglês — sem interpretação — ou com interpretação só em inglês

Outra questão bastante premente é o chamado "inglês internacional" ou "inglês global" — o rótulo não parece ainda bem definido nem em português, nem em inglês — de que tanto se fala atualmente como um facilitador das comunicações internacionais, e que parece gerar uma tendência a reuniões monolíngues. Donovan (2006) refere-se à questão em uma perspectiva mundial, mas sobretudo europeia, ao dizer que "[a]nother consequence of the predominance of English could well be a reduction over the longer term in overall demand for interpreting[127]". A própria União Europeia, defensora do multilinguismo e em cuja carta de criação define o direito de todos os delegados se expressarem em sua língua materna, vem realizando, cada vez mais, reuniões totalmente em inglês, oferecendo interpretação "por solicitação" *(on request system)* (Cf. DURAN, 2005). Como explica o projeto da AIIC mencionado anteriormente neste capítulo, esse procedimento foi implantado a partir de maio de 2004. Os países que dispensam a interpretação podem aproveitar os fundos não despendidos com ela para despesas de viagem de seus representantes, por exemplo. Com isso, começa a predominar o inglês em muitas reuniões de diversos órgãos da União Europeia. Donovan (op. cit) menciona que na OTAN e na OCDE "English is used by nearly all speakers, with the exception of the French delegation".[128] E após mencionar o fato de que os oradores que não usam o inglês chegam a ponto de se desculpar por não o fazer, diz a autora: "The danger is that interpretation come to be seen as a nuisance or a source of embarrasemment rather than a useful service".[129] Essa afirmação parece ser demonstrada por diversos participantes de conferências no Brasil, como se verá logo a seguir.

Atenta ao problema, a AIIC acaba de lançar uma campanha cujo lema é "Global English

---

127 Outra consequência da predominância do inglês pode vir a ser uma redução, a longo prazo, na demanda global de interpretação.

128 O inglês é utilizado por todas as delegações, com exceção da francesa".

129 O perigo é que a interpretação venha a ser vista como um incômodo ou um estorvo, em vez de um serviço útil.

is not enough for global business"[130]. Já em março de 2008, o Presidente da Associação, Benoît Kremer, divulgou um documento (KRAMER, 2008) denominado *AIIC and multilingualism*, em que alerta:

> [...] we must be careful to make sure that behind the commendable objectives [linguistic diversity in the European Union], the promotion of multilingualism does not conceal hidden, less desirable goals, such as the creation of a brave new world in which professional language intermediaries are "unnecessary" because everyone "speaks languages". [...] we know better than anyone to what extent approximate communication is not real communication and does not lead to genuine understanding. [...] [we] contribute something that a more-or-less well-spoken *lingua franca* could never contribute.[131]

A questão se faz bastante presente no Brasil. Cada vez mais, existem eventos realizados totalmente em inglês e, em muitos eventos com interpretação, há participantes que deixam os fones dos receptores pendurados no pescoço (ou seja, não os utilizam o tempo todo), quando a língua falada é o inglês. Até que ponto todos compreendem, de fato, as nuanças e detalhes do que está sendo apresentado é impossível saber. Muitas vezes a falta de compreensão detalhada fica clara no momento das perguntas e respostas. Por que esses participantes não utilizam a interpretação? Muitas vezes, estão em um ambiente em que se valoriza o "saber inglês", de modo que a utilização dos fones de interpretação demonstra que a pessoa "não sabe inglês". O autor deste trabalho já presenciou esse tipo de situação diversas vezes, em eventos nos quais atuou como intérprete. Domingues (2008) também menciona exemplos semelhantes: "Em empresas, eu sinto que há uma pressão para todos saberem inglês, principalmente nas multinacionais". Ainda o mesmo intérprete relata um congresso mundial de ornitologia, em São Paulo, no qual se candidatou a atuar, mas que foi realizado todo em inglês. Segundo ele, "isso limita um pouco quem vai participar, ainda mais na área científica, pois na [área] empresarial o povo finge um pouco mais" (DOMINGUES, 2008). Hofmann (2008) também comenta a questão em

---

130 O inglês global não é suficiente para os negócios globais". <http://www.aiic.net/ViewPage.cfm/article2559.htm>. Acesso em 11 jul 2010.

131 [...] temos de ser cuidadosos para que, por trás desses objetivos louváveis [diversidade linguística na União Europeia], a promoção do multilinguismo não esconda objetivos menos desejáveis, como a criação de um bravo mundo novo em que os intermediadores linguísticos sejam "desnecessários" porque todos "falam línguas". [...] sabemos, melhor do que ninguém, até que ponto a comunicação aproximada não é comunicação real e não leva ao entendimento mútuo verdadeiro. [...] contribuímos com algo que uma *lingua franca* falada mais-ou-menos nunca poderia contribuir.

seu depoimento, chamando a atenção para um possível retorno da interpretação simultânea às suas origens, ou seja, às primeiras experiências na OIT, devido a operários e sindicalistas que não falavam inglês e francês:

> acho que em medicina não estão colocando interpretação porque os melhores todos sabem inglês, as pessoas mais importantes sabem inglês, ou acham que sabem, elas realmente acham que sabem. Ainda hoje me falaram de um congresso que não vai ter interpretação porque vão ser todos professores. [...] Acho que no futuro todos vão falar inglês, como na Europa, mas não é um inglês verdadeiro. Eu acho que a interpretação vai durar enquanto eu trabalho, não vai durar muito [...] não sei se a interpretação de conferências ainda vai durar. Para ser profissional tem que saber inglês. Acho que nas áreas técnicas, que não sejam para operários, e para as áreas científicas, no futuro a língua franca vai ser o inglês. A interpretação simultânea, na verdade, começou com os operários e vai terminar com os operários.

Von Ostenberg (2008) que, além de intérprete, é médica, corrobora: “Na área médica, hoje em dia, tem muito menos pessoas com fones do que tinha [anteriormente], às vezes por orgulho”. Como se vê, o possível estorvo ou incômodo mencionado por Donovan (op. cit) acima se faz bastante presente no Brasil, ainda que, talvez, por razões diferentes. França (2009), em seu depoimento para este trabalho, também faz comentários que reforçam essas tendências:

> Em alguns eventos em que eu trabalhei, percebi que a necessidade de interpretação era muito pequena. Os ouvintes eram muito poucos. Acho que isso é um sinal — eu não sei por quantos anos mais essa profissão vai, efetivamente, existir com a intensidade que ela existe hoje. Tem eventos em que tudo é inglês e você traduz para uma pessoa só que não fala inglês. Ou vice-versa: é tudo em português e vem um palestrante que só fala inglês e que não entende português e você fica o tempo todo traduzindo para uma só pessoa. Às vezes mesmo em reuniões de treinamento, você olha e são pouquíssimos os que usam [os fones]. Ou algumas pessoas usam de um lado e ficam ouvindo de outro, só quando têm dúvidas é que põem o aparelho. Às vezes também é o problema profissional, do orgulho que não quer dizer que não fala inglês — às vezes não entende, mas não usa o fone de ouvido para não demonstrar que não fala. É difícil fazer uma previsão [do que vai acontecer no futuro com a profissão].

Parece, pois, haver uma tendência, cada vez mais frequente, à realização de reuniões em que se utiliza apenas o inglês, a despeito do país em que o evento é organizado. A tendência é mundial, e o Brasil parece predisposto a acompanhá-la, não só pelo fato de que “todo mundo fala inglês”, mas também pela economia proporcionada — que tanto alegra os administradores das grandes e pequenas empresas, que demonstram economia em seus relatórios financeiros — quando se prescinde da interpretação,

apesar dos perigos mencionados por Kramer (2008) acima. Dejéan-Le Feal (2005, p. 41) arrisca uma previsão:

> (…) l'interprétation est de plus en plus vue comme un luxe offert aux auditeurs pour leur confort afin de leur épargner la fatigue occasionnée par l'écoute prolongée d'une langue étrangère, comprise certes, mais au prix d'un certain effort. Or ce confort n'est apporté que par une interprétation qui présente la qualité que l'on attend d'un produit de luxe.[132]

Se essa previsão vier a se confirmar, pode-se imaginar que a interpretação venha a ser oferecida em eventos de maior porte e com um público razoavelmente heterogêneo. No caso, haveria menos dias de trabalho para os intérpretes, mas se exigiria uma interpretação de alta qualidade, por se tratar de um "artigo de luxo". Ficariam no mercado só os melhores intérpretes?

Além disso, é possível — e cada vez mais frequente no Brasil — que se ofereça interpretação apenas de e para o inglês, eliminando-se cabines de outras línguas. A situação não é nova no Brasil. Isso já vem acontecendo há algum tempo, no dia a dia dos eventos brasileiros, em que os participantes estrangeiros têm de participar em inglês, a despeito de sua (às vezes, muito limitada) proficiência nesse idioma. Os intérpretes de francês em São Paulo, por exemplo, mencionam sempre a grande redução de seus dias de trabalho (informação pessoal). Também é comum não haver interpretação a partir do espanhol, uma vez que "todo mundo entende", como pensa a maioria dos brasileiros. Mesmo na OEA, a delegação brasileira acabou abrindo mão da interpretação de/para o português, como menciona Junqueira (2009): "Na verdade na OEA agora o que se fala é o espanhol, ou o portunhol.[...] Havia interpretes permanentes na OEA, agora não ha mais. [...]"

No Brasil, quando um evento tem grande quantidade de participantes de língua espanhola, costuma-se oferecer interpretação para o espanhol, pois esses participantes

---

132

> [...] a interpretação é vista, cada vez mais, como um luxo oferecido aos ouvintes para seu conforto, a fim de lhes poupar o cansaço causado por uma escuta prolongada numa língua estrangeira, que é compreendida a custas de um certo esforço. Ora, esse conforto só é proporcionado por uma interpretação que tem a qualidade que se espera de um produto de luxo.

normalmente não compreendem o que se passa em português, mas parece ser comum não oferecer a interpretação ao contário, ou seja, do espanhol para o português.

Voltando à questão dos intérpretes de inglês, parece que eles, cada vez mais, serão mais exigidos, pois têm de ser capazes de compreender não só os participantes que o falam como língua materna, mas outros provenientes de todo o mundo, com os mais variados sotaques e idiosincrasias linguísticas. Que efeitos isso terá nos futuros intérpretes de inglês? Mais uma vez, é possível supor que só os melhores continuarão a atuar. Cabe lembrar, como o faz Donovan (op. cit), que a interpretação de conferências é um ato de intermediação linguística e cultural entre pares iguais — técnicos especializados, cientistas, dirigentes políticos — que esperam um alto de nível de desempenho do intérprete, algo que nem sempre é esperado nas diversas situações de interpretação comunitária ou judicial, em que as relações discursivas costumam ser assimétricas e não entre pares. Por isso, é indispensável que o domínio do idioma inglês seja absolutamente impecável e seguro, por parte desses intérpretes de conferência, que podem vir a oferecer o que será considerado um "produto de luxo", como sugere Dejéan-Le Feal (2005) acima. Mas até onde chegará essa situação, de fato, é impossível prever.

7.5 As novas tecnologias: interpretação a distância — ou interpretação remota —, a vídeoconferência e as "conference calls"

Outra questão que os intérpretes começam a enfrentar em todo o mundo é a da interpretação remota e da vídeoconferência. Com o avanço dos meios de comunicação e com a melhora da qualidade da transmissão de imagem e voz pela Internet, as limitações técnicas diminuem a cada dia. Mais uma vez, parece imperar aqui a questão econômica. Não só os organizadores dispõem de um leque imenso de intérpretes a serem contratados para um evento, com imensa variação de preços, no caso da interpretação a distância, mas também economizam em despesas de viagem de intérpretes e de oradores, no caso das vídeoconferências.

Em importante artigo sobre os aspectos cognitivos inerentes ao processo da interpretação remota — e não a questões relacionadas a aspectos tecnológicos — Moser-Mercer (2005, p.736), possivelmente a principal pesquisadora mundial a respeito de aspecto cognitivos no processo da interpretação simultânea e responsável por um projeto de pesquisa a respeito da questão, na Universidade de Genebra, discute o conceito de "presença", que é reduzida significativamente quando o intérprete atua a distância, e da necessidade de adaptação ou ajuste ("retrofitting") por parte do intérprete e conclui:

> While I agree that interpreters do adapt successfully for a limited period of time, they also seem to be paying for it in terms of increased fatigue. The process of simultaneous interpreting is highly complex. Even an accomplished expert faces multiple challenges. Using a new machine, or a new tool, flying a new type of plane, all require retrofitting work processes. But it appears that in all these examples experts have some margin, they can re-deploy resources that are no longer required for carrying out the new task. Interpreters working remotely, however, need to continue carrying out the task of simultaneous interpreting without being able to change either the input (speakers) or the outuput (performance quality), yet having to face the additional challenge of "retrofitting the process" in order to overcome deficiences created by the new environment.[133]

Ainda que não em grande escala, a questão já começa a ser enfrentada pelos intérpretes brasileiros. Orglmeister (2008) menciona já ter participado de uma experiência. O autor deste trabalho também já atuou em situação remota, interpretando a partir do Brasil, um evento no Consulado Americano em São Paulo, que tinha participantes em São Paulo e em Washington, D.C., com som e imagem indo e vindo nas duas direções, por satélite, num misto de interpretação a distância, em relação aos participantes que escutavam a interpretação em Washington e de vídeoconferência, na medida que se interpretava o que a mesa de Washington dizia em inglês para os participantes no auditório do Consulado, em São Paulo.

---

133 Apesar de concordar que os intérpretes se adaptam com êxito por um espaço de tempo limitado, eles parecem estar pagando um preço bastante alto, em termos de aumento do cansaço. O processo de interpretação simultânea é altamente complexo. Mesmo um intérprete experiente enfrenta múltiplas dificuldades. O uso de uma nova máquina ou uma nova ferramenta, o ato de pilotar um novo tipo de avião, todos exigem ajustes a novos processos de trabalho. Mas, aparentemente, em todos esses exemplos os especialistas têm uma certa margem e podem realocar recursos que não mais são necessários para o desempenho da nova tarefa. Os intérpretes que trabalham a distância, no entanto, precisam continuar a desempenhar a tarefa de interpretar simultaneamente, sem modificar nem o *input* (oradores) nem o *output* (desempenho de qualidade), e ainda ter de enfrentar a dificuldade adicional de "se ajustar ao processo" a fim de vencer as deficiências criadas pelo novo ambiente.

Junqueira (2009) também levanta a questão, reiterando pontos semelhantes, inclusives a respeito das dificuldades e limitações, como menciona o artigo de Moser-Mercer (2005):

> Acho que o mercado mudou muito. Essas viagens que eu fazia com delegações, eu acho que isso simplesmente nao existe mais, o que se faz hoje em dia é video conferencia, que é muito dificil porque não se tem mais contato pessoal com o orador, nao dá pra perguntar se ja trabalhou com tradução, dizer que português, por exemplo, tem 30% mais palavras do que o inglês e pedir para levar em conta que fale devagar, que o mais devagar nunca é o bastante. Aí tem um telão — no início era uma coisa horrorosa que não dava nem pra distinguir a imagem da pessoa, hoje a imagem é melhor. É uma coisa totalmente impessoal, aparece no telão, a pessoa do lado de lá, que está lendo, você não tem o texto, torna-se dificílimo, é um desafio a cada vez. [...] Nós, interpretes, não temos como nos preparar, o que a pessoa vai dizer, quanto tempo vai... é muito dificil. Na IBM por exemplo, [...]o que mais temos são video-conferências. Para nós é dificílimo, é muito rápido, velocidade da luz, tem que concentrar muito, nao levam em conta que haverá uma tradução simultânea...

Junqueira (2009) menciona, ainda, no tocante à atuação do intérprete com novas tecnologias, as chamadas “conference calls”, bastante comuns hoje em dia, no mundo empresarial e que causam dificuldades ao desempenho do intérprete:

> vamos a muitas conference-calls, o que também é dificil porque tem aquele aparelhinho no centro da mesa, o som nao é uma maravilha... então você tem que se concentrar e fazer um voice over para fazer a tradução simultânea para as pessoas ao seu redor, sem fone, falando e ouvindo para as pessoas que estao em volta, o som abafa, é muito complicado...

A mesma intérprete (JUNQUEIRA, 2009) menciona, também, que há um grupo de intérpretes no Sul do Brasil oferecendo serviço de interpretação pela Internet: “agora [...] estou me lembrando que tem interpretes oferecendo esse serviço em Florianopolis, Curitiba e Porto Alegre: tradução simultanea e interpretação via internet”. E complementa ela:

> Eu acho que isso talvez seja o futuro. Pensa bem, [para] qualquer evento você tem que alugar uma sala, equipamentos, montar um evento é carissimo. Cada vez menos os palestrantes vêm, porque viajar hoje em dia nao é mais como antigamente, é muito complicado, os voos atrasam demais, os americanos invariavelmente não pegam o visto para trabalhar e nao conseguem chegar, o cara não imagina que o americano precisa de visto, muitos não querem vir para cá, têm medo de vir para São Paulo (Junqueira, 2009).

Sem dúvida, o leque de opções de trabalho para os intérpretes brasileiros deve aumentar bastante, se a interpretação a distância se tornar mais comum em todo o

mundo, podendo ser eles a tomar o lugar de intérpretes com domicílio em outros países com tarifas mais caras. Mais uma vez, é impossível prever todas as possíveis implicações — técnicas e econômicas — que ela acarretará no mercado brasileiro de interpretação. Via de regra, os intérpretes de todo o mundo ainda rejeitam a possibilidade da interpretação remota, em grande parte pelas razões mencionadas por Moser-Mercer (2005) acima. Mas lembremos que os intérpretes consecutivos também rejeitaram bastante a interpretação simultânea, quando de sua introdução, como mencionado anteriormente neste trabalho, e ainda assim ela predomina no mercado de conferências internacionais hoje em dia.

7.6 Considerações Finais

Este trabalho, utilizando em parte a metodologia da História Oral e inserido no campo dos Estudos da Tradução, pretendeu dar uma visão panorâmica da interpretação de conferências no Brasil, desde o seu início, chegando aos dias atuais. No intuito de cobrir a lacuna existente no País — e em língua portuguesa como um todo — a respeito do tema, tentou-se abordar uma variada gama de questões relacionadas à atuação profissional do intérprete. Partindo de uma panorâmica da história da profissão em escala internacional, historiou-se o início da profissão no Brasil, por meio de entrevistas com os intérpretes que atuaram desde os primeiros dias, como Carlos Peixoto de Castro e Sérgio de Campos Mello, ambos ainda ativos nos dias de hoje. A criação da Associação Profissional de Intérpretes de Conferência também está incluída, com depoimentos de todas as fundadoras vivas, a saber Ulla Schneider, Suzana Mizne, Jacqueline Branco e Ingrid Orgelmeister. Com o progresso da profissão, diversos eventos internacionais de grande porte são realizados no Brasil e o relato da atuação dos intérpretes nos é dado por meio da coordenadora de interpretação em grande parte deles, Simone Troula.

Discutem-se, ainda, questões contemporâneas, como o papel das agências de tradução e de organização de eventos, assunto mencionado por grande parte dos intérpretes entrevistados. Além desse ponto, inclue-se ainda a imagem que a mídia nacional tem

do intérprete — com diversos equívocos —, bem como as relações, nem sempre tranquilas, entre os profissionais da área e o papel das associações de classe em nível nacional e internacional.

No aspecto da formação, além da análise dos cursos existentes, apresenta-se também o panorama do que constitui um consenso internacional em formação de intérpretes, reafirmado no momento por um programa internacional e multi-institucional denominado *European Masters of Conference Interpreting*, mencionado no capítulo em questão. Indica-se que poucas são as instituições brasileiras que atuam tendo em vista esse consenso. Fica claro ali que não é possível endossar a vulgarização da profissão preconizada por algumas instituições, que confundem ensino da língua estrangeira com formação de intérpretes e que desgastam o conceito internacional da profissão, colocando lado a lado o exercício da interpretação de conferências com a atuação em aeroportos ou feiras, por exemplo, numa atividade que seria considerada, no máximo, interpretação comunitária ou de ligação, sempre exercida por pessoas com outro tipo de formação e, em muitos casos, sem qualquer formação alguma.

Sem dúvida alguma, permeia toda a tese a posição de Koskinen (2008), mencionada no capítulo referente a questões teórico-metodológicas, a respeito do pesquisador "insider" da profissão pesquisada. Essa posição permitiu acesso mais direto e aberto a profissionais da área e permite comentários "internos" a assuntos relacionados à formação de intérpretes.

É essa posição e a familiarização com os cursos e pesquisadores internacionais — não só por meio de leituras teóricas, mas também por contato pessoal em visita a instituições e participação em eventos profissionais da área — que permite trazer essa ideia do consenso internacional sobre a formação de intérpretes para este trabalho. É, ainda, essa posição que não permite ao autor do trabalho ser "politicamente correto" e aceitar que haja diversas instituições no Brasil que formem intérpretes de fato, por terem chegado a uma espécie de "consenso brasileiro" sobre a formação de intérpretes. Não há como justificar que o processo de mercantilização do ensino e da divulgação de

conhecimentos fragmentados que permeia o sistema educacional brasileiro tenha encontrado uma nova “fórmula brasileira” simplificada para a formação de intérpretes, em que se ensina língua desde o seu nível mais básico e, ao mesmo tempo, formam-se professores, tradutores e intérpretes, tudo isso em cursos de três ou mesmo quatro anos. Não há “correção política”, nem neutralidade de pesquisa, que permitam ao autor deste trabalho coadunar com tal postura. Certamente os empresários do ensino brasileiros não descobriram a fórmula mágica para a formação de intérpretes, “fórmula” essa desconhecida pelas tradicionais instituições internacionais, como a ESIT (Sorbonne Nouvelle), a ISIT (Institut Catholique de Paris), a ETI (Universidade de Genebra), a Universidade de Heidelberg, o GSTI (do Monterey Institute of International Studies, nos Estados Unidos), a Universidade de Ottawa, no Canadá, e a Universidade de Westminster, em Londres — para mencionar apenas as mais conhecidas — que há décadas formam intérpretes para o mercado mais exigente da profissão, que são as instituições internacionais, como a ONU e a União Europeia. Não parece ser necessário “reinventar a roda” neste estudo e investigar se essas instituições formam intérpretes, de fato, e sua fórmula funciona.

Espera-se que a posição de pesquisador “insider” e “outsider” possa ter gerado, como diz Koskinen (2008, 91) uma “terceira dimensão”, que leva a uma visão que não seria possível a um pesquisador totalmente externo à profissão e também não seria possível a um praticante da profissão experiente, mas sim familiarização com questões acadêmcias relacionadas à pesquisa em geral e, mais especificamente, à pesquisa na área de Estudos da Interpretação.

7.6.1 Sugestões para Estudos Futuros

Como já mencionado anteriormente, nenhum trabalho de pesquisa é capaz de cobrir todas as possibilidades e ângulos de um tema, e este trabalho obviamente não o pretende fazer. Como parte das considerações finais, é possível pensar em diversos recortes possíveis para outros estudos a respeito da interpretação de conferências no Brasil. Entre eles, sugerem-se os seguintes:

1. Um estudo mais detalhado do exercício da profissão fora do eixo São Paulo-Rio, que por si, já permitiria diversos recortes, tais como a entrada dos intérpretes na profissão, a sua familiarização com o mercado nacional principal (Rio e São Paulo) como um todo, bem como com o mercado internacional da profissão. Caberia ainda aí um outro recorte, que seria a comparação da qualidade do desempenho desses profissionais com o do chamado “mercado principal”.

2. Um estudo analisando especificamente — formação, experiência, permanência na situação — de intérpretes que prestam regularmente serviços de interpretação por meio de agências de tradução e/ou de organização de eventos, sem atenderem a clientes individuais.

3. Um estudo a respeito das expectativas e exigências dos usuários de interpretação no mercado brasileiro, a semelhança de alguns outros já realizados em âmbito internacional. (Ver DONOVAN, 2002; MACKINTOSH, 2004 e MOSER, 1997, por exemplo.)

4. Um estudo, possivelmente quantitativo e qualitativo, estabelecendo as relações entre a formação adequada e o êxito profissional como intérprete de conferências.

5. Um amplo mapeamento com um recorte etnográfico dos intérpretes atuantes no Brasil, incluindo os associados a entidades de classe num sentido amplo — a saber, associações não exclusivas de intérpretes como a AIIC e a APIC, mas também a ABRATES e o SINTRA, por exemplo — e os não associados a qualquer entidade de classe.

Os possíveis estudos sugeridos acima dependeriam, por razões intrínsecas, de financiamento de algum órgão de pesquisa, devido a sua extensão.

Referências[134]

AIIC. *Colloque sur l'enseignement de l'interprétation*. Paris: AIIC, 1965.

ALCÂNTARA, Alex Sander. Intérpretes em tempo real. *Língua Portuguesa*, 2, 22, 2007, p. 28-32.

ALFARANO, Regina. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura.* São Paulo, 2 ago 2009.

ALVES, Terciane. Um trabalho discreto e muito diplomático. *O Estado de São Paulo*, 17 de abril de 2005. Caderno Empregos, p. Ce2.

ANDRONIKOF, Constantin. "Servitues et grandeur" de l'interprète. Bonn: *Babel*. v.8, nº 1, p. 6-12.

BAIGORRI JALÓN, Jesús. Conference interpreting: From modern times to space technology. *Interpreting*, Amsterdam/Philadelphia, v. 4, nº 1, p. 29-40, 1999.

_____. *La interpretación de conferencias: el nacimiento de una profesión. De París a Nuremberg*. Granada, Espanha: Comares, 2000.

_____. *Interpreters at the United Nations: a history*. Tradução do espanhol para o inglês de Anne Barr. Salamanca, Espanha: Universidad de Salamanca, 2004.

_____. Conference interpreting in the First Internacional Labor Conference. *Meta*, Montreal, v. 50, nº 3, p. 987-996, 2005.

BARNETT, Teresa. Returning to the tape: thoughts on the writing of oral history. In: X INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE (Proceedings). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, 1998, 3v., p. 973-980.

BEKENN, André. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. Rio de Janeiro. 23 jul. 2009.

[134] De acordo com ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação:referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BOISSON, C. La forme logique et les processus de déverbalisation et de rèverbalisation en traduction. *Meta*, 50, 2, 2005.

BORDENAVE, Maria Cândida. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. Rio de Janeiro. 13 jul. 2007.

BOWEN, Margareta e BOWEN, David. Conference interpreting: A brief history. In: AMERICAN TRANSLATION ASSOCIATION 25TH ANNUAL CONFERENCE, 1984, Nova York. *ATA Silver Tongues.* (Proceedings of the 25th Annual Conference of the American Translators Association). Medford, NJ: Learned Information, Inc., 1984. p. 23).

_____. The Nuremberg trials (Communication through translation). *Meta*, Montreal, vol. 30, 1, p. 74-77, 1985.

BOWEN, Margareta et al. Os intérpretes que fizeram história. In: DELISLE, Jean e WOODSWORTH, Judith (org.). *Os tradutores na história*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1998, p. 257-304.

BRANCO, Jacqueline L. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. São Paulo. 1º fev. 2008.

CASTRO, Carlos Peixoto de. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. Rio de Janeiro. 30 jan. 2008.

CAMARGO, Aspásia. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 27, 1, p. 5-28, 1984.

_____. História oral e política. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

CHAUVET, Cláudia. Os intérpretes na região centro-oeste do Brasil *in Painel: Mercados Regionais*. III Congresso Internacional de Tradução e Interpretação da Abrates Porto Alegre, 19 a 21 mar. 2010.

CHERNOV, Gelij. Conference interpretation in the USSR: history, theory, new frontiers. *Meta*, Montreal, v. 37, nº 1, p. 149-161, 1992.

COLES, David. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. São Paulo. 20 jan. 2010.

CORRÊA, Carlos Humberto P. História oral: considerações sobre suas razões e objetivos. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil.* São Paulo: USP, 1996. (Série Eventos).

CROP: Revista da área de língua e literatura inglesa e norte-americana do Departamento de Letras Modernas/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, no. 6, São Paulo: Humanitas, 2001.

DÉJEAN LE FÉAL Karla. L'interprétation simultanée vers une langue apprise : peut-on et doit-on l'enseigner? *In* ISRAEL, Fortunato et LEDERER, Marianne (eds.) *La théorie interprétative de la traduction III de la formation…à la pratique professionnelle*. Paris. Lettres modernes Minard, 2005.

DELISLE, Jean e WOODSWORTH, Judith (orgs). *Os tradutores na história.* Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1998.

DOMINGUES, Marcos Antônio Guirado. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. Porto Alegre. 16 jul. 2008.

DONOVAN, Clare. Surveys of user expectations and needs In *Teaching simultaneous interpretation into a B language*. Londres: EMCI, 2002.

_____. *Where is interpreting heading and how can training courses keep up?* Disponível em <emciinterpreting.org/repository/pdf/UoW_conf_06_CDonovan.pdf>. 2006. (Acesso em 2 jul. 2010).

DULCET, Sandro Ruggeri. Os intérpretes na região norte do Brasil *in Painel: Mercados Regionais*. III Congresso Internacional de Tradução e Interpretação da Abrates Porto Alegre, 19 a 21 mar. 2010.

DURAND, Claude. *La Relève: étude prospective.* Genebra: AIIC, 2005.

FARIAS, Ayrton. Os intérpretes na região nordeste do Brasil *in Painel: Mercados Regionais*. III Congresso Internacional de Tradução e Interpretação da Abrates Porto Alegre, 19 a 21 mar. 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral e tempo presente. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil.* São Paulo: USP, 1996.

(Série Eventos).

FERREIRA, Sérgio Xavier. Interview with Sérgio Xavier Ferreira, presidential interpreter in Brazil. *PLData – Newsletter of the Portuguese language division of the American Translators Association – ATA.* Alexandria, VA, vol. 13, 3, p. 1, 4-9, setembro de 2004, entrevista concedida a Tereza Braga.

FONTOURA, Cláudia. Mercado em alta para a tradução simultânea. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 29 de março de 2000. Grande São Paulo, p.1.

FRANÇA, Lúcia Helena de Sena. *Um curso de interpretação glocal: com foco na realidade brasileira e sintonizado com as tendências mundiais*. 2003. 222 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários do Inglês) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. São Paulo, 09 jan. 2009.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

GAIBA, Francesca. *The origins of simultaneous interpretation: The Nuremberg trial.* Ottawa, Canadá: University of Ottawa Press, 1998.

_____. Interpretation at the Nuremberg Trial. *Interpreting*, Amsterdam/Philadelphia, v. 4, nº 1, p. 9-22, 1999.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GASPARI, Elio. A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GESSE, Tanya. Lunch with a Legend. 2005. Disponível em <http://www.aiic.net/ViewPage.cfm/article1277>. Acesso em 27 jan. 2005.

GILE, Daniel. *Basic concepts and models for interpreter and translator training.* Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995a.

_____. *Regards sur la recherce en interprétation de conférence*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1995b.

_____. Conference interpreting as a cognitive management problem [1997]. In: PÖCHHACKER, Franz e SHLESINGER, Miriam. *The interpreting studies reader.* London and New York: Routledge, 2002.

_____. Teaching conference interpreting: a contribution. In TENNENT, Martha (ed.). *Training for the new millenium.* Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005.

GIOSA, Wilney Ferreira. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. Porto Alegre. 16 jul. 2008.

GOLDENSOHN, Leon. *The Nuremberg interviews*. Edited and introduced by Robert Gellately. New York: Vintage Books, 2004.

GOUADEC, Daniel. Notes on translator training (replies to a questionnaire). In: Pym, Anthony et al. (eds.). *Innovation and e-learning in translator training: Reports on online symposia*. Tarragona:Universitat Rovira I Virgili, 2003.

GREATHOUSE, Robert. Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura. São Paulo. 17. out. 2010.

GROSS, Alex. The Antiquity of Interpreting. Distinguishing Fact from Speculation. 2000. Disponível em <www.languag2.home.sprynet.com/f/hermes2.htm#top> Acesso em 7 jul. 2010.

HARAZIM, Dorrit. Fina sintonia. *Piauí*, 3, 36, set. 2009.

HENDRICKX, Paul V. Réflexions sur l'interprétation. *Meta*, Montreal, vol. 14, 2, p. 83-86, 1969.

_____. *Simultaneous Interpreting: A Practice Book*. London: Longman Group Limited, 1971.

HERBERT, Jean. *The interpreter's handbook: how to become a conference interpreter*, Geneva: Librairie de l'Université -Georg, 1952a.

_____. *Manuel de l'interprète*. Genève: Librairie de l'Université - Georg, 1952b.

_____. How conference interpretation grew. In: GERVER, David e SINAIKO, H. Wallace. *Language, interpretation and communication, Proceedings of the NATO*

Symposium on language, interpretation and communication. New York: Plenum Press, 1978, p. 5-10.

HOFMANN, Hedy Lorraine. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. Porto Alegre. 16 jul. 2008.

HOLMES, James. The name and nature of translation studies. (1972) In: VENUTI, Lawrence (org.). *The translation studies reader*. 2. ed. New York: Routledge, 2004, p. 180-192.

ILG, Gérard. L'enseignement de l'interprétation à l"École d'Interprètes de l"Université de Genève. *L'Interprète*, 14, Genebra, 1959.

_____. L'interprétation de conférence, constantes et évolution. *Le Bulletin du CRATIL*, 2, novembro de 2008.

INTERPRETING: INTERNATIONAL JOURNAL OF RESEARCH AND PRATICE IN INTERPRETING. V. 4, Issue 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1999.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. (1996). In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral.* Tradução: Luiz Alberto Monjardim; Maria Lucia Leão Velloso de Magalhães; Glória Rodriguez; Maria Carolota C. Gomes. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

JUNQUEIRA, Carola. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. São Paulo. 05 fev. 2009.

KRAMER, Benoît. Letter from the President: AIIC and multilingualism. Disponível em <aiic.net/community/print/default.cfm/page2893>. Acesso em 9 mar. 2008.

KEISER, Walter. Selection and training of conference interpreters. *In* Gerver, David & Sinaiko, Henry (Eds.), *Language, Interpretation and Communication*. New York: Plenum Press, 1978.

_____. L'interprétation de conférence en tant que profession et les précurseurs de l'Association Internationale des Interprètes de Conférence (AIIC) 1918-1953. *Meta*, Montreal, v. 49, 3, p. 576-608, 2004.

KOSKINEN, Kaisa. *Translating institutions: an ethnographic study of EU translation*.

Manchester, UK: St. Herome Publishing, 2008.

KURZ, Ingrid e BOWEN, Margareta. Editorial. *Interpreting*, Amsterdam/Philadelphia, v. 4, nº 1, p. 1-8, 1999.

LADMIRAL, J-R. Le “salto mortale de la déverbalisation”. *Meta*, Montreal, v. 50, 2, 2005.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil.* São Paulo: USP, 1996. (Série Eventos).

LEDERER, Marianne. *Quelques dates, quelques noms*. Point Com, site da Association des Anciens Elèves de l”ESIT. Disponível em <www.geocities.com/aaeesit/esit1.html?200527> Acesso em 27 nov. 2005.

LIPPI, Roberta. Eles sabem traduzir tudo o que interessa em qualquer idioma. *Valor*, São Paulo, 26 de junho de 2001. **EU & Carreira**, p. D4.

_____. Família e identidade: memória de mulheres. In: X INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE (Proceedings). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, 1998, 3v., p. 751-764.

LEVY, Ângela. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. São Paulo. 20 fev. 2008.

LONGLEY, Patricia. An integrated programme for training interpreters. *In* Gerver, David & Sinaiko, Henry (Eds.), *Language, Interpretation and Communication*. New York: Plenum Press, 1978.

MACKINTOSH, Jennifer. A review of conference interpretation: Practice and training. *Target*, v. 7, issue 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

_____.Interpreters are made not born. *Interpreting*, v. 4, issue 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1999.

_____. Users Expectation Survey. Disponível em <www.aiic.net/ViewPage.cfm?page_id=1404>. Acesso em 17 jul. 2010.

MAGALHÃES Jr., Ewandro. Entrevista concedida à *Revista Lusofonia*, 46, abr/mai de 2007.

MARTINS, Márcia A. P. A institucionalização da tradução no Brasil: o caso da PUC-Rio. *Cadernos de Tradução*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, n. 19/1, 2007.

MARTINS-COSTA, Heloísa. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. Rio de Janeiro. 15 set. 2007.

MAYORAL, Roberto. Notes on translator training (replies to a questionnaire). In: Pym, Anthony et al. (eds.). *Innovation and e-learning in translator training: Reports on online symposia*. Tarragona:Universitat Rovira I Virgili, 2003.

MELLO, Sérgio de Campos. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. Rio de Janeiro, 19 out. 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.

_____. *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida.* São Paulo: Loyola, 1991.

_____. História e memória ou simplesmente história oral. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO ORAL, 1993, Brasília. *Anais do encontro de história e documentação oral*. Brasília:UnB/FA/CID, 1994, p. 7.

_____. História oral: um *locus* disciplinar federativo. In_____ (org.*). (Re)introduzindo a história oral no Brasil.* São Paulo: USP, 1996. (Série Eventos).

_____. *Manual de história oral.* 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MELLO, Sérgio de Campos. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. Rio de Janeiro. 19 out. 2007.

MIZNE, Suzana. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. São Paulo, 31 jan. 2008.

MOSER, Peter. Expectations of users of conference interpretation. *Interpreting*, 1(2), 145-178.

MOSER-MERCER, Barbara. Remote Interpreting: Issues of Multi-Sensory Intergration in a Multilingual Task. *Meta*, 50, 2, 2005, p. 727-738.

NAMY, Claude. Reflections on the training of simultaneous interpreters: A meta-linguistic approach *in* D. Gerver & H. Sinaiko (Eds.), *Language, interpretation and communication*. New York: Plenum Press, 1978.

_____. Quinze ans d'entraînement dirigé à l'interprétation d'anglais et d'espagnol en français. PARALLELES, 9, 43-47, 1988.

NAUMANN, Peter. Babels and Nomad — Observations on the barbarising of communication at the 2005 World Social Forum. Disponível em <www.aiic.net/ViewPage.cfm/article1386.htm>. Acesso em 24 jun. 2005.

_____. Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura por e-mail a partir de Porto Alegre. 23 jul. 2008. E-mail recebido por pagurarj@pucsp.br

NILSKI, Thérèse. Translators and interpreters—siblings or a breed apart? *Meta*, Montreal, v. 12, 2, p. 45-49, 1967.

NÓBREGA, Sylvia Brandão. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. Rio de Janeiro. 11 jul. 2007.

O ESTADO DE SÃO PAULO. O intérprete das metáforas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 4 abr. 2009, Caderno de Economia, p. 2b.

ORGLMEISTER, E. Ingrid. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. São Paulo, 1º mar. 2008.

PAES, José Paulo. *Tradução: a ponte necessária*. São Paulo, Ática: 1990.

PINHO, Susanna Berhorn de. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. São Paulo, 13 out. 2010.

PÖCHHACKER, Franz e SHLESINGER, Miriam. *The interpreting studies reader.* London and New York: Routledge, 2002.

PÖCHHACKER, Franz. Teaching practices in simultaneous interpreting. *The Interpreters' Newsletter*, Trieste, n. 9, p. 157-76, 1999.

_____. Introducing interpreting studies. London: Routledge, 2004.

PYM, Anthony. *Method in translation history.* Manchester, UK: St. Jerome, 1998.

RAMLER, Siegfried. Origins and challenges of simultaneous interpretation: The Nuremberg Trials experience. In: AMERICAN TRANSLATION ASSOCIATION 29TH ANNUAL CONFERENCE, 1988, Seattle, Wa. *ATA Languages at crossroads.* (Proceedings of the 29th Annual Conference of the American Translators Association). Medford, NJ: Learned Information, Inc., 1984. p. 437-440).

RENFER, Christoph. Translator and interpreter training: A case for a two-tier system. In: C. Dollerup & A. Lindegaard (Eds.): *Teaching translation and interpreting. Training, talent and experience*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1992.

RYDNING, A. F. The return of sense on the scene of translation studies in the light of the cognitive blending theory. *Meta*, 50, 2, 2005.

RITCHIE, Donald A. *Doing oral history: a practical guide.* 2nd edition. New York: Oxford University Press, 2003.

ROZAN, Jean-François. *La prise de notes en interpréation consécutive.* Genève: Librairie de l'Université - Georg, 1959.

SAMBRANA, Carlos. Vozes ocultas. *IstoÉ Dinheiro.* 5 abr. 2006. Disponível em <www.terra.com/istoedinheiro/446/estilo/vozes_ocultas.htm>. Acesso em 2006.

SAMPAIO, Glória Regina Loreto. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. São Paulo. 1º set. 2010.

SCHNEIDER, Ursula. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. São Paulo. 22 mai. 2008.

SELESKOVITCH, Danica. *L'interprète dans les conferences internationales: problèmes de langage et de communication*. Paris: Minard, 1968.

_____. *Interpreting for international conferences.* Translated by Stephanie Dailey and E. Norman McMillan. Washington, D.C.: Pen and Booth, 1978.

SELESKOVITCH, Danica e LEDERER, Marianne. *Pédagogie raisonnée de l'interprétation*. Paris: Didier Érudition e Bruxelles:Office des publications officielles des Communautés européennes, 1989.

_____. *A systematic approach to the teaching of interpretation*. Translated by Jacolyn Harmer. s/l: The Registry of Interpreters for the Deaf, 1995.

_____. *Pédagogie raisonnée de l'interprétation*. 2e édition corrigée et augmentée. Paris: Didier Érudition e Bruxelles:Office des publications officielles des Communautés européennes, 2002.

SETTON, R. Revisiting the classics — Seleskovitch: A radical pragmatist before her time.*The Translator*, 8, 1, 2002.

SEQUEIRA, Cláudia Dantas. O intérprete de Lula. *IstoÉ*, São Paulo, vol. 32, n. 2067, 24 jun. 2009, p. 42-43.

SHVEITSER, Aleksandr. At the dawn of simultaneous interpretation in Russia. *Interpreting*, Amsterdam/Philadelphia, v. 4, nº 1, p. 23-28, 1999.

SILVEIRA, Paulo. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. São Paulo. 11 out. 2010.

SKUNCKE, Marie-France. Tout a commencé à Nuremberg. 1989/2002. Disponível em <http://www.aiic.net/ViewPage.cfm/page984.htm>. Acesso em 8 mar. 2006.

TAKEDA, Kayoko. *Sociopolitical aspects of interpreting at the International Military Tribunal for the Far East (1946-1948).* 2007. 195 f. Tese não publicada (Doutorado em Tradução e Estudos Interculturais), Universidade Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha, 2007.

THE INTERPRETERS: A historical perspective. Produção de E. Moggio. Shrewsbury, NJ: Euro Pacific Film & Video Productions, 1996. 1 videocassete.

THIÉRY, Christopher. La responsabilité de l'interprète de conference professionnel ou pourqupo nous ne pouvos pas écrire nos memoires. Disponível em <www.aiic.net/ViewPage.cfm/page2840>. Acesso em 4 mai. 2008.

THOMPSON, Paul. The voice of the past. 3rd edition. Oxford: Oxford University Press, 2000.

TOURTIER-BONAZZI. Arquivos: propostas metodológicas. (1990). In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral.* Tradução: Luiz Alberto Monjardim; Maria Lucia Leão Velloso de Magalhães; Glória Rodriguez; Maria Carolota C. Gomes. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

TROULA, Simone Montgomery. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. São Paulo, 13 dez. 2008.

VANDEPITTE, Sonia. Remapping translation studies: towards a translation studies ontology. *Meta*, Montreal, v. 53, nº 3, p. 569-588, set. 2008.

VANDER ELST, Patricia. The Nuremberg trial. 2000/2002. Disponível em <http://www.aiic.net/ViewPage.cfm/article752>. Acesso em 8 mar. 2006.

Van Hoof, Henri. *Théorie et Pratique de l'Interprétation: avec application particulière à l'anglais et au français*. München: Max Hueber Verlag, 1962.

VIEIRA, William. Elisabete Hart, a eterna voz do Oscar. *Folha de São Paulo*, 30 de outubro de 2007. Caderno Cotidiano. <www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian /ff3010200713.htm>. Acesso em 16 maio 2008.

VON ORTENBERG, Cristina. *Depoimento concedido a Reynaldo José Pagura*. Porto Alegre. 16 jul. 2008.

VON SIMSON, Olga R. de Moraes. Reflexões de uma socióloga sobre o uso do método biográfico. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil.* São Paulo: USP, 1996. (Série Eventos).

WALTERS, Vernon. *Silent missions*. Garden City, NY: Doubleday, 1978.

WATANABE, Tomie. Interpretation at the Tokyo War Crimes Tribunal: An Overview and Tojo's Cross-Examination. Traduction, Terminologie, Rédaction - TTR, Montreal, vol. 43, nº 1, p. 57-91, 1º semestre de 2009.

WEBER, Regina. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 39, 1, p. 163-183, 1996.

WIDLUND-FANTINI, Anne-Marie. *Danica Seleskovitch: Interprète et témoin de XX*[e]

siècle. Lausanne, Suíça: L'Age d'Homme, 2007.

WOODSWORTH, Judith. History of translation. In: BAKER, Mona (ed). *Routledge encyclopedia of translation studies.* Paperback edition. London e New York: Routledge, 2001.

WYLER, Lia. *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

YOW, Valeire Raleigh. *Recording oral history: a guide for the humanities and social sciences*. 2nd edition. Walnut Creek, California: AltaMira Press, 2005.